

Caroline Luvizotto, Katarini Miguel e Vivianne Lindsay Cardoso (Coords.)

Cidadania midiática



RIA
Editorial

Cidadania midiática

Caroline Luvizotto
Katarini Miguel
Vivianne Lindsay Cardoso
(Coordenação)

RIA
Editorial

Ria Editorial - Conselho Editorial

PhD Abel Suing (UTPL, Equador)

PhD Andrea Versuti (UnB, Brasil)

PhD Anton Szomolányi (Pan-European University, Eslováquia)

PhD Carlos Arcila (Universidade de Salamanca, Espanha)

PhD Catalina Mier (UTPL, Equador)

PhD Denis Porto Renó (Universidade Estadual Paulista - UNESP, Brasil)

PhD Fátima Lopes Cardoso (ESCS/IPL, Portugal)

PhD Fernando Gutierrez (ITESM, México)

Ms. Fernando Irigaray (Universidade Nacional de Rosario, Argentina)

PhD Florian Andrei Vlad (Ovidius University of Constanta, Romania)

PhD Gerson Martins (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Brasil)

PhD Jerónimo Rivera (Universidade La Sabana, Colombia)

PhD Jesús Flores Vivar (Universidade Complutense de Madrid, Espanha)

PhD João Canavilhas (Universidade da Beira Interior, Portugal)

PhD John Pavlik (Rutgers University, Estados Unidos)

PhD Joseph Straubhaar (Universidade do Texas - Austin, Estados Unidos)

PhD Juliana Colussi (Universidade Rey Juan Carlos, Espanha)

PhD Koldo Mesos (Universidade do País Vasco, Espanha)

PhD Lionel Brossi (Universidade do Chile, Chile)

PhD Lorenzo Vilches (Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha)

PhD Manuela Penafria (Universidade da Beira Interior, Portugal)

PhD Marcelo Martínez (Universidade de Santiago de Compostela, Espanha)

PhD Marcos Pereira dos Santos (Univ. Tec. Federal do Paraná - UTFPR e
Fac. Rachel de Queiroz, Brasil)

PhD Maria Cristina Gobbi (Universidade Estadual Paulista - UNESP, Brasil)

PhD Oksana Tymoshchuk (Universidade de Aveiro, Portugal)

PhD Paul Levinson (Fordham University, Estados Unidos)

PhD Pedro Nunes (Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Brasil)

PhD Piero Dominici (Universidade de Perugia, Italia)

PhD Raquel Longhi (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Brasil)

PhD Ricardo Alexino Ferreira (Universidade de São Paulo - USP, Brasil)

PhD Sergio Gadini (Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Brasil)

PhD Thom Gencarelli (Manhattan College, Estados Unidos)

PhD Vicente Gosciola (Universidade Anhembi Morumbi, Brasil)

FICHA TÉCNICA

Copyright 2025 ©Autoras e autores. Todos os direitos reservados

Foto de capa: ©Pavlo Syvak - stock.adobe.com (arquivo nº 431587332)

Design da capa: ©Denis Renó

Diagramação: Luciana Renó

ISBN 978-989-9220-45-4

Título: Cidadania midiática

Coordenadores: Caroline Luvizotto, Katarini Miguel e Vivianne Lindsay Cardoso

1.ª edição, 2025.



Esta obra tem licença Creative Commons **Attribution-NonCommercial-NoDerivatives**. Você tem o direito de compartilhar, copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato sempre que seja feito o reconhecimento de seus autores, não utilizá-la para fins comerciais e não modificar a obra de nenhuma forma.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

©Ria Editorial

RIA
Editorial

riaeditora@gmail.com

<http://www.riaeditorial.com>

ESSA OBRA FOI AVALIADA POR PARECERISTAS

Todos os textos foram avaliados e selecionados pelos organizadores da obra. Os comentários dos organizadores foram enviados aos autores, que, mediante a aprovação, receberam tempo hábil para eventuais correções.

O livro foi posteriormente avaliado e aprovado pelo avaliador externo Dra. Ana Paula Goulart de Andrade, que informou parecer positivo à publicação da seguinte forma:

O livro *Cidadania Midiática*, coordenado por Caroline Luvizotto, Katarini Miguel e Vivianne Lindsay Cardoso, é um convite para uma análise sobre a relação do tempo e o espaço com o indivíduo, diante do regime de aceleração da vida contemporânea. A composição da primeira parte do livro intitulada Casos, reúne estudos que tratam da relevância do comum, do jornalismo na disputa à esfera pública, da vinculação territorial, dos múltiplos consumos e da busca por bem-estar e garantia de direitos à saúde, bem como o comportamento da uma audiência cada vez mais fragmentada. Já na segunda parte, Reflexões, a cidadania é discutida no ambiente digital por meio de investigações sobre política, discursos de ódio, intervenções públicas, interseccionalidades e fluxos migratórios. Assim, a obra representa uma importante contribuição para o campo da comunicação, destacando o cotidiano midiático em que estamos inseridos.

O parecer foi enviado previamente ao lançamento.

Autoras e autores

Aline Camargo

Ana Clara Campos dos Santos

Ana Laura Dias

Carla Borges de Andrade

Caroline Kraus Luvizotto

Christina Ferraz Musse

Cristóvão Domingos de Almeida

Dorotea Souza Bastos

Eduarda Albrechete Motta

Elias Arruda

Irene Rocha Kalil

Isabella Mudesto Dias Costa

Isadora da Silva Prestes

João Clarindo da Silva

Jules Strogoff de Castro Matos

Kahena Quintaneiro Bizzotto

Larissa Chaves Placca

Leonardo de Souza Marques

Leonardo Silva Maciel

Lucas Henrique de Almeida

Luiz Ademir de Oliveira

Marco Aurélio Reis

Maria Aguiar Vilhena de Carvalho

Milena Carolina de Almeida

Sandro Tôrres de Azevedo

SUMÁRIO

Introdução a uma vida desacelerada.....	11
<i>Denis Renó</i>	

PARTE 1 - CASOS

Jornalismo, território e cidadania: estudo de caso do “Vozes do Nicéia”	14
<i>Aline Camargo</i>	

Reputação setorial como disputa simbólica: narrativas, cultura e legitimidade na esfera pública.....	32
<i>Larissa Chaves Placca</i>	

Jornalismo comunitário na palma da mão.....	57
<i>Elias Arruda</i>	
<i>Marco Aurélio Reis</i>	

Vínculos em redes: a reconfiguração do comum em clubes de leitura no <i>BookTube</i>	76
---	----

Ana Clara Campos dos Santos

Christina Ferraz Musse

Comunicação, transferência de conhecimento e mobilização dos públicos no contexto centro avançado de pesquisa Smart B100.....	100
--	-----

Caroline Kraus Luvizotto

Milena Carolina de Almeida

Larissa Chaves Placca

Dinâmicas em rede acerca da alergia alimentar: um estudo sobre circulação polifônica e táticas ciberpublicitárias em perfis colaborativos no Instagram.....	130
---	-----

Maria Aguiar Vilhena de Carvalho

Irene Rocha Kalil

Sandro Tôrres de Azevedo

PARTE 2 - REFLEXÕES

Análise de conteúdo da comunicação dos deputados federais sobre saúde e direitos reprodutivos na rede social X.....	155
--	-----

Isadora da Silva Prestes

Discurso de ódio no ambiente digital: microagressões contra candidatas às prefeituras das capitais do Brasil.....	189
--	-----

Isabella Mudesto Dias Costa

Jules Strogoff de Castro Matos

Luiz Ademir de Oliveira

Os movimentos e as narrativas antigênero na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.....	210
<i>Leonardo Silva Maciel</i>	
<i>Leonardo de Souza Marques</i>	
<i>Eduarda Albrechete Motta</i>	
A linguagem de fácil compreensão como estratégia para acessibilidade: aplicação na legendagem e formação de tradutores.....	229
<i>Ana Laura Dias</i>	
Dificuldades de pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social para a inserção urbana.....	265
<i>Lucas Henrique de Almeida</i>	
Filmes de animação do século XXI: reflexões sobre imagem corporal e inclusão de pessoas com deficiência.....	286
<i>Carla Borges de Andrade</i>	
<i>Dorotea Souza Bastos</i>	
Interseccionalidade e inclusão: por uma leitura comunicacional da luta de pessoas negras com deficiência no Brasil.....	305
<i>Kahena Quintaneiro Bizzotto</i>	
O cenário relativo ao fluxo migratório e o reflexo na cultura mato-grossense.....	330
<i>João Clarindo da Silva</i>	
<i>Cristóvão Domingos de Almeida</i>	
Índice Remissivo.....	349

CIDADANIA MIDIÁTICA

INTRODUÇÃO A UMA VIDA DESACELERADA

A sociedade midiaticizada urge movimentos denominados por Zygmunt Bauman (2017), em sua obra póstuma, como retrópicos. Para o autor, em sua obra póstuma, é necessária uma revisão do mundo contemporâneo, observando o que abandonamos com o objetivo de voltar a caminhar adiante. Ainda, segundo o autor, não se trata de uma nostalgia sem sentido, mas a oportunidade de recuperar algumas características essenciais que sustentam a vida, dentre elas o tempo. Tal ideia está conectada diretamente a algumas das propostas do português António Fidalgo (2013), que defende a necessidade de uma ética mínima para a sociedade contemporânea, especialmente no tratamento à saúde e a necessidade de desacelerar, num movimento *Slow Living* que já está presente em outros setores da sociedade contemporânea.

Diante disso, o tema que mais podemos absorver das ideias do português quando pensamos na ecologia dos meios está na ética do descanso. O descanso é parte da vida, mas parece ter se transformado em privilégio. E a falta do descanso está diretamente conectado à obra *Retrotopia*, que oferece ao leitor a última grande reflexão do polonês Zygmunt Bauman. O livro, publicado pela primeira vez em fevereiro de 2017, um mês após o falecimento do pensador, traz à tona reflexões sobre a humanidade, com olhares (topia) para o passado (retro) em busca dos pontos pelos quais ela se perdeu. A introdução da obra e o primeiro capítulo dedicam-se a debater sobre o que é nostalgia para, em seguida, apontar os caminhos aparentemente equivocados. Neste espectro de erros direcionais, Bauman nos apresenta exatamente a velocidade

pela qual a sociedade passa pela vida, apesar da crescente expectativa de vida. Uma busca pela rapidez, que não é exclusivo da fotografia, e que, de fato, precisa de uma revisão. Para o autor, “A nostalgia - como sugere Svetlana Boym, professora de literatura eslava comparada em Harvard – ‘é um sentimento de perda e de deslocamento, mas também é um romance da pessoa com sua própria fantasia’” (Bauman, 2017, p. 8). Neste cenário, encontramos um ecossistema midiático contemporâneo que resulta de transformações tecnológicas marcantes, somadas às alterações comportamentais no uso destas novas tecnologias. De fato, essa não é uma característica somente da contemporaneidade, mas da própria ecologia dos meios (Postman, 2015). Porém, parece-nos ser obrigatório o reconhecimento de que a tecnologia digital nos levou a alterações mais rápidas e expressivas (Renó & Flores, 2018). Uma sociedade acelerada, portátil, móvel, multiplataformizada, cada vez mais dependente das tecnologias e com a instantaneidade como característica básica.

No panorama desta aceleração, propomos o debate desta obra, que reúne textos que se relacionam ao olhar retrotópico sobre a ecologia dos meios e os temas do livro. A partir de uma seleção rigorosa e realizada às cegas pelas coordenações, chegou-se à composição capitular. Espero, com este conteúdo, que pensamentos sobre o ecossistema em que vivemos sejam alavancados e soluções para um cotidiano eticamente saudável sejam encontradas. Boa leitura.

Denis Renó
Diretor Geral

PARTE 1 - CASOS

JORNALISMO, TERRITÓRIO E CIDADANIA: ESTUDO DE CASO DO “VOZES DO NICÉIA”

Aline Camargo¹

No cenário de crescente consumo de informações digitais, a informação tornou-se um bem estratégico e disputado. A difusão massiva de conteúdos nas redes sociais intensificou os questionamentos sobre a veracidade dos fatos, ao mesmo tempo em que favoreceu a circulação de boatos e desinformação. Este trabalho analisa como o jornalismo local pode atuar de forma estratégica no enfrentamento às notícias falsas e, simultaneamente, fomentar práticas cidadãs e democráticas.

O estudo toma como referência o projeto “Vozes do Nicéia”, desenvolvido no Jardim Nicéia, bairro periférico de Bauru (SP), para refletir sobre o papel do jornalismo local, hiperlocal e de proximidade

1. Doutora em Mídia e Tecnologia, pela Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design Faac/Unesp Bauru.
Professora do Prog. de Pós-Grad. em Comunicação e do Dep. de Jornalismo.
aline.c.camargo@unesp.br

na construção de espaços públicos mais participativos. A fundamentação teórica dialoga com Camargo, Magnoni e Miranda (2019), que ressaltam as potencialidades do jornalismo radiofônico local diante da hegemonia global-metropolitana, e com estudos sobre jornalismo de proximidade, que destacam os efeitos positivos da interação entre redações e comunidade, como demonstrado pela “Agenda dos Cidadãos” em Portugal.

Metodologicamente, a pesquisa combina análise documental e levantamento bibliográfico, adotando a concepção de jornalismo comunitário e jornalismo de proximidade, no qual a presença do jornalista no território reforça a legitimidade da mensagem e a confiança do público.

Jornalismo e Comunidade

A chamada sociedade informacional e de convergência tem provocado transformações profundas no jornalismo, setor que historicamente estruturou sua sustentação financeira na lógica industrial de produção de notícias, entretenimento e serviços, atrelados à publicidade. Desde a década de 1990, com o avanço da internet, esse modelo entrou em processo de esgotamento, inaugurando o que parte da literatura denomina “jornalismo pós-industrial” (Anderson et al., 2013). A expressão ganhou força a partir de relatórios internacionais que apontam como as mudanças na produção, distribuição e financiamento da informação impactam diretamente as rotinas e as formas de organização das redações.

Por mais de um século, o jornalismo foi regido por uma lógica industrial, que deixou de fazer sentido neste início do século XXI. No Brasil, a crise do modelo tradicional se agrava em função de um mercado midiático ainda marcado por oligopólios, propriedade cruzada e forte dependência de publicidade oficial. Enquanto grandes

conglomerados de comunicação conseguem manter-se por meio dessas receitas, veículos regionais e locais enfrentam maiores dificuldades, já que não dispõem de estruturas robustas nem de grandes anunciantes.

Nesse contexto, pequenas e médias empresas de mídia — como rádios comunitárias e jornais locais — sofrem com a perda de anunciantes, a migração de classificados e de publicidade para plataformas digitais e a dificuldade em competir com redes nacionais que oferecem inserções a preços reduzidos. A sobrevivência dessas iniciativas depende, portanto, da capacidade de repensar modelos de negócio, reestruturar formas de produção e incorporar soluções digitais capazes de aproximar a informação das comunidades.

Anderson, Bell e Shirky (2013) destacam que, apesar das transformações, o jornalismo permanece socialmente essencial. Para os autores, a reestruturação do setor é inevitável, uma vez que a internet rompeu com o subsídio tradicional da publicidade, mas também abriu novas oportunidades para práticas inovadoras. Nesse ambiente de sobrecarga informacional, cabe ao jornalista organizar, verificar e dar sentido ao fluxo de dados que circula diariamente, muitas vezes produzido por atores externos ao campo jornalístico.

As instituições de mídia, entendidas como padrões estáveis de comportamento social (Anderson et al., 2013), atravessam um processo de transição que combina declínio e reinvenção. A adaptação ao novo paradigma informacional exige superar práticas anacrônicas e adotar modelos flexíveis, especialmente no ambiente digital. A linearidade da lógica industrial cede lugar a uma produção descentralizada, em rede e altamente interativa, que demanda maior colaboração entre profissionais, organizações e públicos.

Assim, compreender o papel do jornalismo local nesse novo ecossistema que se impõe torna-se fundamental para analisar como ele pode se fortalecer diante da desinformação e ao mesmo tempo contribuir para o pluralismo informativo, a diversidade cultural e a participação cidadã.

As últimas décadas evidenciaram uma ruptura significativa no modelo tradicional de comunicação, em especial no jornalismo. A internet não apenas introduziu novas ferramentas de produção e difusão, como também reorganizou o próprio ecossistema midiático.

Para Anderson et al. (2013), o jornalista enfrenta o desafio de organizar um volume massivo de informações que circulam em rede, verificando e interpretando dados que muitas vezes chegam ao público sem qualquer mediação profissional. Embora multidões conectadas e amadores possam ocasionalmente desempenhar funções jornalísticas, o trabalho especializado permanece indispensável, sobretudo em situações que exigem apuração rigorosa.

A discussão sobre o futuro da profissão se relaciona diretamente à redefinição das instituições jornalísticas. Essas organizações, compreendidas como sistemas de normas e práticas sociais (Anderson et al., 2013), vivem hoje um momento de inflexão: ao mesmo tempo em que enfrentam declínio de credibilidade e de receitas, buscam se reinventar por meio de novos formatos de produção e de estratégias digitais. Essa dificuldade de adaptação é mais visível em redações que migram para plataformas online, mas ainda mantêm estruturas rígidas e procedimentos herdados do jornalismo analógico.

A informatização, que já havia impactado rádio e televisão desde os anos 1980, ganhou força no início dos anos 2000 com a consolidação da internet. Esse processo rompeu com a linearidade da lógica industrial

e impôs maior descentralização. Em vez de apenas ampliar o ecossistema midiático já existente, a internet instaurou um novo ambiente de produção, no qual instituições, redes e indivíduos precisam atuar em parceria para reduzir custos e ampliar o alcance das informações.

Na visão de Lemos e Pereira (2011), a mídia de massa construiu uma esfera pública em que a opinião coletiva era moldada pela agenda dos grandes conglomerados, limitando a participação do público. As mídias digitais pós-massivas, ao contrário, abrem espaço para a interação entre atores sociais, promovendo comunicação horizontal e colaborativa (Martino, 2006). Essa mudança marca o surgimento de uma esfera pública mediada, em que a conversação ganha centralidade e as trocas informativas aproximam-se mais do diálogo interpessoal do que da comunicação impessoal típica das velhas mídias (Lemos, 2009).

No Brasil, entretanto, o cenário permanece desigual. A concentração midiática nas grandes cidades gera exclusão informacional em mais da metade dos municípios, que não contam com veículos próprios. Nessas localidades, a população depende de conteúdos produzidos por redes nacionais de TV, rádios regionais e portais de internet, frequentemente com pautas distantes das necessidades locais. Esse vazio informativo reforça a relevância de iniciativas jornalísticas de base regional e comunitária.

O jornalismo hiperlocal surge, nesse contexto, como alternativa viável. Ele combina cobertura mais plural e próxima da realidade das comunidades com custos de produção reduzidos e possibilidades de sustentabilidade econômica mais adequadas. Além de reforçar identidades e culturas locais, pode gerar novas oportunidades de trabalho para jornalistas e fomentar a inovação nos processos de apuração e difusão.

Para Lemos e Pereira (2011), trata-se de uma prática que amplia o diálogo com a comunidade e fortalece a participação política. Castells (1999) também observa que, diante da fragilização das instituições tradicionais, cresce a busca por identidade como elemento fundamental de significado social.

Ao utilizar dispositivos móveis e ferramentas digitais, equipes enxutas ou mesmo profissionais autônomos podem produzir e distribuir conteúdos de forma ágil e interativa. Esse modelo também abre espaço para a colaboração com os públicos, que podem contribuir com informações, imagens e relatos cotidianos. Contudo, como ressalta Castilho (2009), a participação do público precisa ser acompanhada de mecanismos de curadoria e análise, para evitar sobrecarga de informações inviáveis de verificar.

Por fim, a consolidação do jornalismo hiperlocal depende não apenas da inovação tecnológica e da colaboração comunitária, mas também de políticas públicas que fortaleçam o setor. Como aponta Canclini (2010), a preservação de traços históricos e culturais locais pode ser favorecida pela comunicação pós-massiva, estimulando o engajamento cidadão. Nesse ambiente, a convergência digital não elimina o papel do jornalista, mas o reposiciona como mediador de processos colaborativos, capaz de articular narrativas coletivas e de manter a credibilidade em meio à circulação acelerada de informações (Carvalho & Carvalho, 2014).

Jornal comunitário: o caso do “Vozes do Nicéia”

O conceito de “comunidade” pode ser compreendido como “aquela forma de organização que reúne as pessoas e resgata a sociabilidade

perdida” (Marcondes Filho, 1987, p. 158), no contexto de uma sociedade marcada pela desagregação nas relações sociais, despersonalização e por condições impostas pela lógica mercantilista e massificada do capitalismo. Miani (2011), no entanto, faz uma ressalva quanto ao termo ‘resgate’, uma vez que, assumindo-o, há uma aproximação à ideia de “comunidade como uma realidade retrógrada, conservadora, utópica e saudosista” (Miani, 2011, p. 226). Ao invés de ‘resgate’, o pesquisador propõe a ideia de comunidade como uma possibilidade de construção, de uma sociabilidade possível de um determinado grupo social - quando este se articula e age politicamente para desenvolver uma dinâmica social - a ponto de desenvolver um sentimento de pertencimento e estabelecer um espaço político onde se desperta a reflexão crítica de seus membros, num processo “que poderíamos chamar de ‘desalienação’, fazendo frente aos mecanismos de anulação individual promovido pelo metabolismo do capitalismo” (Miani, 2011, p. 227).

Neste cenário, um veículo de comunicação comunitária pode ser uma das ferramentas de construção dessa sociabilidade possível, reforçando o sentimento de pertencimento à comunidade e ofertando um espaço de reflexão para a melhor compreensão dos indivíduos sobre a realidade que vivem e, assim, permitindo “uma maior autonomia e consciência na proposição de ações que julguem pertinentes ao bem-estar de sua comunidade” (Miani, 2011, p. 230).

O projeto de extensão “Vozes do Nicéia” tem como um dos seus objetivos ser uma dessas ferramentas que ajudam a construir essa “sociabilidade possível”. Para Aranha (1998), a maneira como as informações são veiculadas nos meios de comunicação de massa, onde o espaço no

impresso ou os segundos nos telejornais valem muito dinheiro, não prioriza a apreensão dos conteúdos e a reflexão por parte do público.

Segundo o autor, a informação torna-se mercadoria, tratada para garantir a margem de lucro nos meios hegemônicos, que preencham o noticiário, a baixo custo, com informações de todo o mundo, a partir de um leque restrito de agências de notícias. A esse cenário pode ser acrescentado o pouco espaço para as reportagens locais e, menos ainda, as hiperlocais, focadas nas comunidades e nos grupos restritos. Sobremaneira concentrada nos assuntos da política representativa e da macroeconomia, a cobertura jornalística convencional negligencia outras pautas, como o meio ambiente, o ordenamento urbano, a empregabilidade, a moradia, o transporte e todos aqueles que afetam direta e concretamente a vida do cidadão, sendo estas, justamente, as pautas que interessam ao jornalismo comunitário. Quando abordadas nos grandes meios de comunicação, as comunidades periféricas aparecem de maneira estereotipada, associando esses bairros a, somente, contextos de violência, pobreza e falta de infraestrutura básica.

O Vozes do Nicéia, assim como outros veículos comunitários, contribui para a construção de um outro tipo de representação desses bairros, apresentando, sim, denúncias ligadas ao abandono do poder público, mas destacando, também, que a comunidade vai muito além de problemas - que existem em qualquer lugar -, pois nela há pujança cultural, esportiva e política e uma complexidade de histórias e vivências. O jornal comunitário caracteriza-se como uma prática comunicacional voltada para dar visibilidade às demandas e vozes de grupos sociais que, em geral, não encontram espaço nos meios de comunicação tradicionais. Diferente da lógica industrial e comercial da grande mídia,

ele se estrutura em torno da proximidade com o território, da escuta ativa e da valorização da participação cidadã, assumindo uma função social que ultrapassa a simples difusão de informações. Trata-se de um jornalismo orientado pela perspectiva de serviço e pelo compromisso com a democratização da comunicação, reforçando vínculos identitários e fortalecendo a esfera pública local.

Nesse sentido, o projeto de extensão “Vozes do Nicéia”, desenvolvido em Bauru (SP) desde 2008, exemplifica o potencial transformador do jornal comunitário ao aproximar a universidade do território periférico do Jardim Nicéia. O projeto nasce do reconhecimento da exclusão informacional que afeta bairros populares e da necessidade de criar canais que permitam à comunidade expressar suas narrativas, demandas e perspectivas sobre a realidade vivida. Assim, além de produzir conteúdos jornalísticos, a iniciativa atua como espaço de mediação entre moradores, universidade e poder público, incentivando a participação e ampliando as possibilidades de representação social.

A proposta pedagógica do “Vozes do Nicéia” articula ensino, pesquisa e extensão, promovendo uma formação prática para estudantes de jornalismo e, ao mesmo tempo, contribuindo para o fortalecimento da cidadania no território. A experiência dialoga com o conceito de jornalismo de proximidade (Paiva, 2023), em que o repórter não é apenas um mediador distante, mas um sujeito presente e inserido na realidade comunitária, capaz de legitimar vozes locais e produzir narrativas mais horizontais. Essa dimensão formativa reforça a importância da universidade como agente ativo na promoção da comunicação democrática.

Ao valorizar as histórias cotidianas e as reivindicações dos moradores do Jardim Nicéia, o projeto de extensão consolida-se como

uma prática de jornalismo comunitário que resiste à homogeneização cultural da grande mídia. O “Vozes do Nicéia” contribui para a construção de um espaço público mais plural e inclusivo, no qual a informação se converte em instrumento de mobilização social e fortalecimento da democracia. Sua experiência aponta caminhos para repensar o papel do jornalismo local em tempos de desinformação e de concentração midiática, evidenciando como a comunicação pode ser, ao mesmo tempo, prática cidadã e política.

Para López García (2002), a comunicação local interpreta a realidade pela ótica dos valores compartilhados e tem contribuído para a personificação de um cenário da comunicação atual, em que as referências dos comunicantes são extraídas e se complementam nos processos de ação comunicativa (Habermas, 2012).

É sabido que na internet brasileira há a multiplicação dos espaços informativos não convencionais; a maior parte dessas informações é produzida como contraponto aos grandes veículos comerciais regionais e nacionais. O ciberespaço tornou-se um canal de circulação para uma imensidão de meios “alternativos”, “populares”, “comunitários” e “partidários” de diferentes causas, de ideologias e manifestações públicas de âmbito local, nacional e internacional. São informações online que permitem o acesso e o debate contínuo às informações e cuja abrangência e aceitação são reforçadas pelo compartilhamento e pela produção colaborativa de conteúdos comunicativos de qualquer natureza.

Para que se desenvolvam projetos para uma verdadeira revolução ou democratização jornalística, os jornalistas e estudiosos da comunicação midiática terão que pesquisar e configurar novos modelos para viabilizar, profissionalmente e economicamente, organizações noticiosas

que atendam as demandas das populações municipais, urbanas e rurais, que hoje são objetivamente preteridas pela grande mídia. Assim, o denominado Jornalismo Local pode servir como ponto de referência e de identificação para culturas locais e, junto com a criatividade, fomentar inovações estruturais do jornalismo e dos processos culturais que dependem de ampla difusão de informações úteis à vida cotidiana das populações dos municípios brasileiros

O Jornalismo Local representa, também, um novo nicho mercadológico, antes explorada apenas por ativistas sociais e pesquisadores. Destinado à cobertura de comunidades locais, bairros, ruas, o jornalismo local pode ser visto como uma conjunção de funções pós-massivas em que o usuário pode ter informações mais precisas sobre o seu local de interesse.

A dimensão local no jornalismo refere-se, em primeiro lugar, a informações que são oferecidas em função da localização do usuário (sobre o bairro, a rua, etc), e em segundo lugar, pelas características pós-massivas desse novo jornalismo onde qualquer um pode ser produtor de informação. Essa é uma das tendências atuais do jornalismo: vinculação de notícias cruzando diversas fontes, oficiais, profissionais e cidadãos à geolocalização. (Lemos & Pereira, 2011, p. 3)

A nova prática do jornalismo no contexto da cibercultura é mais um exemplo que ilustra a ampliação da conversação aplicada a uma dimensão mais local “permitindo maior engajamento comunitário e político” (Lemos, 2011, p. 13). Nesse ambiente, a internet tem proporcionado significativas alterações nos processos comunicacionais da sociedade contemporânea. A partir de um funcionamento descentralizado, que permite diversos usos e apropriações, inclusive no Jornalismo.

Essas modificações, consequência natural do avanço tecnológico, oportunizam ao cidadão comum interferir nos sítios de webnotícias, alimentar blogues pessoais e redes sociais, com informações produzidas por ele mesmo. Isso é potencializado pela presença maciça e massiva dos indivíduos nas redes sociais e digitais mediados por ferramentas como desktops, notebook, tablets, celulares e uma infinidade de aplicativos. O cibercenário faz com que a colaboração passe a ser fator determinante.

Ao mesmo tempo em que jornalistas desenvolvem coberturas cada vez mais rápidas, o consumidor de informação é convidado a participar do relato, enviando todo tipo de conteúdo possível através das redes sociais. [...] o jornalismo passa por uma transformação que transita entre a circulação da informação em tempo real, dinâmica e de grande alcance e a necessidade de adaptar a produção de conteúdo para o público local.

O antigo formato de produção jornalística, seja na produção da notícia ou na sua distribuição (circulação), mudou de maneira irreversível com a chegada dos meios digitais. A agilidade, a independência na busca de informações e a recirculação de conteúdo que ocorre pelos usuários das mídias digitais transformam o fazer jornalístico, assim como modificam a maneira como o público recebe e interpreta as notícias.

Perspectivas e considerações

O cenário comunicacional contemporâneo evidencia que o jornalismo vive um processo de reconfiguração estrutural, marcado pela convergência tecnológica, pela possibilidade ampliada de participação do público e pela circulação massiva de informações em ambientes digitais. Nesse contexto, a credibilidade da atividade jornalística passa

a depender não apenas de sua capacidade de apuração e verificação, mas também de sua habilidade em dialogar com comunidades e em construir narrativas próximas das realidades locais.

A crise dos modelos industriais e a fragilidade das grandes corporações de mídia diante das transformações digitais evidenciam a necessidade da discussão acerca da mídia como ecossistema. A prática do Jornalismo Local apresenta-se como alternativa concreta para enfrentar a exclusão informacional que atinge boa parte dos municípios brasileiros, ao mesmo tempo em que fortalece identidades culturais e tem potencial para promover maior engajamento político.

O jornalismo local, por sua proximidade com as comunidades, encontra-se em posição privilegiada para identificar pautas relevantes, mobilizar cidadãos e assegurar pluralidade no debate público. A interatividade e a produção colaborativa não substituem a função do jornalista, mas ampliam suas possibilidades de atuação, reforçando-o como mediador indispensável em um ecossistema informacional complexo.

Portanto, repensar os papéis do jornalismo em tempos de cibercultura significa reconhecer que a profissão segue fundamental para a democracia, mesmo em meio às mudanças estruturais. Cabe às redações e aos profissionais explorarem modelos inovadores de atuação, capazes de unir agilidade, ética, proximidade comunitária e sustentabilidade econômica, garantindo assim que a informação continue a cumprir seu papel de bem público essencial.

O estudo respalda a hipótese de que o jornalismo de proximidade recupera sentidos públicos e pode atuar, até mesmo, no combate à desinformação, favorecendo que os cidadãos percebam sua própria relevância e capacidade de agir coletivamente. Acredita-se, ainda, que

além de fortalecer a cidadania e o pertencimento territorial, o jornalismo local desempenha papel estratégico no combate à desinformação e na superação do chamado “deserto de notícias” — termo originalmente cunhado por Abernathy (2016) que designa áreas geográficas com pouca ou nenhuma cobertura jornalística, onde a ausência de informação confiável deixa espaço para boatos, fake news e isolamento comunicacional (PROJOR, 2025).

Os principais resultados apontam que, na atuação no Jardim Nicéia, práticas jornalísticas fundamentadas na escuta ativa dos cidadãos e no acompanhamento cotidiano das demandas locais produzem efeitos materiais sobre a participação comunitária. As iniciativas que apostam em diferentes formatos (radiofônicos, audiovisuais, impresso e digital) acompanham, de forma recorrente, mobilizações por melhorias urbanas, ações de saúde ou projetos culturais, promovendo vínculos entre diferentes agentes civis. Esses veículos locais se mostram capazes de monitorar o poder público e denunciar omissões - como previsto por Magnoni et al. (2018), que sublinham o potencial do jornalismo local como instrumento de fiscalização.

Paralelamente, verificou-se que essas praticam enfrentam obstáculos consistentes: escassez de recursos financeiros, produção frequentemente sustentada por trabalho voluntário, retração das redações que prejudica o contato físico com a comunidade, e dificuldades técnicas na adoção de ferramentas digitais. Tais desafios sinalizam a urgência de alternativas sustentáveis e criativas para revitalizar os territórios comunicacionais locais.

Em conclusão, é possível observar que iniciativas como as desenvolvidas pelo “Vozes do Nicéia” representam uma forma concreta

de visibilidade na esfera midiática. São práticas que evidenciam que é possível articular jornalismo, território e cidadania em contextos periféricos. Para isso, é essencial consolidar mecanismos de sustentabilidade (financeira, técnica e institucional) e manter sempre aberta a interlocução com a comunidade. Por meio desta articulação, os veículos locais cumprem seu potencial de contribuir para uma democracia mais profunda, legítima e enraizada nas experiências cotidianas dos cidadãos.

Essas modalidades de jornalismo atuam como aliados fundamentais para a democracia, uma vez que aproximam a informação do cidadão comum, promovendo narrativas contextualizadas e próximas da realidade vivida pela comunidade (Camargo et al., 2019). Ao preencher lacunas informativas deixadas pelos grandes meios, que priorizam centros urbanos ou pautas nacionais, o jornalismo de proximidade possibilita que as vozes locais sejam ouvidas, criando um ambiente comunicacional mais plural e resistente à manipulação e ao discurso falso.

Nesse sentido, o engajamento ativo com a comunidade, a escuta constante e a produção de conteúdos relevantes para o cotidiano local configuram-se como estratégias essenciais para prevenir a propagação de desinformação e fortalecer o acesso a informações de qualidade.

A experiência no Jardim Nicéia demonstra que o jornalismo local, quando articulado ao território e comprometido com os sujeitos que o habitam, é capaz de produzir efeitos concretos na vida social: melhora o fluxo de informações relevantes, estimula a formação crítica e fortalece redes de solidariedade e engajamento. Trata-se, portanto, de uma prática comunicacional que não apenas informa, mas também convoca — convocação essa que é política, cultural e afetiva.

Conclui-se, assim, que iniciativas de jornalismo local enraizadas em territórios periféricos são fundamentais para a vitalidade democrática e o fortalecimento da cidadania. Ao dar visibilidade às vozes do bairro, denunciar desigualdades e valorizar a cultura local, esses veículos contribuem para a construção de um espaço público mais representativo e inclusivo. Mais do que um simples canal de informação, o jornalismo de Niceia se apresenta como prática social que liga pessoas, memórias e projetos de futuro.

Referências

- Abernathy, P. M. (2016). *The Rise of a New Media Baron and the Emerging Threat of News media Deserts*. Center for Innovation and Sustainability in Local Media.
- Anderson, C. W., Bell, E., & Shirky, C. (2013). Jornalismo Pós-Industrial. *Revista de Jornalismo da ESPM*, (5), 30-89. http://www.espm.br/download/2012_revista_jornalismo/Revista_de_Jornalismo_ESPM_5
- Aranha, A. S. (1998). *A função do jornalismo comunitário hoje* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista (UNESP)].
- Camargo, A. C., Miranda, G. V., & Magnoni, A. F. (2019). Convergência midiática e cultura participativa: a possibilidade de novas relações entre os agentes sociais no campo da comunicação e as novas tecnologias. *Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social Disertaciones*, 12(1), 75-87.
- Canclini, N. G. (2010). *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Editora UFRJ.

Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. Paz e Terra.

Lemos, A. (2009). *Nova esfera conversacional*. Editora E-papers.

Lemos, C. E. B., & Pereira, R. M. (2011). *Jornalismo hiperlocal no contexto multimídia: um relato da experiência do jornal-laboratório Contramão Online* [Trabalho apresentado]. XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, São Paulo, SP, Brasil.

Lopez García, X. (2002). Repensar o jornalismo de proximidade para fixar os media locais na sociedade glocal. *Comunicação e Sociedade*, 4(1), 199-206.

Marcondes Filho, C. (1987). *Quem manipula quem: poder e massas na indústria da cultura e da comunicação no Brasil*. Vozes.

Miani, R. A. (2011). Os Pressupostos teóricos Da comunicação comunitária E Sua condição De Alternativa política Ao monopólio midiático. *Intexto*, (25), 250-63. <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/16547>

Martino, L. (2008). Abordagens e representação do campo comunicacional. *Comunicação Mídia e Consumo*, 3(8), 33-54. <https://doi.org/10.18568/cmc.v3i8.79>

Magnoni, A. F., Miranda, G. V., & Camargo, A. C. (2018). Jornalismo radiofônico: perspectivas e potencialidades da mídia local. *Logos*, 25(2)135-149.

Paiva, R. (2023). Comunicação comunitária e jornalismo de proximidade num cenário de infodemia. Em P. V. Melo, & P. Jerónimo (Eds.),

Comunicação comunitária e jornalismo de proximidade: diálogos e desafios em cenários de crises. LabCom.

Projor. (2025). *Atlas da notícia: mapeando o jornalismo local no Brasil*. Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor). <https://www.atlas.jor.br>

REPUTAÇÃO SETORIAL COMO DISPUTA SIMBÓLICA: NARRATIVAS, CULTURA E LEGITIMIDADE NA ESFERA PÚBLICA¹

Larissa Chaves Placca²

A literatura acerca da comunicação organizacional e reputação tem se concentrado majoritariamente na análise de empresas, fato que tem gerado importantes avanços na compreensão sobre como a sociedade constrói imagens e percepções simbólicas que influenciam o consumo, a confiança e a legitimidade institucional. Também se encontram estudos sobre a reputação de países, o que aprofunda a compreensão sobre projeções de poder, influência e legitimidade no cenário global. Diversos estudos exploraram o tema da reputação, mas há uma lacuna teórica e

-
1. As reflexões apresentadas neste texto integram pesquisas financiadas pela Fapesp - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo 2025/08654-7).
 2. Mestranda pelo PPGCom da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Bolsista da Fapesp - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. larissa.placca@unesp.br

analítica na literatura quando se trata da reputação de setores econômicos enquanto entidades simbólicas, que será o foco deste trabalho.

A imagem e a reputação, constituem-se em ativos intangíveis absolutamente fundamentais e conseguir gerenciá-los, avaliá-los e mensurá-los passa a ser uma questão de sobrevivência (Bueno, 2005). A reputação é definida pela literatura como “a representação coletiva das imagens de múltiplos públicos acerca de uma empresa, construída ao longo do tempo e baseada nos programas de identidade da organização, em seu desempenho e na forma como esses públicos percebem seu comportamento” (Argenti & Druckenmiller, 2004, p. 3). Já o conceito de imagem é, de acordo com os mesmos autores, a forma como a organização é percebida a partir da perspectiva de um determinado público. Dependendo do grupo envolvido (clientes, investidores, funcionários etc.), a organização pode ter múltiplas imagens distintas (Argenti & Druckenmiller, 2004). Ou seja, a reputação é a percepção coletiva construída por diferentes públicos ao longo do tempo, com base na identidade, no desempenho e no comportamento da empresa. Outra definição relevante é que a reputação “se constrói a partir de vivências, conhecimentos, experiências mais fortes e é mais difícil, senão impossível, alterá-la” (Bueno, 2005).

A reputação analisada sob a perspectiva da dinâmica de países é abordada na literatura desde 1990 e têm elevado as discussões no campo das relações internacionais e diplomacia. Justamente, nesta década, o mundo passava por grandes transformações sociais e de mercado. Com o fim da Guerra Fria, a ascensão do capitalismo e o avanço da tecnologia da informação, surgem novas configurações organizacionais resultado da ampliação de mercado e globalização (Jaime & Lucio,

2018). Dessa forma, o tema ganha destaque nos estudos, resultando na definição inicial de que “as reputações dos países são semelhantes às imagens de marca de empresas e produtos — e igualmente importantes” (Anholt, 2007, p. XI). Uma definição mais recente afirma que a reputação de um país é “como a combinação única e multidimensional de elementos que proporcionam à nação uma diferenciação culturalmente fundamentada e relevância para todos os seus públicos-alvo” (Dinnie, 2016, p. 15). Não faz parte do objetivo deste estudo aprofundar na reputação de países, porém, uma breve definição contribui para comparações e diferenciações com a reputação de setores, considerando a amplitude e complexidade da definição em ambos.

Pode-se inferir que a reputação de setores se dá, muitas vezes, na associação da reputação de uma única empresa, a de maior destaque ou relevância econômica, porém, essa definição é limitada, considerando que a empresa é livre e está em constante movimento que alteram sua reputação (Scheiner & Menezes, 2019, pp. 135-136), já que esse movimento não acompanha a mudança na reputação de um setor que, muitas vezes, segue preso a uma imagem e reputação que já não possui mais ou, até mesmo, nunca a possuiu.

A reputação setorial, na ótica da comunicação, ultrapassa a imagem individual de uma organização e reflete a percepção coletiva sobre todo um segmento. Em um cenário marcado por diversos discursos, as tecnologias passam a compor um enredo cultural no qual conhecimento e poder se entrelaçam. Nesse contexto, a reputação é construída de forma fragmentada e dinâmica, assim como as narrativas transmídia, que se desenvolvem em plataformas com linguagens diferentes, independentes entre si, mas complementares (Renó & Flores, 2012).

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo, à luz do conceito de reputação organizacional no campo da comunicação, entender a reputação de setores econômicos. Parte-se da pergunta: *a reputação de um setor segue os mesmos pressupostos teóricos que orientam a formação da reputação de organizações?* Este estudo adota a abordagem da revisão bibliográfica, com o objetivo de mapear e sintetizar os principais conceitos, teorias e debates sobre reputação organizacional na literatura acadêmica, somada a uma metodologia comparativa entre os principais conceitos.

A relevância em compreender a reputação de setores está diretamente ligada à maneira como a sociedade atribui sentidos, valores e expectativas coletivas a determinados campos de atuação econômica. “A reputação é um meio potencialmente poderoso de medir o desempenho geral de uma empresa em um mercado composto não apenas por clientes, mas também por empregados, investidores, fornecedores, distribuidores e outros observadores” (Fombrun, 2018, p. 148), em outras palavras, é uma disputa simbólica que impacta sua atuação econômica, a imagem pública de suas organizações e até mesmo a percepção internacional de um país. Dessa forma, infere-se que a reputação sobre setores molda políticas públicas e decisões de consumo.

Compreender as narrativas que moldam a reputação de setores econômicos e os processos pelos quais elas se consolidam na esfera pública é essencial para refletir sobre sua legitimidade. À luz da teorização de Bourdieu (1996) sobre os campos sociais como espaços de disputas simbólicas, este estudo adota como embasamento a ampliação conceitual que permite enxergar os setores não apenas como agrupamentos econômicos, mas como campos simbólicos em disputa por

legitimidade. Na Modernidade, funcionários também atuam como clientes, investidores, membros da comunidade ou ativistas e frequentemente levam seu conhecimento das práticas internas para além da organização, aumentando sua exposição em um mundo cada vez mais interconectado (Hatch & Schultz, 2002, p. 116). Esse esforço torna-se ainda mais relevante diante das transformações sociais em curso, marcadas por um ecossistema comunicacional cada vez mais fragmentado, interativo e em rede (Castells, 1999), no qual novas gerações de consumidores desafiam os modelos tradicionais de autoridade simbólica e visibilidade institucional.

Revisão Teórica sobre Reputação

Os conceitos reputação e marca são termos que não estão bem difundidos, “sendo constantemente empregados de forma indevida.” (Scheiner & Menezes, 2019, p. 18). Segundo os autores, a definição de reputação está, necessariamente, ligada à definição de marca e, conseqüentemente, à identidade corporativa. A identidade corporativa descreve o conjunto de valores e princípios que funcionários e gestores associam a uma empresa. (Fombrun, 2018, p. 99). Para Schneider e Menezes (2019, p. 18), a identidade serve para refletir o DNA da empresa. Ela é resultado da soma do nome, logo, símbolo, tipografia e cores com a missão, visão e valores organizacionais. A marca pode existir independentemente da reputação, mas sem ela se limita a ser apenas um nome acompanhado de um elemento visual.

A definição clássica de reputação proposta por Fombrun em 1996, reafirmada em 2018, estabelece que “reputações corporativas são percepções mantidas por pessoas de dentro e de fora da empresa”

(Fombrun, 2018, p. 125). Os autores brasileiros definem a reputação como um valor intangível resultado “das ações da marca corporativa por meio dos olhos e percepções dos *stakeholders*³ e das avaliações por eles feitas no longo prazo” (Scheiner & Menezes, 2019, p. 23).

De acordo com Argenti e Druckenmiller (2004), a mídia, as exigências dos investidores e a crescente atenção dada à responsabilidade social pela sociedade “indicam a necessidade de um foco maior por parte das organizações na construção e manutenção de reputações sólidas” (p. 2). Essa afirmação reforça a ideia de que as empresas estão expostas a uma diversidade de públicos aos quais devem prestar contas, sendo essencial destacar que, como definido acima por Fombrun (2018) e Scheiner e Menezes (2019), cada um desses públicos constrói percepções próprias sobre a organização. Por esse motivo, os autores afirmam que as organizações reconhecem cada vez mais a importância da reputação corporativa para alcançar seus objetivos de negócio e manter-se competitivas (Argenti & Druckenmiller, 2004, p. 2). Além disso, para Fombrun (2018, p. 8), a razão pela qual essas reputações são importantes e, em última análise, valiosas, é que elas direcionam nossa atenção. Nós prestamos atenção em pessoas e empresas que se destacam porque são distintas.

Essas definições, ao abordarem a percepção, associam diretamente a reputação a uma disputa simbólica proposta, formulada e influenciada no imaginário coletivo ou inconsciente da sociedade e dos diversos públicos com os quais a empresa se relaciona, revelando,

3. *Stakeholders* são partes interessadas em uma organização, projeto ou iniciativa que têm influência direta ou indireta sobre ela, ou que são afetadas por suas ações e decisões (Redação, 2024, par. 3).

assim, sua extrema relevância para organizações e instituições. Em outras palavras, ao considerar a reputação como resultado das “percepções” e das “exigências” dos múltiplos públicos que interagem com a empresa, compreende-se que se trata de um ativo simbólico, pois depende da interpretação de quem pensa.

Parte dos estudos de reputação dedica-se a entender o conceito de reputação aplicado às Nações. A reputação de Estados Nacionais é resultado de combinação única e multidimensional que garante diferenciação cultural e relevância para seus diversos públicos (Dinnie, 2016, p. 15) e que existem na mente de centenas de milhões de consumidores ao redor do mundo (Anholt, 2007, p. 29). Além disso, é importante ressaltar que, diferente das empresas, as Nações “não pertencem a gerentes de marca ou corporações; de fato, se elas “pertencem” a alguém, é a toda a cidadania da nação.” (Dinnie, 2016, p. 15), destacando, portanto, o papel da sociedade na construção da reputação de um país. A diferença entre reputação de empresas e reputação de países está na natureza complexa e multidimensional da cada um, bem como na multiplicidade de grupos de stakeholders que tanto as corporações quanto as nações precisam reconhecer (Dinnie, 2016, p. 20-21).

Como disposto na introdução, a maior parte dos estudos sobre reputação concentra-se em empresas ou marcas, deixando de lado sua análise do conceito e seus impactos com relação a setores econômicos. Antes de nos aprofundarmos no tema de reputação setorial, a literatura da sociologia organizacional aborda um conceito importante das pesquisas organizacionais chamado Isomorfismo institucional.

A Teoria Institucional (DiMaggio & Powell, 1983, p. 149), que propõe o conceito, parte da premissa de que organizações não operam

apenas com base em eficiência técnica, mas também em busca de legitimidade social, adequando-se a normas, valores e expectativas do campo organizacional ao qual pertencem. Dessa forma, empresas de um mesmo setor econômico tendem a se homogeneizar em busca de legitimidade, não apenas devido a adequação às leis, mas também devido a expectativa do público. Essa padronização pode ocorrer por meio de pressões coercitivas, relacionadas a leis e regulamentações, miméticas, quando organizações imitam práticas de outras consideradas bem-sucedidas, ou normativas, decorrentes da adesão a valores e normas profissionais compartilhados no campo organizacional. Somando a essas pressões está a legitimidade social, referente às expectativas do público quanto a uma empresa de um setor (DiMaggio & Powell, 1983, p. 150).

Neste sentido, é importante considerarmos a definição de construção simbólica. Parte da definição de reputação é o resultado das interpretações coletivas atribuídas a uma organização por diferentes públicos, a partir de interações mediadas pelas narrativas da instituição. As narrativas institucionais utilizam-se de técnicas de persuasão e permeiam-se nos espaços públicos e nos meios de comunicação de massa (Scheiner & Menezes, 2019 p. 31) que são responsáveis por manter e legitimar as estruturas de dominação social (Bourdieu, 1989). De acordo com o conceito de Thompson (1998, pp. 53-54) sobre poder simbólico, as indústrias de mídia passam a ser a base dessa dinâmica de poder na Modernidade. Essa interpretação feita pela sociedade, além da narrativa da comunicação corporativa, está diretamente influenciada pela cultura que a sociedade está imersa e sua experiência com a cidadania. Para Bourdieu (1989, p. 9), “O poder simbólico é um poder de construção da realidade” e, dessa forma, organiza o conhecimento e naturaliza

os sentidos pelos quais temos referência. E, em complemento, para a sociologia, cultura é uma estrutura de significados historicamente construída nas interações cotidianas, que orienta comportamentos (Jaime & Lucio, 2018). Essas interações da sociedade e das instituições ocorrem na esfera pública, espaço do convívio comunitário, onde os cidadãos livres se encontram para compartilhar e se comunicar (Habermas, 1984, p. 15). Dessa forma, existe uma construção simbólica de ideias e reputação sobre instituições, Nações e, também, setores econômicos que se utilizam da comunicação na esfera pública que legitimam estruturas de dominações sociais.

A partir do Modelo da Comunicação como Mercado Simbólico entendemos que a comunicação, qualquer que seja sua fonte - institucional, midiática ou pública, não é neutra nem apenas um canal de transmissão. Ela é um espaço de disputa simbólica, onde diferentes atores negociam sentidos para conquistar influência social, legitimidade e poder. (Araújo, 2002, p. 288). Essa disputa simbólica acerca de instituições, países e setores resulta em uma reputação cujo valor intangível tem consequências econômicas (Santana, 2022). A consolidação da disputa simbólica pode ser considerada uma forma de legitimidade, aceitação ou credibilidade de uma percepção sobre uma organização perante a sociedade. Max Weber em sua obra *Economia e Sociedade* define o conceito de dominação legítima, se referindo ao tipo de poder que é aceito e reconhecido pelos dominados como válido. Para o sociólogo, existem três tipos de legitimidade: tradicional, carismática e da competência (Weber, 1999 p. 526). Da mesma forma, a reputação sustenta sua legitimidade por diferentes mecanismos: uns se apoiam na tradição, outros no carisma de figuras públicas e outros ainda em regras

e processos formais (leis, certificações, selos de qualidade). Importante destacar que “os públicos-alvos são coatores na construção da legitimidade organizacional” (Kunsch, 2012), ou seja, os públicos-alvo não apenas recebem mensagens corporativas, sua percepção e participação influenciam diretamente sua legitimidade.

A literatura sobre governança corporativa e sustentabilidade cresceu substancialmente nos últimos 20 anos, com um aumento notável a partir de 2014 (Naciti et al., 2021). Segundo os autores, esse aumento também mostra que deixou de ser um tema teórico e passou a integrar práticas e estruturas organizacionais concretas, as quais podem conectar o debate simbólico na sociedade. Atualmente, as empresas que buscam envolver organizações da sociedade civil em suas práticas apresentam níveis mais elevados de legitimidade (Fuchs et al., 2011). Essa interseção entre narrativas simbólicas e práticas corporativas evidenciam como a legitimação está cada vez mais complexa.

Por esse motivo, o impacto das narrativas na cidadania, engajamento e mobilização é complexo e relevante, devido sua amplitude e falta de tangibilização e gestão, e sua capacidade de moldar percepções através dos processos comunicacionais que as consolidam na esfera pública. Esse impacto se torna ainda mais relevante com as redes sociais, num ambiente digital caracterizado por ser cada vez mais fragmentado, interativo e em rede (Castells, 1999).

Procedimentos metodológicos, análise e discussão

Este estudo adota uma revisão bibliográfica qualitativa da teoria (Gil, 2008), com o objetivo de aprofundar a compreensão conceitual sobre a reputação, sua construção simbólica coletiva e cidadania.

Inicialmente, buscou fundamentar-se os principais conceitos sobre reputação, e ressaltar-se as lacunas existentes no campo da comunicação organizacional com relação a essa definição para setores. A revisão foi conduzida a partir da análise de obras clássicas e contemporâneas, nacionais e internacionais, que discutem os processos de construção da reputação organizacional e suas implicações simbólicas, identitárias e sociais. A escolha dos materiais considerou a relevância acadêmica das publicações e a recorrência dos autores nas discussões sobre identidade institucional e gestão de reputação e imagem corporativa encontrados no Google Scholar.

A metodologia comparativa busca identificar padrões, convergências e divergências nos conceitos de reputação. Além de reunir definições, a revisão buscou promover uma articulação conceitual que permitisse a proposição da reputação setorial como categoria analítica própria, distinta da abordagem voltada exclusivamente a organizações ou Nações. Ao reconhecer a reputação como um fenômeno coletivo e discursivo, a pesquisa estrutura-se como um exercício de reflexão teórica, com vistas a contribuir para o avanço do campo da comunicação organizacional, especialmente no que diz respeito às mediações simbólicas entre setores produtivos e cidadania.

Com base na fundamentação teórica apresentada, através da metodologia de revisão de literatura e comparação, buscando responder a pergunta de pesquisa: *a reputação de um setor segue os mesmos pressupostos teóricos que orientam a formação da reputação de organizações?* A análise a seguir desenvolve-se a partir de uma comparação entre os modelos de reputação organizacional e a proposta de uma reputação

setorial, explorando as particularidades que justificam a necessidade de uma nova categoria analítica.

De acordo com o maior portal de educação do país, Brasil Escola (Guitarra, s.d.), setores econômicos são a categorização de negócios que são semelhantes em sua forma de execução e/ou em seu propósito final. É relevante conceituar associações e uniões empresariais. Essa categoria abrange organizações com objetivos diferentes, mas com características básicas semelhantes e que não têm a atividade econômica como objetivo principal, mas defendem os interesses de um grupo (Sebrae, 2022). No livro Sociologia das Organizações, os autores Pedro Jaime e Fred Lucio falam sobre as relações de cooperação ou de competição dentro e fora das empresas. Uma relação de cooperação apontada pelos autores é a relação de união entre empresas que atuam na mesma atividade e negócio, as associações e uniões. Esse tipo de relação “pode envolver um número maior de empresas e até mesmo todas as organizações que pertencem a um segmento específico. [...] Esses organismos reúnem as empresas de um mesmo setor” (Jaime & Lucio, 2018, p. 108). Apesar de ser uma relação comum aos olhos da sociedade moderna, é de extrema importância analisar que sua união e decisão sobre práticas críticas pode impactar todo um mercado, consumidores e meio ambiente.

Considerando os estudos sobre reputação corporativa, reputação nacional, Teoria Institucional, construção simbólica e legitimidade, buscamos compreender a definição de reputação setorial. Em suma, o conceito geral de reputação é que ela consiste em uma percepção coletiva mantida pelos diversos *stakeholders*, construída ao longo do tempo com base em suas experiências, vivências e na avaliação das ações e comunicações de uma organização ou instituição (Anholt, 2007;

Argenti & Druckenmiller, 2004; Bueno, 2005; Dinnie, 2016; Fombrun, 2018; Scheiner & Menezes, 2019).

Apesar da clareza do conceito de Isomorfismo institucional, é conceitualmente equivocado inferir que a reputação de uma organização individual representa, de forma generalizada, a reputação de todo um setor econômico. Tal generalização é uma inferência reducionista que pode reforçar estigmas ou criar imagens distorcidas, tanto positiva quanto negativamente, ao desconsiderar os múltiplos fatores, históricos, culturais e de narrativas corporativas que compõem a reputação setorial como uma construção coletiva. A reputação setorial exerce influência direta sobre as organizações que a compõem e, conseqüentemente, sobre a imagem do país. Esse “efeito contágio” evidencia como a reputação coletiva pode funcionar tanto como um ativo quanto como um passivo simbólico compartilhado.

Algumas similaridades entre os conceitos atuais de reputação podem ser apropriadas pela análise setorial. Seguindo a linha de raciocínio proposta por Anholt (2007), hoje, o mundo é composto por um só mercado. E, assim como as cidades, estados e países precisam se diferenciar, pois disputam por turistas, espaço na mídia e consumidores em geral (Anholt, 2007, p. 16), o avanço acelerado da globalização exige que cada setor econômico, como o agronegócio, a indústria, a tecnologia, a educação e a saúde, dispute espaço com outros. Essa disputa ocorre em uma realidade em rede (Castells, 1999) diante de um consumidor cada vez mais consciente (Francis et al., 2018), que pode não apenas promover boicotes a marcas, mas também substituir um setor inteiro caso não concorde com a percepção da sua atuação. Essa capacidade de ação reside no fato de que existem alternativas viáveis para quase

tudo: um consumidor que desaprove as práticas do agronegócio pode migrar para dietas veganas; da mesma forma, a desconfiança no setor farmacêutico pode levar à busca por terapias alternativas. Por essa razão, a construção de uma reputação setorial sólida e diferenciada é um fator estratégico para o grupo grande e variado de empresas que o compõem, buscando sua legitimidade e competitividade no cenário global.

Outra similaridade entre a reputação de países e setores é que ambos compartilham o conceito de imagem que, segundo Anholt (2007, p. 27) “é como a luz das estrelas que, quando finalmente nos alcança na Terra, é apenas o eco distante de um evento que começou e terminou muito tempo antes.”. Portanto, ela é uma imagem que permeia, construída silenciosamente num longo período de tempo, difícil de ser mudada e, também, complexa de ser explicada. A ideia proposta por Dinnie (2016) de que a reputação não é propriedade de uma única empresa ou entidade, mas é construída coletivamente por diversos atores (empresas, mídia, sociedade civil, influenciadores, consumidores, etc.), da mesma forma, a reputação de um setor não é passível de ser gerenciada por uma única empresa ou entidade, e sua percepção é resultado de uma complexa relação de diversos atores.

Diferentemente de Scheiner e Menezes (2019), a reputação setorial não é redutível ao valor resultante das ações de uma marca, ou mesmo do conjunto delas. O conceito de setor transcende a soma de suas organizações. A distinção fundamental em relação à reputação organizacional ou nacional reside na natureza da sua narrativa construtora. Enquanto as últimas podem se basear em uma narrativa mais centralizada gerenciada e promovida pelas organizações interagindo com a sociedade, a reputação setorial emerge da percepção de uma narrativa

ainda mais plural. Esta é composta por múltiplas fontes: desde ações indiretas e interpretações de produtos midiáticos (jornalismo, novelas, publicidade) em âmbitos local e nacional, até as experiências diretas do consumidor com os produtos e serviços do setor.

A partir da fundamentação teórica, somada às análises comparativas entre reputação organizacional e nacional, para introduzirmos o conceito “reputação setorial” é importante refletir como um setor pode possuir determinada reputação, esta podendo ser:

- a) Resultado da reputação de uma única empresa ou instituição do setor;
- b) Resultado da percepção das ações das maiores empresas no longo prazo;
- c) Resultado de uma propaganda falaciosa sobre o que realmente ela é;
- d) Estereotipação de uma característica desse setor;
- e) Resultado de um evento marcante ou crise;

Esses pontos, isoladamente ou até em conjunto, demonstram que a reputação setorial é resultado de uma realidade multifacetada, que vai além da simples soma das reputações das empresas individuais de todas as empresas do setor mas que, na realidade, é algo influenciado por uma complexa teia de eventos, percepções e ações coordenadas.

É igualmente importante apontar que, muitas vezes, um setor pode seguir “preso” a uma reputação que já não possui mais ou, até mesmo, nunca a possuiu. Neste sentido, podemos exemplificar o caso do agronegócio brasileiro. O setor tem raízes antigas que remontam ao

*plantation*⁴ e que, aos poucos, foi recebendo incentivos durante a ditadura militar e, posteriormente, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Em especial a partir do final da década de 2000, o agronegócio se expande fortemente e busca projetar-se para a sociedade como a “salvação” para a crise energética e ambiental da época e que, desde então, tenta mudar sua percepção na sociedade para ser percebido como um setor moderno e rico. Essa linha de raciocínio proposta por Chã (2016), é complementada pela própria autora com a ideia de que o setor promove ativamente uma imagem de sustentabilidade e solidariedade através da imprensa, novelas, propagandas e etc. Apesar dos esforços, é um objeto de disputa sem consenso na sociedade se o agronegócio possui ou se um dia já possuiu essa imagem moderna. Tendo em vista esse raciocínio, o exemplo corrobora a complexidade da reputação de um setor e sua necessidade de estudos voltados ao conceito.

Outro caso de reputação setorial, avaliado por Reis Silva, Pereira Lima e Lucienne Dornas Amaral (2024), ocorre quando uma organização nacional privada e sem fins lucrativos, que representa as empresas e instituições que atuam em um mesmo setor, personifica a reputação de todo o setor, como o caso do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). Segundo os autores, o IBRAM opera influenciando a opinião pública, recebendo financiamento indireto das demais empresas que compõem o setor da mineração, ocultando, em parte, os interesses privados em jogo, “propondo uma nova roupagem simbólica em busca de credibilidade”,

4. Modelo de organização econômica vigente no período Colonial brasileiro, em que se destacam quatro aspectos principais: latifúndio, monocultura, mão-de-obra escrava e produção voltada para o mercado externo (UOL, 2024)

através do apagamento dos interesses privados por detrás da iniciativa (Reis Silva et al., 2024).

Dessa forma, a Reputação Setorial pode ser definida como o resultado de uma disputa simbólica, dinâmica e multifacetada na esfera pública. Ela se constitui em um ciclo de retroalimentação contínua e de longo prazo entre as narrativas sobre o setor, emitidas por organizações, associações, governo e pela própria sociedade, em um processo intrinsecamente moldado pelo contexto cultural.

Por esse motivo, entender os meios, processos de construção e de gestão dessa reputação permite refletir criticamente sobre os mecanismos culturais e comunicacionais que operam na disputa simbólica. Tais mecanismos impactam diretamente a cidadania informada, o engajamento social e as formas de mobilização que tensionam as práticas organizacionais diante de demandas por ética, inclusão e responsabilidade social.

Os meios para a construção da reputação situam-se na esfera pública enquanto espaço comunicacional fundamental. Com relação aos processos, a mídia está demonstrando cada vez mais interesse na vida privada das organizações e em expor qualquer divergência que encontre entre as imagens corporativas e as ações organizacionais (Hatch & Schultz, 2002, p. 116). Utilizando do modelo de Hatch e Schultz (2002, p. 117) sobre disputa de sentidos na identidade comunicacional, buscamos compreender a disputa simbólica da construção de reputação na esfera pública, através de quatro processos: espelhamento, reflexão, expressão e impressão. Essa disputa ocorre no desencontro entre o que a empresa “expressa” e o que o público “espelha” de volta para ela. O espelhamento refere-se ao modo como a identidade da organização é refletida

na percepção da sociedade; a reflexão é a incorporação da identidade nas compreensões culturais internas, incluindo valores, crenças e significados compartilhados pelos membros da organização; a expressão envolve a manifestação da cultura organizacional por meio de reivindicações de identidade, comunicando externamente quem a organização é e o que representa e, por fim, a impressão corresponde ao impacto que essas expressões de identidade causam nos públicos, influenciando a percepção e interpretação da organização tanto internamente quanto externamente. Esses processos interagem de maneira dinâmica, configurando um diálogo contínuo que sustenta a construção e a reconstrução da identidade e reputação ao longo do tempo. Os quatro processos de Hatch e Schultz (2002) podem ser associados a diferentes canais de comunicação. O processo de espelhamento ocorre por meio de canais que captam e refletem a percepção externa da organização, tais como a mídia tradicional, redes sociais, pesquisas de opinião e interação com *stakeholders*. A reflexão é mediada por canais internos que promovem a disseminação da cultura e valores organizacionais, incluindo reuniões internas, intranet, treinamentos, comunicação dos líderes e documentos institucionais. Já a expressão da identidade utiliza canais voltados para a comunicação externa, como campanhas publicitárias, sites corporativos, eventos e postagens oficiais em redes sociais. Por fim, o processo de impressão envolve canais que registram as reações e interpretações dos públicos, como o monitoramento de mídias sociais, avaliações de clientes, entrevistas na mídia, pesquisas de satisfação e interações em eventos. Dessa forma, cada processo dialoga com canais específicos que possibilitam a construção, negociação e ajuste contínuo da identidade organizacional em interação com públicos internos e externos.

Em suma, os processos de construção de reputação envolvem tanto ações internas e ativas das próprias organizações que compõem o setor, como o uso de redes sociais e outras estratégias de comunicação direta, quanto processos influenciados pela mídia tradicional, por meio de matérias jornalísticas, assessoria de imprensa e publicidade. Além disso, esses processos são impulsionados pela atuação dos públicos, que disseminam informações e percepções por meio do boca a boca e das dinâmicas próprias de redes sociais e bolhas sociais. Quando a narrativa interna de uma organização (sua identidade) não corresponde à percepção externa (sua imagem), surge um deslocamento de credibilidade e legitimidade, afetando sua governança e sustentabilidade. Na era digital, os *stakeholders* têm maior acesso a discursos e opiniões, o que lhes permite “espelhar” uma imagem mais crítica ou divergente, muitas vezes exposta em tempo real. A reputação final é o resultado dessa negociação contínua e do esforço da organização para alinhar sua expressão com as percepções externas.

A gestão da reputação de setores específicos exige a conciliação de múltiplos fatores de maneira coordenada pelas empresas que compõem esse setor, contudo, parte desse processo não está sujeita a um controle totalmente ativo, pois envolve elementos externos à organização, que emergem da sociedade. Embora a gestão possa influenciar significativamente esses aspectos, ela não detém o poder de determinar o resultado reputacional, dada a complexidade e a dinâmica das percepções sociais. Assim, a reputação setorial emerge como território estratégico de disputa simbólica, onde cultura e cidadania se entrelaçam em contextos organizacionais cada vez mais mediados pela comunicação em rede. Tais mecanismos impactam diretamente a cidadania informada,

o engajamento social e as formas de mobilização que tensionam as práticas organizacionais diante de demandas por ética, inclusão e responsabilidade social.

O setor do agronegócio brasileiro tem promovido diversas campanhas ao longo dos últimos anos com o objetivo de melhorar sua imagem e reputação pública. Tais campanhas, como “Agro é Tech, Agro é Pop” ou “O Agro Sustenta o Brasil”, buscaram construir uma imagem positiva associada à inovação tecnológica, sustentabilidade e contribuição econômica. No entanto, como apontam pesquisas recentes (Cunha, 2020; Pompeia, 2020), essa comunicação enfrenta desafios significativos de aderência. Muitas empresas do setor não adotam práticas alinhadas aos valores que divulga possuir, o que fragiliza a coerência da mensagem e reduz a credibilidade dessas ações. Além disso, a complexidade do setor aderir a mesma imagem de maneira uniforme dificulta a efetiva influência dessas iniciativas sobre a percepção da sociedade. Dessa forma, o esforço reputacional do agronegócio tem se mostrado insuficiente para reverter, de forma significativa, as tensões simbólicas existentes na opinião pública, evidenciando a limitação dos processos de gestão da reputação quando não há congruência prática entre discurso e realidade organizacional.

Considerações finais

A pesquisa analisou o conceito de reputação organizacional, comparando as definições aplicadas a marcas e países buscando responder a pergunta de pesquisa no campo da comunicação: *a reputação de um setor segue os mesmos pressupostos teóricos que orientam a formação da reputação de organizações?*. Os resultados indicam que

a base teórica é, em sua essência, bastante semelhante, pois fundamenta-se na percepção dos públicos. A principal diferença reside na gestão e nos processos de construção da comunicação que moldam essa percepção, que envolvem uma complexidade de relações que se retroalimentam constantemente. Cada stakeholder do setor econômico simultaneamente, constitui-se como resultado e agente desse processo. Portanto, o conceito de reputação setorial requer um olhar específico sobre seus mecanismos de construção e influência na esfera pública. Ao propor a reputação setorial como uma construção simbólica coletiva, esta reflexão contribui para o debate sobre as interseções entre cultura, cidadania e comunicação organizacional, ampliando o escopo de análise para além da lógica instrumental das marcas ou organizações. Devido a sua complexidade, os movimentos de *rebranding* de setores econômicos são complexos, ademais, não há evidências conclusivas quanto à sua viabilidade, fato que abre espaço para investigações futuras.

Como afirma Anholt (2007, p. 16) “quando não se tem tempo para ler um livro, julga-se pela capa” concluindo que esses clichês e estereótipos, positivos ou negativos, verdadeiros ou não, afetam fundamentalmente nosso comportamento em relação a outros lugares, seus povos e seus produtos, da mesma forma, a reputação de setores afeta diretamente sua influência econômica podendo impactar na economia e diplomacia de um país. A pesquisa também apontou que a reputação setorial tem grande potencial social e econômico e que, assim como a gestão de reputação de marcas e países, “sua aplicação ao desenvolvimento e à competitividade de estados, regiões e cidades pode ter impactos enormes e de longo alcance nos próximos anos” (Anholt, 2007, p. 13). A pesquisa reitera a sua relevância já que a reputação estabelece

entre a organização e os públicos ou pessoas (ou sociedade) um vínculo difícil de ser rompido (Bueno, 2005). O estudo enfatiza que a reputação setorial é um território estratégico de disputa simbólica, onde cultura e cidadania se entrelaçam em um contexto de comunicação em rede. Os mecanismos dessa disputa, que impactam a cidadania informada, o engajamento social e as mobilizações, exigem uma reflexão crítica sobre os processos culturais e comunicacionais que os consolidam.

Referências

- Angelo, V. A. de. (2024, 7 de março). Plantation: Modelo foi implantado no período colonial. *UOL Educação*. <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/plantation-modelo-foi-implantado-no-periodo-colonial.htm>
- Anholt, S. (2007). *Competitive identity: The new brand management for nations, cities and regions*. Palgrave Macmillan.
- Araujo, I. S. (2002). *Mercado simbólico: interlocução, luta, poder - um modelo de comunicação para políticas públicas* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/ct/PDF/Tese%20doutorado_Inesita%20Araujo.pdf
- Argenti, P. A., & Druckenmiller, B. (2004). Reputation and the corporate brand. *Corporate Reputation Review*, 6(4), 368-374. <https://doi.org/10.1057/palgrave.crr.1540005>
- Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Bertrand Brasil.
- Bueno, W. da C. (2005). A personalização dos contatos com a mídia e a construção da imagem das organizações. *Organicom*, 2(2), 13-26.

Castells, M. (1999). *A sociedade em rede* (Vol. 1). Paz e Terra. (Obra original publicada em 1996).

Chã, A. M. J. (2016). *Agronegócio e indústria cultural: estratégia das empresas para a construção da hegemonia* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista (UNESP). <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/2b0ef04d-757c-4a34-9995-f83ed9a66f8f/content>

Cunha, L. C. da. (2021). *AGRO é POP ou A GLOBO é AGRO? Relações de poder e dominação através da construção das narrativas de riqueza e dos padrões de consumo pela comunicação midiaticizada do campo da Agropecuária* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará]. <https://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/TESES/2021/LARISSA%20CARREIRA%20DA%20CUNHA.pdf>

DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147-160. <https://doi.org/10.2307/2095101>

Redação. (2024, abril 12). Stakeholders: o que são e quais são os principais tipos. Recuperado de <https://exame.com/carreira/guia-de-carreira/stakeholders-o-que-sao-e-quais-sao-os-principais-tipos/>

Fombrun, C. J. (2018). *Reputation: Realizing value from the corporate image* (Edição comemorativa). Reputation Institute. https://ri.reprtrak.com/hubfs/_PDF/RLN/Reputation_Book.pdf

Francis, T., Hoefel, F., Abi-Sleiman, K., & Picanço, J. (2018, 12 de novembro). “True gen”: como a geração Z impactará as empresas de bens de consumo. McKinsey & Company. <https://www.mckinsey.com>

com/industries/consumer-packaged-goods/our-insights/true-generation-z-and-its-implications-for-companies

Fuchs, D., Kalfagianni, A., & Havinga, T. (2011). Actors in private food governance: The legitimacy of retail standards and multistakeholder initiatives with civil society participation. *Agriculture and Human Values*, 28(3), 353-367. <https://doi.org/10.1007/s10460-009-9236-3>

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). Atlas.

Guitarrara, P. (s.d.). *Setores da economia*. Brasil Escola. Recuperado em 8 de agosto de 2025, de <https://brasilestela.uol.com.br/geografia/setores-economia.htm>

Habermas, J. (1986). *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa* (F. F. S. Araújo, Trad.). Tempo Brasileiro. (Obra original publicada em 1962)

Hatch, M. J., & Schultz, M. (2002). *The dynamics of organizational identity*. *Human Relations*, 55(8), 989-1018. <https://doi.org/10.1177/0018726702055008181>

Jaime, P., & Lucio, F. (2018). *Sociologia das organizações: Conceitos, relatos e casos*. Cengage.

Kunsch, M. M. K. (2012). *Comunicação organizacional* (Vol. 2). Saraiva.

Kunsch, M. M. K. (2016). *Comunicação organizacional estratégica: aportes conceituais e aplicados* (1ª ed.). Summus Editorial.

- Naciti, V., Cesaroni, F., & Pulejo, L. (2021). Corporate governance and sustainability: A review of the existing literature. *Journal of Management and Governance*, 26(3), 1-20. <https://doi.org/10.1007/s10997-020-09554-6>
- Pinho, J. A. G. de, & Sacramento, A. R. S. (2009). Accountability: já podemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, 43(6), 1283-1304.
- Pompeia, C. (2020). “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. *Horizontes Antropológicos*, 26(56), 195-224. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832020000100009>
- Reis Silva, D., Pereira Lima, F., & Lucienne Dornas Amaral, L. (2024). A “mineração do futuro” em disputa: estratégias organizacionais, apagamentos discursivos e a influência indireta. *Contemporanea*, 21(1).
- Renó, D., & Flores, J. (2012). *Periodismo transmedia: La narración distribuida de la noticia*. Ría Editorial.
- Santana, R. T. (2022). *O ativo intangível no processo de prestação de contas das universidades federais brasileiras* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Alagoas].
- Scheiner, A., & Menezes, J. D. (2019). *Gestão da marca e da reputação corporativa*. FGV.
- Sebrae. (2022, 19 de outubro). *Conheça os tipos de associações existentes no Brasil*. Sebrae. <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-os-tipos-de-associacoes-existentis-no-brasil,1dee438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>

JORNALISMO COMUNITÁRIO NA PALMA DA MÃO

Elias Arruda¹
Marco Aurélio Reis²

A tecnologia avança em ritmo acelerado, mas o que acontece nos lugares onde esse avanço não chega de forma plena? Nas periferias, por exemplo, onde ainda é difícil possuir um telefone de última geração — ou, ao menos, um aparelho que não trave ao realizar uma simples pesquisa no Google ou ao acessar as principais ferramentas de inteligência artificial. São territórios em que o acesso à internet depende quase sempre de dados móveis, com planos limitados, franquias reduzidas e velocidade controlada pelas operadoras. Essa realidade impõe barreiras concretas ao direito à informação, sobretudo entre as camadas

-
1. Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista CNPq.
eliasarruda@live.com
 2. Professor orientador.
marco.reis@ufjf.br

mais pobres da população, que muitas vezes não dispõem de Wi-Fi ou de outro tipo de conexão em casa.

Contudo, vivemos um momento histórico em que informação e comunicação são reconhecidas como direitos fundamentais, indispensáveis à cidadania. Nesse contexto, é urgente refletir sobre como a comunicação comunitária e cidadã se consolidam e resistem dentro de um cenário de desigualdade tecnológica. Trata-se de um desafio que se manifesta não apenas na forma como as pessoas consomem conteúdos, mas também na maneira como produzem, reinterpretam e distribuem informações utilizando as mesmas ferramentas — ainda que de modo precário ou improvisado.

Em muitas comunidades, essa produção comunicacional surge a partir do improviso, com o uso criativo de técnicas de edição e aplicativos gratuitos, operando sob condições materiais limitadas. O que à primeira vista poderia ser visto como fragilidade técnica, revela-se, na verdade, uma estratégia de resistência. Nesses espaços, a tecnologia é ressignificada: não apenas como meio de inclusão, mas como ferramenta de enfrentamento às assimetrias de poder informacional.

É nesse cenário que ganha relevância o conceito de *mobile first*. Originalmente associado às estratégias de grandes redações jornalísticas, o termo se referia à prioridade de produção e distribuição de conteúdo para dispositivos móveis. No entanto, quando observamos a comunicação popular, o *mobile first* adquire outro sentido — mais urgente e existencial. Nas periferias, o celular não é apenas o primeiro dispositivo de acesso à informação; é, muitas vezes, o único. Produzir e se comunicar por meio do aparelho torna-se, portanto, uma forma de estar no mundo, de garantir presença simbólica e visibilidade social.

O *mobile first* comunitário, assim, não nasce de uma tendência mercadológica, mas de uma necessidade cotidiana. Ele representa a apropriação de tecnologias disponíveis para suprir carências estruturais. É nesse ponto que o conceito se aproxima daquilo que o pesquisador João Messias (2020) denomina gambiarra comunicacional — uma prática que emerge das brechas e limitações técnicas, transformando a escassez em potência criativa.

A gambiarra, nesse contexto, não é um improviso desordenado, mas um gesto político e técnico de invenção diante da falta. Nas periferias, ela se materializa no uso de celulares com telas quebradas, pacotes de internet compartilhados, aplicativos gratuitos e narrativas produzidas em tempo real. É o modo como sujeitos historicamente excluídos do ecossistema midiático reconfiguram as ferramentas digitais para criar suas próprias formas de existência comunicacional.

Mais do que uma metáfora da escassez, a gambiarra comunicacional revela um modo de produção que subverte a lógica centralizadora da mídia hegemônica. Ela é o símbolo de uma comunicação feita com o que se tem — e, justamente por isso, feita com verdade, urgência e pertencimento.

O paradoxo da conectividade brasileira: acesso, exclusão e desigualdade digital

A percepção de que “todos estão conectados” mascara uma realidade complexa e profundamente desigual. Embora os avanços tecnológicos tenham ampliado o alcance da comunicação digital, o acesso a esses recursos no Brasil ainda é determinado por fatores como renda, raça, escolaridade e território. O país, que se apresenta como um dos

maiores mercados consumidores de tecnologia do mundo, é também um retrato das assimetrias digitais que moldam a experiência cotidiana de milhões de brasileiros.

Dados recentes do IBGE (2025) mostram que, em 2024, 88,9% da população de 10 anos ou mais possuía telefone celular para uso pessoal, o que equivale a 167,5 milhões de pessoas. Esse número expressivo poderia indicar uma quase universalização do acesso — mas, ao ser observado com mais atenção, revela um quadro de profundas desigualdades sociais e territoriais. Nas áreas urbanas, 90,5% das pessoas tinham celular, enquanto nas áreas rurais esse índice cai para 77,2%, um abismo de mais de 13 pontos percentuais.

A desigualdade também se reflete nas dimensões racial e educacional. 91,1% das pessoas brancas tinham celular, contra 88,5% das pretas e 87,0% das pardas. Entre os estudantes, a diferença é ainda mais gritante: 94,2% dos alunos da rede privada possuíam telefone móvel, frente a apenas 73,7% dos estudantes da rede pública. Esses dados explicitam o quanto o acesso à tecnologia continua sendo um indicador de privilégio social e econômico, reforçando o padrão estrutural de exclusão que atravessa o país desde sua formação.

No campo da conectividade domiciliar, o mesmo paradoxo se repete. Em 2024, o Brasil contava com 74,9 milhões de domicílios com acesso à internet, o equivalente a 93,6% do total. No entanto, a diferença entre os espaços urbanos e rurais permanece evidente: enquanto 94,7% dos lares urbanos estavam conectados, nas zonas rurais o número era de apenas 84,8%, revelando uma lacuna persistente de quase 10 pontos percentuais.

Além da desigualdade territorial, há também o tipo de conexão: 84,3% dos domicílios dependem da banda larga móvel, enquanto

88,9% utilizam a banda larga fixa. Isso indica que grande parte das famílias, sobretudo nas periferias e áreas rurais, vive conectada por meio de planos limitados, instáveis e de baixa velocidade, geralmente associados a pacotes de dados móveis pré-pagos. Essa dependência de conexões precárias restringe o acesso à informação e à participação plena no ambiente digital — o que se traduz em uma conectividade “condicionada”, marcada pela limitação e pela exclusão.

APNAD Contínua também revela que 20,5 milhões de brasileiros ainda não têm acesso à internet, o equivalente a 10,9% da população com 10 anos ou mais. Desses, 45,6% afirmam não saber utilizar a rede, 28,5% não veem necessidade, e 7,5% consideram o serviço caro. O perfil predominante desse grupo é composto por pessoas com baixa escolaridade (73,4%) e idosos (52,1%), o que evidencia que o problema não é apenas técnico, mas também pedagógico e cultural — um reflexo da ausência de políticas públicas voltadas para o letramento digital e a formação crítica em comunicação.

Esses números revelam um fenômeno central para compreender o jornalismo comunitário contemporâneo: o Brasil é um país majoritariamente conectado, mas de forma desigual, instável e excludente. A chamada inclusão digital, quando analisada sob a lente das periferias, aparece como uma inclusão precária — uma “conexão de sobrevivência” que permite estar online, mas não garante o pleno exercício do direito à comunicação. É nesse contexto que o jornalismo comunitário mobile emerge como prática de resistência, utilizando o celular e as redes como meios de visibilidade, denúncia e pertencimento.

Essa realidade também redefine o próprio conceito de *mobile first*. Diferente do uso corporativo — voltado à otimização de plataformas

e fidelização de audiências —, o *mobile first comunitário* representa a apropriação das tecnologias como ferramenta de existência social e política. Nas periferias, comunicar-se pelo celular não é apenas uma escolha técnica, mas uma estratégia de sobrevivência comunicacional, que transforma a falta em potência.

É nesse cenário que surge o conceito de gambiarra comunicacional, que se conecta diretamente ao improviso criativo das periferias digitais. A gambiarra, como define Messias (2020), não é erro ou acaso, mas invenção diante da falta — um modo de fazer comunicação a partir das brechas, dos limites técnicos e das condições materiais restritas. No jornalismo comunitário, ela se manifesta na criatividade cotidiana de quem produz vídeos, reportagens e transmissões ao vivo com celulares quebrados, conexões emprestadas e aplicativos gratuitos.

Essa “gambiarra digital” simboliza o poder de reinvenção das periferias: a capacidade de transformar a carência em linguagem, o limite em resistência e a precariedade em inovação

Inteligência Artificial e a nova fronteira da desigualdade tecnológica

O avanço das tecnologias de inteligência artificial generativa (IA generativa) inaugura uma nova e complexa fronteira de desigualdade digital. Em um contexto onde a conectividade já é marcada por desafios estruturais, a disseminação dessas ferramentas acentua diferenças entre aqueles que apenas acessam a tecnologia e os que detêm condições materiais e técnicas para utilizá-la de maneira criativa e autônoma. Trata-se de uma fronteira invisível, mas poderosa, que redefine a própria ideia de inclusão digital. Se antes o problema era a ausência de conexão, hoje o desafio é também o grau de autonomia, profundidade

de uso tecnológico e conhecimentos básicos das questões que norteiam esses algoritmos.

Durante a primeira década da popularização da internet e das redes sociais, acreditou-se que o ambiente digital democratizaria o acesso à informação, a criação de conteúdo e o direito à fala pública. Essa utopia da “aldeia global” foi sustentada pela promessa de horizontalidade — qualquer pessoa poderia publicar, opinar e produzir conhecimento. No entanto, a consolidação das plataformas digitais e o surgimento de tecnologias baseadas em IA revelaram um cenário bem diferente: o da recentralização do poder informacional, agora mediado por algoritmos, modelos de linguagem e infraestruturas computacionais que concentram recursos e dados nas mãos de poucas corporações.

Ferramentas que antes simbolizavam a abertura e a democratização da produção audiovisual, como o CapCut, passaram a adotar lógicas de monetização restritivas, limitando recursos nas versões gratuitas e reservando funções avançadas às assinaturas pagas. Softwares profissionais como os da Adobe permanecem inacessíveis para estudantes, comunicadores populares e coletivos periféricos, cujo orçamento não comporta custos de licenciamento. Mesmo as plataformas amplamente difundidas — como ChatGPT, Gemini e Copilot — funcionam em modelos híbridos, nos quais o acesso gratuito é limitado a tarefas simples, enquanto as versões pagas concentram as possibilidades de integração, armazenamento, memória e personalização.

Essas barreiras instauram o que especialistas denominam desigualdade de profundidade digital: o acesso à tecnologia é formalmente universal, mas sua utilização plena é desigual. Em outras palavras, a internet está em quase todos os lugares, mas o poder de criação está

concentrado. É uma mudança qualitativa na exclusão digital — não se trata mais de quem está ou não conectado, e sim de quem tem o domínio sobre a linguagem técnica que estrutura o novo capitalismo de dados.

O relatório *The State of AI 2024*, da McKinsey, exemplifica essa assimetria: 65% das empresas no mundo já utilizam IA generativa, mas apenas uma minoria relata ganhos significativos em produtividade e inovação. O estudo indica que “o valor capturado permanece concentrado nas organizações com maior maturidade digital, acesso a dados de qualidade e infraestrutura tecnológica avançada” (McKinsey, 2024). Essa concentração reitera que o impacto global da IA é, na prática, seletivo — quem domina infraestrutura, dados e capital humano se torna mais competitivo, enquanto o restante da sociedade opera sob modelos fechados e dependentes.

Esse fenômeno aprofunda o que autores como Nick Couldry e Ulises Mejías (2019) denominam colonialismo de dados — um processo em que os dados gerados por populações periféricas alimentam sistemas de IA controlados por atores hegemônicos, sem que haja retorno simbólico ou material. As periferias, portanto, não são apenas consumidoras passivas, mas também produtoras invisíveis de informação, cujos rastros digitais são extraídos, processados e monetizados sem consentimento ou benefício direto. A exclusão digital contemporânea, assim, é dupla: pela ausência de infraestrutura e pela apropriação dos dados.

Além disso, os algoritmos de recomendação e ranqueamento reproduzem vieses raciais, territoriais e linguísticos, restringindo a visibilidade de conteúdos produzidos fora dos centros. A comunicação periférica enfrenta não apenas dificuldades técnicas, mas também barreiras algorítmicas, que tornam menos visíveis as narrativas que

desafiam a lógica comercial e os padrões culturais dominantes. Como alerta Safiya Noble (2018), os algoritmos não são neutros: eles codificam desigualdades históricas, amplificando estereótipos e silenciando vozes subalternas.

Nesse cenário, o papel das comunidades e coletivos de comunicação periférica torna-se ainda mais estratégico. Sem recursos para competir tecnologicamente, esses grupos constroem alternativas a partir da criatividade e da colaboração. É nesse contexto que a gambiarra comunicacional (Messias, 2020) ganha relevância renovada: um modo de fazer que nasce da falta e transforma o limite em potência. A gambiarra não é improvisado desordenado, mas prática política e epistemológica — uma pedagogia da invenção que traduz a sabedoria de “fazer com o que se tem”, ressignificando as tecnologias a partir das margens.

A IA, quando chega às periferias, é reinterpretada de modo crítico. Em vez de substituir a criatividade humana, torna-se ferramenta de experimentação popular. Comunicadores e artistas periféricos combinam modelos gratuitos com aplicativos simples, misturam recursos analógicos e digitais, adaptam funcionalidades e criam um uso híbrido da tecnologia — acessível, horizontal e contextualizado. Essa prática configura o que se pode chamar de inteligência periférica comunicacional, uma maneira de pensar e agir tecnologicamente que desafia a hierarquia entre o saber técnico e o saber popular, algo que já ocorre no dia a dia de diversas comunidades, que se mobilizam através de uma linguagem própria, gírias e conhecimentos específicos sobre sua cultura e região.

Essa “inteligência periférica comunicacional” está enraizada na pedagogia freiriana do diálogo e da conscientização. Assim como Paulo Freire defendia que o conhecimento nasce da experiência vivida e da

leitura crítica da realidade, as práticas comunicacionais das periferias revelam um aprendizado coletivo diante da exclusão social e tecnológica. Cada improviso técnico carrega uma dimensão pedagógica: compreender o funcionamento das ferramentas, explorar suas brechas, driblar suas limitações e usá-las a serviço da comunidade. Trata-se de um processo de alfabetização tecnológica popular que ressignifica o lugar do sujeito periférico — de consumidor a produtor, de objeto a protagonista do discurso digital.

Nesse sentido, o enfrentamento da desigualdade tecnológica não é apenas técnico, mas também ético e político. A IA, ao mesmo tempo em que amplia possibilidades criativas, reforça estruturas de exclusão, pois reproduz a lógica concentradora do capitalismo informacional. Como observa Martín-Barbero (2004), a comunicação não é apenas meio, mas espaço de disputa cultural. As ferramentas de IA, por sua natureza mediadora, também se tornam arenas de poder simbólico — e nelas, a luta por visibilidade, autonomia e reconhecimento é permanente.

Por isso, pensar a IA sob a ótica do jornalismo comunitário é repensar o próprio significado da inovação. O avanço tecnológico só será emancipador se for acompanhado por políticas de justiça digital, que garantam acesso, formação crítica e participação na criação das tecnologias. É urgente promover uma democratização da inteligência artificial que não se limite ao consumo de produtos, mas envolva a inclusão dos territórios periféricos nos processos de pesquisa, desenvolvimento e regulação.

A resistência periférica, expressa na gambiarra comunicacional, mostra que a criatividade pode ser uma forma de soberania simbólica. Mesmo diante de plataformas que negam acesso total, comunidades

seguem criando, narrando e denunciando, reinventando a tecnologia para caber em suas mãos — literalmente. Essa insurgência cotidiana, feita com celulares antigos e conexões instáveis, desafia o modelo de inovação excludente e propõe outro paradigma: o da tecnologia popular, baseada na partilha, na solidariedade e no diálogo.

A desigualdade imposta pelas novas ferramentas de IA é um espelho das desigualdades históricas que estruturam o Brasil. O desafio, portanto, também é político: construir um ecossistema digital em que as periferias não sejam apenas usuárias, mas coautoras do futuro tecnológico. Isso significa reconhecer que o conhecimento não está apenas nos laboratórios e nas empresas de software, mas também nas vielas, nas rádios comunitárias, nos coletivos de mídia livre e nas redes de solidariedade digital que emergem das margens.

A inteligência artificial, assim, deve ser compreendida como território em disputa. De um lado, as grandes corporações que transformam dados em lucro; de outro, comunidades que transformam carência em criação. Entre esses extremos, nasce um novo campo de resistência — o da inteligência popular comunicacional, que reivindica o direito de pensar, produzir e habitar o mundo digital com dignidade, autonomia e propósito coletivo.

Jornalismo Comunitário na Palma da Mão: Criatividade, Colaboração e Cartografia Social

A análise dos portais e aplicativos estudados evidencia que o jornalismo comunitário transforma limitações tecnológicas em estratégias de produção de informação relevante e colaborativa. Iniciativas como Nós, Mulheres da Periferia (<https://nosmulheresdaperiferia.com>.

br) e Periferia em Movimento (<https://periferiaemmovimento.com.br>) demonstram que, mesmo com recursos reduzidos, é possível produzir conteúdos que representam direitos humanos, políticas sociais e cidadania, fortalecendo a mobilização comunitária e o pertencimento social.

O Nós Mulheres da Periferia, autogestionado por mulheres negras e periféricas, atua em contextos de marginalização midiática, utilizando parcerias e assinaturas recorrentes para sustentar suas atividades. A produção jornalística é adaptada às condições tecnológicas disponíveis, garantindo visibilidade às ações comunitárias e ampliando narrativas que vão além da violência e estigmatização periférica.

A Periferia em Movimento, fundada em 2009 por jornalistas das periferias da Zona Sul de São Paulo, exemplifica como o jornalismo sobre, para e a partir das periferias utiliza celulares, aplicativos gratuitos e redes sociais para gerar e distribuir informações. A iniciativa promove representatividade, equidade e horizontalidade, fazendo da tecnologia um mediador de cidadania e pertencimento territorial.

Plataformas como Fogo Cruzado e Onde Tem Tiroteio - OTT reforçam o potencial do jornalismo colaborativo. Ao mapear tiroteios e violência armada em tempo real, esses aplicativos fornecem dados de utilidade pública, permitem alertas à comunidade e contribuem para a construção de mapas sociais da violência urbana. Mesmo com recursos limitados, cidadãos participam da produção de informação, fortalecendo redes de cuidado e vigilância comunitária.

O conceito de gambiarra (Messias, 2020) é central para compreender essas práticas. No jornalismo comunitário, gambiarra não é imprevisto aleatório, mas adaptação criativa diante da falta: celulares

com telas quebradas, internet emprestada, aplicativos gratuitos e dados escassos tornam-se instrumentos de comunicação urgente e funcional.

Análise segundo Martín-Barbero: Comunicação como Cartografia

Segundo Martín-Barbero (2004), a comunicação deve ser compreendida como um processo cultural situado nos territórios e nas práticas sociais. O comunicador atua como cartógrafo, mapeando relações entre mídia, público e espaço social, e identificando como os grupos interpretam, adaptam e ressignificam mensagens, como podemos ver na tabela abaixo. Aplicando esse conceito aos portais e aplicativos, observa-se que:

- Portais comunitários funcionam como mapas simbólicos de pertencimento e resistência;
- Aplicativos de monitoramento de violência urbana operam como cartografias em tempo real, articulando território físico e social;
- O público periférico não é apenas receptor, mas participa ativamente da produção de sentido;
- A tecnologia, mesmo limitada, se transforma em instrumento de mobilização, visibilidade e cidadania

Tabela 1

Portal / Aplicativo	Público - Alvo	Tipo de Conteúdo	Estratégias Tecnológicas	Função social	Estratégias de adaptação
Nós Mulheres da Periferia	Mulheres Periféricas	Textos e vídeos jornalísticos, relatos e entrevistas	Site, redes sociais e aparelhos tecnológicos	Representatividade, visibilidade, Fortalecimento de pertencimento	Uso de sites leves, redes sociais gratuitas, conteúdo textual compacto

Periferia em Movimento	Comunidades Periféricas	Reportagens, vídeos e áudios	Redes Sociais, site, podcasts, audiovisual	Mobilização Comunitária, Cidadania, mapeamento cultural	Uso de vídeos curtos, distribuição em redes sociais, edição simples em aplicativos gratuitos
Fogo Cruzado	Comunidade em áreas de risco	Registro de tiroteios e violência	Aplicativo móvel, site, Tecnologia e IA	Alerta, vigilância comunitária, mapeamento em tempo real	Participação colaborativa, alertas rápidos via aplicativos móveis
Onde tem Tiroteio (OTT)	Comunidades em risco	Registro de tiroteios e operações policiais	Aplicativo móvel, site e redes sociais	Informação em tempo real, proteção comunitária e planejamento de rotas	Georreferenciamento simples, alertas enviados na web e por app

A análise da tabela evidencia que os portais e aplicativos estudados cumprem simultaneamente funções de cartografia social e adaptação tecnológica no jornalismo comunitário. Sob a perspectiva de Martín-Barbero, observa-se que iniciativas como Nós Mulheres da Periferia, Periferia em Movimento, Fogo Cruzado e Onde Tem Tiroteio atuam como mediadores entre território, cultura e cidadania. Elas não apenas informam, mas mapeiam experiências sociais, promovem pertencimento comunitário e fortalecem a participação ativa do público, que se torna parte integrante da produção de sentido e do monitoramento de sua realidade.

Ao mesmo tempo, a tabela evidencia limitações práticas enfrentadas pelos produtores comunitários, incluindo smartphones antigos, internet instável, dados móveis escassos, aplicativos básicos e falta de investimentos em infraestrutura digital. Essas restrições, contudo, são transformadas em oportunidades de adaptação e criatividade, por meio de estratégias que incluem o uso de sites leves, aplicativos gratuitos para edição, vídeos curtos e alertas colaborativos. O conceito de gambiarra

(Messias, 2020) se materializa nesse contexto: soluções improvisadas não surgem do acaso, mas da necessidade de manter a circulação de informação e a participação cidadã.

A pesquisa demonstra que o jornalismo comunitário na palma da mão atua de maneira dupla e complementar: como cartografia cultural, organizando territórios simbólicos e experiências sociais, e como prática adaptativa, superando limitações tecnológicas para garantir a comunicação e a cidadania. Essa análise evidencia não apenas a capacidade de resistência e inovação das comunidades periféricas, mas também aponta a importância de políticas públicas, investimentos em infraestrutura digital e capacitação tecnológica, de modo a reduzir desigualdades e ampliar o impacto do jornalismo comunitário como ferramenta de informação, mobilização e empoderamento social.

Conclusão

A análise das experiências estudadas demonstra que o jornalismo comunitário mobile constitui uma das expressões mais significativas da reinvenção comunicacional nas periferias brasileiras. Ao transformar as tecnologias acessíveis — muitas vezes precárias, instáveis ou de segunda mão — em ferramentas de narrativa e denúncia, essas iniciativas revelam um modo de fazer comunicação enraizado na criatividade, na solidariedade e no compromisso com o território. As plataformas Nós Mulheres da Periferia e Periferia em Movimento exemplificam como a apropriação crítica das mídias digitais pode reconfigurar o campo da comunicação popular. Seus conteúdos não apenas informam, mas produzem pertencimento, questionam estigmas e criam redes de apoio entre mulheres e comunidades marginalizadas. Já aplicativos colaborativos

como Fogo Cruzado e Onde Tem Tiroteio (OTT) revelam uma dimensão inovadora do jornalismo cidadão: a construção coletiva de cartografias sociais da violência urbana, em tempo real, por meio de dados produzidos por quem vive a experiência cotidiana da insegurança.

Essas práticas reafirmam o princípio freiriano de que o ato de comunicar é também o ato de libertar. Quando cidadãos transformam o celular em uma ferramenta de denúncia, participação e solidariedade, eles exercem a pedagogia do oprimido em sua forma mais contemporânea — a pedagogia digital das periferias. Trata-se de um processo educativo e político que devolve às comunidades o poder de narrar suas próprias realidades, rompendo com a lógica vertical da mídia tradicional.

A teoria de Martín-Barbero (2004) reforça essa leitura ao compreender a comunicação como cartografia cultural. Os portais e aplicativos analisados funcionam como mapas vivos das relações entre mídia, território e cidadania. A partir deles, é possível perceber que a comunicação comunitária não é apenas uma alternativa à mídia hegemônica, mas um sistema simbólico próprio, enraizado nas práticas, linguagens e modos de vida das periferias.

Ao mesmo tempo, o avanço da inteligência artificial e a crescente concentração de poder tecnológico nas grandes corporações inauguram uma nova fronteira de desigualdade. Se antes a exclusão se dava pelo acesso limitado à internet, hoje ela se manifesta na restrição de uso das ferramentas mais avançadas — as versões premium da IA, os softwares pagos e as plataformas de edição profissional. Nesse contexto, a gambiarra comunicacional surge como estratégia de sobrevivência e criação, um modo de resistência ética e técnica que mantém viva a autonomia comunicacional dos territórios populares.

Assim, o jornalismo comunitário na palma da mão não deve ser compreendido apenas como prática alternativa, mas como expressão legítima de soberania comunicacional. Ele traduz a potência de um país em que as margens produzem conhecimento, as periferias geram inovação e a escassez se transforma em estética e política. Essa forma de jornalismo, sustentada pela empatia, pela colaboração e pela pedagogia do diálogo, ressignifica a própria noção de tecnologia — que deixa de ser privilégio e passa a ser linguagem de resistência.

Diante disso, é urgente que políticas públicas, universidades e empresas de tecnologia reconheçam e fortaleçam essas práticas, investindo em formação crítica, infraestrutura e acessibilidade digital. O futuro da comunicação democrática no Brasil depende da valorização dessas experiências, que colocam o povo como protagonista de sua própria narrativa.

O jornalismo comunitário mobile, portanto, é mais do que uma resposta à exclusão digital: é uma prática de emancipação. Ele devolve à comunicação o que ela tem de mais essencial — o poder de criar vínculos, provocar consciência e transformar o mundo.

Referências

Cavalcanti, V. C., & Oliveira, L. L. (2019). *Jornalismo, mediação e o direito à comunicação*. ABC Pública.

Fogo Cruzado. (s.d.). *Fogo Cruzado* [Mobile app]. Instituto Fogo Cruzado. https://play.google.com/store/apps/details?id=br.org.fogocruzado.app&hl=pt_BR

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2024). No Brasil, 88,9% da população de 10 anos ou mais tinha celular em 2024.

Agência de Notícias IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44032-no-brasil-88-9-da-populacao-de-10-anos-ou-mais-tinha-celular-em-2024>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2024). Internet chega a 74,9 milhões de domicílios do país em 2024. *Agência de Notícias IBGE*. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44031-internet-chega-a-74-9-milhoes-de-domicilios-do-pais-em-2024>

Martín-Barbero, J. (2004). *Ofício de cartógrafo*. Loyola.

McKinsey & Company. (2025). The cost of compute: A \$7 trillion-dollar race to scale data centers. https://www.mckinsey.com.br/industries/technology-media-and-telecommunications/our-insights/the-cost-of-compute-a-7-trillion-dollar-race-to-scale-data-centers?utm_source=chatgpt.com

Messias, J. (2020). Gambiarra como mediação: um encontro entre materialidades da comunicação e filosofia da técnica a partir das mídias digitais. *E-Compós*, 23. <https://doi.org/10.30962/ec.1848>

Moura, B. de F. (2025, julho). Pesquisa identifica 205 milhões de brasileiros sem acesso à internet. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-07/pesquisa-identifica-205-milhoes-de-brasileiros-sem-acesso-internet>

Onde Tem Tiroteio. (s.d.). *Onde Tem Tiroteio - OTT*. <https://ondetemtiroteio.com/website/ott/index.html>

Peruzzo, C. M. K., & Sgoti, M. C. M. (2015). *Manual de comunicação comunitária e popular*. Intervenções.

Reis, M. A., Thomé, C. A., & Pernisa Jr., C. (2019). Jornalismo na “palma da mão”: O conceito mobile first em prática no Brasil. *E-Compós*, 22(1).

Voz das Comunidades [@vozdascomunidades]. (s.d.). *Posts* [Instagram profile]. Instagram. <https://www.instagram.com/vozdascomunidades/>

VÍNCULOS EM REDES: A RECONFIGURAÇÃO DO COMUM EM CLUBES DE LEITURA NO *BOOKTUBE*

Ana Clara Campos dos Santos¹
Christina Ferraz Musse²

Neste trabalho exploramos a relação entre comunicação e interação em comunidades de leitores *online* de duas *booktubers*: Mellory Ferraz, do canal Literature-se, e Isabella Lubrano, do canal Ler Antes de Morrer. Entendemos o YouTube como parte do ecossistema comunicacional contemporâneo, pois a plataforma permite a conexão de grupos e a geração de conteúdos relevantes; além disso, os clubes de leitura on-line podem ser vistas como projetos em prol da transformação social por meio da literatura e do debate. Tendo isto em vista, fazemos

-
1. Doutoranda em Comunicação Social na Universidade Federal de Juiz de Fora. anaclaracs91@gmail.com
 2. Doutora em Comunicação Social. Professora adjunta da Universidade Federal de Juiz de Fora. christina.musse@ufjf.br

a seguinte pergunta: como os clubes de leitura ao vivo no YouTube podem se configurar como práticas que promovem a reconfiguração do comum? Tentaremos responder à questão proposta com a hipótese de que os leitores criam vínculos por meio das discussões on-line, que lhes permite ampliar o olhar para o outro e para a realidade e as relações sociais em que estamos inseridos e a experiência da leitura compartilhada é válida até mesmo quando o livro, por si só, não agrada ao leitor, pois é possível refletir sobre as considerações de outrem, o que nos força a pensar e a existir-em-comum.

Selecionamos duas influenciadoras que fazem leituras de alguns livros em comum, e a que será analisada neste artigo será a leitura conjunta do livro de ficção científica *A Mão Esquerda da Escuridão*, escrito em 1969 pela autora estadunidense Ursula K. Le Guin. Desta maneira, vamos verificar o que vai entrar no debate mediado pelas *booktubers*, bem como as impressões dos integrantes das *lives* com relação ao livro e à experiência do clube de leitura.

Escolhemos dois canais que possuem clubes de leitura on-line e gratuitos, em formatos de projetos de leitura (Jeffmann, 2017) semelhantes. No canal Literature-se, as *lives* de leitura conjunta foram feitas em março e abril de 2021, enquanto em Ler Antes de Morrer, elas aconteceram em maio e junho de 2023. Apesar de haver outras leituras em comum entre os dois canais, escolhemos este livro por conta de seu potencial de discussão, que pode ampliar o debate sobre inclusão, cultura e cidadania, por meio da análise de comentários feitos nos *chats* ao vivo.

De modo geral, percebemos que os comentários falam sobre o estímulo e a motivação que as *lives* proporcionam aos leitores para iniciarem ou continuarem a leitura do livro, elogiando a iniciativa e

a experiência proporcionada pela leitura compartilhada, mesmo que algumas pessoas não tenham gostado tanto da leitura, pois fazem com que encarem o livro sob novas perspectivas.

Os laços nos clubes de leitura virtuais

Clubes de leitura são objetos comunicacionais que ajudam a pensar a sociabilidade e em como se dá o contato com o outro. Para Ciro Marcondes Filho (2021), o *outro* pode ser considerado um espelho ao qual nos expomos e com o qual interagimos em uma troca de energias. “E o que é a comunicação senão exatamente esse fato que nos surpreende, nos choca, nos incomoda e nos faz pensar, *nos força a pensar?*” (Marcondes Filho, 2021, p. 40, destaque do autor). Assim como em um clube de leitura, a vivência da leitura como ato solitário se transforma em uma experiência após a escuta e o pensar conjuntamente.

Para Muniz Sodré (2014), o conceito de comunicação se aproxima à ideia de linguagem na perspectiva de Martin Heidegger, sendo esta uma forma de acolher trocas e diferenças. O autor defende que somos regidos pela comunicação, entretanto, o fato de considerar apenas emissor e receptor não demonstra toda a complexidade contida no processo comunicacional. Ele também faz um resgate histórico acerca da noção da *communicatio* (palavra latina que originou a nossa), explicando seu significado no sentido do acolhimento das diferenças, o que possibilita o diálogo. Para o autor, a *communicatio* e a noção de comunicação tratam das trocas e da ação de “pôr as diferenças em comum” (Sodré, 2014, p. 146).

Sodré apresenta o pensamento de Martin Buber acerca do diálogo e da relação inter-humana, que se define como o “encontro entre

um *Eu* e um *Tu*” (Sodré, 2014, p. 147). Isso traz à tona uma noção de comunidade como uma espécie de ligação de forma recíproca entre as pessoas, mas não está relacionada a sentimentos, nem a instituições. Interpretando Buber, o autor pensa na comunidade como várias pessoas vinculadas por uma espécie de laço invisível - e é isso que define o que é o comum.

Muniz Sodré defende a comunicação como aquilo que vincula um pensamento a uma ação compartilhada. Podemos concluir que o comum é a “cola” que une os membros de uma comunidade, e que a comunicação é um ato, de “tornar comuns as diferenças ou de unir os opostos” (Sodré, 2014, p. 152). O autor explica que o comum é público, geral e coletivo; portanto, em oposição àquilo que é próprio, privado ou particular. Dentro desta definição, o laço que vincula a comunidade é a harmonização dos contrários (nem sempre de forma pacífica). Se “o homem pensa porque existe, logo, *é* em comum” (Sodré, 2014, p. 154), a comunidade é o *ser-em-comum*, algo no qual sempre estamos, porque sempre nos comunicamos.

Mas será que podemos dizer que existem comunidades no meio on-line? Eduardo Yamamoto (2014) problematiza os conceitos de comunidade, amizade e engajamento e afirma que estes estão em crise, dentro do atual cenário digital e mediatizado. Para ele, a definição clássica das Ciências Sociais do século XIX, que ligava a comunidade a uma substância comum compartilhada como território, cultura, etnia ou classe, não é suficiente para abarcar a comunicação.

Segundo Yamamoto, quando se entra no âmbito da cibercultura, “a expressão da vontade comum se comparece ao problema das solidariedades digitais, interessadas tanto na economia colaborativa entre

os diferentes grupos, quanto na afirmação identitária e nas trocas e negociações intersubjetivas” (Yamamoto, 2014, p. 440), se dissociando de um contexto de comunidade baseada no requisito território, neste ambiente midiaticizado.

Ao refletir sobre a comunidade a partir da origem da palavra - *communitas*, ou seja, *cum* (com) + *munus* (dívida, dom, dever) - Yamamoto (2014) sugere dois caminhos para se pensar esse conceito na comunicação: um em que a preocupação é com o “acolhimento do outro” e a “reinvenção de si”, trazendo o vínculo humano ao debate; o outro, com “a produção de dispositivos de abertura, estabelecendo como problemática norteadora a proposição de práticas de intervenção no mundo”.

Ao pensar os conceitos de comunicação, comum e comunidade nesta pesquisa, consideramos que as comunidades de leitores on-line se unem virtualmente para se comunicarem, compartilhando a experiência da leitura. Os diálogos entre integrantes dos clubes de leitura funcionam como a “cola” ou o “laço” que os une. Também compreendemos que as trocas se dão entre pessoas que estão ligadas de forma dessubstancializada, o que não acontece por meio de uma “substância comum”, como o território, mas sim por indivíduos que possuem afinidades e interesses compartilhados.

A sociabilidade nos clubes de leitura on-line

Nos dias atuais, muito pautados em velocidade e produtividade, e com o advento e alastro da tecnologia, muitas pessoas abrem mão de sair de casa e se transportar a um local para se encontrar com outras pessoas para falar de literatura, justamente por haver diversas outras

formas de mediação, curadoria e interação entre diversos públicos de leitores, graças à internet de banda larga e aos aplicativos de leitura social. Seja com fins de lazer e diversão, de propiciar o debate social e educativo ou de discutir as obras sob um ponto de vista diferente, a leitura compartilhada já está presente na sociedade há alguns séculos e passou por diversas modificações. Hoje, o ambiente virtual, que a princípio servia como uma mobilização para encontros presenciais, passou a possibilitar, àqueles com acesso à internet, a participação em diversas práticas coletivizadas de leitura.

Em uma pesquisa feita com 251 leitores - membros de clubes de leitura virtuais, membros de clubes de leitura presenciais e leitores que não participam de clubes - DeNel Sedo (2003, p. 74) levantou dados relevantes para fazer um estudo comparativo. Ela considera que os membros de clubes virtuais usam esses locais como uma forma de permear fronteiras culturais que até então eram inacessíveis, e também que eles percebem o ambiente virtual como não intimidante, um espaço seguro para aumentar seus conhecimentos fora dos formatos institucionais - o nível educacional não importa tanto quanto em um clube presencial. Entre as principais vantagens de um clube virtual, estão os cronogramas flexíveis e a possibilidade de transcender limites físicos, geográficos e temporais, enriquecendo a interpretação de um livro (2003, p. 82). Em contrapartida, nos clubes presenciais, o aspecto mais satisfatório são os laços grupais formados:

Os membros do clube virtual descobrem que, por meio da discussão, os pontos de vista são confirmados, desafiados e mudam, e eles veem isso como um benefício importante de pertencer. Os membros dos grupos presenciais, por outro lado, são mais propensos a valorizar o compartilhamento de

experiências pessoais na discussão do livro do clube. (DeNel Sedo, 2003, p. 81)

Acreditamos que a utilização de redes sociais como *booktube* e *bookstagram* permite, por meio das *lives*, trocas mais orgânicas do influenciador com sua audiência, devido à interação síncrona, semelhante às discussões de clubes de leitura realizadas face a face. As *lives* do YouTube também são um campo de pesquisa vasto na atualidade, proporcionando formas de interação ricas para análise. Já em 2017, a plataforma YouTube foi estudada pela pesquisadora Tauana Jeffman (2017), que classificou em 12 categorias as publicações dos chamados *booktubers*, sendo uma delas a de *projetos de leitura* - gravados com lógica sequencial entre vídeos e páginas lidas, feitos com outros *booktubers* ou com os seguidores. Acreditamos que esses projetos são a melhor forma de aproximar o influenciador do público, quando são feitas as citadas *lives* em que ele/ela pode realizar o papel de mediador(a) em um clube de leitura.

De acordo com as autoras Pâmela Pochmann e Sandra Montardo, que estudaram a plataformização dessas práticas de leitura no YouTube, “durante a pandemia, produtores de conteúdo literário realizaram, com mais frequência, clubes de leitura ou leituras conjuntas remotas com as suas comunidades” (Pochmann & Montardo, 2023, p. 4). Compreendemos que, durante o contexto pandêmico, os leitores precisaram adaptar suas práticas de leitura às plataformas on-line, assim como os conteúdos das plataformas foram adaptados para que as pessoas seguissem as recomendações sanitárias de permanecer em casa.

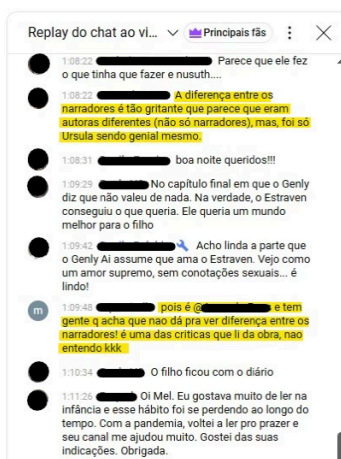
No período pandêmico foram realizadas algumas tentativas de aproximação dos leitores por meio de clubes de livros virtuais que não tiveram muito sucesso na manutenção dos laços. As pesquisadoras Cláudia Thomé e Vanessa Martins (2021) estudaram o clube do livro virtual *Quarentena Literária*, realizado pela Editora Record, que promovia bate-papos com escritores por meio da ferramenta *Go To Webinar*, para verificar como as redes foram usadas a fim de estabelecer laços sociais por meio de interações on-line, durante o período da pandemia. Para as autoras, nesse período “os clubes de leitura ganharam força por terem, por exemplo, a capacidade de construir relações de afeto e promover ambientes de descontração”, sendo utilizados “como uma forma de amenizar dores cotidianas” (Thomé & Martins, 2021, pp. 13-14), porém, observou-se que as participações dos leitores nos *chats* ao vivo passavam por dois “filtros”: os mediadores da editora Record, que selecionavam as perguntas, e a leitura dos autores, que podiam deixar de responder alguma pergunta por lapso ou por vontade própria. Os participantes eram incentivados a enviar apenas questionamentos aos escritores, mas não havia interação direta entre eles; além disso, os vídeos foram hospedados posteriormente no YouTube, mas o *chat* não fica aparente neles, apagando-se os vestígios de interação: “após a finalização das transmissões, os rastros dessas interações são dissolvidos, não havendo lastros desses usuários para a manutenção da sociabilidade e, conseqüentemente, de afetividade” (Thomé & Martins, 2021, p. 23). Desta forma, concluiu-se que a ação da editora não cumpriu os requisitos de um clube do livro, de criar vínculo entre os participantes.

Nos casos dos clubes de leitura virtuais com transmissão ao vivo que vamos estudar aqui, percebe-se quase o oposto do clube estudado

por Thomé e Martins, visto que os participantes, além de enviarem perguntas e comentários às donas dos canais, também conversavam entre si nos *chats*, como é possível verificar na imagem a seguir. Além disso, os vestígios de interação são mantidos por anos pela plataforma de *streaming* do YouTube e pelas gestoras dos canais, tornando-se disponíveis e acessíveis gratuitamente para quem tiver interesse e quiser buscar os vídeos.

Figura 1

Captura de tela que exhibe exemplo de interação entre duas leitoras, nas falas em destaque



Literature-se (2021c).

Uma característica que os coletivos literários que serão analisados neste artigo e a *Quarentena Literária*, e até mesmo os clubes de leitura presenciais também possuem em comum, é a mediação. No trabalho de Jean Rossi (2022), que estudou coletivos de leitura do projeto *Leia Mulheres* realizados durante o período da pandemia com base no mapa

das mediações de Jesús Martín-Barbero, verifica-se que existem ao menos cinco formas de mediação: 1) técnicas, relativas ao uso da internet feito pelos clubes para que os integrantes mantivessem contato; 2) ritualidades, no que se refere a hábitos individuais e coletivos dos integrantes; 3) sociabilidades praticadas nos clubes, a criação de vínculos e sua importância no período pandêmico; 4) narrativas motivadas pelos livros; e 5) identidades, considerando-se os clubes como espaços de pertencimento. Mesmo sendo um formato diferente - os clubes estudados por Rossi eram feitos por encontro via *Meet* - todas essas mediações também perpassam nosso objeto de pesquisa no YouTube.

Outros dados interessantes coletados por Gabriela Barbosa (2019) em sua pesquisa sobre o clube de leitura *Leia Mulheres* de Belo Horizonte, são as nove categorias de conversações, sejam elas entre leitoras e obras ou entre as próprias leitoras. São elas: 1) interpretação, ou significado “correto” de trechos; 2) adaptação, ou aproximação com o contexto brasileiro; 3) apropriação, ou aproximação com a própria vida; 4) relação, de intertextualidade com outras obras; 5) diferenciação, usada para expandir conhecimento; 6) digressão, com rumos não previstos no diálogo; 7) percepção, ou aspectos físicos que possam influenciar a leitura; 8) vocalização, na leitura em voz alta; e 9) valorização, ou reconhecimento relacionado ao gênero feminino. Mesmo que algumas dessas características sejam mais comuns em clubes de leitura presenciais, podemos também considerar que ocorrem nos clubes de leitura do YouTube.

Após essa contextualização acerca dos clubes de leitura, no próximo tópico faremos uma análise das interações por meio dos comentários do *chat* selecionados, pelas mediadoras, para responder ou tecer comentários sobre.

Análise das interações: o potencial de debate e pertencimento nas leituras compartilhadas

Em nossa análise dos comentários dos *chats*, nos deparamos com milhares de comentários durante as seis *lives*, que possuem mais de uma hora cada. Por isso decidimos utilizar como *corpus* de análise apenas os comentários que observamos terem sido citados pelas mediadoras e colocados em destaque na tela da *live* ou somente em suas falas. Também houve alguns comentários citados pelas mediadoras que não estavam mais aparecendo nos *chats*. Isso pode ter ocorrido porque o usuário da plataforma que fez o comentário ativou o “Modo Restrito” no YouTube. Desta forma, compõem o *corpus*:

Quadro 1

Número de comentários por encontro

Encontro/ Canal/ Data	Live 1 Literature-se 08/03/2021	Live 2 Literature-se 17/03/2021	Live 3 Literature-se 07/04/2021	Live 1 Ler Antes de Morrer 08/05/2023	Live 2 Ler Antes de Morrer 24/05/2023	Live 3 Ler Antes de Morrer 05/06/2023
Nº de comentários do <i>corpus</i>	39	63	16	10	28	39

Elaborado pela autora.

Percebemos que, em duas das três *lives* da Leitura Conjunta de Mell Ferraz (canal Literature-se), ela utilizou o espaço para interagir bastante com o público de leitores, especialmente na segunda. Já no terceiro encontro virtual, em que recebeu um convidado especialista, o doutor em Literatura Comparada Rafael Ottati, ela fez uma espécie de entrevista com ele, trazendo uma quantidade bem menor de comentários

de seus seguidores, em comparação com as duas primeiras *lives*. A interação aconteceu de forma diversa nas Leituras Coletivas de Isabella Lubrano (canal Ler Antes de Morrer), que aumentou gradativamente à medida em que o livro se desenvolvia. É importante ressaltar que, em ambos os canais, o primeiro encontro é dedicado à leitura do primeiro capítulo.

Para este artigo, vamos dividir os comentários em três grandes categorias: 1) Opiniões pessoais sobre o livro e a leitura; 2) Interações com a comunidade; e 3) Discussões sobre questões sociais e Direitos Humanos. Vamos falar mais sobre as categorias e exemplificá-las a seguir:

1) Opiniões pessoais sobre o livro e a leitura: nesta categoria temos os comentários que expressam opiniões e “confissões” sobre as dificuldades com a leitura, frases de apreciação e de impacto emocional.

Podemos notar que os leitores se sentiram em um ambiente seguro para poderem mostrar suas impressões sobre a leitura, podendo ser diferentes da empolgação da maioria: “O livro não me pegou. Achei chato em alguns momentos” (2023c), “Me senti não alfabetizada...” (2021a), e “Eu tô próprio meme da Nazaré” (2021a), mostrando a confusão causada pela dificuldade da leitura.

Outros viram no desafio da leitura pontos positivos, como: “O mundo que a Le Guin cria é ABSURDO de bem pensado! Tanto que eu me perdi várias vezes, porque é de uma complexidade e detalhe genial!” (2021a), ou “No início a leitura fluiu sem grande entusiasmo, mas estou adiantada, passei do meio e agora gostando” (2023c).

Temos também os sentimentos suscitados pelo apego aos personagens: “Rafael [convidado da *live*] falando do sacrifício do Estraven meu deu vontade de chorar (de novo) kkkkk” (2021c), “Também fiquei

triste com a morte do Estraven” (2023c), além de demonstrações de grande apreço pela obra: “Esta foi uma das melhores leituras que fiz este ano. 5 estrelas e favoritado. Com certeza quero ler muito mais dela!” (2023c).

Há também comparações como: “Posso estar louca, mas achei parecido com Panem de Jogos Vorazes” (2021a), uma referência a outra série de livros e filmes de ficção, e opiniões que trazem a leitura como algo que acrescentou ao leitor: “Um livro muito bonito, que nos ensina várias coisas sobre a nossa sociedade do mundo real” (2023c).

2) Interações com a comunidade: são incluídos nesta categoria os comentários de participação e suporte, os relativos à comunidade que está integrando a *live* de leitura compartilhada, as comparações com outras obras e os comentários casuais e de humor.

Outra questão que podemos notar é como os integrantes da *live* podem se conectar com pessoas de diferentes partes do país e compartilhar a leitura com outras pessoas, sentindo-se unidas por laços antes inimagináveis: “Nossa, que legal! Achei que só eu tinha dificuldade de imaginar os personagens!” (2021b).

O sentimento de pertença a uma comunidade de leitores também é reforçado em comentários direcionados em especial a Mell Ferraz, como se fosse criado um vínculo de amizade: “Não largo a mão da Mell, estarei em todas as Leituras Coletivas kkkkkk” (2021a), ou em “É a primeira vez que estou numa leitura coletiva com você. Estou amando!” (2021b), e em: “Oi Mell, primeira LC que participo e estou adorando” (2021b).

Há também menções a outros produtos das *influencers*: “Amanhã vai ser TUDO DE BOM A NOSSA FOFOQUINHA LITERÁRIA!”

(2021a), “Mell, só quero dizer que os seus podcasts são maravilhosos” (2021b), ou “Catarse para audiobook da Isa” (2023a), citando plataformas de financiamento coletivo dentro de seus projetos dedicados à comunidade literária apoiadora.

Os pedidos de curtida nas *lives* também são formas de reforçar a importância que os participantes dão àquela atividade compartilhada e ao trabalho das gestoras dos canais literários: “Não se esqueçam de dar um like/joinha na transmissão, que leitura sensacional. Obrigado” (2023c), “Entrou e deu like gente!” (2021b), ou “Não esqueça do like!” (2021a). Com maior número de curtidas, o algoritmo da plataforma também considere aquele vídeo relevante e faz com que ele alcance mais pessoas.

3) Discussões sobre questões sociais e direitos humanos - nesta categoria foram agrupados comentários sobre questões sociais, direitos humanos, preconceito, gênero, binarismo, política e crítica social.

Aqui cabe uma breve contextualização sobre o livro: em *A Mão Esquerda da Escuridão*, os habitantes do planeta Gethen (também chamado de Inverno), onde se passa a história, não possuem gênero. Existe um período do ano dedicado à reprodução, e apenas neste período os seres humanoides habitantes de Gethen assumem um órgão sexual de maneira aleatória, ou seja, não é uma escolha própria, para acasalar. O personagem principal da história é um homem do planeta Terra, que se encontra ali em uma missão diplomática e precisa se acostumar à inexistência de gêneros masculino e feminino.

Observamos como a temática do livro em si, escolhido pelas *booktubers* para discussão em grupo, podem refletir nas perspectivas e pensamento crítico dos leitores, em comentários que comparam uma

história de ficção científica à vivência na sociedade em que vivemos: “Curiosa pra entender as questões de gênero. Tive a impressão de que quando o Genly fala de características femininas e masculinas, ele atribuiu valores meio estereotípicos negativos para a parte feminina” (2021a) e em: “Mas o problema não é o binarismo em si, mas o valor atribuído a cada gênero...” (2021a), mostrando uma visão crítica logo no início das *lives*.

São outros exemplos de pensamentos comparativos com a realidade e com as questões políticas ou sociais de gênero: “Interessante que [em um dos países daquele planeta fictício] a criação dos filhos é uma questão de Estado, porque todos podem engravidar e não é uma atividade exclusiva só de mulheres” (2023c), ou em “Para mim, a visão que o pessoal de Inverno [planeta fictício do livro] tem dos seres humanos é muito parecida com que a sociedade heteronormativa vê a comunidade LGBT, num cio eterno, em um espaço de promiscuidade constante” (2021b). Este comentário mostra a visão dos gethenianos (habitantes do planeta fictício) sobre os habitantes do planeta Terra, visto que estão sempre no cio, não possuem um período específico para o acasalamento.

Há, ainda, comentários sobre política: “Falando em política achei muito interessante a reflexão: ‘foi estranho constatar que a sociedade menos primitiva era a mais sinistra’ quando ele reflete sobre Orgoreyn (2021b)”, ou: “‘O que é patriotismo?... medo. Medo do outro. E suas expressões são políticas, não poéticas: ódio, rivalidade, agressão’. NOSSA, ISSO É MUITO BOLSONARISTA... que soco” (2021b), comentário que converge com a realidade política vivida em um governo ultra-direitista no Brasil, no qual o presidente era conhecido por apoiar

a tortura e a ditadura militar, além de incentivar o negacionismo anti-vacina em um contexto pandêmico mundial.

Considerações finais

Focando nas comunidades de leitura de Mell Ferraz (canal Literature-se) e Isabella Lubrano (Ler Antes de Morrer), demonstramos que as *lives* mediadas pelo YouTube são uma experiência coletiva, que cria um laço dessubstancializado, independente de proximidade física ou territorial. Esse ser-em-comum, impulsionado pelo diálogo e pelo encontro (mesmo que virtual), é o laço que une os participantes e os incentiva a pensar e existir em conjunto. Podemos perceber como os clubes de leitura on-line podem se configurar como objetos comunicacionais que promovem a reconfiguração do comum e a defesa de valores como os Direitos Humanos.

O estudo dos comentários citados pelas mediadoras nos chats das *lives* nos mostra três categorias de interação: 1) opiniões pessoais sobre o livro e a leitura; 2) interações com a comunidade; e 3) discussões sobre questões sociais e Direitos Humanos. Os leitores se sentem seguros para se expressar, criam vínculos de pertencimento com a *booktuber* e os demais seguidores do canal e também utilizam a literatura como base para discutir a realidade em que estão inseridos.

Diferentemente de outra iniciativa on-line observada, os clubes de leitura analisados mantiveram os vestígios de suas conversas, permitindo que a sociabilidade e os rastros de interação sejam preservados e possibilitando esta pesquisa. As mediações das *booktubers* funcionam como a “cola” que mantém a comunidade leitora unida, incentivando o debate no *chat* (sabendo que, nem sempre os comentários são direcionados a

ela, mas uns aos outros) e lendo os comentários para ampliar a discussão com suas próprias visões críticas.

Referências

Jeffman, T. M. W. (2017). *Booktubers: Performances e conversações em torno do livro e da leitura na comunidade booktube* [Tese de doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos].

Ler Antes de Morrer. (2023a). *Live 1 de 3: A Mão Esquerda da Escuridão, de Ursula K. Le Guin* [Vídeo]. YouTube. <http://www.youtube.com/watch?v=gDLEs-n4QDQ>

Ler Antes de Morrer. (2023b). *Live 2 de 3: A Mão Esquerda da Escuridão - Discussão Intermediária* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=6NgLS9AUTXc>

Ler Antes de Morrer. (2023c, junho 5). *Live 3 de 3: A Mão Esquerda da Escuridão - Discussão Final* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=_XdB57DEVGg

Literature-se. (2021a, 8 de março). *Leitura Conjunta: A mão esquerda da escuridão // live de início* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=la8wNhCmgmM>

Literature-se. (2021b, 17 de março). *Leitura Conjunta: A mão esquerda da escuridão // live da metade* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=cgZS4AFrAVA>

Literature-se. (2021c). *“A mão esquerda da escuridão”: LIVE FINAL com Rafael Ottati // Leitura Conjunta* [Vídeo]. YouTube. <http://www.youtube.com/watch?v=KgtQJaQBYn4>

- Marcondes Filho, C. (2021). O olhar como comunidade sensitiva: Imersão, espelho e terceira figura no processo comunicacional do olhar no face a face. In L. Signates (Org.), *Epistemologia da comunicação: reflexões metateóricas sobre o especificamente comunicacional*. Cegraf UFG.
- Pacheco, G. B. (2019). *Mediações no clube de leitura Leia Mulheres: reconhecimento e sociabilidade a partir da literatura escrita por mulheres* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais].
- Rossi, J. S. (2022). “*Antes era só ler, hoje em dia é ler e comentar*”: leituras compartilhadas pela internet nos clubes Leia Mulheres [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria].
- Sodré, M. (2014). *A ciência do comum: Notas para o método comunicacional*. Vozes.
- Thome, C. de A., & Martins, V. C. (2021). Literatura e afetividade nas redes durante a pandemia: uma análise das interações na Quarentena Literária. *Rizoma*, 9, 9-27.
- Yamamoto, E. F. (2014). O conceito de comunidade na Comunicação. *Famecos*, 21(2), 438-458.

Anexo

	Comentários do chat lidos ao vivo pela <i>booktuber</i>
Live de início do canal Literature-se Data em que foi ao ar: 08/03/2021	1. Audio e vídeo ok 2. Usa o do Chacrinha (não apareceu no chat) 3. EU SOU APAIXONADO POR ESSE LIVRO hahahaha 4. E super empolgado em estar aqui. Muito obrigado pelo convite, Mell. Eu me sinto honrado 5. Não esqueça do like! 6. tentei ler antes hoje, mas não deu tempo... vão ser na live mesmo 7. o mundo que a le guin cria é ABSURDO de bem pensado! tanto que eu me perdi varias vezes pq é de uma complexidade e detalhe genial! 8. a gente inventa nossa própria pronúncia hehe 9. Torto Arado é ótimo e merece todos os elogios que vem recebendo 10. Não largo a mão da Mell, estarei em todas as Leituras Coletivas kkkkkk
	11. Eu não consigo 12. desisti por causa da pronuncia (não apareceu no chat) 13. Eu tô próprio meme da Nazare 14. Cheguei atrasada 15. Aquecimento Global nesse planeta estranho! (super chat) 16. difícil é entender os nomes aliens rs saímos do russo, pra língua alienígena 17. Que conversa tensa! 18. agora, traduza! 19. Adorei! já estou interessada nas intrigas 20. Estou mega curiosa hahahhaa
	21. mta coisa msm em pouquíssimo espaço 22. Posso estar louca, mas achei parecido com Panem de Jogos Vorazes 23. Me senti não alfabetizada....=(24. Gostei da escrita e da ideia desses alienígenas com dois sexos ou nenhum!/? 25. mas achei esse primeiro capítulo mais facil q o dos despossuidos 26. os 3 primeiros livros da Le Guin eu achei o capítulo inicial mais difícil tbm, acho q é pelo estranhamento de um mundo novo 27. sim, pelo q entendi a critica que fazem a obra é exatamente essa, fica presa nesse parametro binario de genero, que hoje já esta bem mais expandido 28. quero só ver como isso se desdobra... 29. Curiosa pra entender as questões de gênero. Tive a impressão de que quando o Genly fala de características femininas e masculinas ele atribuiu valores meio estereotípicos negativos pra parte feminina. 30. Mas o problema não é o binarismo em si, mas o valor atribuído a cada gênero...
	31. Não considero um limite e sim uma manipulação da narrativa pois aqui temos um narrador em primeira pessoa 32. claro que o contexto da epoca da obra tem que ser considerada né 33. Podcast longo! Adoro! 34. Amanhã vai ser TUDO DE BOM A NOSSA FOFOQUINHA LITERÁRIA! 35. esse valor negativo é incrivelmente atual 36. Gostei desse start! Obrigada! 37. Como tenho acesso ao Telegram? 38. Mel, falando de desconforto, imagine só quando você ler Neuromancer hehehehehe 39. A Mel não sabe falar meu nome

Live de início do canal Ler Antes de Morrer Data em que foi ao ar: 08/05/2023	1. Boa noite de Salvador na Bahia 2. boa noite a todos. Bauru 3. Animada! Boa noite de Curitiba 4. Boa noite ! Vila Velha -ES 5. Oi, boa noite. Vila Valério, ES, 220 km da capital capixaba. 6. Eu nem dormi rrsrrsrs 7. Catarse para audiobook da Isa 8. vamos dar likes 9. Com GPS Isa 10. e o rei chama Argaven XV
---	---

	Comentários do chat lidos ao vivo pela <i>booktuber</i>
Live intermediária do canal Literature-se Data em que foi ao ar: 17/03/2021	1. alfândega aqui deixe registrado O NOME DESSE BATOM 2. ouvindo bem 3. ahh tenho esse livro mas n comecei a ler ainda 4. oi Mell, primeira LC que participo e estou adorando 5. entrou e deu like gente! 6. leitura com janta rs 7. Booktubers que indicam make? temos haha 8. Mell, só quero dizer que os seus podcasts são maravilhosos 9. So eu não to gostando muito? 10. É a primeira vez que estou numa leitura coletiva com você. Estou a m a n d o!
	11. like dado! :) 12. L-cast longo? amoooo 13. quem tá gostando de A Mão Esquerda etc tem que jurar juradinho que vai ler Os Despossuídos também ♥ 14. Mel, como você bem percebeu, a alteridade é um dos principais elementos da ficção científica como forma de arte 15. e ambos são meio alienígenas para nós leitores, mesmo o Ai parece para mim um pouco não humano 16. Nossa, que legal! Achei que só eu tinha dificuldade de imaginar os personagens! 17. São os teóricos Darko Suvin e Adam Roberts que falam da alteridade como elemento cosntituente da ficção científica 18. ler ficção científica é um baita exercício de criatividade! 19. eu procuro fanart, a que eu gosto mais é o personagem da cabeça kkkmmm 20. a parte política me é bastante difícil de analisar, porque a nossa clássica imagem de política é muito associada ao gênero
	21. Eu não quero nem imaginar a dificuldade de quem traduziu esse livro do inglês pro português, que é uma língua cheia de genero 22. Falando em política achei muito interessante a reflexão: “foi estranho constatar que a sociedade menos primitiva era a mais sinistra” quando ele reflete sobre orgoreyn 23. mell no podcast de hoje falando de shippar o genly e o straven SIM SIM SIM EU SHIPPEI DEMAIS LFIHASODJIASOJD a pré-adolescente fanfiquera que existe em mim grita 24. eu quero dar uns spoiler sobre esses comentários mas eu vou me seguraaaaarrrr 25. Eu nunca entendi esse termo “shippar”, crush 26. A ignorância é a base do pensamento. A não-prova é a base da ação. Se houvesse certeza de que Deus não existe, não haveria religião. 27. “A única coisa que torna a vida possível e a incerteza permanente e intolérável: não saber o que vem depois” 28. Boas noites! 29. Ele defende a ignorância como a justificativa da vida. Pois se você soubesse de tudo não necessitaria da vida. 30. isso me lembra muito de O fim da infância

Live intermediária do canal Literature-se Data em que foi ao ar: 17/03/2021	31. Como a Ursula conseguiu pensar nesse mundo? Fico passada... 32. tem outra frase interessante no cap 07, @ “ninguém aqui é tão completamente livre quanto um macho livre, em qualquer outro lugar” 33. Pensei muito em Orlando Mell, da Virginia Woolf. 34. Os homens têm mais liberdade. As mulheres são vítimas em potencial. É muito triste isso. 35. No entanto, você não deve pensar num getheniano como uma pessoa “neutra”. Eles não são neutros. São potencialidades, ou integralidades. 36. O que é patriotismo?... medo. Medo do outro. E suas expressões são políticas, não poéticas: ódio, rivalidade, agressão. NOSSA ISSO É MUITO BOLSONARITA...que soco. 37. em Orlando apesar da discussão, acho que ele sempre se viu na figura masculina. Já em A Mão Esquerda os gethenianos nem conceito de masculino/feminino tem 38. “o coito só poder ser realizado por convite e consentimento mútuo” (não aparece no chat) 39. nossa nao fazia ideia que era esse o tema de Orlando 40. Gaum!
	41. é quase um “estupro de vulnerável” pq a pessoa nao esta com todas as condições de dizer nao 42. É complexo mesmo, porque você pode fazer com que a outra -pessoa- que também está no kemmer entre no kemmer, e não necessariamente a outra quer 43. Pra mim a visão que o pessoal de inverno tem dos seres humanos é muito parecida com que a sociedade heteronormativa vê a comunidade LGBT, num cio eterno, em um espaço de promiscuidado constante 44. A investigadora tem limitações também né? 45. Sim. A ideia de que não existiria sexo sem consentimento era da investigadora estrangeira. 46. veio uma luz agora: a investida do Gaum foi induzida por hormônios. Dá a entender que o estupro até pode existir ali, mas não teria como ocorrer naturalmente 47. pq o estupro não é só um ato sexual forçado né? É uma violação maior que isso? 48. @ até a produção dessa droga que induz o Kremmer: porque isso é permitido? Seria uma forma de exercer o poder sobre o outro a nível de poder institucional via ind.farmacêutica? 49. o Estraven fala que o assédio não iria adiante porque, apesar de ter causado alguma reação, “a repulsa era tão efetiva quanto as drogas”. 50. mas acho que Estraven é exceção, ele é muito estoico
	51. só o desconforto do Estraven já mostra que houve uma violência 52. eu comecei desconfiando, mas agora to gostando dele tbm rs 53. a conversa dele com o Genly em que ele “insulta” o Genly e o Genly não entende é muito bom pq a gente só descobre depois 54. É que também, do ponto de vista do Genly, é muito difícil confiar em qualquer um em um planeta estranho (não encontrei no chat) 55. sim, mas até no 1o capítulo narrado por ele ainda tava desconfiando. Achei mto fácil ele passar da aristocracia pra fábrica de peixe 56. Ele disse que ele quis ir para essa missão. (não aparece no chat nem na tela) 57. um alienígena totalmente desprotegido vulnerável desconfiando de tudo e todos..... um pátria fugitivo chamado de traidor..... digai se não é a Fanfic perfeita 58. vc é impossível @ hahahahaha 59. Pois é, @, nós não conhecemos bem o Ekumen. 60. E o Genly, na verdade, é não confiável pra falar do Ekumen porque ele quer, justamente, vender esse peixe. 61. quando li tive muito maior desconfiança do ekumen enquanto instituição que de qualquer personagem em particular. Ok, tem todo esse compromisso com a coordenação, não o governo, mas ainda assim... 62. O link do grupo aberto está expirado 63. Como se chama o grupo aberto?

Live intermediária do canal Ler Antes de Morrer Data em que foi ao ar: 24/05/2023	1. Hoje tem jogo do Corinthians, mas estou aqui? (não apareceu no chat) 2. Boa noite pessoal Joinville/SC assistindo 3. assistindo de Porto Velho, Rondônia 4. Graciela de Canoas RS 5. Bauru, interior de São Paulo (não apareceu no chat) 6. No início a leitura fluiu sem grande entusiasmo, mas estou adiantada passei do meio e agora gostando. 7. eu também to achando mais fácil que Duna, só a parte que eles explicam como eles entendem a passagem de tempo tá meio complicada 8. e a forte correlação que eu estou conseguindo fazer com a ONU, como a Isa falou tem me encantado (não apareceu no chat) 9. ISA PERGUNTA: como ele sobrevive num lugar tão frio se ele tem a pele tão escura? 10. Boa noite! Só chegando agora.
	11. o protagonista ser negro e bem incomum pensando na época na ficção científica 12. Dostoiévski , já dizia “ o ser humano se adapta a tudo” 13. A gente só precisa aprender e praticar a coexistência. A imagem do personagem pra mim é do belíssimo cantor talentoso Seal 14. qual etnia os aliens teriam se fossem humanos não acho que sejam brancos mas também não são negros 15. eu achei interessante que durante esse ciclo eles são liberados do trabalho, eles valorizam bem a reprodução kkkk 16. as temáticas abordadas neste livro, como personagens negros, a questão de gênero e a questão religiosa, mais voltada para questões mais voltadas para o budismo, são temáticas importantes para nós 17. Entendi o Faxé mais como masculino 18. Eu achei interessante a parte de todos terem trabalho em Orgoreyn pq o estado é responsável por isso, tbm do fato de que não há herdeiros e td mundo começa do zero - supostamente 19. Genly tem muito pouco jogo de cintura 20. eu imagino que toda essa bajulação terá um preço...
	21. eh quase como se westeros fosse vizinha da urss 22. não sei pq essa edição da Aleph não tem um mapa incluso, sendo q a própria autora fez um mapa 23. podiam fazer uma versão “war” dele rs 24. aliás, o q significa essa capa??? 25. Dava uma série ou filme mesmo! Imagino a Tilda Swinton como algum getheniano. 26. Acho cômico a maneira que o Ai está evitando o Estraven...ele ficava evitando estender contato, ã parece ser só por uma desconfiança natural que a situação exige. queria mais interação deles 27. mas até os de Gethen não gostam do Estraven, é chamado de traidor 28. Foi rápido mesmo

Comentários do chat lidos ao vivo pela booktuber	
Live final do canal Literature-se com participação do doutor em Literatura Comparada, Rafael Ottati Data em que foi ao ar: 07/04/2021	1. Boa noiteeee! Sou de Santo André-SP 2. Olá! Sou de Presidente Dutra, no Maranhão 3. Fortalezaaaaa 4. Boa noite! São Paulo 5. Oi! Recife por aqui! 6. aproveito então pra perguntar: vcs acham q essa dificuldade/resistência com sci-fi varia entre mídias? pq pra filmes e séries parece ter mto mais alcance 7. Pra mim, a parte da estranheza inicial da ficção científica é uma das minhas partes preferidas da leitura!! Amo ir aos poucos descobrindo os mundos, mergulhando na história, aprendendo os idiomas. 8. Minha maior dificuldade foi imaginar os personagens 9. Eu acho muito engraçado como eles acham estranho que os humanos são sexualmente ativos sempre e eles colocam isso como contraprodutivo 10. "O homem que não detesta um mau governo é idiota." um tapa na cara da humanidade de ideologias irrefutáveis

Live final do canal Literature-se com participação do doutor em Literatura Comparada, Rafael Ottati Data em que foi ao ar: 07/04/2021	11. o Estraven pra mim faz o que nós estamos tentando fazer,sabe? Ele tenta entender o Genly e abre portas pra ele no mundo dele. 12. a mell falando do desfecho...o gatilho pra quem chorou 13. Rafael falando do sacrifício do Estraven meu deu vontade de chorar (de novo) kkkkk 14. Quais as dicas de livros, filmes e séries de ficção científica? 15. esse tá engatilhado aqui :D 16. puts, eu amei MAIS AINDA Os Despossuídos, agora já quero ler estes dois citados
Live final do canal Ler Antes de Morrer Data em que foi ao ar: 05/06/2023	1. Boa noite a todos. Aqui do Rio de Janeiro 2. Igrejinha RS 3. Joinville 4. Boa noite!!! Rio de Janeiro aqui 5. Boa noite! Guaratinguetá (SP) 6. boa noiteeee de Belém do Pará 7. Campina- SP 8. Sorocaba SP 9. Angelo carioca no ES 10. Embu das Artes -SP 11. foi rápido 12. Li tudo de uma vez 13. eu terminei, amei o livro 14. comprei agora sou louco pra ler ursula nunca li nada dela 15. Esta foi uma das melhores leituras que fiz este ano. 5 estrelas e favoritado. Com certeza quero ler muito mais dela! 16. O que achei trabalhoso no livro foi se adaptar às palavras inventadas (que sei que faz parte da ficção). Senti falta de um glossário ou algo do tipo no fim do livro. 17. Fiquei feliz demais de ter comprado o box 18. Comprei o box também, é uma pena que não tem a sequencia completa dela publicada em português. Ela explora a ideia da expansão galáctica de modo bem diferente do Asimov e do Herbert. 19. tem um filme do Studio Ghibli: Feiticeiro de Terramar, mas ainda não li o livro 20. A Arqueiro abandonou a série de fantasia "Terramar" e hoje ela está saindo pela Morro Branco 21. Em Os Despossuídos tem os mapas 22. Tbém fiquei triste com a morte do Estraven 23. tb achei uma morte desnecessária 24. @, acredito que um preconceito dele, porque ele acaba admitindo pro Estraven que se identifica mais com ele do que alguns da própria espécie 25. achei a parte da neve muito arrastada. pra cada diálogo vinha mais duas páginas só de descrição da paisagem, a fome, nomes de lugares sem um mapa... 26. eu fico pensando como seria se o primeiro enviado fosse mulher 27. nossa, faz bastante sentido o que a Isa comentou com relação a conexão entre eles e o fato do Estraven ouvir a voz do irmão 28. eu gostei, não achei cansativo não, acho que era necessário 29. um livro muito bonito, que nos ensina várias coisas sobre a nossa sociedade do mundo real 30. Oi Boa noite Isabela estou lendo no momento o livro Descobrimo a alegria de viver da aurora Salle Merrill Redfield, um guia de meditação com prefácio de James Redfield autor de A profecia Celestina.

Live final do canal Ler Antes de Morrer Data em que foi ao ar: 05/06/2023	31. o livro não deixa explicito que Genly é homossexual 32. outra coisa interessante é a relação de Gethen com a tecnologia. eles nem conseguem conceber um veículo voador pq não tem animais que voam 33. ISA OLHA O COMENTÁRIO DA @ 34. interessante que a criação dos filhos é uma questão de Estado, porque todos podem engravidar e não é uma atividade exclusiva só de mulheres 35. o livro não me pegou:/ achei chato em alguns momentos 36. Não se esqueçam de dar um like/joinha na transmissão, que leitura sensacional. obrigado. 37. Me pergunto pq a autora escolheu criar um planeta hostil como esse para abordar esse tema da dualidade. Imagina esse povo se vivessem em um planeta mais favorável. 38. Assim como Arrakis em Duna (só que ao contrário), o planeta se torna um personagem 39. é interessante reler a introdução da autora, em que ela coloca que a ficção dela não é especulativa sobre um futuro, apenas um mundo alternativo
---	---

COMUNICAÇÃO, TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E MOBILIZAÇÃO DOS PÚBLICOS NO CONTEXTO CENTRO AVANÇADO DE PESQUISA SMART B100¹

Caroline Kraus Luvizotto²
Milena Carolina de Almeida³
Larissa Chaves Placca⁴

O avanço das tecnologias digitais no campo tem promovido transformações profundas na produção, gestão e circulação do conhecimento agrônomo. Nesse cenário, emergem novas demandas por

-
1. As reflexões apresentadas neste texto integram pesquisas financiadas pela Fapesp - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processos 2024/00985-1; 2025/02747-3 e 2025/08654-7).
 2. Livre-docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pesquisadora do PPGCom da Unesp e Centro de Pesquisa Smart B100 (CCD-SB100). caroline.luvizotto@unesp.br
 3. Mestre e Doutoranda pelo PPGCom da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Bolsista da Fapesp - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. milena.almeida@unesp.br
 4. Mestranda pelo PPGCom da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Bolsista da Fapesp - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. larissa.placca@unesp.br

processos comunicacionais capazes de integrar ciência, tecnologia e sociedade, articulando os saberes técnicos e os saberes locais em ecossistemas colaborativos de inovação. É nesse contexto que se insere o Centro de Ciências para o Desenvolvimento - Centro Avançado de Pesquisa Smart B100 (CCD-SB100), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e por parceiros institucionais públicos e privados. O projeto tem como objetivo principal desenvolver a Plataforma Smart Boletim 100 (SB100), uma solução digital que incorpora inteligência artificial, dados ambientais e modelos agrônômicos avançados para gerar recomendações de manejo mais sustentáveis e precisas aos produtores rurais.

No âmbito do CCD-SB100, a comunicação assume o papel de eixo transversal e estratégico. Mais do que um instrumento de divulgação científica, constitui-se como espaço de mediação, coprodução e articulação social do conhecimento. É por meio da comunicação que se constroem vínculos, se estabelecem redes de confiança e se viabiliza a transferência do conhecimento científico em direção à prática agrícola. Assim, a comunicação organizacional e científica passa a ser compreendida como dimensão estruturante da própria governança do projeto, sustentando a mobilização de públicos estratégicos, a coesão simbólica entre instituições e a apropriação social dos resultados (Grunig & Grunig, 2008; Kunsch, 2016).

A mobilização efetiva dos públicos da agricultura e do agro-negócio em torno da Plataforma SB100 exige processos comunicacionais dialógicos que transcendam a mera difusão técnica. É necessário traduzir o conhecimento científico em valor prático, contextualizado e

socialmente relevante. Como argumentam Massarani e Moreira (2020), os modelos de comunicação científica precisam promover apropriação crítica e não apenas transmissão de informação. Nessa direção, o diálogo entre pesquisadores, técnicos, extensionistas e produtores rurais demanda estratégias de comunicação integradas, sustentadas em práticas de escuta, participação e cocriação.

O presente estudo tem como objetivo analisar práticas comunicacionais associadas à transferência de conhecimento e à mobilização de públicos no contexto da agricultura e do agronegócio, identificando contribuições e possibilidades de aplicação ao projeto CCD-SB100. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, realizada durante o primeiro ano das atividades do CCD-SB100 (julho de 2024 a junho de 2025), cujo propósito é subsidiar a formulação das políticas de comunicação do Centro para os próximos anos. O percurso metodológico envolveu três etapas: (i) o mapeamento e segmentação dos públicos estratégicos do CCD-SB100, sistematizados em sete perfis; (ii) a revisão de literatura e análise documental sobre comunicação organizacional, comunicação pública da ciência e mobilização de públicos; e (iii) o estudo de caso da EMBRAPA, tomado como referência empírica para a proposição de dinâmicas comunicacionais aplicáveis ao contexto do CCD-SB100.

A escolha do caso da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), especificamente a experiência da Unidade Demonstrativa Sistema Agropecuário Sustentável no Povoado Rancho, em Sergipe, permitiu identificar estratégias comunicacionais participativas bem-sucedidas no campo da extensão rural, evidenciando a centralidade do diálogo e da construção coletiva do conhecimento.

Essa análise empírica contribuiu para fundamentar a elaboração de diretrizes e dinâmicas comunicacionais que serão implementadas nos anos 2 e 3 do CCD-SB100, visando fortalecer a interface entre ciência, tecnologia e sociedade.

Além de reconhecer o papel estruturante da comunicação nos ecossistemas de inovação, este estudo busca também reconectar o debate da comunicação científica às práticas sociais e aos territórios rurais. A agricultura, frequentemente associada ao agronegócio e às dinâmicas de mercado global, possui uma dimensão essencial muitas vezes invisibilizada: a da agricultura familiar e comunitária, protagonista da segurança alimentar e da economia local (Conti et al., 2015). Entretanto, esses atores enfrentam desafios estruturais, como o acesso desigual à tecnologia, à informação e à assistência técnica (Silva & Soares, 2023), que reforçam a importância da comunicação como ferramenta de inclusão e cidadania. Nesse sentido, o ambiente digital torna-se um campo estratégico de visibilidade e empoderamento, permitindo o intercâmbio de saberes e a valorização das experiências rurais (Schneider et al., 2025).

Do ponto de vista teórico e prático, o texto organiza-se em cinco seções. A primeira seção apresenta o Centro Avançado de Pesquisa Smart B100, contextualizando sua estrutura institucional e seus pilares científicos. A segunda seção discute os conceitos de comunicação, circulação e transferência de conhecimento científico, abordando o papel das mediações comunicacionais na coprodução de saberes. A terceira seção identifica e analisa os públicos estratégicos do CCD-SB100, com base no diagnóstico inicial de comunicação. A quarta seção apresenta o estudo de caso da EMBRAPA, destacando as práticas comunicacionais e lições aprendidas que inspiram o projeto. Por fim, a quinta

seção consolida as propostas de dinâmicas comunicacionais para o CCD-SB100, constituindo uma contribuição teórico-metodológica à comunicação pública da ciência.

Os resultados do estudo indicam que a mobilização dos públicos estratégicos depende da construção de vínculos comunicacionais qualificados, ancorados em confiança, diálogo e reciprocidade. Conclui-se que o êxito do CCD-SB100 não reside apenas na robustez técnica da plataforma digital, mas na capacidade de mobilizar e engajar seus públicos, transformando a comunicação em eixo estruturante da apropriação do conhecimento, da inovação colaborativa e da articulação entre diferentes racionalidades sociais e científicas.

O Centro Avançado de Pesquisa Smart B100 (CCD-SB100)

O Centro Avançado de Pesquisa Smart B100 (CCD-SB100) é uma iniciativa científica em rede, liderada pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e composta por outras oito instituições paulistas: Fatec - Faculdade de Tecnologia de Cotia e Fatec de Pompeia; Instituto Biológico; Unesp - Universidade Estadual Paulista, com participação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) de Bauru, da Faculdade de Ciências Agrônomicas (FCA) de Botucatu, da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) de Marília e do Instituto de Biociências (IB) de Rio Claro; além da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP).

O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e por organizações privadas, tendo a Fundação Shunji Nishimura de Tecnologia como entidade gestora.

O propósito do CCD-SB100 é acelerar a circulação do conhecimento científico produzido pela academia em direção aos públicos da agricultura e do agronegócio. Essa circulação se materializa na criação da Plataforma Smart Boletim 100 (SB100), um ambiente digital que articula dados agronômicos, resultados de pesquisa e tecnologias de inteligência artificial para transformar o conhecimento acumulado ao longo de décadas pelo tradicional Boletim 100 em um sistema vivo de transferência, tradução e apropriação social do conhecimento.

Mais do que um repositório técnico, a plataforma se propõe a ser um espaço de mediação entre diferentes racionalidades: a científica, a produtiva, a ambiental e a comunicacional, onde o conhecimento é continuamente reinterpretado, atualizado e devolvido à sociedade em formato aplicável Massarani e Moreira (2020).

O Boletim 100, originalmente publicado pelo Instituto Agrônomo de Campinas em 1996, consolidou-se como uma das principais referências para o manejo da fertilidade do solo no Estado de São Paulo. Ele traduz, em linguagem acessível e prática, o trabalho coletivo de mais de uma centena de especialistas que, ao longo dos anos, produziram recomendações técnicas de adubação e calagem baseadas em evidências científicas. A atualização recente do documento, organizada pelo IAC (2022), reafirma o compromisso público com a sustentabilidade e a inovação.

Nesse contexto, a Plataforma Smart B100 surge como evolução comunicacional e digital desse patrimônio científico, concebida para potencializar sua disseminação, acessibilidade e integração com práticas contemporâneas de decisão agrícola.

O modelo conceitual do CCD-SB100 articula-se em torno de três eixos fundamentais: (i) Interface avançada entre conhecimento agrônomo e plataforma digital, que organiza e comunica os dados de forma inteligível aos diferentes públicos; (ii) Criação de indicadores e critérios de decisão voltados à eficiência no uso de fertilizantes e bioinsumos, aproximando ciência e sustentabilidade; (iii) Transformação de dados e resultados de pesquisa em produtos comunicacionais e orientações práticas, capazes de gerar sentido e valor social.

Esses eixos operam sob uma lógica de coprodução de conhecimento e de ecossistema de inovação em hélice quádrupla, que reconhece a interdependência entre universidades, governo, empresas e sociedade civil (Carayannis & Campbell, 2012). O CCD-SB100, portanto, não se restringe à criação de uma tecnologia, mas busca construir um espaço de interlocução e engajamento entre ciência e sociedade, no qual a comunicação desempenha papel estruturante, seja na legitimação pública das práticas científicas, seja na articulação entre diferentes linguagens e modos de saber (Kunsch, 2016).

Como estrutura científica, o centro traduz uma tendência mais ampla dos Centros de Pesquisa Aplicada financiados pela FAPESP, que visam estimular a interação entre pesquisa acadêmica e inovação tecnológica em benefício do desenvolvimento sustentável. Contudo, o diferencial do CCD-SB100 está em compreender que a transferência de conhecimento não se efetiva apenas por meios técnicos, mas requer estratégias comunicacionais de tradução, diálogo e mobilização.

É nesse ponto que se ancora o interesse teórico e empírico do presente estudo: compreender a comunicação como dimensão estratégica dos processos de inovação científica e tecnológica, analisando

práticas comunicacionais associadas à transferência de conhecimento e à mobilização de públicos no contexto da agricultura e do agronegócio. Assim, busca-se aproximar os campos da comunicação e da inovação, evidenciando como a construção compartilhada de sentidos pode potencializar a circulação do conhecimento e fortalecer a função pública da ciência.

Comunicação, circulação e transferência de conhecimento científico

A discussão sobre a transferência de conhecimento científico vem se expandindo, nas últimas décadas, para além das fronteiras tradicionais da ciência e da inovação tecnológica. No lugar de um modelo linear de difusão, no qual o conhecimento é produzido pela academia e, em seguida, transferido à sociedade, prevalece hoje a concepção de circulação e coprodução de saberes, em que a comunicação desempenha papel estruturante na mediação entre diferentes racionalidades e regimes de valor (Bucchi & Trench, 2021; Peters et al., 2014).

Sob essa perspectiva, a comunicação científica não se limita a divulgar resultados, mas constitui uma prática social e política que organiza fluxos de informação, estabelece redes de sentido e articula o conhecimento científico às demandas sociais (Massarani & Moreira, 2020). O processo de circulação do conhecimento (Braga, 2012; Fausto Neto, 2018) implica a passagem e reconfiguração de discursos entre campos distintos, acadêmico, midiático, institucional e popular, o que demanda estratégias de tradução, contextualização e legitimação. Assim, comunicar ciência é também produzir vínculos, conectar linguagens e instituir espaços de diálogo entre diferentes regimes de produção simbólica.

Inspiradas na pedagogia freireana, Luvizotto e Almeida (2025) observam que a extensão rural no Brasil historicamente oscilou entre um paradigma difusionista, de transferência vertical de tecnologia, e um paradigma dialógico, centrado na construção compartilhada do conhecimento. Processos emancipatórios exigem escuta ativa e diálogo horizontal entre educador e educando (Freire, 1992). Nesse sentido, a extensão não se limita à difusão de técnicas agrícolas: ela configura um espaço simbólico de produção de sentidos no qual o produtor rural é sujeito do saber, e não mero destinatário de instruções (Luvizotto & Almeida, 2025).

Essa leitura freireana permite reconceituar transferência de conhecimento como um processo comunicacional de mão dupla, cuja efetividade depende menos da precisão técnica isolada e mais da qualidade do vínculo comunicativo entre os atores. A problematização e a participação, categorias centrais em Freire, tornam-se instrumentos metodológicos para transformar o conhecimento científico em práticas socialmente apropriadas, reforçando a legitimidade pública da ciência e o pertencimento dos sujeitos aos processos de inovação (Freire, 1992).

Ao articular a pedagogia libertadora de Freire ao exame da comunicação institucional na extensão, Luvizotto e Almeida (2025) defendem que a comunicação é eixo estruturante da mediação entre ciência e sociedade: não apenas traduz conteúdos técnicos, mas constitui confiança, valoriza saberes locais e habilita coprodução de conhecimento. Essa perspectiva dialoga com abordagens contemporâneas de *knowledge co-production* e *knowledge mobilization*, nas quais a circulação científica é vista como processo dialógico, inclusivo e emancipador, que requer reconhecimento mútuo entre quem produz e quem aplica o conhecimento.

A noção de transferência de conhecimento vem sendo progressivamente substituída por concepções mais abertas, como *knowledge exchange*, *knowledge mobilization* e *knowledge co-production* (Buder, 2017; Nguyen et al., 2017). Esses enfoques reconhecem que o conhecimento só se converte em inovação e transformação social quando se estabelece um sistema relacional de confiança e reciprocidade, no qual os sujeitos e instituições compartilham responsabilidades pela interpretação e aplicação do saber. Nesse sentido, a comunicação é compreendida como dimensão constitutiva dos ecossistemas de inovação (Carayannis & Campbell, 2012), funcionando como o tecido que conecta ciência, política pública, mercado e sociedade civil.

No contexto do Centro Avançado de Pesquisa Smart B100, essa abordagem ganha materialidade. O projeto propõe não apenas uma plataforma digital de disseminação científica, mas um ambiente comunicacional e colaborativo voltado à apropriação social do conhecimento agrônomo. A construção da Plataforma Smart Boletim 100 (SB100), ao integrar resultados de pesquisa, dados de campo e tecnologias de inteligência artificial, demanda a criação de dinâmicas comunicacionais interativas que permitam o trânsito entre especialistas, técnicos e produtores rurais. O desafio não está apenas na transmissão da informação técnica, mas na tradução de linguagens, na construção de sentidos compartilhados e na legitimidade dos processos comunicativos (Kunsch, 2016).

A literatura recente sobre coprodução e governança do conhecimento destaca que a efetividade da comunicação científica depende de sua capacidade de envolver os atores nos estágios de geração, validação e uso do saber. No caso do CCD-SB100, a transferência de

conhecimento é concebida como um processo comunicacional contínuo, que articula circulação de informação, reconhecimento social e engajamento dos públicos estratégicos, dimensões que serão aprofundadas na seção seguinte.

Dessa forma, a comunicação se consolida como eixo epistemológico e operativo da transferência de conhecimento científico. Ela garante não só a difusão de resultados, mas também a mediação entre diferentes temporalidades, saberes e interesses. Ao articular o científico ao social, a comunicação confere legitimidade pública à ciência, contribui para a governança do conhecimento e favorece a mobilização dos públicos em torno de causas, tecnologias e práticas de desenvolvimento sustentável, o que, no caso do CCD-SB100, significa transformar o conhecimento agrônomo em um bem comum.

Nesse horizonte, compreender a comunicação como mediação da transferência de conhecimento implica reconhecer que sua efetividade depende da articulação entre sujeitos, instituições e contextos socioterritoriais. A circulação do saber científico só se concretiza quando há um ecossistema comunicacional capaz de integrar atores diversos: pesquisadores, extensionistas, produtores rurais e gestores públicos, em dinâmicas relacionais de confiança e corresponsabilidade. É nesse ponto que o CCD-SB100 se afirma não apenas como um centro de pesquisa aplicada, mas como um sistema comunicacional em rede, no qual a mobilização dos públicos estratégicos se torna condição essencial para a apropriação social do conhecimento e para a transformação de resultados científicos em práticas sustentáveis. A próxima seção aprofunda essa perspectiva, examinando os públicos e as interfaces relacionais que estruturam a comunicação no âmbito do CCD-SB100.

Públicos estratégicos e ecossistemas relacionais de comunicação no CCD-SB100

A comunicação organizacional tem o objetivo de estabelecer e manter relações entre uma organização e seus diversos stakeholders, como o público interno, clientes, acionistas, concorrentes, governo e sociedade civil (Kunsch, 2003). Assim, toda ação comunicacional é orientada por um público de referência, cujos valores, expectativas e repertórios simbólicos condicionam a eficácia da mensagem. O público-alvo, como destaca Kotler (2006), exerce uma influência fundamental nas decisões do comunicador sobre o que dizer, como, quando, onde e para quem. Cada grupo de interesse possui demandas específicas, exigindo (inter)ações comunicativas adaptadas (Cruz & Melo, 2024). Na gestão da comunicação organizacional, segmentar e compreender essas expectativas é condição essencial para que a comunicação se torne assertiva e produza resultados tangíveis (Morihamia, 2023).

Nesse sentido, a comunicação organizacional envolve modalidades distintas: a institucional, a mercadológica, a interna e a administrativa, cada uma voltada a objetivos próprios (Kunsch, 2003). Por ser simultaneamente heterogênea e interdependente, ela requer planejamento e gestão integrados, capazes de sustentar coerência discursiva e consistência estratégica entre os diferentes níveis e canais de expressão organizacional.

A experiência analisada por Luvizotto e Almeida (2025) sobre a atuação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER, revela que a efetividade das políticas de extensão rural depende, em larga medida, da qualidade dos processos comunicacionais estabelecidos entre as instituições e seus públicos estratégicos. As autoras

demonstram que a comunicação institucional, quando concebida como dimensão constitutiva da ação pública, ultrapassa a função informativa e assume papel estruturante na criação de vínculos de confiança, na construção de sentidos compartilhados e na legitimação social das práticas extensionistas.

Nessa perspectiva, Luvizotto e Almeida (2025) ressaltam que a comunicação pública exercida por instituições de extensão rural deve articular-se a princípios democráticos de transparência, diálogo e prestação de contas, promovendo a escuta ativa e a participação efetiva dos diferentes atores sociais. Essa abordagem reconhece que produtores, técnicos e gestores não apenas recebem informações, mas também compartilham experiências e saberes locais, enriquecendo a base de conhecimento coletivo. Ao destacar o papel das plataformas digitais e das ações presenciais como dimensões complementares, especialmente em contextos de exclusão tecnológica, as autoras apontam a importância de modelos híbridos de comunicação que integrem múltiplos canais e favoreçam tanto a disseminação quanto a apropriação do conhecimento científico nos territórios rurais.

No caso do Centro Avançado de Pesquisa Smart B100, uma das primeiras ações do Núcleo de Comunicação Integrada e Mobilização dos Públicos foi o desenvolvimento de um estudo sistemático de identificação e caracterização dos públicos de interesse. O relatório buscou compreender perfis, interesses, necessidades comunicacionais e potenciais formas de engajamento dos atores da cadeia de valor da agricultura e do agronegócio, oferecendo subsídios para o desenho de estratégias de comunicação sensíveis à diversidade sociotécnica e territorial do campo.

A análise seguiu uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada na comunicação dialógica (Freire, 1992), nas relações públicas estratégicas (Kunsch, 2016), na comunicação organizacional integrada (Grunig & Grunig, 2008) e na comunicação pública da ciência voltada a públicos não especializados (Bueno, 2025). A partir desse diagnóstico, foram definidos sete perfis principais de públicos estratégicos do CCD-SB100:

1. Produtores rurais de pequeno e médio porte, com baixa familiaridade com a linguagem técnico-científica, alto grau de dependência de insumos e valorização da mediação pessoal por técnicos de confiança.
2. Cooperativas agroindustriais, com estruturas internas de comunicação e interesse em soluções tecnológicas que promovam eficiência e sustentabilidade.
3. Técnicos, agrônomos e consultores de campo, reconhecidos como atores-chave na tradução e transferência de tecnologias junto aos produtores.
4. Extensionistas rurais e instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que atuam como mediadores entre políticas públicas, ciência e prática agrícola.
5. Tomadores de decisão e gestores públicos, interessados em dados técnicos e evidências científicas para formulação de políticas agrícolas.
6. Pesquisadores e estudantes das áreas envolvidas, com alto letramento científico e interesse em cooperação, divulgação e impacto social da pesquisa.
7. Empresas e indústrias do setor agrícola, inseridas em cadeias de fornecimento e interessadas em soluções que integrem inovação, sustentabilidade e dados qualificados para tomada de decisão.

A comunicação organizacional tem por objetivo construir sentidos particulares para cada público, de modo a estabelecer vínculos e gerar reconhecimento simbólico (Scheiner & Menezes, 2019). Essa construção é intencional: ao alinhar valores e expectativas, a instituição constrói o que os autores denominam de “universo simbólico”, no qual se dá a convergência entre identidade organizacional e sentido atribuído pelos públicos. Como lembra Bueno (2009, p. 124), “públicos distintos professam interesses distintos e contemplam uma organização a partir de seus próprios filtros”. Por isso, a coerência discursiva entre os diferentes públicos torna-se um imperativo diante da complexidade de um ecossistema comunicacional cada vez mais fragmentado, interativo e em rede (Castells, 1999).

No contexto dos ecossistemas de ciência e inovação, como o CCD-SB100, o conceito de “público estratégico” transcende a noção mercadológica de *target audience* e assume uma dimensão relacional e cocriativa. Aqui, o público não é apenas destinatário da informação, mas coprodutor de sentido e legitimidade. Essa perspectiva dialoga com o paradigma relacional da comunicação pública e com a noção de públicos em copresença comunicativa (Fausto Neto, 2018), na qual as interações são marcadas pela circulação, negociação e disputa simbólica de significados. Pensar a comunicação sob esse prisma implica compreender que os públicos do CCD-SB100 participam ativamente da tradução do conhecimento científico em valor social, colaborando para a apropriação e o reconhecimento público da ciência.

As transformações trazidas pela digitalização e pela inteligência artificial ampliam esse cenário, reconfigurando as fronteiras entre produtores e receptores de informação. Plataformas digitais e mídias

sociais funcionam hoje como ambientes de coprodução comunicativa, nos quais agricultores, técnicos, pesquisadores e gestores interagem, compartilham experiências e constroem repertórios de confiança coletiva (Peters et al., 2014; Silva & Valente, 2024). Nesse sentido, os públicos estratégicos do CCD-SB100 não são apenas segmentos de interesse, mas atores de uma rede sociotécnica de conhecimento que precisa ser permanentemente mobilizada, ouvida e envolvida.

Partindo da compreensão da comunicação como processo complexo de construção de sentidos, é fundamental considerar também os canais de comunicação que sustentam essas interações. A abordagem sistêmica proposta por Kunsch e Lemos (2020) reforça a importância da coordenação integrada entre canais pessoais e não pessoais, garantindo consistência discursiva e experiência comunicacional coerente. Kotler (2006) observa que a seleção de canais adequados se torna cada vez mais desafiadora à medida que o ambiente midiático se fragmenta e se congestiona. Canais pessoais como telefone, e-mail e reuniões presenciais, possibilitam diálogo direto e feedback, enquanto canais não pessoais como mídias digitais, vídeos institucionais e campanhas, alcançam públicos mais amplos e heterogêneos.

As mídias sociais, nesse contexto, têm papel central na formulação das estratégias de comunicação corporativa. Elas ampliaram o alcance e a velocidade das mensagens, possibilitando formas inéditas de engajamento e relacionamento contínuo com os públicos. Ao mesmo tempo, plataformas digitais e sistemas de inteligência artificial passaram a integrar os fluxos comunicacionais, oferecendo meios mais precisos de interação, personalização e acompanhamento de respostas (Silva & Valente, 2024).

Esse ambiente comunicacional híbrido demanda das instituições científicas, como o CCD-SB100, competências relacionais e comunicativas ampliadas, voltadas não apenas à divulgação científica, mas à gestão participativa do conhecimento. A comunicação, nesse caso, converte-se em prática estratégica de mobilização, sustentando a legitimidade pública da pesquisa e promovendo conexões entre atores da ciência, do mercado e da sociedade civil.

Nesse cenário, o desafio do CCD-SB100 consiste em transformar o diagnóstico de públicos e canais em dinâmicas comunicacionais concretas capazes de sustentar processos de diálogo, tradução e coprodução do conhecimento científico em contextos rurais complexos. A próxima seção aprofunda esse movimento, apresentando um estudo de caso sobre a implementação das estratégias comunicacionais participativas voltadas à circulação de saberes e ao fortalecimento das redes sociotécnicas.

Dinâmicas comunicacionais participativas e lições do estudo de caso da EMBRAPA

Com o objetivo de identificar práticas comunicacionais vinculadas ao processo de transferência de conhecimento e que apresentam alto potencial de mobilização de públicos do agronegócio e da agricultura nacional, o presente estudo analisou o caso da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) na implementação da Unidade Demonstrativa (UD) “Sistema Agropecuário Sustentável” no Povoado Rancho, localizado no município sergipano de Pacatuba. Detalhes sobre o caso estão disponibilizados no volume 18 da coleção Sistema Agropecuário Sustentável, desenvolvido sob o formato de Sistematização de Experiências e que apresenta os métodos de transferência de

tecnologia, o intercâmbio e a construção do conhecimento empregados na implementação da UD (Medeiros, 2017)

Reconhecidas em âmbito nacional, as estratégias comunicacionais aplicadas no Sistema Agropecuário Sustentável repercutem também em trabalhos anteriores à publicação da obra de sistematização da experiência, desenvolvidos por pesquisadores da EMBRAPA, como, por exemplo, as Estratégias de Comunicação para o Ambiente Rural, de Nascimento, Souza e Medeiros (2014).

A escolha do objeto de análise decorre da pluralidade de públicos mobilizados pela iniciativa: técnicos e pesquisadores da EMBRAPA, agricultores familiares de Pacatuba, instituições parceiras (Semagri e Emdagro), assessoria técnica do Território Baixo São Francisco, técnicos do Banco do Nordeste, representantes de comunidades vizinhas e de órgãos públicos. Além de seu alcance institucional, o caso foi selecionado pelo contexto comunitário em que ocorreu: uma localidade de agricultura familiar, cujo foco esteve menos no resultado final e mais na construção coletiva do conhecimento e na adoção de soluções tecnológicas sustentáveis (Nascimento et al., 2014).

Antes de apresentar as dinâmicas comunicacionais observadas, é pertinente contextualizar a comunidade do Povoado Rancho, situada no Território da Cidadania do Baixo São Francisco, estado de Sergipe. Conforme Medeiros (2017), a localidade é composta por cerca de cem famílias de posseiros, cuja principal atividade econômica é o cultivo de mandioca para a produção de farinha. O projeto emergiu de uma articulação interinstitucional que visava criar um banco de sementes de cultivares de mandioca e preparar a comunidade para o recebimento de uma agroindústria com capacidade de processar três toneladas diárias

do produto local. Para tanto, a EMBRAPA reconheceu que o êxito técnico dependia da mobilização comunicacional e do engajamento social da comunidade, o que demandou metodologias participativas que ampliassem o protagonismo dos agricultores e agricultoras no processo decisório.

Ao longo de um ano e dois meses, a comunidade foi envolvida em ações estratégicas que visavam consolidar o engajamento e preparar o terreno para os dois projetos: o banco de sementes e a agroindústria. O documento da EMBRAPA expõe, de forma sistemática, as etapas de transferência de conhecimento e de mediação comunicacional que sustentaram o processo.

Os procedimentos para o estudo de caso aqui apresentado se baseia em Gerring (2004), que define o método como uma análise documental e interpretativo voltado à geração de explicações sobre fenômenos exemplares. Assim, com base na obra de Medeiros (2017), foi construída a Tabela 1, sintetizando as práticas comunicacionais observadas e seus exemplos de aplicação, que incluem sensibilização do público, diagnóstico conjunto, diálogo para engajamento, evento de culminância e intercâmbio de conhecimentos.

Tabela 1

Estratégias comunicacionais aplicadas em Povoado Rancho

Estratégia da equipe de comunicação	Descrição	Exemplo de aplicação
Sensibilização do público	Aproximação inicial entre comunidade e representantes institucionais.	Reunião presencial com todos os moradores para apresentação do projeto, da EMBRAPA e de seus stakeholders.

Diagnóstico conjunto	Identificação participativa de obstáculos e desafios.	Reunião problematizadora em que moradores refletem coletivamente sobre situações locais e possibilidades de solução para os problemas abordados.
Diálogo para engajamento	Abertura de canal para trocas contínuas de percepções e experiências.	Dinâmica mediada por facilitadores, estimulando exposição dialogada e reflexiva.
Evento de culminância	Apresentação prática dos resultados e tecnologias implementadas.	Realização de evento “Dia de Campo” no local de implantação das tecnologias para demonstrar as soluções obtidas.
Intercâmbio de conhecimentos	Demonstração de exemplos bem-sucedidos e troca de experiências entre diferentes atores, presencial ou virtualmente, para manutenção do engajamento.	Visita à casa de farinha da Coofama (cooperativa), no Povoado Gameleira (Campo do Brito/SE).

Nota. Elaboração própria com base na obra de Medeiros (2017).

A análise das estratégias revela uma sequência metodológica coerente de aproximação, problematização e engajamento, em que a comunicação atua como elemento transversal de integração social. As etapas de sensibilização e diagnóstico conjunto correspondem a momentos de escuta e reconhecimento mútuo entre instituição e comunidade, permitindo a identificação de obstáculos e potencialidades locais. Já o diálogo para engajamento e os eventos de culminância consolidam o protagonismo comunitário e transformam a experiência em um espaço de aprendizado coletivo. Essa abordagem processual e participativa evidencia que o êxito da transferência de tecnologia não

decorre apenas da inovação técnica, mas da capacidade comunicacional de gerar pertencimento e confiança, aspectos centrais também aos desafios enfrentados pelo CCD-SB100.

Além das estratégias sistematizadas, observou-se a presença de duas práticas adjacentes de relevância comunicacional: a possibilidade de feedback institucional e a centralidade da confiança. O primeiro elemento amplia a noção de diálogo, pois permite que os públicos avaliem o desempenho das instituições promotoras, retroalimentando o processo comunicativo e ajustando condutas. O segundo, a confiança, é apontado por Medeiros (2017) como a base simbólica de todo o processo, sustentando a permanência das práticas tecnológicas e a legitimidade das inovações.

A partir dessa leitura, nota-se que o caso da EMBRAPA oferece paralelos operacionais e conceituais para a construção das dinâmicas comunicacionais do CCD-SB100, que pretende, a partir dos anos 2 e 3 do projeto, implementar estratégias similares de mobilização dos públicos agrícolas. A metodologia da EMBRAPA, ao combinar interações presenciais e digitais, mecanismos de feedback e eventos públicos de validação social, constitui uma referência empírica valiosa para a criação de uma comunicação científica aplicada, pautada pela coprodução de conhecimento e pela mediação contínua entre ciência e sociedade.

O caso analisado, portanto, reforça que processos de comunicação planejada e dialógica, quando ancorados na participação ativa dos públicos, podem ser adaptados a outras realidades, respeitando contextos culturais e socioeconômicos distintos. Essa constatação é particularmente relevante para o CCD-SB100, que se propõe a atuar em diferentes territórios agrícolas do estado de São Paulo, exigindo

estratégias comunicacionais sensíveis à diversidade dos atores e de suas práticas.

Dessa maneira, o estudo de caso da EMBRAPA não apenas ilustra boas práticas, mas inspira um modelo de comunicação participativa e relacional aplicável ao ecossistema Smart B100. Ao traduzir suas aprendizagens em estratégias operacionais, o CCD-SB100 poderá consolidar, nos próximos ciclos de execução (anos 2 e 3), dinâmicas comunicacionais integradas, pautadas pela escuta ativa, pelo engajamento de públicos estratégicos e pela coprodução de conhecimento em rede. A próxima seção retoma essas reflexões e as articula em uma proposta conceitual e metodológica de comunicação pública da ciência orientada à mobilização dos públicos.

Uma contribuição à guisa de conclusão: proposta de dinâmicas comunicacionais para o CCD-SB100

A comunicação pública da ciência constitui, cada vez mais, uma dimensão estratégica dos sistemas contemporâneos de produção do conhecimento. Longe de se limitar à divulgação de resultados, essa prática expressa um modelo de governança comunicacional voltado à legitimação social da ciência e à ampliação de sua relevância pública (Bucchi & Trench, 2021). No contexto dos centros de pesquisa aplicados e ecossistemas de inovação, como o Centro Avançado de Pesquisa Smart B100, a comunicação pública da ciência adquire papel estruturante: ela organiza os fluxos simbólicos entre pesquisadores, produtores rurais, empresas e gestores públicos, configurando-se como eixo transversal de transferência de conhecimento, coprodução de saberes e mobilização de públicos estratégicos.

A literatura recente sobre circulação científica e engajamento social reforça a necessidade de compreender a comunicação como processo contínuo de mediação e negociação de sentidos (Nowotny, 2016). Nesse sentido, comunicar ciência implica construir relações de confiança, promover a participação cidadã e articular o conhecimento especializado com as experiências locais, configurando o que Nowotny (2016) denomina de contextualização social do conhecimento. Essa perspectiva se alinha aos referenciais de Freire (1992) e de Luvizotto & Almeida (2025), que apontam a comunicação como prática emancipatória e dialógica, capaz de integrar diferentes racionalidades e fortalecer o protagonismo dos sujeitos nos processos de inovação.

Inspiradas na análise da atuação da ANATER e de instituições públicas de extensão rural, Luvizotto e Almeida (2025) demonstram que a comunicação pública é um componente essencial da gestão participativa do conhecimento, pois promove diálogo, aprendizagem coletiva e reconhecimento mútuo entre ciência e sociedade. Essa compreensão é particularmente relevante para o CCD-SB100, cuja missão envolve não apenas a criação de uma plataforma digital, mas a consolidação de redes sociotécnicas de confiança que sustentem a apropriação social dos dados e das recomendações agronômicas. Assim, a transferência de conhecimento, para além de sua dimensão técnica, torna-se uma prática comunicacional, cultural e política, um movimento de tradução, circulação e sentido compartilhado (Braga, 2012; Fausto Neto, 2018).

Com base nas experiências analisadas na Unidade Demonstrativa da EMBRAPA em Pacatuba (SE) e na metodologia de sistematização de práticas comunicacionais, o presente estudo propõe um conjunto de dinâmicas comunicacionais participativas a serem implementadas

pelo CCD-SB100 nos anos 2 e 3 do projeto, considerando que, em sua previsão inicial, o projeto do CCD-SB100, terá 5 anos de duração. Essas dinâmicas visam fortalecer a mediação entre os núcleos de pesquisa e os públicos estratégicos da agricultura e do agronegócio paulista, estimulando a cocriação de conhecimento e o engajamento público com a ciência.

As propostas estruturam-se em cinco eixos integrados, derivados da observação das estratégias de comunicação da EMBRAPA (Medeiros, 2017) e reinterpretados à luz das necessidades do CCD-SB100:

1. Sensibilização e aproximação territorial - Promover ações iniciais de escuta e reconhecimento junto às comunidades agrícolas, buscando legitimar a presença institucional e compreender seus repertórios simbólicos, linguagens e práticas de produção.
2. Diagnóstico comunicacional participativo - Conduzir processos colaborativos de identificação de desafios, barreiras de comunicação e oportunidades de engajamento com os diferentes públicos, articulando pesquisadores, extensionistas e lideranças locais.
3. Diálogo e engajamento contínuo - Estabelecer canais híbridos (presenciais e digitais) de interação permanente, utilizando ferramentas de comunicação científica, mídias sociais e espaços de intercâmbio presencial para fomentar confiança e reciprocidade.
4. Eventos de validação e intercâmbio de conhecimento - Organizar eventos públicos, como Dias de Campo, feiras de inovação, oficinas e painéis digitais, entre outros, como espaços de socialização das práticas, avaliação coletiva dos resultados e difusão de boas experiências.
5. Feedback institucional e acompanhamento técnico - Criar mecanismos formais de retorno sobre a atuação do CCD-

-SB100 e sobre a usabilidade da Plataforma Smart B100, permitindo ajustes contínuos e assegurando a legitimidade social da iniciativa.

Essas dinâmicas configuram uma proposta de governança comunicacional centrada na reciprocidade, na confiança e na mediação multicanal, princípios que articulam ciência, política pública e cidadania. Ao colocar os públicos estratégicos no centro do processo de comunicação, o CCD-SB100 reforça seu compromisso com uma ciência socialmente responsável e responsiva, alinhada às diretrizes internacionais de ciência aberta e inovação sustentável (Carayannis & Campbell, 2012). Assim, o modelo comunicacional aqui proposto não apenas sustenta a circulação do conhecimento técnico, mas transforma o projeto em um laboratório vivo de coprodução de sentidos e práticas sociais voltadas ao desenvolvimento rural e à sustentabilidade.

A consolidação dessas práticas nos anos subsequentes do projeto permitirá que o CCD-SB100 avance da experimentação comunicacional para uma política institucional de mobilização e transferência do conhecimento científico. O aprendizado obtido com o caso da EMBRAPA, aliado à perspectiva freireana de diálogo e às estratégias participativas de comunicação pública, fornece bases sólidas para a construção de uma ecologia comunicacional sustentável.

Este estudo cumpre seu objetivo ao analisar criticamente as práticas comunicacionais associadas à transferência de conhecimento e ao propor dinâmicas concretas para sua implementação no contexto do CCD-SB100. A partir da integração entre referenciais teóricos da comunicação pública, da extensão rural e da coprodução de saberes, a pesquisa avança na compreensão das mediações entre ciência, tecnologia

e sociedade. Sua principal contribuição reside em oferecer um modelo comunicacional que alia rigor metodológico, sensibilidade social e capacidade de inovação institucional, configurando-se como referência para políticas públicas de ciência e tecnologia orientadas à participação e à sustentabilidade. Ao transformar a comunicação em eixo estruturante da mobilização dos públicos, o CCD-SB100 projeta-se como um espaço de experimentação e aprendizado coletivo, reafirmando que a comunicação não é apenas meio de difusão da ciência, mas fundamento de sua legitimidade social e condição para o desenvolvimento de uma agricultura inteligente, inclusiva e socialmente responsável.

Referências

- Braga, J. L. (2012) Circuitos versus campos sociais. In M. Â. Mattos, J. Janotti Junior, & N. Jacks (Orgs.), *Mediação & Mídiação*, EDUFBA/COMPOS
- Bucchi, M. and Trench, B. (2021). Rethinking science communication as the social conversation around science. *JCOM* 20(03), Y01. <https://doi.org/10.22323/2.20030401>
- Buder, J. (2017). A Conceptual Framework of Knowledge Exchange. In S. Schwan, & U. Cress (Eds.), *The Psychology of Digital Learning*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-49077-9_6
- Bueno, V. (2025). *Comunicação e governança: Parecer e ser na era da transparência*. Aberje Editorial.
- Bueno, W. da C. (2009). As transgressões conceituais em Comunicação Empresarial. *Organicom*, 6(10-11), 121-127. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2009.139014>

- Carayannis, E. G., & Campbell, D. F. J. (2012). *Mode 3 knowledge production in quadruple helix innovation systems: 21st-century democracy, innovation, and entrepreneurship for development*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-1-4614-2062-0>
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. Paz e Terra.
- Conti, I. L., Bazotti, A., & Radomsky, G. F. (2015). Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: Um estudo sobre a relação produção-consumo nos municípios de Toledo (PR) e Contagem (MG). *Extensão Rural*, 22(1), 56-86. <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/11935/pdf>
- Cruz, A., & Melo, A. de. (2024). Comunicação organizacional. In A. Cruz (Org.), *Dicionário de comunicação organizacional* (p. 38). PPGC/UFG. <https://revistagalo.com.br/selo-bo/dic-com-org/book.pdf>
- Fausto Neto, A. Circulação: trajetos conceituais. (2018). *Rizoma*, 6(2), 08-40. <https://doi.org/10.17058/rzm.v6i2.13004>
- Freire, P. (1992). *Extensão ou comunicação?* Paz e Terra.
- Gerring, J. (2004). What is a case study and what is it good for? *American Political Science Review*, 98(2), 341-354. <https://doi.org/10.1017/S0003055404001182>
- Grunig, J. E., & Grunig, L. A. (2008). Excellence Theory in Public Relations: Past, Present, and Future. In A. Zerfass, B. van Ruler, & K. Sriramesh (Eds.), *Public Relations Research*. VS Verlag für Sozialwissenschaften. https://doi.org/10.1007/978-3-531-90918-9_22

- Kotler, P. (2006). *Administração de marketing*. Pearson Prentice Hall.
- Kunsch, M. M. K. (2003). *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. Summus.
- Kunsch, M. M. K. (2016). *Comunicação organizacional estratégica: aportes conceituais e aplicados*. Summus.
- Kunsch, M. M. K., & Lemos, E. (2020). *Comunicação integrada: aplicações na produção científica e nas agências e assessorias de comunicação no contexto brasileiro* [Trabalho apresentado]. Anais do XV Congreso de la Asociación Latinoamericana de los Investigadores de la Comunicación (ALAIC). Colômbia: ALAIC.
- Luvizotto, C. K., & Almeida, M. C. (2025). O papel da comunicação na extensão rural brasileira: Um estudo sobre a atuação digital da ANATER. In A. Versuti, C. K. Luvizotto, M. J. Mata, A. Volpato, & F. T. Moreira (Orgs.), *Sociedades em transformação* (Vol. 1, pp. 197-223). Ria Editorial.
- Massarani, L., & Moreira, I. de C. (Orgs.). (2020). Pesquisa em divulgação científica: Textos escolhidos. Fiocruz. https://www.inct-cpct.ufpa.br/wp-content/uploads/2021/04/Livro-VPEIC_pesquisa_divulgacao_cientifica_final.pdf
- Medeiros, S. S. (2017). *Sistematização de experiências: Métodos de transferência de tecnologia, intercâmbio e construção do conhecimento: Sistema agropecuário sustentável - implantação de unidade demonstrativa por meio da construção coletiva* (Vol. 18). Embrapa Informação Tecnológica; Embrapa Tabuleiros Costeiros. <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1096868/1/COLECAOSISTEMATIZACAOvol18.pdf>

Moriham, N. (2023). *Planejamento da comunicação integrada* (Série Universitária). Senac São Paulo.

Nascimento, T. S. do, Souza, S. F. de, & Medeiros, S. S. (2014). *Estratégias de comunicação para o ambiente rural: Abordagem metodológica para transferência de tecnologias em Sistema Agropecuário Sustentável* [Trabalho apresentado]. IV Seminário de Iniciação Científica e Pós-Graduação da Embrapa Tabuleiros Costeiros. <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/999490/1/486.pdf>

Nguyen, V. M., Young, N. & Cooke, S. J. (2017), A roadmap for knowledge exchange and mobilization research in conservation and natural resource management. *Conservation Biology*, 31, 789-798. <https://doi.org/10.1111/cobi.12857>

Nowotny, H. (2016). *The cunning of uncertainty*. Polity Press.

Peters, H. P., Dunwoody, S., Allgaier, J., Lo, Y. Y., & Brossard, D. (2014). Public communication of science 2.0: Is the communication of science via the “new media” online a genuine transformation or old wine in new bottles? *EMBO reports*, 15(7), 749-753. <https://doi.org/10.15252/embr.201438979>

Scheiner, A., & Menezes, J. D. (2019). *Gestão da marca e da reputação corporativa*. FGV.

Schneider, I., Pereira, M. E. dos S., Hahn, L., & Camargo Júnior, A. S. (2025). Adoção de tecnologias digitais para a apropriação de conhecimento, tecnologia e fonte de vantagem competitiva em propriedades rurais de gestão familiar. *Revista on Line De Política E Gestão Educacional*, 29(00), e025007. <https://doi.org/10.22633/rpge.v29i00.20104>

Silva, A. A. da, & Soares, J. C. de O. (2023). Agricultura familiar e produção de alimentos no Brasil: Impactos na segurança alimentar. *Geografia: Ambiente, Educação e Sociedades (GeoAmbES)*, 1(4). <https://periodicos.unemat.br/index.php/geoambes/article/view/12084>

Silva, E. B. da, & Valente, V. C. P. N. (2024). A influência das mídias sociais na comunicação empresarial moderna. *Caderno Pedagógico*, 21(5), e4276. <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n5-098>

DINÂMICAS EM REDE ACERCA DA ALERGIA ALIMENTAR: UM ESTUDO SOBRE CIRCULAÇÃO POLIFÔNICA E TÁTICAS CIBERPUBLICITÁRIAS EM PERFIS COLABORATIVOS NO INSTAGRAM

*Maria Aguiar Vilhena de Carvalho¹
Irene Rocha Kalil²
Sandro Tôrres de Azevedo³*

A alergia alimentar é uma resposta imunológica que ocorre após a ingestão, inalação ou contato com determinado alimento, resultando em uma reação adversa, que pode chegar à anafilaxia, uma condição

-
1. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (PPGICS/Icict/Fiocruz).
mariaguiarvc2706@gmail.com
 2. Doutora em Informação e Comunicação em Saúde.
Professora PPGICS/Icict/Fiocruz.
irene.kalil@fiocruz.br
 3. Doutor em Estudos de Linguagem.
Professor PPGICS/Icict/Fiocruz e professor adjunto da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ).
sandro.torres@eco.ufrj.br

potencialmente fatal (Anvisa, 2024; Oliveira et al., 2018). Aproximadamente 6 a 8% das crianças e 2 a 4% dos adultos possuem algum tipo de alergia alimentar, sendo o leite de vaca e o ovo os principais alérgenos na faixa etária pediátrica (Anvisa, 2024; Oliveira et al., 2018).

Nas últimas décadas, o número de diagnósticos tem aumentado de forma expressiva, transformando-se em uma preocupação crescente nas agendas de saúde pública (Oliveira et al., 2018). No entanto, apesar da gravidade e da crescente visibilidade da condição, o Brasil ainda carece de dados epidemiológicos nacionais sistematizados sobre sua prevalência (Anvisa, 2024). Essa lacuna compromete a formulação de políticas públicas eficazes, obrigando gestores e pesquisadores a recorrerem a estudos internacionais que nem sempre dialogam com os recortes culturais e sociais do contexto brasileiro.

Atualmente, a única forma eficaz de prevenção é a exclusão total do alimento alergênico da dieta (Anvisa, 2024). No entanto, essa condição vai muito além da simples restrição alimentar: exige a adoção de estratégias contínuas de cuidado, como a leitura atenta de rótulos, a vigilância em ambientes coletivos e o enfrentamento de riscos e inseguranças em situações cotidianas. Em 2024, a própria Anvisa já havia alertado para os impactos dessa realidade sobre a vida dos alérgicos.

Os cuidados necessários para evitar o consumo do alimento alergênico e seus derivados requerem maiores gastos com alimentação e saúde, tornam as atividades rotineiras complexas, dificultam o gerenciamento das relações sociais e das atividades de lazer e geram elevados níveis de estresse e ansiedade. (Anvisa, 2024, p. 9)

Para compreender essa realidade, é necessário adotar uma concepção ampliada de saúde, que vá além da mera ausência de doença.

A definição proposta por Naomar de Almeida-Filho (2018) compreende a saúde como um processo complexo, relacional e historicamente determinado, permitindo analisar os impactos subjetivos e sociais vivenciados por grupos vulnerabilizados, como os alérgicos alimentares. Sob essa perspectiva, saúde é também a capacidade de lidar com o cotidiano, acessar direitos, construir vínculos e desenvolver formas coletivas de cuidado.

É nesse ponto que a comunicação se revela uma dimensão essencial da experiência em saúde. Para além de informar e orientar comportamentos, ela atua na construção de sentidos sobre o adoecimento, nas disputas de legitimidade dos discursos e na ampliação da autonomia dos sujeitos. Inserido em uma investigação mais ampla sobre a comunicação em torno da alergia alimentar, este estudo busca aprofundar a análise sobre como as redes sociais operam na construção de sentidos sobre saúde, comunidade e autoridade discursiva no contexto da alergia alimentar (AA).

Comunicação, publicidade e saúde: discursos, sentidos e participação

A comunicação foi historicamente tratada como uma ferramenta subordinada a objetivos maiores. No campo da saúde, essa perspectiva também se manifestou: desde a década de 1920, o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) utilizava estratégias de propaganda para educar a população e corrigir seus “maus hábitos” relacionados à saúde (Araújo & Cardoso, 2007). Embora esse modelo instrumental ainda não tenha sido completamente superado, ele tem sido cada vez mais tensionado pelo fortalecimento do campo (Bourdieu, 2001) da comunicação e saúde.

Nesse campo, Araújo e Cardoso (2007) defendem que a comunicação não deve ser tratada apenas como uma ferramenta a serviço da promoção de saúde, mas reconhecida como um espaço sociodiscursivo autônomo. Isso significa considerar que a comunicação possui teorias, métodos e abordagens próprias, que não se limitam à função instrumental. A comunicação é, por definição, um processo relacional, seja em ambientes marcados pela interlocução, como as redes sociais, seja em canais aparentemente unidirecionais, como este artigo. Em todos os casos, tanto quem emite quanto quem recebe a mensagem são sujeitos ativos, com saberes próprios e capacidade de produzir conhecimento (Freire, 1997 como citado em Araújo & Cardoso, 2007).

Essa concepção rompe com os modelos tradicionais de comunicação, como o modelo matemático, que pressupunha a transmissão de uma mensagem limpa de A para B, com mínima interferência. Hoje, compreende-se que toda mensagem é codificada por quem a emite e decodificada por quem a recebe, e esses processos não ocorrem de forma simétrica. Como afirma Stuart Hall, “o ideal deles é a ‘comunicação perfeitamente transparente’. Em vez disso, o que eles têm que enfrentar é uma ‘comunicação sistematicamente distorcida’” (1980, p. 58).

Bakhtin (1992 como citado em Araújo & Cardoso, 2007) reforça essa perspectiva ao destacar que toda fala carrega uma multiplicidade de vozes que atravessam a posição de quem fala. Assim, cada mensagem é marcada por disputas simbólicas, pois ninguém fala de um lugar neutro. Dessa forma, a comunicação deixa de ser entendida como simples transmissão de conteúdos e passa a ser concebida como um processo de produção de sentidos sociais, permeado por negociações, conflitos e interpretações. É preciso, então, pensar em uma abordagem polifônica

(Araújo & Cardoso, 2013), em que a comunicação não apenas transmite informações, mas constitui espaços de reconhecimento e troca, considerando os lugares de interlocução de cada sujeito.

Araújo e Cardoso escreveram em 2007 que “hoje ou se está em rede ou não se é” (p. 114). Nos dias atuais, essa frase ganha uma nova gama de significados ao pensarmos no crescimento das “redes sociais”. As redes sociais digitais, conforme analisado por Raquel Recuero (2009), são estruturas formadas por sujeitos interligados por laços sociais mediados por plataformas tecnológicas, permitindo a circulação de informações, afetos e discursos em rede. Nela, é possível pensar em uma comunicação em rede (Araújo & Cardoso, 2007) que potencializa a construção e negociação de sentidos, mas para essas redes serem motor de mudança é preciso pensar: quem são esses interlocutores? O que determina quem será ou não ouvido?

Assim como a comunicação, a publicidade é frequentemente tratada como uma “caixa de ferramentas”, da qual se extraem táticas para atingir um objetivo maior (seja ele comercial ou não). No entanto, sua lógica contemporânea vai além da função tradicional de “dissolver as resistências ao consumo de um determinado produto” (Araújo & Cardoso, 2007).

Atualmente, a Publicidade busca “construir vínculos de sentido entre pessoas e marcas” (Perez, 2016, p. 9). Essa mudança implica entender a marca não apenas como um logotipo ou um produto, mas como um conjunto de valores e significados que se conectam com a vida das pessoas, tal como propõe Andrea Semprini (2006). Nesse cenário, o conceito de marca se amplia: ela pode ser uma empresa, mas também

uma pessoa, uma causa, uma ideia ou até mesmo uma instituição pública, como o próprio Sistema Único de Saúde (SUS).

Para Araújo e Cardoso (2013), a comunicação, para além de transmitir mensagens, deve criar espaços de interlocução nos quais os sujeitos se reconheçam como participantes legítimos na construção dos discursos que os afetam. Sob essa perspectiva, a publicidade pode ser um caminho para processos de apoderamento (Araújo & Cardoso, 2007), nos quais os indivíduos não apenas recebem informações, mas se apropriam delas, reelaborando-as e compartilhando suas próprias experiências e saberes. Isso se relaciona à própria natureza da publicidade, que historicamente explora diversas linguagens sobrepostas para que elas convirjam na potencialização dos efeitos de sentido (Perez, 2018).

Na contemporaneidade, é preciso considerar uma atualização no *habitus* (Bourdieu, 2001) publicitário, marcado pela digitalização, algoritmos e Big Data. Nesse novo fazer publicitário, Schuch & Petermann (2020) explicam que a produção de sentido se estrutura em fluxos contínuos de dados e interações, nos quais as mensagens são permanentemente ajustadas a partir do monitoramento em tempo real das respostas do público. Os autores defendem que a lógica algorítmica redefine como as formas e os conteúdos são concebidos, bem como a maneira como circulam, priorizando aquilo que se mostra mais engajador e segmentando públicos de maneira cada vez mais precisa. A publicidade assume, então, um lugar mais central na mediação dos discursos, pois não apenas conecta marcas e consumidores, mas também molda as condições de visibilidade e reconhecimento das narrativas que compõem o espaço público digital.

Machado et al. (2017) argumentam que hoje a publicidade não se restringe a espaços claramente delimitados como intervalos comerciais ou anúncios pagos. Pelo contrário, ela se infiltra de forma híbrida em diferentes formatos e ambientes, incorporando elementos de notícia e de entretenimento, em linha com a ideia de publicidade híbrida (Covaleski, 2010). Esse caráter difuso evidencia como a publicidade se torna uma lógica comunicacional que atravessa múltiplos territórios. Assim, o “não lugar” da publicidade é justamente o seu estar em todo lugar, dissolvendo fronteiras e redefinindo continuamente as formas de persuasão.

É nesse contexto que surge a ciberpublicidade (Atem et al., 2014; Azevedo, 2012), um novo modo de fazer publicitário que emerge da cibercultura e das transformações nas práticas comunicacionais contemporâneas. Ela marca a transição do modelo tradicional, unidirecional e linear, para um modelo centrado nas mediações tecnológicas de alto impacto, nos novos suportes digitais e na experimentação de linguagens inovadoras.

A ciberpublicidade se apoia em um tripé fundamental para compreender suas dinâmicas: interatividade, relevância e experiência (Azevedo, 2012). A interatividade refere-se à comunicação dialógica com o consumidor, que se torna um prosumidor ativo, capaz de produzir, modificar e compartilhar conteúdos. A relevância implica oferecer conteúdos significativos e alinhados aos interesses e necessidades do público, criando vínculos autênticos entre marca e sujeito. Já a experiência envolve a construção de vivências marcantes e engajadoras, capazes de aprofundar a relação e ampliar o impacto da mensagem.

Nesse contexto, a dimensão da experiência na ciberpublicidade dialoga diretamente com a busca contemporânea por autenticidade

descrita por Paula Sibilia em “O Show do Eu” (2016). Em um cenário no qual a vida cotidiana é constantemente estetizada e mediada por recursos digitais, cresce o apelo por conteúdos que transmitam uma sensação de realidade, mesmo que construídos de forma performática. A experiência publicitária, portanto, não se limita a oferecer interações ou informações, mas envolve a criação de narrativas que permitam ao público acessar lampejos de intimidade, estabelecendo conexões emocionais e simbólicas mais profundas. Essa “fome de veracidade” (Sibilia, 2016, p. 247) potencializa a eficácia das estratégias digitais, pois reforça a identificação e legitima o vínculo entre emissor e receptor, tornando a mensagem mais persuasiva e memorável.

Essa busca por autenticidade e por conexões afetivas mais legítimas encontra ressonância na perspectiva multidirecional da ciberpublicidade, que, como observa Azevedo (2023), converge com a proposição de Araújo e Cardoso (2007) sobre o dialogismo necessário no âmbito da Comunicação e Saúde. Nesse sentido, a Publicidade, entendida enquanto campo (Bourdieu, 2001), pode se voltar à promoção da saúde, ao mobilizar seus códigos, conceitos e teorias em direção a uma comunicação dialógica, na qual as vozes dos cidadãos se tornam parte constitutiva da produção e circulação dos sentidos sobre saúde.

Metodologia

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa para compreender as dinâmicas comunicacionais em torno da alergia alimentar (AA), mais especificamente da alergia à proteína do leite de vaca (APLV), no ambiente das redes sociais digitais, focando nas práticas de ciberpublicidade (Azevedo, 2012) e na circulação polifônica de sentidos (Araújo

& Cardoso, 2007). Inicialmente, realizamos o mapeamento de quinze perfis pessoais e institucionais no Instagram dedicados à essa temática, selecionados por produzirem conteúdo em português e terem mais de dez mil seguidores. A busca foi feita manualmente, por meio das palavras-chave “alergia alimentar” e “APLV”, navegação por hashtags relacionadas e sugestões da plataforma.

Dentre esses, o perfil do Instagram @aplvbrasil (s.d.-a) destacou-se por apresentar características de comunidade virtual, incluindo a produção de vídeos colaborativos envolvendo profissionais da saúde e influenciadores digitais. Por essa razão, optamos por um estudo de caso aprofundado sobre um vídeo publicado em 2025 (Alergia ao leite de vaca & Viih Tube), no qual a influenciadora Viih Tube compartilha sua experiência pessoal com a descoberta da APLV em seu filho. A escolha desse material foi motivada pelo seu alto índice de engajamento, sendo o único que alcançou mais de 1 milhão de visualizações no canal.

A análise do conteúdo audiovisual se apoiou na teoria da ciberpublicidade (Azevedo, 2012), que oferece um arcabouço teórico para compreender as estratégias digitais presentes na comunicação da AA nas redes sociais. Particular atenção foi dada ao tripé interatividade, relevância e experiência, buscando identificar como essas dimensões se manifestam no vídeo e contribuem para a construção de sentidos sociais sobre saúde, bem como para o fortalecimento de vínculos simbólicos e processos de apoderamento dos sujeitos envolvidos.

Além disso, a pesquisa procurou identificar as tensões entre a autoridade médica tradicional e a multiplicidade de vozes e experiências pessoais que circulam nas redes sociais, considerando, também, os interlocutores como agentes ativos na construção colaborativa de

sentidos e como participantes legítimos no debate sobre saúde e cuidados relacionados à AA.

Análise do vídeo

O perfil @aplvbrasil (s.d.-a) caracteriza-se pelo compartilhamento de informações, experiências e conteúdos educativos sobre a APLV e outras alergias alimentares. Na descrição de sua página, apresenta a mensagem (Figura 1): “A jornada APLV pode ser desafiadora, mas não precisa ser solitária. Conte conosco para descomplicar a Alergia à Proteína do Leite de Vaca. 💜” (Alergia ao leite de vaca, s.d.-a), evidenciando uma proposta de acolhimento e orientação

A curadoria de conteúdo combina publicações de caráter informativo, com linguagem próxima à divulgação científica, e relatos pessoais que abordam aspectos emocionais e práticos do manejo da condição. Criado em abril de 2019, o perfil contabiliza, até o momento da análise, 259 publicações e 60,7 mil seguidores (Figura 1).

Figura 1

Perfil apltvbrasil



Instagram do perfil @aplvbrasil (Alergia ao leite de vaca, s.d.-a)

A partir de julho de 2024, observa-se o início de uma estratégia de produção de *reels*⁴ colaborativos, como as séries “Convivendo com APLV”, “Multiplicando vozes” e “APLV de A a Z” (Alergia ao leite de vaca, s.d.-a), que vão desde relatos pessoais sobre a convivência com alergia até vídeos com especialistas abordando informações técnicas sobre o tema.

O destaque⁵ intitulado “Sobre nós” (Alergia ao leite de vaca, ndb) evidencia o posicionamento e a identidade de marca do projeto. O primeiro *story*⁶ afirma: “buscamos ser um recurso acessível para ajudar em uma vida saudável e equilibrada dentro da jornada da APLV”. O segundo, sob o título “Nosso papel na APLV”, declara como propósito “ser um ambiente acolhedor, com informações úteis, práticas e com histórias inspiradoras sobre APLV”. O terceiro complementa: “queremos criar um espaço onde as pessoas possam se informar e receber apoio alimentar de maneira segura”. Esses elementos deixam claro o objetivo do perfil de se tornar uma comunidade engajada com outras pessoas que convivem com essa alergia.

O vídeo analisado foi publicado em formato de *reels* colaborativo entre o perfil @aplvbrasil e o perfil @viihtube (2025) e apresenta um relato pessoal da influenciadora Viih Tube sobre o episódio de internação de seu filho, Ravi, em decorrência de sintomas associados à APLV. A gravação, como aparece na imagem abaixo, foi produzida em formato vertical e com enquadramento fechado e mostra a influenciadora sentada,

-
4. Vídeos do Instagram com duração de até 3 minutos, que permanecem no perfil do usuário de forma permanente e são impulsionados para um público mais amplo.
 5. Funcionalidade que permite salvar stories no seu perfil de forma permanente.
 6. Fotos ou vídeos que aparecem no perfil do usuário por 24 horas, podem ser fixados no perfil pela função de destaque.

falando diretamente para a câmera, com fundo neutro e iluminação suave. Sua fala é pausada e carregada de emoção, reforçando o caráter íntimo e confessional da narrativa.

Figura 2

Vídeo Viih Tube e Aplv Brasil



Instagram do perfil @aplvrbrasil (Alergia ao leite de vaca & Viih Tube, 2025).

Na legenda que acompanha o vídeo, a influenciadora reforça o tom confessional da postagem ao escrever: “Pela primeira vez, falo sobre isso com total sinceridade” (Figura 2). No vídeo, ela descreve os sintomas que o filho apresentou, como desconforto, cólica, urticária, assadura, sangue nas fezes, e relata o impacto emocional vivido até a obtenção do diagnóstico de APLV. Na sociedade contemporânea, as narrativas autobiográficas têm se expandido, sobretudo na internet, impulsionando um “deslocamento em direção à intimidade” (Sibilia, 2004, p. 4). Nesse contexto, ao compartilhar detalhes da vida privada e expor sua vulnerabilidade, a influenciadora responde a uma “fome de real” presente na contemporaneidade, na qual a exposição de experiências

peçoais e lampejos da intimidade se convertem em um recurso de legitimação por vezes mais potente que o saber técnico.

É nesse ponto que importa refletir sobre quem é essa narradora protagonista do relato de si. Vitória Moraes, conhecida como Viih Tube, constrói desde muito cedo uma trajetória marcada pela ficcionalização de si (Sibilia, 2004). Aos 11 anos começou sua carreira na internet, aos 14 ganhou notoriedade no YouTube, e no ano seguinte chegou a afirmar para o G1 que faria um vídeo contando sobre sua primeira experiência sexual (2015). Em 2021, ao participar do reality Big Brother Brasil, declarou que vivia um processo de “perda de si” e buscava reencontrar sua essência, momento que casou com a entrada na casa mais vigiada do Brasil (Inteligência Ltda., 2024). Esses episódios mostram que sua narrativa atual sobre a maternidade não surge do nada: ela se insere em um contínuo de práticas de ficcionalização do banal e de relatos confessionais que estruturam sua identidade pública.

O texto do vídeo se desdobra a partir da importância de observar sinais, buscar informação e confiar nos instintos maternos, encerrando com uma recomendação para acompanhar o perfil @aplvbrasil e compartilhar o conteúdo com outras famílias. Nesse sentido, o vídeo reforça um espaço simbólico no qual os relatos de si circulam lado a lado com discursos especializados, produzindo novas formas de autoridade no campo da saúde. A postagem exemplifica, então, o entrelaçamento e, por vezes, a disputa entre a autoridade médica tradicional e a multiplicidade de vozes que emergem nas redes sociais, onde a credibilidade é construída pela experiência pessoal e pelo vínculo emocional com o público.

Além disso, ao reforçar a centralidade do instinto, essa narrativa mobiliza uma concepção de maternidade ancorada na intuição e

no cuidado, mas que também desloca para a mãe a responsabilidade individual pela saúde e segurança da criança. Esse deslocamento se aproxima do que Wolf (2007) chama de *total motherhood*, um código moral que implica que as mães devem se tornar especialistas em múltiplas áreas, dominando inclusive saberes médicos como o reconhecimento de possíveis alergias, para antecipar e prevenir riscos. Assim, a narrativa não apenas valoriza a intuição materna, mas também reforça uma lógica em que o bem-estar da criança depende quase exclusivamente da vigilância e do sacrifício materno.

No que tange à interatividade, o vídeo apresenta uma fala unilateral da influenciadora, simulando uma conversa direta, em que ela se coloca como enunciativa e, nesse movimento, instala um enunciatário a quem se dirige. Contudo, ao analisarmos o vídeo no contexto das redes sociais digitais é possível perceber uma cena prediativa mais complexa, marcada pela polifonia, em que comentários e diálogos entre diferentes perfis nos espaços de interação configuram o caráter dialógico, característico das plataformas digitais contemporâneas.

Nessa lógica, a postagem não pode ser analisada apenas a partir do vídeo ou da legenda, mas como parte de um ecossistema publicitário que permite e estimula múltiplas formas de interação, no qual diferentes atores participam da construção de sentidos, mediados por algoritmos que, de forma invisível, mediam o alcance e a circulação desses conteúdos. Mais do que isso, a própria influenciadora direciona explicitamente seu público para o perfil @aplvbrasil, convidando a audiência a continuar o diálogo e a construção coletiva de conhecimento nessa comunidade digital. Essa estratégia transforma o consumo da mensagem em uma experiência comunicativa contínua e participativa.

A relevância do conteúdo é evidenciada pela adequação do relato às necessidades e preocupações específicas de um público segmentado: mães que se preocupam com os seus filhos, especificamente que vivem ou suspeitam do diagnóstico da APLV. A detalhada descrição dos sintomas vai além da simples exposição clínica, ao traduzir informações técnicas em linguagem acessível e concreta. Essa dimensão prática torna o conteúdo não apenas informativo, mas um espaço de identificação e conexão direta com o interesse da audiência. Vale destacar, contudo, que essa segmentação reforça a ideia de que o cuidado é um dever materno, reproduzindo uma lógica social que naturaliza a feminização do cuidado e sustenta uma economia baseada em trabalho não remunerado (Hirata & Kergoat, 2021).

A relevância do vídeo se evidencia na análise dos comentários: diversas mulheres compartilham suas próprias experiências com a APLV, destacando sentimentos de superação, fé e identificação. Durante a análise, não foram encontrados relatos de pais, o que pode sugerir que a discussão sobre APLV nas redes sociais é predominantemente feminina, refletindo a centralidade da experiência materna no cuidado e no engajamento digital em torno do tema (Hirata & Kergoat, 2021). O comentário abaixo exemplifica a análise, mesmo dizendo buscar informações e ser atenta a detalhes, o “instinto materno” é o fator decisivo na descoberta, reforçando a ideia de uma maternidade que se pauta no instinto inato feminino de cuidar (Badinter, 1985).

Por fim, a experiência compartilhada no vídeo (Alergia ao leite de vaca & Viuh Tube, 2025) é marcada pela autenticidade, real ou fantasiada, e pela carga emocional que atravessa o discurso da influenciadora, evidenciado pela fala de Viuh Tube “quero evitar que aconteça com outras

mães o que aconteceu comigo”. O relato da internação do filho, com suas angústias e descobertas, cria um vínculo sensível que, diferente da informação normalmente divulgada pelo saber médico, mobiliza afetos por meio da identificação, consternação e solidariedade, produzindo aquilo que Larrosa Bondía chama de experiência: “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca” (p. 21, 2002). Essa vivência experiencial confere ao conteúdo um poder persuasivo e mobilizador, pois promove um “frisson da troca intensa” (Azevedo, 2012).

Figura 3

Comentário ao vídeo



suzy_emilly Informações ricas! Parabéns pela iniciativa. Minha filha também foi diagnosticada, somente com 2 meses, e eu que sempre busco informações e me atentar aos detalhes fui quem levou aos médicos a suspeita. Por intuição, eu sabia que não estava certo, ela não era somente um bebê chorão. Glória a Deus, hoje quase 100% curada com 1 e 3 meses, considero uma Vitoria para minha mini guerreira, que fiz o meu melhor, tentando manter a amamentação mesmo diante de tantas restrições e cuidados.



14 sem 1 curtida Responder

— Ver respostas (1)

Reels do perfil do Instagram @aplvbrasil (Alergia ao leite de vaca, 2025)

A articulação desses três pilares - interatividade, relevância e experiência - insere o vídeo em uma lógica comunicacional que ultrapassa a simples transmissão de informação, configurando-se como um espaço de construção coletiva de sentidos, afeto e conhecimento. Em poucos minutos, Viih Tube se apresenta simultaneamente como mãe que cuida do filho, figura com a qual muitas mulheres podem se identificar; como influenciadora digital, capaz de mobilizar atenção e desejo; e como uma

espécie de especialista legitimada pelo acesso a informações médicas e pela experiência vivida.

Essa dinâmica se amplifica no contexto da comunicação em rede, em que o vídeo não está isolado, mas faz parte de um circuito comunicacional mais amplo, que inclui o perfil @aplvbrasil como um todo, mas também uma série de outras postagens, imagens, textos, perfis, atores e agentes desse circuito que ampliam os códigos acionados no post analisado. Inclusive, na venda de produtos Danone indicados em algumas das receitas do site da APLV Brasil (2025), como Neoforte, um suplemento nutricional para crianças com alergias ao leite. O relato da influenciadora se coloca como uma das vozes que compõem os diversos relatos profissionais e experienciais, compondo um fluxo contínuo e dinâmico de trocas e ressignificações. Essa circulação polifônica de vozes e sentidos reflete a complexidade das redes digitais contemporâneas, nas quais as mensagens são permanentemente reformuladas pela interação entre diferentes atores sociais, promovendo a construção colaborativa de saberes e o fortalecimento dos vínculos comunitários.

Entretanto, é somente após essa imersão na lógica comunicacional do vídeo que se revela sua condição efetiva como peça publicitária, embora habilmente disfarçada sob o verniz do conteúdo emocional e intimista. A presença da hashtag #publi, que aparece logo abaixo do recorte do print apresentado anteriormente (Figura 2), e a relação institucional da APLV Brasil com a marca Danone, manifestada em outras peças associadas ao projeto e na atuação da influenciadora como embaixadora da marca, expõem a natureza comercial subjacente da postagem. Essa estratégia exemplifica uma modalidade sofisticada e contemporânea da publicidade (Machado et al., 2017), que se oculta

sob o testemunho pessoal e a comunicação de causa para estabelecer vínculos autênticos e profundos com o público, ao mesmo tempo em que constrói legitimidade e engajamento.

Assim, o vídeo não apenas materializa os conceitos da ciberpublicidade, como também revela a lógica publicitária atual, que utiliza a autenticidade, a participação ativa e os afetos para promover marcas e produtos de maneira sutil, integrada ao cotidiano dos consumidores. Essa “publicidade transvestida” apresenta como hoje a publicidade não se limita ao seu meio de divulgação (anúncios, comerciais e intervalos), não é mais possível distinguir com clareza a fronteira entre o que é ou não publicidade, reduzindo as defesas do público diante das mensagens persuasivas. Dessa forma, se torna cada vez mais importante diferenciarmos a publicidade tradicional da Publicidade como campo de conhecimento e fenômeno cultural complexo em constante atualização a fim de entender qual sua função e suas potencialidades, em especial no contexto contemporâneo (Pompeu, 2021 como citado em Wottrich, 2023).

Considerações finais

A análise realizada neste estudo dialoga diretamente com a concepção ampliada do campo da comunicação em saúde proposta por Araújo e Cardoso (2007, 2013), que compreendem a comunicação como um processo relacional, polifônico e historicamente situado, no qual múltiplas vozes se entrelaçam e se tensionam. O relato da influenciadora Viih Tube no perfil @aplvbrasil (2025) exemplifica essa multiplicidade discursiva ao articular a autoridade médica tradicional com

as experiências subjetivas dos sujeitos afetados pela alergia alimentar, configurando espaços legítimos de interlocução e reconhecimento mútuo.

No entanto, ao considerar o caráter publicitário da peça, identificam-se problemáticas fundamentais: diferente de uma comunicação orientada ao cidadão, focada no fortalecimento da autonomia e do exercício pleno do direito à saúde, essa comunicação se dirige prioritariamente a clientes, buscando engajamento e fidelização dentro de uma lógica mercadológica. Não se trata de excluir a possibilidade de participação de marcas nesse circuito, o que poderia ser legítimo, caso se dessem de forma aberta, mas sim de questionar o modo como essa inserção ocorre, frequentemente de maneira velada, com o objetivo de “limpar” a imagem da marca ou vender um produto para uma comunidade de nicho. Assim, ainda que o conteúdo promova a circulação de informações e a construção coletiva de sentidos sobre saúde, tal direcionamento impõe limites à construção de uma participação verdadeiramente emancipatória, uma vez que o diálogo se dá no âmbito da relação consumidor-marca, onde o apoderamento é mediado por interesses comerciais.

Nesse sentido, a dinâmica de comunicação em rede que sustenta o vídeo reforça essa ambivalência entre a promoção de saberes colaborativos e o direcionamento a públicos segmentados enquanto consumidores. A participação ativa do público e a polifonia de vozes são mediadas por plataformas tecnológicas privadas que, embora potencializem o engajamento com a causa, inserem os interlocutores em circuitos simbólicos e materiais de consumo.

Por fim, a escolha do vídeo protagonizado pela influenciadora e mãe Viih Tube permite observar como o perfil @aplvbrasil (s.d.-a) ativa estratégias típicas da ciberpublicidade para gerar identificação, afetos

e vínculos simbólicos em torno da experiência materna com a APLV, atuando tanto na construção de sentidos sobre saúde quanto na ampliação do alcance das mensagens. A análise evidencia os tensionamentos entre a lógica centralizadora da autoridade médica e as possibilidades de circulação polifônica das redes sociais, ao mesmo tempo que propicia reflexões sobre o uso da experiência pessoal como ferramenta de identificação no campo da saúde.

Nessa mesma lógica, cabe levantar a hipótese de que a estratégia publicitária esteja orientada a um público-alvo específico, possivelmente com o intuito de fomentar a visibilidade dos produtos da linha Danone Nutricia, voltados para crianças com Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV). Ao destacar a figura materna, o discurso sugere não apenas o reconhecimento da centralidade da mãe no cuidado da criança, mas também a sua reafirmação, enfatizando o instinto materno como elemento de identificação da experiência narrada.

A importância desta análise transcende o caso específico estudado, pois ilumina como a discussão sobre AA tem sido reconfigurada nas redes sociais. Em um contexto marcado pela fragmentação da autoridade científica e pela valorização das narrativas pessoais, torna-se fundamental refletir de que forma essas dinâmicas influenciam a construção dos sentidos em torno da saúde. Paralelamente, emergem nesses espaços digitais laços de solidariedade e trocas de saberes que potencializam a apropriação do discurso sobre a APLV e fortalecem práticas de autocuidado e mutualismo. Assim, neste trabalho ressaltamos não apenas os desafios éticos da comunicação pautada em estratégias de visibilidade, mas também o potencial democratizante dessas comunidades digitais enquanto territórios de cuidado em saúde na contemporaneidade.

Referências

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2024). *Rotulagem de alimentos alergênicos* (6ª ed.). ANVISA.
- Almeida-Filho, N. (2018). *O que é saúde?* Editora Fiocruz.
- Alergia à Proteína do Leite de Vaca. (2025). *Receitas*. <https://www.alergiaaoleitedevaca.com.br/receitas/details/smoothie-chocolatudo>
- Alergia ao leite de vaca [@aplvbrasil]. (s.d. -a). *Publicações* [Perfil do Instagram]. Instagram. Acesso em 18 de julho de 2025. <https://www.instagram.com/aplvbrasil>
- Alergia ao leite de vaca [@aplvbrasil]. (s.d. - b). *Sobre nós* [Destaque]. Instagram. Acesso em 18 de julho de 2025. <https://www.instagram.com/stories/highlights/18041170313509388>
- Alergia ao leite de vaca [@aplvbrasil] & Viih Tube [@viihtube]. (2025, junho 3). *Hoje compartilho um momento muito difícil da minha vida: a internação do Ravi. Pela primeira vez, falo sobre isso com.* [Vídeo]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/DKdDtJDPKpC>
- Araújo, I. S., & Cardoso, J. M. (2007). *Comunicação e saúde*. Editora Fiocruz.
- Araújo, I. S., & Cardoso, J. M. (2013). Circulação polifônica: comunicação e integralidade na saúde. In R. Pinheiro, J. S. Müller Neto, F. A. Ticianel, & M. A. S. Spinelli (Orgs.), *Construção social da demanda por cuidado: revisitando o direito à saúde, o trabalho em equipe, os espaços públicos e a participação* (pp. 211-223). UERJ/IMS; CEPESC; LAPPIS; ABRASCO.

- Atem, G. N., Oliveira, T. M. de, & Azevedo, S. T. de (Orgs.). (2014). *Ciberpublicidade: Discurso, experiência e consumo na cultura transmidiática*. E-Papers.
- Azevedo, S. T. (2012). *A ciberpublicidade como novo modelo de fazer publicitário: análise da campanha “Quem faz nossa história é você”* [Trabalho apresentado]. Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom. <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/r7-2156-1.pdf>
- Azevedo, S. T. (2023). Sobre a publicidade para a promoção da saúde: Análise das campanhas de doação de órgãos no Brasil e no Peru. In A. Dafonte, D. Rossi, L. Gonzales, & J. C. Marques (Orgs.), *Consumo, desejo e diversão* (pp. 227-247). Ria Editorial. http://indd.adobe.com/view/publication/1309a725-5c3c-45b8-860d-b949eada7eee/5c1c/publication-web-resources/pdf/Consumo_desejo_e_divers%C3%A3o.pdf
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Nova Fronteira.
- Bondía, J. L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, (19), 20-28. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>
- Bourdieu, P. (2001). *O poder simbólico*. Bertrand Brasil.
- Covaleski, R. (2010). *Publicidade híbrida*. Maxi.
- G1 Sorocaba e Jundiaí. (2015, 4 de agosto). Com legião de fãs, youtuber de 14 anos promete falar até sobre “1ª vez”. Recuperado de <https://glo.bo/1N6Z3Np>

- Hall, S. (1980). Encoding/decoding. In D. Hobson, A. Lowe, & P. Willis (Eds.), *Culture, media, language* (pp. 128-138). Hutchinson.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2021). Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. *Política & Trabalho: Revista De Ciências Sociais*, 1(53), 22-34. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n53.50869>
- Inteligência Ltda. (2024, 23 de fevereiro). *VIII TUBE e ELIEZER - Inteligência Ltda. Podcast #1111* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/live/ydmmwuZ_3cE
- Machado, M., Burrowes, P. C., & Rett, L. (2017). *Para ler a publicidade expandida: em favor da literacia midiática para análise dos discursos das marcas* [Trabalho apresentado]. Anais do 26º Encontro Anual da COMPOS. São Paulo, Brasil. <https://proceedings.science/compos/compos-2017/trabalhos/para-ler-a-publicidade-expandida-em-favor-da-literacia-midiatica-para-analise-do?lang=pt-br>
- Oliveira, A. R. V., Pires, T. O., Nascimento, L. P. C., Gonçalves, J. E. M., Nogueira, A. T. B., & Rolim, L. B. F. (2018). Alergia alimentar: prevalência através de estudos epidemiológicos. *Revista Brasileira de Alergia e Imunopatologia*, 16(1), 7-15.
- Perez, C. (2016). *Ecossistema publicitário: o crescimento sógnico da publicidade* [Trabalho apresentado]. Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom.
- Perez, C. (2018). Estéticas do consumo a partir do ecossistema publicitário. *Revista Observatório*, 4(5), 788-812. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n5p788>

Recuero, R. (2009). *Redes sociais na internet*. Ed. Sulina.

Schuch, L. A., & Petermann, J. (2020). Algoritmos e Big Data: processos de atualização no habitus publicitário. *Signos do Consumo*, 12(1), 14-26. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-5057.v12i1p14-26>

Semprini, A. (2006). *A marca pós-moderna: poder e fragilidade da marca na sociedade contemporânea*. Estação das Letras.

Sibilia, P. (2004). *O 'eu' dos blogs e das webcams: autor, narrador ou personagem?* [Trabalho apresentado]. Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. PUCRS.

Sibilia, P. (2016). *EU real e os abalos da ficção*. In *O show do eu: a intimidade como espetáculo* (2a ed.). Contraponto.

Wolf, J. B. (2007). Is breast really best? Risk and total motherhood in the National Breastfeeding Awareness Campaign. *Journal of Health Politics, Policy and Law*, 32(4), 595-636.

Wottrich, L. (2023). A publicidade como objeto de conhecimento no Brasil. *E-Compós*, 26.

PARTE 2 - REFLEXÕES

ANÁLISE DE CONTEÚDO DA COMUNICAÇÃO DOS DEPUTADOS FEDERAIS SOBRE SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS NA REDE SOCIAL X¹

Isadora da Silva Prestes²

O elo entre comunicação, política, movimentos e contramovimentos sociais se fundamenta em disputas e negociações que impactam os processos de transformação da sociedade. Esses conceitos se articulam na construção de narrativas e contranarrativas que buscam legitimidade e apoio social (Luvizotto, 2023). Ao focar no movimento feminista, evidencia-se a formação de discursos favoráveis e contrários

-
1. Este capítulo de livro é um recorte de uma pesquisa de mestrado mais ampla que tem como objetivo analisar como os 20 deputados federais mais votados em 2022 inferem posicionamentos que se alinham ou não às agendas feministas, buscando compreender como esses atores podem favorecer os deslegitimar o movimento feminista. Tal pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, processo número: 88887.875829/2023-00.
 2. Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Especialista em Gestão de Vendas e Marketing pela Universidade Paranaense. isadora.prestes@unesp.br

no espaço público, refletindo diferentes posicionamentos sobre suas agendas. Essa pluralidade de narrativas é produzida e difundida por diversos atores em múltiplos ambientes, tanto on como off-line.

Representantes políticos desempenham um importante papel ao dar visibilidade às pautas de interesse público, influenciando a opinião coletiva e orientando decisões políticas (Soares, 2011). Dessa forma, sua atuação pode tanto impulsionar quanto dificultar o progresso legislativo relacionado às pautas feministas e de outros grupos minoritários, configurando-se enquanto fator determinante na concretização ou retrocesso dessas agendas sociais.

Luvizotto (2025) argumenta que a onda conservadora que tem acometido a América Latina em tempos hodiernos possui forte relação com o ciclo progressista que marcou as duas primeiras décadas do século XXI na região. Para a autora, essa onda contribuiu para a efervescência de contramovimentos sociais, caracterizados como ações de mobilização social contestatórias de cunho conservador, onde os atores individuais ou coletivos lutam em defesa da “manutenção do *status quo* ou da estabilidade de determinado grupo social, e pautas contrárias às pautas dos movimentos sociais, disputando espaço e visibilidade na esfera pública” (Luvizotto, 2022, p. 68).

A ascensão de parlamentos com maior presença de atores conservadores tem resultado em uma atuação política voltada ao bloqueio de projetos e agendas que contrariam seus interesses. Esses representantes mobilizam temáticas que reforçam seus ideais e consolidam suas bases de apoio (Luvizotto, 2025). Esse fenômeno pode ser observado, por exemplo, nas resistências às pautas defendidas pelos feminismos

(Bonet-Martí, 2021), especialmente aquelas voltadas à promoção da saúde e dos direitos reprodutivos.

Nos últimos anos, os movimentos feministas têm atuado por meio de protestos e articulações com parlamentares e organizações sociais na proposição de mudanças legislativas, que, entre outras questões, se voltam à ampliação dos direitos reprodutivos e de melhores condições de saúde para mulheres (Rocha, 2006). Em resposta, grupos conservadores com atuação no Legislativo têm impulsionado iniciativas que visam conter o avanço dessas agendas, por meio da proposição de políticas públicas e legislações restritivas aos direitos sexuais e reprodutivos (Marsicano & Burity, 2021).

As narrativas construídas no âmbito da Câmara dos Deputados extrapolam o espaço institucional e são amplificadas nas redes sociais, onde circulam em tempo real informações sobre temas em disputa na esfera pública e em instâncias de poder. Nesse contexto, a plataforma X é amplamente utilizada por parlamentares em decorrência do seu caráter imediato e multimodal, permitindo que esses atores se articulem estrategicamente para mobilizar suas bases, pautar ou contestar temas, interagir com internautas e buscar legitimidade e adesão às suas narrativas. Pereira (2024, p. 128) afirma essa rede social “emergiu como ferramenta centralizadora de ativismos cidadãos dispersos no caso brasileiro, como campo de batalha política e de confronto de narrativas sociais e ideologias polarizadas”.

Diante deste cenário, esta pesquisa tem como objetivo analisar de que maneira os 20 deputados federais têm construído narrativas que revelam posicionamentos que se relacionam com as agendas de saúde e direitos reprodutivos feministas em seus perfis oficiais no X, de modo

a demonstrar apoio ou oposição a essas temáticas. Visando cumprir o objetivo proposto, este trabalho se ancora em pesquisa bibliográfica (Gil, 2009) e Análise de Conteúdo (AC) proposta por Bardin (2016). A coleta de dados se dá por meio das publicações realizadas pelos parlamentares em seus perfis oficiais do X e o recorte temporal compreende os meses de fevereiro, março e abril de 2024.

Os resultados da pesquisa evidenciam uma baixa incidência de manifestações parlamentares em relação às pautas vinculadas à saúde das mulheres. Dentre os parlamentares que se posicionam, observa-se majoritariamente uma orientação contrária às referidas agendas, especialmente às relacionadas à legalização do aborto, o que pode ser atribuído ao perfil ideológico conservador predominante do *corpus* de pesquisa. Ressalta-se, ainda, que as iniciativas legislativas propositivas no campo das políticas públicas voltadas à saúde das mulheres foram protagonizadas por parlamentares do sexo feminino, indicando um papel central dessas parlamentares na formulação e promoção de ações de/por/para mulheres.

Comunicação Política na rede social X

O avanço das tecnologias digitais conferiu à Política novos espaços para que representantes se comunicassem com a sociedade civil antes, durante e após o período eleitoral. Dessa forma, partidos, candidatos e representantes eleitos utilizam as redes digitais como canais de interação e contato direto com suas bases.

Gomes (2004, p. 14) define Comunicação Política Eleitoral como “o conjunto de atividades legais, organizadas ou desenvolvidas pelos partidos, coligações ou comitês de eleitores e candidatos com o

objetivo de arrecadar votos para que determinados políticos possam ocupar, por representação, os cargos políticos públicos”. Entretanto, importa notar que a comunicação não se esgota com o êxito de um candidato em uma eleição.

Após o pleito, representantes devem se manter em diálogo com a sociedade civil, ouvindo as demandas da sociedade, prestando contas de suas ações e fortalecendo sua imagem pública. De acordo com Nascimento (2025) esse fenômeno é denominado como Comunicação de Mandato, sendo compreendido como “o conjunto de estratégias e práticas comunicacionais utilizadas por um agente político no exercício de sua função representativa, com o objetivo de informar a sociedade sobre suas ações, construir sua imagem pública e estabelecer uma relação dialógica com suas representações” (Nascimento, 2025, p. 73).

Embora a comunicação de mandato aconteça em diversos canais tanto em mídias tradicionais e por meio de ferramentas *on* e *off-line*, nesta pesquisa conferimos destaque à comunicação realizada na rede social X, considerada uma das plataformas digitais “mais utilizadas por internautas para a Comunicação Política em todo o mundo” (Lima, 2016 p. 90). Nessa rede, representantes eleitos se comunicam em tempo real com suas bases, informando sobre suas atividades legislativas e seus posicionamentos que podem, de um lado buscar a ampliação de direitos de determinados grupos sociais e, do outro, ceifar tais direitos, impedindo avanços legislativos e deslegitimando agendas sociais.

Movimentos e Contramovimentos Feministas

De acordo com Luvizotto (2025), os movimentos sociais configuram-se como ações coletivas orientadas à transformação da realidade

social, emergindo em resposta a contextos de opressão e injustiça. Em contraposição, os contramovimentos sociais manifestam-se como reações organizadas que visam conter ou reverter as mudanças reivindicadas pelos movimentos sociais, atuando em prol da manutenção do *status quo* (Luvizotto, 2025).

O movimento feminista, desde sua gênese, tem sido acompanhado por diferentes formas de apoio e resistência. Atores individuais ou coletivos (Aragusuku, 2019) podem se posicionar tanto na luta pela superação das estruturas patriarcais e pela transformação das condições de subordinação impostas às mulheres (Miguel, 2014), quanto na defesa da ordem social vigente, interpretando o movimento como uma ameaça aos valores tradicionais (Bonet-Martí, 2021).

Esses apoios e resistências podem ser observados em diversos ambientes, inclusive nos espaços de decisão. Entre 2003 e 2014, por exemplo, o Brasil foi marcado por ações progressistas que visavam fortalecer o movimento feminista e ampliar os direitos das mulheres. Esse período foi caracterizado por políticas públicas voltadas a “autonomia econômica, da saúde, da educação, da participação política, da gestão da transversalidade de gênero, além do fortalecimento e alargamento das políticas de enfrentamento à violência doméstica para além das áreas de segurança pública” (Ipea, 2023 p. 51). Porém, após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, houve um período de retrocessos e de estagnação no que tange os direitos femininos. Entre 2014 e 2019, contranarrativas feministas foram intensificadas e a onda neoconservadora se fortaleceu. A eleição presidencial que elegeu Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) à Presidência da República reforçou práticas e narrativas conservadoras que promoviam submissão feminina (Ipea, 2023).

Entretanto, os feminismos continuam resistindo a tais retrocessos. Visando angariar apoio e promover mudanças sociais efetivas, o movimento feminista atua por meio de mobilizações, protestos e articulações com parlamentares e organizações sociais, com o objetivo de propor alterações legislativas que ampliem o acesso à saúde, aos direitos reprodutivos e a outras agendas sociais que, de forma interseccional, impactam a vida de meninas e mulheres. No entanto, grupos conservadores presentes na esfera parlamentar passaram a propor políticas públicas e legislações que buscam impedir o avanço de agendas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Segundo Marsicano & Burity (2021, p. 54) “a politização da sexualidade tem permitido que o conservadorismo religioso se articule com organizações não-governamentais antidireitos, que negam qualquer possibilidade de atualização jurídico-política que venha a questionar o paradigma tradicional da sexualidade”. Dessa forma, atores políticos alinhados a ideais conservadores e religiosos utilizam narrativas em defesa da vida intrauterina e da importância da formação da família tradicional para se opor aos direitos sexuais e reprodutivos, com o objetivo de controlar o corpo feminino, limitando, portanto, suas escolhas e restringindo sua autonomia (Marsicano & Burity, 2021).

Dessa forma, em razão do acentuado recrudescimento de narrativas e contranarrativas que permeiam ambientes decisórios de poder como a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional, torna-se imperativo identificar como os deputados federais se posicionam sobre a agenda “Saúde e Direitos Reprodutivos”. Essa pesquisa lança destaque aos conteúdos divulgados pelos perfis oficiais dos 20 parlamentares mais votados nas eleições de 2022 na rede social X.

Análise

Para a análise empírica, foi realizada a coleta dos materiais relacionados ao tema feminista “Saúde e Direitos Reprodutivos” nos perfis oficiais da rede social X dos 20 deputados federais mais votados em 2022, sendo eles:

Tabela 1
Parlamentares analisados

Parlamentar	Perfil oficial	Número de seguidores no X	Partido
Nikolas Ferreira	@nikolas_dm	4,6 milhões de seguidores	PL - MG
Guilherme Boulos	@guilhermeboulos	2,2 milhões de seguidores	PSOL - SP
Carla Zambelli	@zambelli2210	2,5 milhões de seguidores	PL - SP
Eduardo Bolsonaro	@bolsonarosp	3 milhões de seguidores	PL - SP
Ricardo Salles	@rsalesmma	1,8 milhões de seguidores	NOVO - SP
Bruno Lima	@del_brunolima	60,4 mil seguidores	PP-SP
Deltan Dallagnol ³	@deltanmd	1,8 milhões de seguidores	PODE - PR
Tabata Amaral	@tabataamaral	469 mil seguidores	PSB - SP
Celso Russomanno	@celsorussomanno	144 mil seguidores	Republicanos - SP
Kim Kataguirí	@kimkataguiri	735,6 mil seguidores	UNIÃO - SP
Amom Mandel	@eusouamom	29 mil seguidores	Cidadania - AM
André Ferreira	@aferreira2222	310 seguidores	PL - PE

3. Deltan Dallagnol teve seu mandato cassado em 16 de maio de 2023. Como a coleta de dados ocorreu entre fevereiro e abril de 2024, as publicações do ex-deputado não foram consideradas no recorte, uma vez que, nesse período, Dallagnol já não exercia o mandato.

Gleisi Hoffmann	@gleisi	1,2 milhões de seguidores	PT - PR
Zucco	@deputadozucco	97,3 mil seguidores	PL - RS
Alessandra Haber	@draalehaber	839 seguidores	MDB - PA
Marcel Van Hattem	@marcelvanhattem	1,2 milhões de seguidores	NOVO - RS
Erika Hilton	@erikahilton	844,1 mil seguidores	PSOL - SP
Delegado Palumbo	@delegadopalumbo	79,1 mil seguidores	MDB - SP
Silvye Alves	@silvyealves	9.098 seguidores	UNIÃO - GO
Filipe Barros	@filipebarrost	972,2 mil seguidores	PL - PR

Elaborado pela autora.

A análise fundamentou-se no método de Análise de Conteúdo proposto por Laurence Bardin (2016), composto por quatro etapas: pré-análise, codificação, categorização e inferência. Os conteúdos foram coletados nos perfis oficiais no X dos 20 deputados federais, abrangendo o período de fevereiro a abril de 2024. O recorte temporal justifica-se pelo fato de março ser reconhecido como o mês da mulher, em virtude do Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março. Dessa forma, partiu-se da hipótese de que tais atores poderiam utilizar as redes sociais para propor políticas públicas e divulgar compromissos com a agenda feminista ou, de modo oposto, empregar o espaço digital para deslegitimar o movimento e impedir seus avanços.

Na pré-análise, foram coletadas todas as publicações (englobando *posts* e *reposts*) dos perfis oficiais dos 20 parlamentares analisados na rede social X. Ao todo, as publicações somaram 4.550 publicações como podem ser observadas na tabela 2:

Tabela 2

Total de publicações realizadas no período de análise

Parlamentar	Total de posts
Nikolas Ferreira	438
Guilherme Boulos	475
Carla Zambelli	784
Eduardo Bolsonaro	574
Ricardo Salles	58
Bruno Lima	112
Deltan Dallagnol	Mandato Cassado
Tabata Amaral	82
Celso Russomanno	0
Kim Kataguiri	643
Amom Mandel	109
André Ferreira	0
Gleisi Hoffmann	232
Zucco	165
Alessandra Haber	2
Marcel Van Hattem	260
Erika Hilton	408
Delegado Palumbo	82
Silvye Alves	83
Filipe Barros	43
TOTAL	4.550

Elaborado pela autora.

Na pré-análise, os materiais foram devidamente filtrados, tendo como base publicações que se relacionavam com mulheres, bem como com agendas feministas. Assim, das 4.4550 publicações, 518 se

relacionavam com as mulheres e com as agendas feministas interseccionais, como exemplificado na tabela 3:

Tabela 3

Total de publicações relacionadas às mulheres e aos feminismos no período:

Parlamentar	Total de publicações relacionadas às mulheres e aos feminismos no período
Nikolas Ferreira	41
Guilherme Boulos	46
Carla Zambelli	61
Eduardo Bolsonaro	33
Ricardo Salles	2
Bruno Lima	7
Deltan Dallagnol	Mandato Cassado em maio de 2023
Tabata Amaral	14
Celso Russomanno	0
Kim Kataguirí	55
Amom Mandel	5
André Ferreira	0
Gleisi Hoffmann	36
Zucco	1
Alessandra Haber	0
Marcel Van Hattem	7
Erika Hilton	153
Delegado Palumbo	13
Silvye Alves	40
Filipe Barros	4
TOTAL	518

Elaborado pela autora.

Na etapa de codificação, foram estabelecidos os códigos de análise, considerando para isso as principais agendas dos feminismos interseccionais em destaque na esfera pública. Esse capítulo de livro compreende uma agenda específica, denominada “Saúde e Direitos Reprodutivos” e visa analisar de que maneira os 20 deputados federais têm construído narrativas que revelam posicionamentos que se relacionam com as agendas de saúde e direitos reprodutivos feministas em seus perfis oficiais no X, de modo a demonstrar apoio ou oposição a essas temáticas. Os códigos utilizados para filtrar as publicações foram: (a) sobre saúde sexual e reprodutiva para mulheres e (b) sobre políticas públicas sobre saúde para mulheres.

Na etapa de categorização, 34 publicações se relacionaram com a agenda “Saúde e Direitos Reprodutivos”. No entanto, nem todos os parlamentares analisados publicaram materiais que se enquadraram nessa temática. Apenas 8 deputados se manifestaram sobre essa agenda, seja para demonstrar apoio ou oposição a essa causa. O número de interações pode ser observado na tabela 4:

Tabela 4

Agenda: Saúde e direitos reprodutivos

Parlamentar	Total de publicações
Nikolas Ferreira	2
Carla Zambelli	5
Tabata Amaral	1
Kim Kataguirí	1
Marcel Van Hattem	5
Erika Hilton	14
Silvyne Alves	4

Filipe Barros	2
Total:	34

Elaborado pela autora.

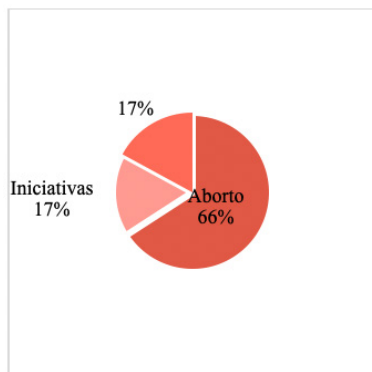
A análise dos dados coletados nos perfis oficiais da rede social X dos 20 deputados federais mais votados em 2022, durante os meses de fevereiro a abril de 2024, evidenciou que a agenda “Saúde e Direitos Reprodutivos” contou com 34 publicações. Erika Hilton, Carla Zambelli, Marcel Van Hattem e Silvyne Alves foram os principais parlamentares que realizaram publicações sobre a agenda. Esses atores se engajaram, predominantemente, em debates sobre o aborto, seja na defesa da descriminalização ou em torno da promoção do direito à vida. Além disso, utilizaram suas redes sociais para disseminar informações sobre o desenvolvimento e a tramitação de projetos voltados à saúde de meninas, mulheres e pessoas com útero.

Nesse contexto, o X foi utilizado como canal estratégico de contato com a sociedade civil, visando mobilizar apoiadores, articular discussões sobre propostas legislativas em evidência e divulgar posicionamentos que refletiam diferentes perspectivas ideológicas, contribuindo para a construção do debate público em torno dessa agenda.

Por fim, na etapa final da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), denominada inferência, procedeu-se à análise e interpretação dos materiais coletados. Os dados analisados foram separados com base nas temáticas de maior ocorrência, sendo elas: aborto e políticas públicas relacionadas a saúde e aos direitos reprodutivos femininos e podem ser observadas no gráfico 1:

Gráfico 1

Temáticas abordadas por parlamentares que englobam a agenda “Saúde e Direitos Reprodutivos”



Elaborado pela autora.

Dentre os temas abordados nas publicações dos parlamentares que se relacionavam com a agenda “Saúde e Direitos Reprodutivos”, a temática “Aborto” recebeu maior destaque, representado 77% do total, com 27 conteúdos, enquanto a temática “Políticas Públicas” contou com 7 publicações.

Com base nos dados analisados em torno desta agenda interseccional, em fevereiro de 2024, a então ministra da Saúde, Nísia Trindade⁴, suspendeu uma nota técnica do Ministério da Saúde que reiterava disposições de uma legislação em vigor desde 1940⁵. A nota em questão enfatizava a importância de garantir o direito ao aborto de forma segura e integral, destacando, entre outros pontos, a inexistência de

4. Em fevereiro de 2025, Nísia Trindade deixou a liderança do Ministério da Saúde, sendo sucedida por Alexandre Padilha, até então titular da Secretaria de Relações Institucionais.

5. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.

um limite gestacional para a interrupção da gravidez nos casos previstos por lei (Silva, 2024). Esta nota contrariava um parecer técnico anterior, publicada pelo ministério em 2022, que estabelecia um limite máximo de 21 semanas e 6 dias para a realização do aborto, considerando que, após a 22ª semana gestacional, meninas, mulheres e pessoas gestantes não poderiam mais realizar o procedimento, mesmo em situações legalmente previstas, devido à viabilidade fetal extrauterina (Silva, 2024).

O Código Penal (CP) de 1940, que ainda está em vigor com algumas modificações, classifica o aborto como crime no Brasil, exceto em circunstâncias específicas, como gravidez resultante de estupro e risco de vida para a pessoa gestante. Em 2012, houve uma ampliação das permissões para a realização do aborto, onde foram incluídos casos de anencefalia fetal⁶.

A autorização para o aborto de fetos anencéfalos foi estabelecida conforme entendimento consolidado pelo STF “após várias pressões dos movimentos feministas e de movimentos ligados à defesa da saúde pública integral e universal” (Medeiros, 2024, p. 2).

Importa observar que a legislação vigente desde 1940 não especifica um marco temporal para a realização do aborto, permitindo sua prática a qualquer momento da gestação, desde que se enquadre nas circunstâncias excepcionais previstas pela lei e pelo STF. Portanto, a nota técnica publicada em 2024 não introduzia novas diretrizes, apenas

6. A possibilidade de interrupção da gestação em casos de anencefalia foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal em abril de 2012. A corte considerou que a anencefalia, por ser uma condição incompatível com a vida extrauterina, não deveria ser classificada como aborto, não implicando, portanto, sua criminalização (Haidar, 2012).

reforçava os direitos garantidos pela legislação brasileira desde 1940. De acordo com Medeiros (2024, p. 2)

Apesar de haver esse reconhecimento há tantas décadas, as barreiras legais, institucionais e morais impostas para que meninas e mulheres acessem o aborto são históricas e agravadas com o fortalecimento das ideologias conservadoras no atual cenário político brasileiro. O direito ao aborto no Brasil, assim, é limitado, não sendo de livre decisão da mulher. Mesmo nas hipóteses permitidas pela lei, o aborto é socialmente reconhecido como imoral, pecado, criminoso e que deve, portanto, ser passível de punição. As razões dessa rejeição estão correlacionadas à dinâmica das relações sociais capitalistas, sexistas e racistas, que reforçam o controle dos corpos femininos.

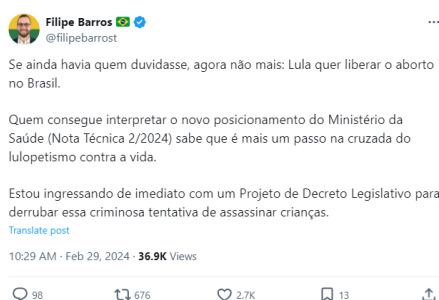
A suspensão da nota técnica publicada em 2024, conforme informado pelo Ministério da Saúde, ocorreu devido à ausência de tramitação em todas as instâncias necessárias. O ministério explicou que o processo não seguiu os trâmites internos adequados, o que levou à decisão de suspender a nota no dia seguinte à sua publicação, em 29 de fevereiro de 2024 (Silva, 2024). No entanto, a nota gerou um intenso debate sobre o aborto, grupos conservadores, entidades religiosas, parlamentares e parte da sociedade civil se manifestaram ativamente em defesa da vida desde a concepção. Os repertórios de comunicação mobilizados por esses atores ancoram-se na proteção da vida, enfatizando

que o feto possui direito à vida e que o aborto equivale a um ato de violência contra uma vida inocente. Tais argumentos são sustentados e fundamentados por crenças religiosas conservadoras e valores morais tradicionais que entendem o aborto como um ato imoral e inaceitável, independentemente das circunstâncias que levaram à gravidez. Assim, quaisquer proposições que questionam tais fundamentos passam a ser lidas como um ataque

aos preceitos religiosos, de cidadania e de moralidade (Simões, Bueno e Padovani, 2024, p. 4).

Figura 1

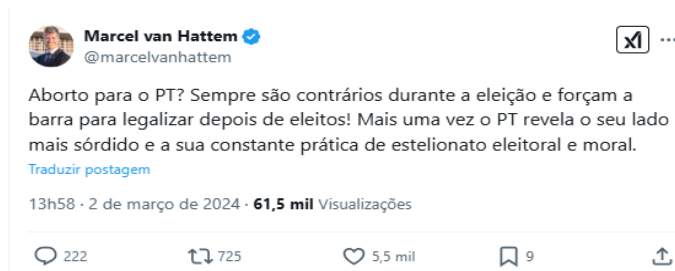
Posicionamento de Filipe Barros sobre Nota Técnica sobre o aborto



Barros (2024).

Figura 2

Posicionamento de Marcel van Hattem sobre nota técnica sobre o aborto



Hattem, (2024).

Os parlamentares que se expressaram em oposição a nota técnica foram Nikolas Ferreira, Carla Zambelli, Filipe Barros, Marcel Van Hattem e Kim Kataguiri. Esses parlamentares manifestaram-se em defesa dos

direitos da vida desde a concepção e, portanto, aproveitaram o momento da suspensão da nota para atacar medidas do governo. Filipe Barros, Marcel van Hattem e Nikolas Ferreira afirmavam que a nota publicada pelo Ministério da Saúde ampliava o acesso ao aborto, permitindo sua realização de forma irrestrita no país. No entanto, a nota apenas reforçava as disposições do Código Penal Brasileiro, cujas normas sobre o aborto vigoram desde 1940. Medeiros (2024, pp. 11-12) afirma que esses atores sociais utilizam repertórios de comunicação contrários ao aborto para “alcançar apoio popular através de pautas morais e religiosas. Mas não só isso, o aborto torna-se central para os neoconservadores, porque está diretamente ligado ao tema da reprodução social e, portanto, aos mecanismos de controle e de dominação dos corpos”.

Figura 3

Posicionamento de Nikolas Ferreira sobre Nota Técnica do aborto



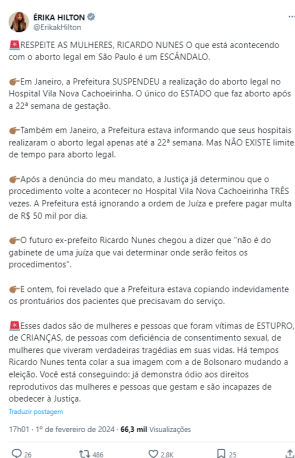
Ferreira (2024).

A nota, portanto, não introduzia qualquer mudança legal, mas esclarecia a aplicação da legislação vigente, sem alterar os parâmetros estabelecidos em casos específicos que viabilizavam o aborto no país (Gadelha, 2024). Nesse sentido, as alegações de que haveria a legalização irrestrita do aborto demonstram-se infundadas, uma vez que se baseiam em interpretações distorcidas do conteúdo oficial. Muitos parlamentares aproveitam as redes sociais para disseminar informações distorcidas e até mesmo fraudulentas para reforçar suas posições ideológicas e deslegitimar o governo em exercício, utilizando-as com “arma para semear desordem, alimentar o ódio, incitar a violência e prolongar um conflito” (ONU, 2023, p. 10).

Com a suspensão da nota técnica publicada em 2024, voltou a vigorar a nota divulgada pelo Ministério da Saúde em 2022, que estabelecia um marco temporal de 21 semanas e 6 dias para a realização do aborto em casos já previstos por lei. Embora a nota técnica desempenhe um papel relevante na orientação e interpretação de políticas públicas, ela não possui o poder de revogar ou modificar o Código Penal, uma vez que este é um instrumento normativo de caráter legislativo. O Código Penal brasileiro pode ser alterado apenas por meio de uma reforma legislativa formal, aprovada pelo Congresso. Dessa forma, embora uma nota técnica possa influenciar a aplicação prática da lei, ela não tem competência para se sobrepor à legislação vigente, especialmente no que se refere à definição e regulação de condutas como o aborto, previstas nos artigos 124 a 128 do Código Penal. Entretanto, algumas autoridades podem se utilizar dessas inconsistências legislativas para impedir a realização do aborto.

Figura 4

Publicação de Erika Hilton sobre o aborto



Hilton (2024).

Conforme destacado na publicação da deputada federal Erika Hilton, a nota técnica que estabelecia um limite temporal para a realização do aborto legal demonstra que muitos representantes podem utilizá-la como fundamento para inviabilizar um direito garantido por lei. Esse cenário foi exemplificado pelo relato-denúncia publicado pela deputada, no qual ela afirma que o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, estava impedindo o acesso ao aborto para meninas, mulheres e pessoas gestantes que fossem vítimas de abuso sexual, portassem fetos anencéfalos ou cuja continuidade da gestação representasse risco à vida, contrariando o Código Penal e a decisão do STF. Dessa forma, infere-se que, embora a nota técnica não tenha poder jurídico para se sobrepor ao Código Penal, atores sociais contrários ao aborto podem utilizá-la para impedir a realização desse procedimento, resultando em danos físicos, psicológicos e sociais às vítimas. Tal perspectiva revela a

precariedade dos direitos fundamentais das mulheres, frequentemente relegados à marginalidade institucional e ainda não plenamente reconhecidos enquanto garantias efetivas no espaço público, tendo em vista que

há todo um aparato estatal e um corpo social que funcionam reciprocamente de modo a controlar os corpos femininos e torná-los treinados, disciplinados e regulamentados para uma determinada finalidade que é o cumprimento do estereótipo feminino que impõe a maternidade às mulheres, mantendo-as reféns de seu encerramento na esfera doméstica invisibilizada e mais distantes da vida pública, o que pode ser observado pelo funcionamento do sistema de justiça criminal que é direcionado aos homens. (Pinto, 2022, p. 240)

Figura 5

Publicação de Erika Hilton sobre Conselho Federal de Medicina (CFM)



Hilton (2024b).

Figura 6

Publicação de Erika Hilton sobre menina impedida de realizar aborto



Hilton (2024c).

Em abril de 2024, o aborto legal sofreu com a imposição de normativas oriundas do Conselho Federal de Medicina (CFM) com a Resolução CFM N° 2.378, de 21 de março de 2024, publicada no dia 03 de abril de 2024. Por meio desta resolução, o conselho inviabilizava o ato médico de assistolia fetal⁷, procedimento clínico utilizado para a realização de abortos realizados após a 22ª semana gestacional. Visando impor barreiras ao acesso de direitos sexuais e reprodutivos, o CFM impedia o procedimento de assistolia fetal, mesmo em casos de aborto previstos em lei, justificando sua decisão com base na viabilidade fetal,

7. Procedimento médico realizado para interromper a atividade cardíaca do feto por meio da injeção de cloreto de potássio.

ou seja, na capacidade do feto viver fora do útero. No entanto, a resolução do conselho, assim como a nota técnica de 2022 do Ministério da Saúde vai de encontro ao Código Penal e as decisões do STF. Dessa forma, a parlamentar demonstra o interesse de lutar para que não haja retrocesso nos direitos já conquistados pelas pessoas que gestam no Brasil. Embora o aborto não seja legalizado no país, ele é viabilizado em casos excepcionais. A parlamentar utilizou suas redes sociais para denunciar casos em que o procedimento foi inviabilizado em decorrência da resolução do CFM, como observado na figura 6.

A deputada concentra sua abordagem exclusivamente em casos de violência sexual. No entanto, de acordo com a resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM), o procedimento médico de assistolia fetal não seria realizado em nenhum caso de aborto previsto em lei. Vale destacar, entretanto, que dados do 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, indicam que crianças são as principais vítimas de abuso sexual. Em 2023, por exemplo, o número de estupros e estupros de vulneráveis aumentou de 78.887 casos em 2022 para 83.988 em 2023. Entre os casos registrados, 61,6% das vítimas eram menores de 14 anos. Além disso, 88,2% das vítimas eram meninas. O anuário também revelou que 65,1% desses crimes ocorreram no ambiente doméstico, sendo que, em 63,3% dos casos, o agressor era um familiar. Esses dados evidenciam que “a proximidade do agressor com a vítima, sua pouca idade, o segredo e vergonha da família geram o silêncio perverso que perpetua essa violência” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024, p. 214). Dessa forma, o enfoque da parlamentar põe em evidência as principais vítimas penalizadas pela resolução imposta pelo CFM: as crianças.

Entretanto, importa notar que as discussões em torno das notas técnicas emitidas pelo Ministério da Saúde e pelo Conselho Federal de Medicina sobre o aborto causaram efervescência no parlamento em 2024 e culminaram no Projeto de Lei nº 1904/2024⁸, que tinha como objetivo equiparar a prática do aborto ao crime de homicídio simples, inclusive nos casos já autorizados por lei e por decisão judicial, caso o procedimento fosse realizado após a 22ª semana gestacional. O projeto criminalizava a prática de assistolia fetal.

Dos parlamentares analisados, Nikolas Ferreira, Carla Zambelli, Eduardo Bolsonaro, Delegado Palumbo e Filipe Barros foram parte dos autores da proposta. A PL foi aprovada em regime de urgência na Câmara dos Deputados em junho de 2024⁹. A tramitação acelerada gerou indignação popular, levando à mobilização de grupos contrários a medida, que se manifestaram por meio de manifestações públicas em diversas cidades do país e por ações nas redes sociais, que ocorreram com o uso da *hashtag* #CriançaNãoÉMãe.

Conforme argumenta Tilly (1995), atores políticos podem desempenhar um papel importante para a promoção de determinadas pautas na esfera pública, favorecendo a emergência ou a intensificação de movimentos sociais. Nesse contexto, a proposição de uma medida legislativa atuou como catalisadora de mobilizações sociais contrárias ao projeto de lei e, portanto, favoráveis a agenda do aborto. Esses grupos tinham como objetivo interromper a tramitação e evitar a aprovação

-
8. O Projeto de Lei nº 1904/2024 foi protocolado na Câmara dos Deputados em maio de 2024, ou seja, em momento posterior ao recorte temporal adotado na presente análise, que abrange os meses de fevereiro, março e abril do mesmo ano.
 9. Destaca-se que os projetos aprovados em regime de urgência podem ser apreciados diretamente pelo Plenário, sem a necessidade de tramitação prévia nas demais comissões da Câmara (Miranda, 2024).

do projeto, por compreenderem tal iniciativa como um retrocesso nos direitos de meninas, mulheres e pessoas que gestam.

No que tange as publicações sobre “Políticas Públicas” relacionadas a agenda “Saúde e Direitos Reprodutivos”, apenas três (03) parlamentares mantêm contato com suas respectivas bases de seguidores, informando-os sobre iniciativas, proposições e a aprovação de projetos de sua autoria ou por elas apoiados que se relacionam com a saúde feminina. Esse fenômeno é observado nos perfis de Erika Hilton, Silvyne Alves, e Tabata Amaral e ilustrado nesta pesquisa pelas publicações de Silvyne Alves.

Figura 7

Publicações de Silvyne Alves sobre o destino de recursos para zerar cirurgias ginecológicas



Alves (2024a); Alves (2024b).

Coadunando com Lima (2016), a rede social analisada tem se consolidado como um meio de comunicação utilizado por parlamentares

para a prestação de contas de suas ações. A plataforma oferece uma forma imediata e interativa de informar os cidadãos sobre as atividades legislativas, projetos de lei e outras ações pertinentes. Essas iniciativas demonstram o compromisso dos parlamentares em garantir que suas bases permaneçam informadas acerca das atividades em que estão envolvidos (Nascimento, 2025). Além de fortalecer a transparência das ações no Parlamento, esse processo estreita o relacionamento entre representantes e representados, proporcionando um canal direto de comunicação e *feedback*, o que possibilita o acompanhamento tanto das ações do parlamentar quanto dos assuntos tratados na Câmara de Deputados (Barros et al., 2021). Tal posicionamento se alinha com o que propõem Rossetto (2018, p. 104) ao afirmar que o X se “mostra potencialmente como um local de ressonância de temas e discussões políticas”.

Como observado, as parlamentares abordam diversas temáticas relacionadas à saúde e aos direitos reprodutivos. As publicações analisadas demonstram que algumas parlamentares têm se empenhado em destinar recursos para a realização de serviços de saúde voltados às mulheres, evidenciando um compromisso com esse estrato social. Além disso, destacam-se iniciativas legislativas, como a aprovação de leis para a distribuição de absorventes, visando garantir a dignidade menstrual e assegurar que pessoas que menstruam passem por esse período de forma segura e sem constrangimentos. Outro ponto relevante é a proposição de projetos de lei que determinam a obrigatoriedade de informar vítimas de violência sexual sobre o direito ao aborto legal. A violência sexual configura uma grave violação dos direitos humanos, com impactos profundos na vida das vítimas, sendo a possibilidade de uma gravidez indesejada uma de suas consequências mais devastadoras.

Diante disso, faz-se necessário que essas vítimas tenham pleno conhecimento de seus direitos, incluindo a interrupção legal da gestação. Para tanto, a atuação de unidades básicas de saúde, hospitais, delegacias e centros de assistência é fundamental para garantir a disseminação dessas informações e o amparo necessário às vítimas.

A comunicação de mandato realizada por Erika Hilton, Sylvie Alves e Tabata Amaral, evidencia uma estratégia voltada à manutenção do vínculo com suas bases eleitorais, por meio da publicização de suas atuações nas instâncias legislativas. Tal prática corrobora as análises de Barros et al. (2021), ao refletir dinâmicas de individualização do mandato e de desinstitucionalização das atividades políticas, nas quais a visibilidade da atuação pessoal se sobrepõe à mediação institucional do parlamento.

A agenda “Saúde e Direitos Reprodutivos” abrange questões de interesse público que devem ser debatidas e regulamentadas pelos parlamentares, uma vez que, no exercício de sua função legislativa, possuem o poder de transformar estruturas sociais por meio da formulação e implementação de políticas públicas adequadas às necessidades da sociedade civil (Soares, 2011). O acesso a serviços de saúde de qualidade, como assistência em planejamento familiar, acompanhamento pré-natal, parto humanizado, direito ao aborto legal, vacinação e exames, por exemplo, constitui um direito fundamental que deve ser assegurado a toda a população. A omissão ou negligência dos parlamentares em relação a essa pauta pode resultar na perpetuação de barreiras que afetam, sobretudo, mulheres em situação de vulnerabilidade, ampliando desigualdades estruturais.

Conclusões

Com base na análise empírica, pode-se afirmar que a polarização do debate em torno dos temas que envolvem saúde e dos direitos reprodutivos para meninas e mulheres é reflexo das divisões políticas e ideológicas que se intensificaram nos últimos tempos. A crescente influência de lideranças religiosas e defensores dos papéis tradicionais de família no parlamento contribui para o fortalecimento de ideais conservadores e de narrativas que visam o controle sobre temas morais. Esses atores buscam inviabilizar o acesso ao aborto, por exemplo, criminalizando pessoas que realizam o procedimento, baseando-se em argumentos religiosos e da formação familiar como uma bênção divina. Em contrapartida, parlamentares pró-feministas seguem em defesa da consolidação de um Estado laico que assegure a pluralidade de crenças e a autonomia de meninas, mulheres e pessoas gestantes sobre seus corpos, defendendo os direitos reprodutivos como uma questão de saúde pública e um direito fundamental.

Observa-se também que os parlamentares utilizam seus perfis oficiais na rede social X como fonte de contato e informação em tempo real com suas bases eleitorais. Essa escolha pode estar relacionada com a natureza imediata e visceral da plataforma, a qual permite divulgação rápida de informações, posicionamentos e reações de assuntos discutidos na esfera pública em sincronia com os fatos.

Entretanto, a análise dos dados evidencia uma baixa incidência de manifestações parlamentares em relação às pautas vinculadas à saúde das mulheres, uma vez que nem todos os 20 deputados federais se manifestaram sobre a agenda feminista que visam a ampliação da saúde e dos direitos reprodutivos para meninas e mulheres, demonstrando baixo

interesse e/ou envolvimento dos representantes com tais temas. Além disso, verificou-se que as publicações que abordam políticas voltadas à saúde das mulheres foram propostas unicamente por parlamentares do sexo feminino, evidenciando a relevância do protagonismo feminino nas instâncias legislativas para a formulação de ações efetivas direcionadas a esse público.

Dos parlamentares analisados, Tabata Amaral e Silvyne Alves, por exemplo, não apresentaram posicionamento explícito sobre o aborto, o que impede sua classificação como favoráveis ou contrárias às agendas feministas relacionadas ao tema. No entanto, suas atuações demonstram um compromisso com pautas voltadas às mulheres por meio da análise das iniciativas legislativas. Érika Hilton foi a única parlamentar analisada a se posicionar de forma favorável ao aborto e à autonomia dos corpos, destacando sua atuação na defesa da manutenção desse direito, conforme previsto no Código Penal. Sua atuação busca garantir que o acesso ao aborto não sofra retrocessos. Em oposição, Nikolas Ferreira, Carla Zambelli, Marcel Van Hattem, Kim Kataguiri e Filipe Barros manifestaram-se contrários ao aborto. Para esses parlamentares, a interrupção da gravidez pode ser interpretada como uma violação do direito fundamental à vida, independentemente das circunstâncias de concepção.

A ausência de posicionamento ou a adoção de posturas contrárias a essas agendas por parte dos deputados federais pode resultar em retrocessos nos direitos conquistados ao longo das décadas. A proposição da PL 1904/2024, ilustra tal dinâmica ao evidenciar a atuação legislativa como espaço de articulação de contramovimentos sociais que buscam restringir direitos de meninas, mulheres e pessoas com útero. O Brasil

apresenta um histórico de avanços e recuos em políticas públicas voltadas à saúde reprodutiva, como a distribuição de métodos contraceptivos e o acesso ao aborto nos casos previstos em lei, evidenciando a relevância do posicionamento parlamentar nesse contexto. Assim, torna-se essencial que as decisões legislativas sejam fundamentadas em evidências científicas e na garantia dos direitos individuais, evitando que sejam influenciadas por convicções ideológicas pessoais.

Portanto, torna-se imperativo que os deputados federais desempenhem um papel ativo na defesa da saúde e dos direitos reprodutivos, construindo políticas públicas eficazes e inclusivas. A omissão, o silenciamento e a oposição desses atores sobre essas pautas podem comprometer avanços na área da saúde pública e até mesmo retroceder em questões onde já houveram conquistas, impactando a sociedade civil como um todo.

Referências

Alves, S. [@silvyelalves]. (6 de fevereiro de 2024a). *Cumprindo meus compromissos com a saúde da mulher!* [Postagem]. X. <https://x.com/silvyelalves/status/1754890730563096615>

Alves, S. [@silvyelalves]. (7 de fevereiro de 2024b). *Em Goiás, a fila de espera para cirurgias ginecológicas está ZERADA!* [Postagem]. X. <https://x.com/uniaobrmulher44/status/1755291786560287142>

Aragusuku, H. (2022). Um panorama do contramovimento antigênero no Brasil: emergência, redes e narrativas. *Anais do 46º Encontro Anual da ANPOCS*, 46(27), 01-21.

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Barros, A. T. de., Bernardes, C. B., Faria, C. F. S. de., & Busanello, E. (2021). Do egocasting aos gabinetes digitais: o uso de lives, stories e podcasts pelos deputados federais brasileiros. *Contextualizaciones Latinoamericanas*, 2(25), 7-23.

Barros, F. [@filipebarrost]. (29 de fevereiro de 2024). *Se ainda havia quem duvidasse, agora não mais: Lula quer libertar o aborto no Brasil*. [Postagem]. X. <https://x.com/filipebarrost/status/1763194775383978066>

Bonet-Martí, J. (2021). Los antifeminismos como contramovimiento: Una revisión bibliográfica de las principales perspectivas teóricas y de los debates actuales. *Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales*, 18(1), 61-71. <https://doi.org/10.5209/tekn.71303>

Ferreira, N. [@nikolas_dm]. (29 de fevereiro de 2024). *A pressão funcionou. O Brasil queria vida, e não morte*. [Postagem]. X. https://x.com/nikolas_dm/status/1763256899581948098

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2024). 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>.

Gadelha, I. (2024). Após crítica, ministra da Saúde suspende nota técnica sobre aborto. *Metrópoles*. <https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/ministra-saude-nota-aborto>

Gil, A. C. (2009). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.

Gomes, N. D. (2004). *Formas Persuasivas de Comunicação Política: Propaganda Política e Publicidade Eleitoral*. EDIPUCRS.

Hattem, M. van. [@marcelvanhattem]. (02 de março de 2024). *Aborto para o PT?* [Postagem]. X. <https://x.com/marcelvanhattem/status/1763972163432829415>.

Hilton, E. [@erikakhilton]. (1 de fevereiro de 2024a). *RESPEITE AS MULHERES, RICARDO NUNES*. [Postagem]. X. <https://x.com/ErikakHilton/status/1753146560752312409>

Hilton, E. [@erikakhilton]. (3 de abril de 2024b). *CFM ATACA DIREITO AO ABORTO*. [Postagem]. X. <https://x.com/ErikakHilton/status/1775650793133060468>

Hilton, E. [@erikakhilton]. (5 de abril de 2024c). *Acaba de ser noticiado que uma menina de DOZE anos não está conseguindo realizar o procedimento de aborto por conta dessa resolução ILEGAL do CFM*. [Postagem]. X. <https://x.com/ErikakHilton/status/1776269644380119067>

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2023). De política pública à ideologia de gênero: O processo de (des)institucionalização das políticas para as mulheres de 2003 a 2020.

Lima, N. (2016). *Twitter e Comunicação Pública: como microblogs têm alterado a conversação entre governos e cidadãos*. IFS.

Luvizotto, C. K. (2022). Comunicação digital e cidadania: A atuação de movimentos sociais e contramovimentos durante a pandemia de Covid-19. *Revista Comunicação Midiática*, 17(1), 61-72.

Luvizotto, C. K. (2023). Comunicação, informação e repertório de ação dos movimentos sociais no Brasil e na Alemanha: Acesso à informação e participação social. *Revista EDICIC*, 3(2), 1-13.

- Luvizotto, C. K. (2025). *Repertórios de ação dos movimentos sociais durante a pandemia de Covid-19: Perspectivas e desafios para a comunicação digital e o ativismo no Brasil* [Tese de livre-docência, Universidade Estadual Paulista (UNESP)].
- Marsicano, A. C. de O., & Burity, J. A. (2021). Aborto e ativismo “pró-vida” na política brasileira. *Plural*, 28(1), 50-79.
- Medeiros, J. M. (2024). A reação neoconservadora à política de assistência ao aborto no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, 147(2), 1-21.
- Miguel, L. F. (2014). O feminismo e a política. In L. Miguel, & F. Biroli, *Feminismo e Política. Boitempo*.
- Miranda, T. (2024). Câmara aprova urgência para projeto que equipara aborto de gestação acima de 22 semanas a homicídio. *Agência Câmara de Notícias*. <https://www.camara.leg.br/noticias/1072249-camara-aprova-urgencia-para-projeto-que-equipara-aborto-de-gestacao-acima-de-22-semanas-a-homicidio>
- Nascimento, P. (2025). *Comunicação de obrigação: uma proposta conceitual a partir da comunicação de mandato sob a ótica dos assessores parlamentares da câmara municipal de Bauru* [Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista (UNESP)].
- ONU. (2023). Integridade da informação nas plataformas digitais. Recuperado de https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-10/ONU_Integridade_Informacao_Plataformas_Digitais_Informe-Secretario-Geral_2023.pdf
- Pereira, A. (2024). Fake news, antibolsonarismo e polarização política no Twitter (X) brasileiro entre 2020-2022. *Sociologia On Line*, (35), 104-133. <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2024.35.5>

- Pinto, S. C. de L. (2022). Corpos femininos sob controle: a criminalização do aborto no Brasil. *Revista Gênero*, 22(2), 223-224.
- Rocha, M. I. (2006). A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 23(2), 369-374.
- Rossetto, G. P. N. (2018). Fazendo política no Twitter: como os efeitos estimados das mensagens influenciam as ações e os usos da plataforma. *Revista Compolítica*, 8(1), 97-122.
- Silva, C. (2024, fevereiro 29). Ministra da Saúde suspende nota técnica sobre prazo para o aborto legal. Carta Capital. <https://www.cartacapital.com.br/politica/ministra-da-saude-suspende-nota-tecnica-sobre-prazo-para-o-aborto-legal>
- Simões, J., Bueno, L. C., & Padovani, N. C. (2024). Pela descriminalização do aborto no Brasil e uma nota pública da Cadernos Pagu contra o Projeto de Lei nº 1904/24. *Cadernos Pagu*, 71, 1-5.
- Soares, J. de R. B. (2011). O papel do deputado federal na República Federativa Brasileira. *Revista de Informação Legislativa - RIL*, 48(191), 245-254.
- Tilly, C. (1995). Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In M. Traugott (Ed.), *Repertoires and cycles of collective action*. Duke University Press, 15-42.

DISCURSO DE ÓDIO NO AMBIENTE DIGITAL: MICROAGRESSÕES CONTRA CANDIDATAS ÀS PREFEITURAS DAS CAPITALS DO BRASIL

Isabella Mudesto Dias Costa¹
Jules Strogoff de Castro Matos²
Luiz Ademir de Oliveira³

As desigualdades de gênero no Brasil configuram um fenômeno persistente e estrutural, atravessando diferentes esferas da vida social, econômica e política. Apesar dos avanços normativos nas últimas décadas, os indicadores mais recentes mostram que a distância entre homens

-
1. Doutoranda e Mestre em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM).
dias.isabella@estudante.ufjf.br
 2. Mestrando em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM).
julesstrogoffufjf@gmail.com
 3. Bolsista de Produtividade CNPq - Nível 2.
Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ.
Docente PPGCOM da UFJF e do Curso de Comunicação Social - Jornalismo e do PROMEL da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).
luizoli@ufsj.edu.br

e mulheres permanece significativa, evidenciando barreiras históricas e novas formas de exclusão que se atualizam no presente.

Essa assimetria se estende à política institucional. Nas eleições municipais de 2024, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, apenas 17,92% das cadeiras foram ocupadas por mulheres. Embora isso represente um crescimento em relação ao pleito de 2020, permanece distante da paridade e confirma que a ampliação normativa - como a *Lei nº 13.165*, de 2015, que estabeleceu cotas de gênero para candidaturas - não foi suficiente para alterar as estruturas de exclusão que caracterizam o sistema político brasileiro.

Mesmo sendo a maioria do eleitorado, representando 52,7% do total, ou cerca de 81,8 milhões de eleitoras, as mulheres conquistaram apenas 724 prefeituras no primeiro turno, o que corresponde a 15,5% do total. No legislativo municipal, alcançaram 18,24% das cadeiras, resultado que, embora superior ao pleito anterior, continua modesto diante da discrepância entre a força eleitoral feminina e sua efetiva representação institucional. As capitais permanecem como espaços especialmente resistentes: nenhuma prefeita foi eleita no primeiro turno e apenas duas chegaram ao segundo, Adriane Lopes em Campo Grande e Emília Correa em Aracaju.

Esse quadro revela um padrão persistente de sub-representação seletiva, cuja explicação vai além da simples contagem de cadeiras. Clara Araújo (2021) observa que as cotas funcionam de maneira limitada, pois os partidos mantêm estratégias que relegam as mulheres a candidaturas menos competitivas, restringindo seu acesso a financiamento e tempo de propaganda. Nesse sentido, o aumento percentual observado em 2024 não deve ser interpretado como conquista plena,

mas como expressão de um sistema que continua a operar por filtros que reproduzem desigualdades históricas.

Esse aprendizado produz não apenas desigualdades materiais, mas subjetividades vulneráveis, marcadas pela desconfiança sobre sua própria legitimidade como agentes no espaço público. A esse processo, a literatura feminista crítica, como Taina Bucher (2020) e bell hooks (2000), associa a construção de uma subalternidade histórica que molda as formas de inserção das mulheres na vida pública e política. Nesse contexto, a reflexão de Habermas (2003) sobre a esfera pública contribui para compreender as tensões do presente. Para o autor, a esfera pública constitui um espaço de visibilidade e deliberação, no qual se formam opiniões e vontades coletivas.

Entretanto, quando essa concepção é transposta ao cenário digital, torna-se evidente que tais espaços não se configuram como arenas neutras de diálogo, mas como zonas atravessadas por assimetrias de poder. As plataformas digitais, ainda que ampliem a capacidade de articulação política das mulheres, também as expõem a ataques sistemáticos, em especial na forma de discursos de ódio e práticas misóginas, revelando como a promessa de uma esfera pública inclusiva é tensionada por dinâmicas de exclusão que reproduzem e intensificam desigualdades históricas de gênero.

É nesse cenário que esta pesquisa se insere. O objetivo é investigar como o discurso de ódio opera contra mulheres candidatas, tomando como ponto de partida as eleições municipais de 2024. O foco recai sobre disputas de alta relevância política e comunicacional, contemplando as candidaturas de Tabata Amaral (PSB) em São Paulo, Duda Salabert (PDT) em Belo Horizonte e Maria do Rosário (PT) em Porto Alegre.

A pesquisa analisa 90 ofensas coletadas na seção de comentários do YouTube durante os debates da TV Band. Utilizando a Análise de Conteúdo e o conceito de microagressões (Pierce, 1969, 1970, em Silva, 2020), o estudo discute como a discriminação se manifesta no ambiente digital. Os ataques analisados mostram um padrão que atravessa marcadores sociais como identidade de gênero, aparência e moralidade, demonstrando que o discurso de ódio não apenas desqualifica a candidatura, mas também reforça a marginalização de mulheres trans na política.

Microagressões e lutas por representação nas plataformas digitais

As plataformas digitais têm desempenhado um papel central na reconfiguração da esfera pública contemporânea, ao mesmo tempo em que reproduzem lógicas de dominação historicamente constituídas. Desde seu desenvolvimento, as tecnologias digitais não operam de forma neutra, mas carregam os valores, interesses e desigualdades do contexto social que as produz, resultando em sistemas enviesados que intensificam práticas discriminatórias (Haraway, 2019; Morozov, 2017; Silva, 2020a; Zuboff, 2020). Como aponta Silva (2020a), os processos de treinamento e programação desses sistemas incorporam vieses que tendem a reforçar práticas discriminatórias, manifestando-se em diferentes esferas da vida social por meio de violências tanto materiais quanto simbólicas. Reconhecer tais violências, atribuindo-lhes nome e visibilidade, é um passo fundamental para a reivindicação de justiça e transformação social (Lorde, 2019).

Para compreender como discursos de ódio se intensificam nas redes sociais, especialmente contra mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e

outros grupos minorizados, é necessário revisitar o debate sobre a esfera pública e sua reconfiguração no ambiente digital. Habermas (1984) concebe a esfera pública como espaço de deliberação racional e participação democrática, ainda que reconheça limitações impostas por desigualdades estruturais e interesses privados. Críticas posteriores, como as de Fraser (2019), destacam a presença de assimetrias na participação política e a existência de múltiplas esferas públicas, muitas vezes contra-hegemônicas, nas quais pautas tradicionalmente privadas, como a violência de gênero, assumem centralidade. Aboim (2012) reforça que a dicotomia público/privado foi profundamente alterada nas sociedades contemporâneas, com impactos sobre a ordem de gênero e os modos de atuação política. Nessa perspectiva, as redes sociais operam simultaneamente como espaços de reprodução de opressões e como arenas de visibilidade e disputa simbólica. Assim, repensar a esfera pública à luz dessas transformações é fundamental para analisar a violência política de gênero nos ambientes digitais.

Apesar de os ambientes digitais frequentemente funcionarem como vetores de reprodução dessas violências, eles também possibilitam a articulação de estratégias de enfrentamento e resistência. Haraway (2019) destaca que esses meios, ao ampliarem a esfera pública, abrem espaço para que mulheres expressem suas pautas e desafiem a ordem patriarcal dominante. Nesse sentido, a literacia midiática emerge como instrumento fundamental para a construção de novas formas de sociabilidade e agência política. A esse respeito, a teoria da ação comunicativa desenvolvida por Habermas (1997) é relevante para compreender a disputa pelo sentido no debate público, influenciado pela mediação tecnológica e pelas estruturas sistêmicas. Oliveira e

Fernandes (2017) propõem a noção de internet como espaço híbrido, onde o mundo sistêmico e o mundo da vida se interpenetram, criando condições para a circulação de discursos que tanto reproduzem quanto tensionam desigualdades sociais. Assim, analisar as microagressões no contexto das plataformas digitais revela não apenas a persistência das violências estruturais, mas também os embates simbólicos que moldam a presença de mulheres na política contemporânea.

Gênero, sociabilidade e processos de construção identitária

A ideia de que certos espaços “não são lugar de mulher” ainda persiste nas estruturas sociais contemporâneas, mesmo diante de significativos avanços nas lutas pela equidade de gênero. Historicamente, a construção social dos papéis de gênero relegou as mulheres à esfera privada, enquanto os homens ocuparam os espaços públicos de poder e decisão. Essa divisão simbólica estabeleceu uma posição de subalteridade para as mulheres, restringindo seu acesso a esferas de visibilidade e liderança, como o campo político. Embora o discurso patriarcal tenha sido formalmente desafiado nas últimas décadas, suas marcas ainda são visíveis no cotidiano por meio de estigmas, microagressões e desigualdades simbólicas.

Simone de Beauvoir, em sua obra fundamental *O Segundo Sexo* (1949), já apontava que o lugar social da mulher não é determinado pela biologia, mas pelas imposições culturais que a constituem como “o outro”, uma alteridade subordinada ao masculino. Para Beauvoir, a marginalização das mulheres está intimamente relacionada à maneira como a sociedade organiza as relações de poder e visibilidade, construindo

identidades femininas que devem se manter afastadas da esfera pública e da tomada de decisões.

Essa análise é complementada por Ana Colling (2004), que reforça a necessidade de entender o gênero como uma construção social e histórica, em vez de uma consequência natural do sexo biológico. O modo como as mulheres são socializadas para se comportar, ocupar determinados espaços e responder a expectativas sociais molda suas identidades de maneira contínua. Nesse processo, as instituições sociais — como a família, a escola e os meios de comunicação — funcionam como reprodutoras das normas que orientam e limitam as experiências femininas.

Erving Goffman (1988), ao explorar o conceito de estigma, revela como as mulheres carregam marcas simbólicas que atuam como mecanismos de inferiorização. Esses estigmas não apenas influenciam a percepção que os outros têm das mulheres, mas também moldam sua autoimagem, criando barreiras subjetivas e objetivas que dificultam sua plena participação na sociedade.

Ademais, a socialização desde a infância reforça essas limitações: meninas são orientadas, desde os primeiros anos de vida, a adotar comportamentos considerados apropriados à feminilidade hegemônica, sendo desencorajadas a ocupar espaços de liderança ou confronto. Esse processo de socialização normativa naturaliza as desigualdades e leva muitas mulheres a interiorizarem essas fronteiras simbólicas, tornando mais difícil a superação dos padrões impostos.

Neste contexto, a perspectiva interseccional proposta por autoras como Lélia Gonzalez é essencial para aprofundar a compreensão das opressões de gênero. Em seu trabalho *Por um feminismo afro-latino-americano*, Gonzalez destaca como a experiência das mulheres negras

é marcada por múltiplas camadas de desigualdade, que se entrelaçam com questões de raça, classe e origem geográfica. A autora afirma que, para muitas mulheres, o enfrentamento das desigualdades vai além da dimensão de gênero, envolvendo também a luta contra estruturas racistas e socioeconômicas que exacerbam a exclusão.

Compreender a identidade feminina como uma construção social, atravessada por múltiplas opressões, é fundamental para questionar as estruturas que sustentam a desigualdade de gênero. Fomentar essa reflexão crítica é o primeiro passo para desnaturalizar as normas que limitam a atuação das mulheres, contribuindo, assim, para a criação de uma sociedade na qual elas possam exercer plenamente sua cidadania e protagonismo em diferentes esferas.

Análise de conteúdo: o discurso de ódio nos comentários sobre as candidatas Duda Salabert, Tabata Amaral e Maria do Rosário nas eleições de 2024

Metodologia e Corpus de Análise

Este artigo examina as manifestações de discurso de ódio direcionadas às candidatas Duda Salabert (PDT), Tabata Amaral (PSB) e Maria do Rosário (PT) durante suas campanhas às prefeituras de Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre, respectivamente, nas eleições municipais de 2024. A análise concentra-se nos comentários publicados no YouTube após a transmissão dos debates realizados pela TV Band em agosto de 2024.

O corpus de análise é composto por 90 comentários coletados nas seções de comentários dos vídeos dos debates, selecionados a partir de critérios qualitativos relacionados à presença de conteúdo potencialmente

ofensivo, discriminatório ou depreciativo. O objetivo é identificar os padrões discursivos que estruturam o ódio de gênero, explorando como a violência simbólica opera na deslegitimação de mulheres e minorias políticas no ambiente digital.

A metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), aplicada às manifestações discursivas por meio de leitura flutuante e categorização temática. As mensagens foram classificadas segundo tipos de violência simbólica (misoginia, transfobia, etarismo, deslegitimação política e sexualização), com base em recorrências lexicais e marcas discursivas.

O estudo adota também o conceito de microagressões (Pierce, 1969, 1970, em Silva, 2020), para compreender como formas sutis de hostilidade se combinam com insultos explícitos, compondo um continuum de violências simbólicas. Assim, buscou-se identificar as dinâmicas de opressão e as sobreposições entre gênero, identidade e representação política.

Quadro I

Categoria de Análise

Categoria de análise	Descrição
Microagressões do discurso de ódio	Verificar se os comentários praticados podem estar enraizadas em desigualdades pré-existentes, como sexismo - LGBTfobia - etarismo - religiosidade - aparência - estrato social.

Elaboração própria.

A categorização dos comentários seguiu os marcadores sociais das microagressões observadas, evidenciando que o discurso de ódio

contra mulheres na política digital não se restringe à ofensa direta, mas se manifesta como mecanismo de controle simbólico, que tenta reafirmar fronteiras de poder e desautorizar vozes dissidentes na esfera pública.

Esses comentários frequentemente se expressam por meio de microagressões, entendidas como formas sutis e cotidianas de discriminação (Pierce, 1969, 1970, em Silva, 2020). No caso de Duda Salabert, essas microagressões aparecem associadas a marcadores como gênero, identidade de gênero, aparência e posicionamento político, evidenciando tentativas de deslegitimação que articulam transfobia e misoginia.

Em Tabata Amaral, as microagressões se manifestam sobretudo pela infantilização e sexualização, com comentários que questionam sua capacidade política e reduzem sua imagem pública a aspectos estéticos ou à idade. Já em Maria do Rosário, os ataques recaem sobre a dimensão moral e emocional, reiterando estereótipos de “mulher histerica” ou “descontrolada”, que operam como mecanismos simbólicos de silenciamento.

Além disso, a plataformização das redes sociais (Van Dijck, 2018) surge como elemento central nesse processo, uma vez que amplia a visibilidade e o impacto dessas práticas discursivas. A lógica algorítmica das plataformas digitais, ao privilegiar conteúdos de alta interação, contribui para a amplificação de discursos de ódio, transformando o engajamento em capital simbólico. Assim, espaços que, em tese, deveriam favorecer a participação democrática acabam funcionando como veículos de reprodução da violência simbólica, exacerbando a circulação de preconceitos e reforçando assimetrias de poder no debate público.

Análise de Conteúdo

A partir da análise dos 90 comentários ofensivos coletados na plataforma do YouTube, foi possível identificar diferentes manifestações de microagressões e discursos de ódio dirigidas às candidatas Duda Salabert (PDT), Tabata Amaral (PSB) e Maria do Rosário (PT) durante as eleições municipais de 2024. As manifestações foram organizadas segundo categorias baseadas nos marcadores sociais presentes nos enunciados analisados, considerando os princípios da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) e o conceito de microagressões (Pierce, 1969; 1970, em Silva, 2020).

A sistematização do corpus permitiu observar que as microagressões aparecem de forma recorrente, fragmentada e naturalizada, compondo um cenário de hostilidade comunicacional em que a violência simbólica é substituída por enunciados aparentemente banais. As interações analisadas evidenciam que o discurso de ódio, ao circular em ambientes digitais, adquire formatos híbridos, combinando insultos diretos, ironias e juízos morais que operam como dispositivos de exclusão. Essa configuração discursiva reforça a dimensão comunicacional das microagressões: elas não apenas expressam preconceitos, mas constroem sentidos e produzem efeitos sociais sobre a percepção pública das mulheres na política.

A tabela a seguir sintetiza as categorias identificadas, acompanhadas de exemplos e da respectiva incidência no total de comentários analisados.

Categoria	Exemplos de comentário	Descrição	Candidata(s) mais atingida(s)	Ocorrências
Transforbia/ Desumanização	“Lixo”, “Bicho” “Vergonha” “Pilantra” “Só fala besteira.” “Cada dia mais decadente.” “Um projeto de gente.”	Comentários que negam a identidade de gênero de Duda Salabert e recorrem à desumanização como forma de exclusão simbólica.	Duda Salabert	28
Misoginia / Sexualização	“Vai pro Only”, “Feia”, “Mulher não presta pra política”, “Linda, pena que é esquerdista”	Comentários que reduzem as candidatas à aparência física ou à sexualidade, negando legitimidade à atuação política.	Tabata Amaral	19
Infantilização / Etarismo	“Menina”, “Coitada”, “Fraca”, “Velha comunista”, “Histérica”	Expressões que desqualificam a autoridade política com base em estereótipos de idade e gênero, infantilizando ou ridicularizando as candidatas.	Tabata Amaral / Maria do Rosário	16
Inferiorização / Deslegitimação Política	“Só fala besteira”, “Não representa ninguém”, “Essa mulher é uma piada”, “Vergonha”, “Pilantra”	Comentários que associam as candidatas à incompetência, inutilidade ou indignidade, minando sua credibilidade pública..	Duda Salabert / Maria do Rosário	17
Ataques morais e ideológicos	“Comunista”, “Esquerdista nojenta”, “Essa gente estraga o país”, “Grita, mas não faz nada”	Comentários que combinam desqualificação moral e ideológica, reforçando preconceitos políticos e de gênero.	Maria do Rosário / Tabata Amaral	10

Elaboração própria.

A partir dos dados apresentados, observa-se que o discurso de ódio direcionado às candidatas nas plataformas digitais não se restringe a manifestações explícitas de hostilidade. Ele se realiza, em grande

medida, por meio de microagressões, entendidas como expressões sutis, reiteradas e naturalizadas de preconceito. As categorias identificadas, como transfobia e desumanização, misoginia e sexualização, infantilização e etarismo, inferiorização política e ataques morais e ideológicos, indicam a existência de um padrão comunicacional que sustenta e reproduz desigualdades de gênero, identidade e poder.

A categoria Transfobia/Desumanização, predominante em relação a Duda Salabert, representa a forma mais recorrente de microagressão observada. Comentários como “traveco”, “bicho” e “projeto de gente” negam sua identidade de gênero e operam pela lógica da desumanização, deslocando a candidata para fora do que é socialmente reconhecido como legítimo. Essa dinâmica se aproxima da noção de corpos abjetos proposta por Butler (2004), em que determinados sujeitos são sistematicamente excluídos do campo do reconhecimento político e social. Ao circular em espaços digitais, esses enunciados ganham força pela repetição e pela validação coletiva, funcionando como mecanismos discursivos de regulação do pertencimento. As plataformas, ao privilegiarem o engajamento e a interação, favorecem a visibilidade desse tipo de conteúdo, ampliando o alcance das práticas discriminatórias e tornando-as parte da conversação pública.

No caso de Tabata Amaral, as microagressões se manifestam principalmente na combinação entre misoginia, sexualização e infantilização. Comentários como “vai pro Only”, “menina” e “coitada” reduzem a candidata a atributos de aparência, juventude ou fragilidade, reforçando a ideia de que mulheres jovens carecem de maturidade para exercer funções políticas. Esses enunciados operam pela ironia e pelo humor, o que lhes confere uma aparência de normalidade e

dificulta sua contestação. Conforme Pierce (1969) aponta, o poder das microagressões reside exatamente na sutileza com que atuam: ao se acumularem, produzem efeitos simbólicos de descrédito e exclusão. Nas redes, a estrutura algorítmica potencializa esse efeito, pois tende a privilegiar conteúdos que provocam reação emocional, reforçando o ciclo de repetição e naturalização do preconceito.

Em relação a Maria do Rosário, as microagressões ocorrem majoritariamente na forma de ataques morais e ideológicos. Expressões como “velha comunista”, “histérica” e “grita, mas não faz nada” evidenciam a intersecção entre gênero e política na construção de discursos deslegitimadores. A associação entre combatividade e descontrole emocional remete a representações históricas da mulher como figura irracional, reafirmando a separação simbólica entre razão e emoção que estrutura o pensamento político moderno. Nesse sentido, o discurso dirigido a Maria do Rosário traduz uma tentativa de limitar a presença feminina a papéis socialmente aceitáveis, como o da docilidade e da contenção.

Essas três dimensões - transfobia, sexualização e deslegitimação moral - formam um conjunto de práticas discursivas que operam de maneira articulada no ambiente digital. As microagressões analisadas não são enunciados isolados, mas manifestações de um sistema comunicacional que estrutura e reproduz desigualdades de forma cotidiana. A plataformação, conforme Van Dijck (2018), intensifica esse processo ao transformar a interação em métrica e ao converter o engajamento em valor simbólico. O algoritmo, ao priorizar o conteúdo que gera reação, contribui para a circulação ampliada de mensagens ofensivas, atribuindo-lhes visibilidade e permanência.

Essas dinâmicas revelam que a comunicação desempenha papel central na produção e na manutenção das hierarquias sociais. A linguagem, mediada pelas plataformas, atua como instrumento de poder capaz de organizar o reconhecimento e o pertencimento no espaço público. Cada comentário, ao mesmo tempo em que expressa uma opinião individual, participa de uma rede mais ampla de sentidos que definem quem pode falar, ser ouvido e ser reconhecido como sujeito político.

Dessa forma, o conjunto de comentários analisados demonstra que as microagressões são componentes estruturais do discurso de ódio nas plataformas digitais. Elas produzem exclusão sem recorrer à violência explícita e, ao se repetirem em larga escala, moldam o imaginário coletivo sobre o lugar das mulheres na política. Com isso, o ambiente digital, longe de funcionar como espaço de participação horizontal, reproduz as assimetrias históricas da esfera pública e limita as possibilidades de representação feminina e de diversidade no debate político contemporâneo.

Conclusão

No Brasil, a participação política das mulheres está vinculada a percepções sociais que refletem dinâmicas históricas de exclusão. Apesar de avanços normativos e legais, persistem barreiras estruturais que limitam o acesso das mulheres aos espaços de poder. A literatura sobre desigualdade de gênero e comunicação política demonstra que essas barreiras se expressam não apenas nas estruturas institucionais, mas também nos modos de representação, circulação e reconhecimento das imagens femininas no espaço público (Beauvoir, 1980; Bourdieu, 2002). A inserção das mulheres na política continua sendo mediada

por lógicas de visibilidade que operam simultaneamente como forma de reconhecimento e de controle simbólico. A visibilidade é, assim, uma condição ambígua: ao mesmo tempo em que torna as mulheres politicamente presentes, também as expõe a julgamentos que reforçam estereótipos e padrões de comportamento associados ao gênero.

As plataformas digitais transformaram a dinâmica da comunicação política contemporânea, deslocando parte das disputas simbólicas para espaços mediados por algoritmos e dinâmicas de interação em rede. A promessa inicial de ampliação da participação e da diversidade de vozes convive com formas renovadas de hierarquização e controle discursivo. As redes sociais se configuram como arenas comunicacionais nas quais a circulação de mensagens é orientada pela lógica da visibilidade e do engajamento, e não necessariamente pelo valor informativo ou democrático do conteúdo. Nesse ambiente, o discurso de ódio e as microagressões encontram condições favoráveis para se propagar e se normalizar, reproduzindo desigualdades que antes se limitavam a espaços institucionais.

A análise dos comentários dirigidos a Duda Salabert, Tabata Amaral e Maria do Rosário nas eleições municipais de 2024 evidencia como essas dinâmicas operam na prática. O discurso de ódio dirigido às candidatas manifesta-se, em grande parte, por meio de microagressões que combinam ironia, deboche e juízos morais. Esses enunciados, aparentemente inofensivos, desempenham papel relevante na construção de sentidos sobre o que é ser mulher na política. No caso de Duda Salabert, as microagressões operam pela negação da identidade de gênero, expressando transfobia e desumanização. Em Tabata Amaral, as manifestações associam juventude e feminilidade à incapacidade,

reforçando uma percepção de fragilidade e inexperiência. Já em Maria do Rosário, as microagressões assumem caráter moral e ideológico, associando combatividade a descontrole emocional. Esses padrões discursivos revelam que o gênero atua como eixo estruturante da comunicação política, delimitando quem é percebido como legítimo e quem permanece sujeito à suspeita e ao descrédito.

No campo da comunicação, as microagressões podem ser compreendidas como práticas discursivas que participam da produção social de sentido e da manutenção de hierarquias simbólicas. Elas não constituem desvios individuais, mas expressões de um sistema comunicacional em que as relações de poder se materializam na linguagem. Conforme Van Dijck (2018), a plataformação da comunicação redefine a mediação social, fazendo com que a circulação de conteúdos dependa de lógicas algorítmicas que privilegiam o engajamento e a emoção. Nessa configuração, discursos discriminatórios são frequentemente recompensados pela visibilidade que geram, o que contribui para sua permanência e legitimação. O resultado é um espaço comunicacional em que a ofensa se torna conteúdo e a hostilidade se converte em forma de interação.

Compreender o papel das microagressões na comunicação política digital significa reconhecer que elas operam como mecanismos de controle social e simbólico. Sua repetição constante reforça fronteiras de pertencimento e exclusão, naturalizando comportamentos discriminatórios e delimitando o campo do discurso aceitável. As mulheres que se tornam alvos dessas práticas enfrentam, portanto, uma dupla barreira: a estrutural, vinculada ao acesso ao poder, e a comunicacional, relacionada à forma como são representadas e percebidas no debate

público. Esse processo afeta diretamente as condições de participação democrática, pois o direito à fala e à representação depende, em larga medida, do reconhecimento comunicacional.

A análise evidencia que a comunicação, mais do que simples meio de transmissão, é um campo de disputa simbólica em que se produzem e circulam significados sobre gênero, poder e legitimidade. As microagressões funcionam como atos comunicativos que moldam a percepção pública das mulheres na política e, ao mesmo tempo, reafirmam hierarquias históricas. Sua naturalização impede que o espaço digital cumpra o ideal de esfera pública democrática, proposto por Habermas (2003), e aproxima o ambiente online das estruturas de exclusão que marcam a vida social fora da rede. Ao observar essas dinâmicas, percebe-se que a comunicação desempenha papel central na manutenção e na transformação das relações de poder, sendo simultaneamente instrumento de dominação e potencial espaço de resistência.

Enfrentar as microagressões e o discurso de ódio nas plataformas digitais requer o fortalecimento de políticas públicas e estratégias comunicacionais voltadas à equidade de gênero e à literacia midiática. É necessário compreender a comunicação como prática social que envolve disputas por reconhecimento, legitimidade e pertencimento. O incentivo à reflexão crítica sobre o uso das mídias e a criação de mecanismos de responsabilização e mediação podem contribuir para reduzir a normalização das práticas de desqualificação. Construir uma esfera pública democrática implica garantir condições de escuta, respeito e reconhecimento para todas as vozes, inclusive aquelas que historicamente foram silenciadas.

A comunicação, enquanto campo de estudo e prática social, oferece instrumentos para compreender e intervir nessas dinâmicas. O enfrentamento das microagressões, entendido como processo comunicacional e político, demanda uma abordagem integrada que considere tanto as estruturas tecnológicas das plataformas quanto as culturas discursivas que nelas se formam. Ao reconhecer o poder performativo da linguagem e o papel das interações mediadas na construção das representações políticas, torna-se possível pensar em novas formas de participação e visibilidade que promovam uma cultura comunicacional mais justa e igualitária.

Referências

- Aboim, S. (2012). *Do público e privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna*. *Revista Estudos Feministas*, 20(1), 95-117.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Beauvoir, S. (1980). *O segundo sexo: Fatos e mitos*. Nova Fronteira.
- Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina*. Bertrand Brasil.
- Bucher, T. (2018). *If... then: Algorithmic power and politics*. Oxford University Press.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da Internet*. Zahar.

Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo Editorial.

Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), 139-167.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão* (R. Ramallete, Trad.). Vozes.

Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Schwarcz-Companhia das Letras.

Habermas, J. (1984). *A mudança estrutural da esfera pública*. Tempo Brasileiro.

Haraway, D. (2021). Ciborgues e simbioses: Viver junto na nova ordem mundial. *Revista ClimaCom*, 8(20), 1-17.

Miguel, L. F., & Biroli, F. (2014). *Feminismo e política*. Boitempo.

Morozov, E. (2017). Opposing the exceptionalism of the algorithm. In K. Van Es & M. T. Schaefer (Eds.), *The datafied society: Studying culture through data* (pp. 157-165). Amsterdam University Press.

Noble, S. U. (2018). *Algorithms of oppression: How search engines reinforce racism*. NYU Press.

- Oliveira, L. A., et al. (2022). Eleições municipais: Estratégias da candidata Margarida Salomão à Prefeitura de Juiz de Fora. *Revista Estudos Políticos*, 13(25), 141-168.
- Silva, R., et al. (2011). Discurso de ódio em redes sociais: Jurisprudência brasileira. *Revista Direito GV*, 7(2), 445-467.
- Silva, T. (2020). Racismo algorítmico em plataformas digitais: Microagressões e discriminação em código. In T. Silva (Org.), *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiaspóricos* (pp. 125-146). Editora LiteraRUA.
- Tribunal Superior Eleitoral. (2024, 18 de dezembro). Estatísticas sobre eleitorado e participação feminina na política. <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/janeiro/tse-mulheres-portal-reune-estatisticas-sobre-eleitorado-e-participacao-feminina-na-politica>
- Van Dijck, J. (2013). *The culture of connectivity: A critical history of social media*. Oxford University Press.
- Van Dijck, J., Poell, T., & De Waal, M. (2018). *The platform society: Public values in a connective world*. Oxford University Press.

OS MOVIMENTOS E AS NARRATIVAS ANTIGÊNERO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Leonardo Silva Maciel¹
Leonardo de Souza Marques²
Eduarda Albrechete Motta³

Este estudo analisa os embates em torno da agenda antigênero no estado de São Paulo, com foco na atuação parlamentar dentro da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) durante a atual legislatura (2023-2027). A pesquisa investiga como determinados deputados estaduais têm se articulado politicamente para apresentar e apoiar proposições legislativas que buscam restringir ou revogar direitos

-
1. Mestre pelo Prog. de Pós Grad. em Com. da Universidade Estadual Paulista (UNESP). l.maciел@unesp.br
 2. Doutorando no Prog. de Pós Grad. em Com. da Universidade Estadual Paulista (UNESP). leonardo.s.marques@unesp.br
 3. Mestranda no Prog. de Pós Grad. em Com. Universidade Estadual Paulista (UNESP). eduarda.motta@unesp.br

conquistados pelas populações de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (LGBTI+).

Partindo do levantamento de Projetos de Lei apresentados nos últimos três anos, foi possível identificar um padrão de proposições que, embora diversas em seus temas, como cultura, educação, saúde e orçamento, compartilham uma retórica comum baseada na defesa da família tradicional, na proteção da infância e em valores morais de matriz cristã. Esses discursos operam como dispositivos de deslegitimação das identidades e expressões de gênero e sexualidade dissidentes, ativando gramáticas próprias do campo antigênero (Miskolci & Campana, 2017).

Para além da análise legislativa, a pesquisa também observa a atuação discursiva dos parlamentares em suas redes sociais, com especial atenção ao Instagram. Selecionou-se, neste caso, uma publicação específica como material empírico, a fim de ilustrar como essas plataformas digitais são utilizadas como palanques simbólicos, capazes de amplificar narrativas conservadoras e mobilizar afetos morais diante do público-eleitorado. Tais usos comunicacionais revelam a importância das redes sociais na circulação e legitimação de projetos políticos que buscam interditar o debate sobre gênero e sexualidade.

As epistemologias feministas nos auxiliam a compreender o contexto dessas disputas. Conforme argumenta Joan Scott et al. (1995), a inclusão de sujeitos historicamente marginalizados exige um alargamento dos marcos tradicionais da história, incorporando experiências pessoais e subjetivas aos processos de construção do conhecimento. No Brasil, essa discussão ganhou força a partir de 2010, com os embates em torno do Plano Nacional de Educação, e desde então o termo “ideologia de gênero” passou a ser mobilizado como ferramenta de deslegitimação

de políticas públicas e discursos acadêmicos voltados à equidade de gênero (Rosa et al., 2018).

A análise parte da perspectiva de que as redes sociais funcionam como arenas políticas híbridas, em que os parlamentares constroem imagens públicas, mobilizam seguidores e disputam sentidos sobre temas de relevância pública. Nesse contexto, Instagram e outras plataformas digitais tornam-se ferramentas centrais para a mobilização afetiva e ideológica, tanto por parte de atores conservadores quanto de representantes comprometidos com os direitos humanos.

A ofensiva antigênero

As chamadas políticas antigênero ganharam força no Brasil a partir das eleições de 2018, quando o então candidato Jair Bolsonaro passou a centralizar em sua campanha eleitoral discursos contrários à população LGBTI+ e à equidade de gênero. Desde antes de sua candidatura à Presidência da República, Bolsonaro já era conhecido por sua postura abertamente hostil a esses temas.

Durante seu governo, tais posicionamentos se traduziram em medidas e declarações que deslegitimavam pautas ligadas aos direitos humanos, frequentemente enquadradas sob o rótulo de “ideologia de gênero”. Segundo o próprio ex-presidente, sua atuação visava “proteger” a sociedade brasileira da suposta influência de pessoas homoafetivas, ao passo que reforçava uma concepção tradicional de família, na qual caberia às mulheres priorizar o cuidado do lar (Guazina et al., 2021).

Esses discursos encontram respaldo na necessidade de alinhamento com setores conservadores e fundamentalistas da sociedade brasileira, especialmente aqueles ligados a lideranças religiosas evangélicas

que, historicamente, se posicionam contra o avanço de políticas públicas voltadas à população LGBTI+. A partir desse cenário, observa-se uma mobilização crescente de grupos políticos em torno da pauta antigênero como estratégia para engajar o eleitorado e garantir a eleição de candidatas e candidatos que compartilham dessas visões.

É importante destacar que essa dinâmica não é exclusiva do contexto brasileiro. Conforme argumentam Dietze e Roth (2020), a retórica antigênero e antirracial tem desempenhado um papel central na ascensão contemporânea de lideranças populistas de direita ao redor do mundo, operando como um dispositivo retórico eficaz para a formação de alianças entre grupos conservadores, reacionários e extremistas, tanto antigos quanto emergentes.

Embora a noção de gênero seja discutida academicamente em diversos países há mais de meio século, no Brasil essa categoria passou a ganhar maior visibilidade nos debates públicos a partir de 2010, especialmente durante a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE). Desde então, o tema também passou a compor as discussões sobre os planos estaduais e municipais de educação. Nesse contexto, a expressão “ideologia de gênero” passou a ser amplamente mobilizada como uma ferramenta discursiva voltada à deslegitimação de direitos e saberes produzidos nas áreas voltadas à equidade de gênero e sexualidade.

Essa estratégia busca invisibilizar sujeitos e dinâmicas sociais que não se enquadram na cosmovisão conservadora, fortemente ancorada em valores judaico-cristãos. Com ampla adesão popular, essa narrativa contribuiu para a aprovação de medidas legislativas que proíbem, por exemplo, o uso do termo “gênero” em materiais e ambientes escolares em diversos municípios brasileiros (Rosa et al., 2019).

Esse movimento ganhou força e se expandiu para o campo institucional, influenciando candidaturas e mandatos nas Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas. No estado de São Paulo, as eleições de 2022 marcaram um avanço significativo de candidaturas que estruturaram suas campanhas com base em discursos voltados ao combate das chamadas “políticas de gênero” ou da “ideologia de gênero”, expressões comumente utilizadas por esse campo político para se referir, de forma pejorativa, a ações que promovem os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e das minorias sexuais e de gênero.

O relatório “Ofensivas Antigênero no Brasil: políticas de Estado, legislação, mobilização social” da Abia (2021) mostra que no contexto brasileiro, assim como em diversos países da América Latina, os discursos e ações antigênero têm se enraizado em redes pré-existentes de caráter conservador, especialmente aquelas associadas à tradição católica, historicamente contrárias ao direito ao aborto. Trata-se de articulações marcadas por grande heterogeneidade, compostas por atores com origens ideológicas diversas e, por vezes, contraditórias. Essas configurações assumem formas flexíveis e mutáveis, o que dificulta sua identificação precisa e a compreensão total de seus modos de operação.

No centro dessas articulações encontram-se setores ultracatólicos e segmentos evangélicos fundamentalistas, que exercem forte influência simbólica e política. Em torno deles gravitam distintos grupos institucionais e sociais, como políticos profissionais, representantes de corporações, *think tanks* de orientação neoliberal, coletivos libertários de direita, além da presença de militares e setores da direita judaica, uma combinação particularmente evidente no cenário brasileiro (Abia, 2021).

A composição difusa e multifacetada desses arranjos políticos revela o caráter transnacional e adaptável das ofensivas antigênero, que combinam elementos religiosos, neoliberais, militaristas e autoritários em coalizões instáveis, mas eficazes. Essa capacidade de circular entre campos distintos (da moral religiosa à racionalidade econômica) torna esses movimentos especialmente eficazes na construção de consensos conservadores, sobretudo em momentos de crise institucional.

No caso brasileiro, a mobilização contra a chamada “ideologia de gênero” também tem funcionado como um elemento aglutinador entre atores que, em outros contextos, poderiam estar em campos opostos. A convergência entre moralismo religioso, autoritarismo político e liberalismo econômico cria um terreno fértil para a propagação de discursos de exclusão, cujos efeitos recaem diretamente sobre os corpos e modos de vida dissidentes.

Além disso, a instalação dessas diretrizes no âmbito federal não apenas impactou diretamente políticas públicas voltadas às questões de gênero e sexualidade, mas também legitimou ações em esferas estaduais e municipais, como se observa na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), onde parlamentares conservadores ecoam e ampliam essas agendas com apoio e visibilidade nas redes sociais.

Na atual legislatura da Alesp, observa-se a atuação de diversos parlamentares alinhados a essa agenda. A seguir, serão apresentados os Projetos de Lei identificados no período recente, cujas propostas têm como foco o combate a manifestações culturais, a restrição do uso de banheiros públicos por pessoas trans e travestis, bem como a vedação do uso de recursos públicos destinados à população LGBTI+.

Tabela 1

*Projetos de Lei antigênero apresentados na ALESP
de 2022-2025*

PROJETO DE LEI	DESCRIÇÃO	AUTORIA
PL 74/2023	Proíbe a instalação de banheiros unissex nos estabelecimentos comerciais do Estado (https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000485115)	Altair Moraes
PL 77/2023	Proíbe a instalação de banheiros e vestiários unissex nos estabelecimentos de ensino, públicos e privados, no Estado (https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000485123)	Altair Moraes e Guto Zacarias
PL 78/2023	Estabelece medidas de proteção a menores de idade na aquisição de livros e artigos literários no Estado (https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000485126)	Altair Moraes
PL 96/2023	Proíbe a utilização de verba pública em eventos e serviços que promovam a sexualização de crianças e adolescentes (https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000485172)	Letícia Aguiar e Lucas Bove
PL 113/2023	Estabelece o sexo biológico do competidor como único critério definidor do gênero em competições desportivas oficiais no Estado (https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000485189)	Paulo Mansuar, Guto Zacarias e Lucas Bove
PL 766/2023	Estabelece critério biológico para uso de banheiros e vestiários no Estado (https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000488626)	Guto Zacarias
PL 963/2023	Veda a destinação de recursos públicos de qualquer natureza a reuniões públicas que defendam qualquer tipo de comportamento sexual (https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000491776)	Guto Zacarias e Paulo Mansur
PL 974/2023	Proíbe a presença e participação de crianças e adolescentes (menores de 18 anos) nas paradas de orgulho LGBTQIA+ no Estado (https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000492041)	Paulo Mansur

PL 982/2023	Veda a utilização de verba pública em produtos, serviços, espaços ou eventos que promovam, de forma direta ou indireta, a erotização precoce, a sexualização ou outros conteúdos impróprios ao desenvolvimento psíquico de crianças e adolescentes, no Estado (https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000492216)	Dani Alonso
PL 1042/2023	Veda a reprodução de músicas e vídeos que contenham qualquer palavra, termo ou expressão de natureza pornográfica ou sexual, ou que descrevam, induzam ou instiguem a prática de atos libidinosos ou sexuais em todos os estabelecimentos de ensino públicos e privados do Estado (https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000493351)	Lucas Bove
PL 1178/2023	Proíbe conteúdos alusivos de LGBTQIA+ para os estudantes das escolas da rede pública de ensino estadual (https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000495038)	Paulo Mansur
PL 1631/2023	Proíbe a participação de crianças e adolescentes em eventos de cunho sexual, de apologia à ideologia de gênero, de exibição de cenas eróticas e pornográficas, de incitação ao crime, ao uso de álcool, tabaco, de drogas e afins (https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000538379)	Bruno Zambelli
PL 430/2024	Cria o Estatuto de Defesa da Criança e do Adolescente Contra a Sexualização Precoce (https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000554410)	Guto Zacarias
PL 646/2024	Proíbe a participação de crianças e adolescentes na Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ (https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000559582)	Gil Diniz

Ao todo, foram apresentados 14 Projetos de Lei com esse perfil nos últimos três anos, por oito deputados estaduais. A comunicação digital desempenhou um papel central na divulgação dessas proposições, funcionando como um canal direto de diálogo com a base eleitoral

desses parlamentares. As redes sociais, nesse contexto, operam como verdadeiros palanques digitais, por meio dos quais os deputados não apenas promovem suas agendas, mas também constroem capital simbólico junto a seus seguidores, reafirmando valores conservadores e antagonizando pautas ligadas à diversidade sexual e de gênero.

Desde 2010, com a popularização das mídias digitais, esse cenário comunicacional se tornou ainda mais complexo. Como aponta Cunha (2019), o surgimento e a expansão de redes sociais e plataformas digitais contribuíram para o deslocamento da autoridade religiosa das grandes instituições de fé, que deixaram de ser as únicas mediadoras legítimas do discurso religioso. As mídias digitais, como Facebook, Instagram, YouTube, TikTok, WhatsApp, Twitter (atualmente X) e Telegram, abriram espaço para uma multiplicidade de vozes, permitindo que tanto líderes religiosos midiáticos quanto pessoas comuns compartilhassem ideias, opiniões e valores. Esse novo ecossistema comunicacional deu origem a formas inéditas de organização coletiva, circulação de discursos morais e mobilização política, com impactos diretos nas dinâmicas institucionais e eleitorais (Rosas, 2024).

De olho na Assembleia

O avanço de conteúdos que proliferam discursos de ódio contra grupos considerados minorizados, aqueles que mesmo tendo um maior número de habitantes em nosso país, ainda possui menos direitos em detrimento de outros, se torna um grande obstáculo. Categorias como “mulher” e “família” são frequentemente mobilizadas em discursos conservadores nas plataformas como forma de rejeição ao campo teórico-político que sustenta o conceito de gênero.

Esses termos, extraídos do senso comum, ocupam um lugar ambíguo: ao mesmo tempo em que são centrais para os movimentos feministas e LGBTI+, também são apropriados por setores contrários à ampliação de direitos dessas populações. Trata-se de uma disputa semântica que revela a tensão em torno do significado desses conceitos e sua função na construção de identidades e políticas públicas. No Brasil e em diversos outros contextos, essas categorias têm sido instrumentalizadas como estratégias de oposição à diversidade sexual e de gênero (Moschkovich, 2022).

As redes sociais, por sua vez, vêm sendo reconhecidas como arenas privilegiadas para a difusão de narrativas conservadoras e para a consolidação da extrema-direita. O ambiente digital favorece a circulação rápida de conteúdos moralizantes, com forte apelo popular e afetivo, o que amplia o alcance desses discursos, sobretudo entre públicos já sensibilizados por valores religiosos ou tradicionais.

Um exemplo ilustrativo dessa prática pode ser observado na atuação do deputado estadual Guto Zacarias (SP), que utiliza suas redes sociais para mobilizar sua base em torno de pautas antigênero. Em uma de suas postagens no Instagram, o parlamentar afirma: “Parada gay sem dinheiro público! Meu projeto para acabar com o financiamento público da Parada LGBT avançou na Alesp”.

Ao enunciar essa proposta de forma direta e combativa, Guto Zacarias não apenas reforça seu alinhamento com o discurso conservador, mas também transforma a rede social em um palanque para reafirmar valores morais e disputar a legitimidade de manifestações culturais da população LGBTI+. O uso do termo “dinheiro público” opera como um gatilho retórico que apela ao senso comum e busca legitimar a exclusão

de políticas de fomento à diversidade em nome de uma suposta moralidade fiscal e social.

Figura 1

Publicação no Instagram do Deputado Estadual, Guto Zacarias (UB)



Nota. Publicação no Instagram do Deputado Estadual, Guto Zacarias (UB). (Dep. Guto Zacarias, 2024).

Nos últimos anos, a educação também se tornou um dos principais alvos das disputas culturais e políticas promovidas por setores conservadores. No centro dessas controvérsias está a tentativa de silenciar qualquer debate sobre gênero e sexualidade nas escolas, muitas vezes sob o pretexto de “proteger as crianças”. Grupos como o movimento Escola Sem Partido e parlamentares ligados à agenda antigênero têm instrumentalizado discursos alarmistas para interditar discussões fundamentais para a formação cidadã e crítica (Abia, 2021).

Mais do que simplesmente contestar conteúdos escolares, essas iniciativas buscam instaurar um clima de vigilância e punição sobre professoras e professores, transformando-os em alvos de perseguições públicas

e institucionais. O uso estratégico das redes sociais intensifica essa lógica, pois torna cada fala potencialmente viral e sujeita a ataques orquestrados, enfraquecendo a autonomia docente e incentivando a autocensura.

Em paralelo, medidas legislativas vêm sendo articuladas com o objetivo de regular formas de linguagem, como no caso da tentativa de proibição da linguagem neutra, o que revela uma disputa simbólica mais ampla: trata-se de um esforço para delimitar quem pode ser reconhecido como sujeito legítimo de direitos e cidadania. A linguagem, nesse cenário, deixa de ser apenas meio de comunicação e passa a operar como território político.

A linguagem torna-se, aqui, um campo estratégico de poder: ao tentar proibir o uso de formas neutras ou inclusivas, busca-se regular quem pode ser nomeado, reconhecido e existir publicamente. Esse tipo de proposição legislativa, como a apresentada no Rio de Janeiro, espelha dinâmicas semelhantes nas Assembleias Legislativas de outros estados, como São Paulo, onde a agenda antigênero também se materializa em tentativas de cerceamento simbólico e orçamentário das expressões culturais e políticas da população LGBTI+, como se observa, por exemplo, no projeto do deputado Guto Zacarias contra o financiamento público da Parada LGBTI+.

O governo Bolsonaro, ao longo do mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro, contribuiu decisivamente para esse ambiente. A recorrente produção de escândalos, como o episódio em que o presidente rasgou publicamente um manual do Ministério da Saúde sobre ISTs, funcionou como gesto performático de reafirmação ideológica, destinado a mobilizar sua base por meio da ofensa moral. Tais ações não visam

necessariamente produzir efeitos administrativos imediatos, mas sim manter uma narrativa em constante estado de guerra cultural (Abia, 2021).

O impacto disso se expressa em diversas esferas: na escola, no parlamento, na mídia e nas redes, onde projetos de lei ganham força, mesmo quando baseados em premissas frágeis ou distorcidas. Trata-se, em última instância, da construção de um projeto político que se sustenta na desinformação, no medo e na repressão simbólica, e que se estrutura, principalmente, em torno da negação do pluralismo social.

Observa-se que a pauta antigênero tem sido instrumentalizada por legisladores brasileiros como uma via estratégica para a difusão de valores morais ancorados em princípios religiosos, sobretudo os de matriz cristã. Essa movimentação revela uma confluência de interesses entre setores evangélicos e católicos conservadores, que, embora historicamente divergentes em outras questões, encontram nesse campo um ponto comum de mobilização política. Ao se apresentarem como defensores da família, da infância e da ordem moral, esses atores conseguem sustentar projetos legislativos que restringem o debate sobre gênero e sexualidade em ambientes institucionais, especialmente nas políticas educacionais (Melo, 2024).

O êxito dessa articulação foi evidente: em grande parte dos estados e municípios brasileiros, os planos de educação aprovados nas últimas décadas passaram a omitir explicitamente qualquer referência ao termo “gênero”. Em alguns casos, observou-se a adoção de expressões mais genéricas, como “respeito à diversidade” ou “direitos humanos”, em uma tentativa de suavizar o conteúdo sem enfrentar a pressão das bases religiosas conservadoras. Essa escolha semântica, no entanto, não é neutra, ela revela um movimento de esvaziamento conceitual que

enfraquece o potencial crítico da abordagem de gênero como ferramenta de análise e transformação social.

É importante lembrar que, nas últimas cinco décadas, o conceito de gênero tem sido central para desnaturalizar as relações entre o biológico e o social, questionando os papéis sexuais tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres. Sua remoção dos documentos oficiais, portanto, não é apenas simbólica, mas representa uma tentativa de impedir que novas gerações tenham acesso a ferramentas conceituais capazes de problematizar desigualdades históricas e disputas por reconhecimento.

No contexto da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), esse processo de apagamento do gênero dos marcos legais e educacionais é evidenciado por uma série de projetos de lei com viés conservador, apresentados por parlamentares alinhados à agenda anti-gênero. A exclusão do termo “gênero” dos documentos oficiais, nesse sentido, não apenas atende a uma base eleitoral conservadora, mas também colabora com a construção de uma política de silenciamento, que impede o reconhecimento das subjetividades dissidentes e contribui para a reprodução das desigualdades de gênero e sexualidade nas estruturas públicas.

Percebe-se que a atuação parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo entre 2023 e 2025 revela o fortalecimento de estratégias legislativas e comunicacionais alinhadas à agenda antigênero. Por meio da apresentação de Projetos de Lei que visam suprimir direitos da população LGBTI+ e interditar expressões culturais e políticas dissidentes, parlamentares conservadores têm contribuído ativamente para a institucionalização de práticas excludentes e moralizantes. Esses discursos são sustentados por uma gramática afetiva que apela à defesa

da família, à proteção da infância e à moral cristã, elementos centrais na mobilização política de setores religiosos e da nova direita.

As redes sociais, especialmente o Instagram, desempenham papel central nesse processo, funcionando como palanques digitais onde esses parlamentares reforçam suas posições, constroem capital político e produzem narrativas de antagonismo moral. A retórica empregada nessas plataformas não apenas amplia o alcance dessas proposições, como também contribui para a consolidação de uma base eleitoral fidelizada por discursos de exclusão.

Assim, percebe-se as formas de resistência protagonizadas por parlamentares progressistas, que se utilizam dessas mesmas ferramentas comunicacionais para promover contranarrativas, visibilizar pautas de diversidade e afirmar o direito à cidadania plena para pessoas LGBTI+. Embora ainda minoritárias, essas vozes atuam como dissonâncias fundamentais no campo político paulista, disputando sentidos e tensionando os limites impostos pela hegemonia conservadora.

Em um cenário de crescente polarização e ofensiva antigênero, compreender as estratégias discursivas e legislativas adotadas no âmbito estadual torna-se essencial para refletir sobre os rumos da democracia, os usos do espaço público e os desafios enfrentados por corpos dissidentes na luta por reconhecimento e justiça social.

Conclusão

As discussões desta pesquisa apontam que os discursos antigênero se articulam por meio de estratégias comunicacionais altamente eficazes, baseadas na disseminação de desinformação, na mobilização do pânico moral e na simplificação de temas complexos relacionados

a gênero, sexualidade e direitos humanos (Rosas, 2024). Esses discursos operam de forma performática nas redes sociais, acionando afetos como medo, indignação e ressentimento, com o objetivo de capturar a atenção pública e moldar percepções de mundo alinhadas a valores conservadores.

Por outro lado, o estudo também evidencia a presença de práticas de resistência, promovidas tanto por parlamentares progressistas quanto por movimentos sociais organizados. Esses atores têm buscado ocupar as mesmas plataformas digitais, como Instagram, YouTube e Twitter (X), para disputar narrativas, promover contravisibilidade e fomentar uma cultura política baseada na escuta, na solidariedade e no reconhecimento das identidades dissidentes. Essa disputa simbólica se revela central em um cenário de intensificação das guerras culturais, onde o campo da comunicação torna-se uma arena decisiva para a construção de legitimidade.

A ascensão das novas direitas no Brasil, especialmente no rastro das manifestações de 2013, consolidou um campo político marcado pela retórica da moralidade, pela negação de pautas progressistas e pela popularização de teorias conspiratórias, muitas delas inspiradas nos escritos de Olavo de Carvalho. Essa retórica foi incorporada de forma estruturada por atores institucionais que passaram a legislar contra a chamada “ideologia de gênero”, fortalecendo iniciativas como o movimento Escola Sem Partido e outros projetos de lei voltados à censura de conteúdos educacionais. Esses dispositivos têm como objetivo interditar debates fundamentais sobre diversidade, corpos, afetos e subjetividades nas escolas e demais espaços públicos (Rosa et al., 2020).

Este estudo busca contribuir para a compreensão da crescente institucionalização dos discursos de ódio no Brasil, destacando os impactos dessa ofensiva sobre as populações LGBTI+ no campo legislativo, educacional e cultural. Ao analisar a centralidade das mídias digitais nesse processo, evidencia-se como a comunicação política contemporânea opera simultaneamente em registros simbólicos, afetivos e jurídicos, criando um ecossistema que legitima práticas de exclusão sob o disfarce de neutralidade técnica ou proteção da infância.

Trata-se, portanto, de uma arquitetura discursiva e institucional complexa, que combina moralismo religioso, tecnocracia legislativa e estética digital, criando uma aparência de legalidade que mascara projetos de silenciamento e repressão. Ao mesmo tempo, essa conjuntura convoca a urgência de se fortalecer estratégias de resistência e ocupação dos espaços públicos (físicos e virtuais) por vozes dissidentes que reivindicam o direito à existência, à expressão e à participação política em sua plena diversidade.

Referências

- Abia-Observatório, D. P. D. S. (2021). *Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de estado, legislação, mobilização social*. Relatório submetido ao mandato do Perito Independente das Nações Unidas sobre orientação sexual e identidade de gênero e direitos humanos.
- Cunha, M. do N. (2017). *Do púlpito às mídias sociais: evangélicos na política e ativismo digital*. Editora Prismas.
- Dep. Guto Zacarias [gutozacariasmb]. (2024, agosto 12). *PARADA GAY SEM MAMATA! O meu projeto que visa com o financiamento*

público da Parada LGBT [Fotografia]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/C-kqwqvOMPF>

Dietze, G., & Roth, J. (Eds.). (2020). *Populismo de direita e gênero: perspectivas europeias e além*. Verlag.

Guazina, L. S., Leite, G. G., & Santos, É. (2021). A normalização da agenda anti-gênero de Jair Bolsonaro: uma análise dos jornais Folha de S. Paulo e Estado de São Paulo. *Sur le journalisme*, 10(1), 44-61.

Melo, F. (2024). O gênero e o fim do mundo: Ofensivas antigênero no Brasil. In H. B. de Almeida, & C. E. Henning (Orgs.), *Desafios e resistências em gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo*. Cegraf UFG.

Miskolci, R., & Campana, M. (2017). “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, 32(3), 725-748.

Moschkovich, M. (2022). *Senso-comum como política de Estado: “mulher” e “família” na política pública anti-gênero e a nova gramática dos direitos humanos no governo de Jair Bolsonaro* [Trabalho apresentado]. 46º Encontro Anual da ANPOCS.

Rosa, P. O., Rezende, R. A., & Martins, V. M. D. V. (2018). As consequências do etnocentrismo de Olavo de Carvalho na produção discursiva das novíssimas direitas conservadoras brasileiras. *Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses*, 4(2), 164-203.

Rosa, P. O., Souza, A. T., & Camargo, G. M. (2019). O combate à “ideologia de gênero” na era da pós-verdade: uma cibercartografia das fake news difundidas nas mídias digitais brasileiras. *Revista Sinais*, 2(23).

Rosas, N. (2024). Religião, mídia e política: O ativismo antigênero de André Valadão e uma gramática em disputa. *Ciencias Sociales y Religión*, 26, e024013-e024013.

Scott, J. W., Louro, G. L., & Silva, T. T. D. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. *Educação & realidade*, 20(2), 71-99.

A LINGUAGEM DE FÁCIL COMPREENSÃO COMO ESTRATÉGIA PARA ACESSIBILIDADE: APLICAÇÃO NA LEGENDAGEM E FORMAÇÃO DE TRADUTORES¹

Ana Laura Dias²

A tradução audiovisual (TAV) sempre desempenhou um papel crucial na democratização do acesso à informação e à cultura, transcendendo tanto barreiras linguísticas quanto culturais. Além disso, esse tipo de tradução é essencial para a promoção da inclusão social, quebrando as barreiras comunicativas que muitas vezes marginalizam pessoas com deficiências auditivas, visuais ou cognitivas. Em vista disso, o programa europeu Erasmus+ financiou um projeto intitulado

-
1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - Código de Financiamento 88887.940175/2024-00 e recebeu apoio do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da UNESP, via recursos PROEX/CAPES.
 2. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual Paulista (UNESP).
al.dias@unesp.br

EASIT (*Easy Access of Social Inclusion Training*), desenvolvido entre os anos de 2018 e 2021 e conduzido por um grupo de pesquisadores da Universitat Autònoma de Barcelona e de outras universidades europeias. O principal objetivo do projeto foi oferecer materiais inovadores que possam ser integrados em contextos de aprendizagem e, assim, capacitar profissionais dos meios de comunicação para “satisfazer a necessidade social de dispor de conteúdos e serviços audiovisuais mais fáceis de compreender pelo público, independentemente de suas capacidades” (Matamala et al., 2021, p. 2)³.

Para alcançar esse objetivo, o EASIT se propôs a “investigar a forma como os serviços de acessibilidade audiovisuais existentes, como a audiodescrição e a legendagem, podem integrar-se com a Leitura Fácil (LF) ou a Linguagem Simples (LS)” (Matamala et al., 2021, p. 2)⁴. Durante a execução desse projeto, ambas abordagens foram incluídas no termo Linguagem de Fácil Compreensão (LFC).

Após definir os principais conceitos a serem aplicados, o projeto EASIT passou por algumas etapas até a liberação do acesso livre e gratuito do material produzido, totalizando 133 videoaulas. Primeiramente, Matamala et al. (2021, p. 2) explicam que foi necessário a realização de um questionário com profissionais da área para compreender a real situação em termos de treinamento e prática da Linguagem de Fácil Compreensão (LFC ou LF) na Europa, especialmente nos países integrados ao projeto (Espanha, Alemanha, Itália, Suécia e Eslovênia).

3. No original “*to fulfill the societal need to have audiovisual content and services which are easier to understand by all audiences, regardless of their capabilities*”. Essa tradução, assim como as demais que não possuem indicação do tradutor, é de minha autoria.

4. No original “*investigate how existing audiovisual access services such as audio description and subtitling could be merged with Easy-to-Read or Plain Language*”.

Em seguida, foi preciso “analisar como o conteúdo audiovisual poderia se tornar mais fácil de compreender e apresentar recomendações específicas” (Matamala et al., 2021, p. 3)⁵, o que resultou na definição de três perfis profissionais diferentes: especialistas em legendagem, audiodescritores e jornalistas que atuam no audiovisual .

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar a eficácia da Linguagem de Fácil Compreensão (LFC) aplicada à tradução para legendagem, discutindo seu potencial como estratégia de acessibilidade e como recurso pedagógico na formação de tradutores. Para isso, inicialmente analisou-se o material disponibilizado na unidade 3A - LFC e Legendagem do site EASIT e selecionou-se os vídeos mais relevantes para o tradutor brasileiro, visando refletir sobre o processo tradutório. A unidade em questão é dividida em: Elemento 1 - Procedimentos; Elemento 2 - Aspectos Linguísticos; Elemento 3 - Aspectos Técnicos; Questionário e Lista de leitura.

A seção “Procedimentos” conta com treze videoaulas, enquanto as seções “Aspectos Linguísticos” e “Aspectos Técnicos” têm apenas quatro e duas, respectivamente. Ao final do material, há um questionário de quinze perguntas de múltipla escolha para que os alunos possam verificar as habilidades adquiridas durante o treinamento. Além disso, é possível acessar uma lista de leitura referente a cada elemento trabalhado, composta por artigos científicos, ensaios e capítulos de livros referentes à área. Dentre eles, encontram-se conteúdos em língua inglesa, espanhola, italiana e alemã.

5. No original “*analyse how the audiovisual content could be made easier to understand and to produce specific recommendations*”

Para alcançar esse objetivo, o treinamento disponibilizado pela plataforma digital EASIT foi aplicado em uma turma de graduação em Tradução de uma instituição de ensino superior privada. Tal escolha fundamenta-se na perspectiva de que:

Esses materiais educacionais podem ser utilizados em diferentes situações: podem ser usados como um curso completo ou parcialmente em cursos já existentes, podem servir como material de apoio tanto para aulas presenciais quanto online. (Matamala et al., 2021, p. 5)⁶

Fundamentação Teórica

Segundo Matamala (2022, p. 131), pesquisadores investigam maneiras de facilitação da linguagem desde 1960, visando tornar acessível a leitura de documentos e de textos à população no geral. Diversas terminologias foram criadas nesse campo de estudo, mas, apesar de seguirem diretrizes similares, cada uma delas possui características próprias. Dentre elas podemos citar a Leitura Fácil (LF) e a Linguagem Simples (LS), as quais possuem como foco a linguagem escrita, sendo ela impressa ou digital. No entanto, na última década diferentes campos de pesquisa vêm buscando formas de implementar os conceitos de facilitação de linguagem em suas respectivas áreas de atuação. Em vista disso, essa seção tem como objetivo analisar a abordagem “Linguagem de Fácil Compreensão”, adotada pelos pesquisadores responsáveis pela criação da plataforma *Easy Access for Social Inclusion Training* (EASIT), além

6. No original “*These educational materials can be used in different situations: they can be used as a whole course or they can be used partially in already existing courses, they can be used as supporting material for both face-to-face and online classes*”.

de explicitar o impacto desses estudos na área de Tradução Audiovisual, com ênfase na modalidade legendagem.

Terminologia

A Linguagem de Fácil Compreensão (LFC) é considerada um termo guarda-chuva “usado para descrever conteúdo, métodos, produtos ou serviços que dependem da simplificação textual ou gráfica para melhorar sua acessibilidade cognitiva durante a interação com o usuário” (Bernabé, 2020, p. 79)⁷, englobando não apenas as concepções abordadas pela LS e LF, mas também aquelas aplicadas em qualquer variação conceitual da área. Contudo, os dois termos mencionados anteriormente constituem a maior parcela de influência na consolidação dos conceitos da LFC e, por esta razão, serão brevemente analisados.

Linguagem Simples e Leitura Fácil

A Linguagem Simples é “um movimento que, inicialmente, tinha por objetivo tornar documentos legais mais claros e acessíveis a toda a população” (Souza, 2024, p. 14) e que se solidificou como campo de pesquisa na década de 60, apesar de seu início ser incerto. Atualmente, a Federação Internacional da Linguagem Simples⁸ define a LS, em sua plataforma digital, como “uma comunicação em que a redação, a estrutura e o design do texto são tão claros que os leitores pretendidos podem facilmente encontrar o que precisam, entender e

7. “The term “easy-to-understand” is used in this article as an umbrella term to describe content, methods, products, or services that rely on text or graphical simplification to enhance their cognitive accessibility during the interaction with the user”

8. *International Plain Language Federation.*

usar a informação encontrada⁹”. Segundo Deleanu, Orasan e Braun (2024, p. 71), o principal público-alvo da LS são indivíduos leigos que enfrentam dificuldades na leitura e compreensão dos aspectos técnicos de documentos públicos, jurídicos ou governamentais. No entanto, as autoras (2024, p. 72) enfatizam que existem usuários secundários que também se beneficiam da LS, como grupos etários vulneráveis, migrantes e pessoas com dificuldades de leitura. Logo, apesar do movimento visar a acessibilidade, ele não se destina a pessoas com deficiência.

Em contrapartida, a Leitura Fácil “trata-se de um recurso de acessibilidade direcionada, principalmente, para pessoas com dificuldades de leitura causadas por deficiência cognitiva ou sensorial” (Souza, 2024, p. 22). As diretrizes para a criação de materiais em LF, elaboradas pela Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA)¹⁰, reconhecem que o termo pode ser definido de duas formas (2010, p. 3): a) “uma adaptação linguística de um texto que o torna mais fácil de ler do que um texto comum, mas que não necessariamente facilita a compreensão¹¹” e b) “uma adaptação que torna tanto a leitura quanto a compreensão mais fáceis¹²”. Deleanu, Orasan e Braun (2024, p. 72) reconhecem que o principal público da LF são usuários de línguas de sinais, surdos pré-linguísticos e pessoas surdo-cegas, mas que o movimento também beneficia usuários não-especialistas quanto

9. “A communication in which wording, structure, and design are so clear that intended readers can easily find what they need, understand what they find, and use that information.”

10. *International Federation of Library Association and Institutions (IFLA)*.

11. “A linguistic adaptation of a text that makes it easier to read than the average text but which does not make it easier to comprehend.”

12. “An adaptation that makes both reading and comprehension easier.”

às linguagens técnicas específicas, falantes de línguas estrangeiras e pessoas com baixa escolaridade ou funcionalmente analfabetas.

Tendo apresentado as características das duas abordagens de facilitação da linguagem, o termo Linguagem de Fácil Compreensão será analisado a seguir.

Linguagem de Fácil Compreensão

Conforme mencionado anteriormente, os responsáveis pela criação do conceito LFC foram os pesquisadores envolvidos no projeto *Easy Access for Social Inclusion Training* (EASIT), que teve início em 2018. Um dos questionamentos levantados na época foi se a LFC era exatamente igual aos métodos dos quais derivava, diferenciando-se apenas pelo uso de uma linguagem mais simples, ou se ela possuía características idiossincráticas que garantissem o seu próprio espaço nas modalidades da Tradução Audiovisual (Bernabé, 2019, p. 347). Barnabé (2019) publicou o artigo *New taxonomy of easy-to-understand access services*, buscando evidenciar os aspectos particulares da LFC por meio da análise da composição semiótica da LFC em comparação com a LF e a LS e, assim, responder à pergunta proposta.

De acordo com a autora (2019), os aspectos semióticos envolvidos na criação de materiais em LFC são, de fato, diferentes daqueles identificados nas outras classificações. Tais divergências enfatizam propriedades específicas, como:

o uso de elementos não verbais (por exemplo, pictogramas ou emojis), características paratextuais (como fontes maiores e o uso de espaços em branco na página) e aspectos prosódicos

(como entonação e uso da voz em serviços de acesso auditivo). (Barnabé, 2019, p. 372)¹³

Perego (2020, p. 33), fundamentada nos dados fornecidos no texto *Intellectual Output 1 - Final Report* do projeto EASIT, ainda apresenta outra diferença entre os três termos no que diz respeito às áreas de aplicação de cada um. Enquanto a LF e a LS são tipicamente empregadas em contextos nos quais uma mensagem ou documento importante é direcionado ao público no geral, independente de suas origens sociais, econômicas e educacionais, a LFC pode ser aplicada em quatro amplas áreas: o campo judiciário e de administração pública, o setor midiático e jornalístico, a esfera da educação e a área da cultura e literatura.

Uma vez estabelecidas as principais diferenças conceituais entre a LF, a LS e a LFC, faz-se necessário compreender as condições intrínsecas à produção de textos em Linguagem de Fácil Compreensão. Conforme explica Perego (2024, p. 456), esse material pode ser desenvolvido desde o princípio por profissionais capacitados, ou adaptado a partir de um texto já existente, e, somadas, são “um processo crucial para a disponibilização de um conteúdo semiótico complexo a um setor de audiência cada vez maior” (Perego, 2024, p. 454)¹⁴. De forma sucinta, a autora esclarece que em ambos os casos:

13. *The use of nonverbal elements (e.g., pictograms or emojis), paratextual features (e.g., bigger font-sizes, use of the white space on the page), and prosodic ones (e.g., intonation and use of voice in audio access services).*

14. *Both translation and creation are crucial processes in making this type of semiotically complex content accessible to a growing sector of the audience.*

profissionais do texto devem levar em consideração o público-alvo e o principal objetivo da publicação, além de organizar o conteúdo de forma clara e lógica; priorizar informações, ter a primeira versão do texto lida pelos usuários finais do material, fazer as correções necessárias e, enfim, validar o conteúdo outra vez por um grupo de leitores antes de disponibilizá-lo para uso. (Perego, 2024, p. 456)¹⁵

Outra característica em comum entre a criação e adaptação de textos para a LFC é que as duas alternativas ocorrem por meio de estratégias não-verbais e verbais (Deleanu et al., 2024, p. 72), variando a partir do nível de conhecimento prévio do leitor, grau de alfabetização e objetivo comunicativo do texto. Esses parâmetros visam melhorar a compreensão do texto pelos leitores, mas se dão de forma diferente. As estratégias não-verbais manipulam o texto no geral, “baseando-se em recursos visuais (como imagens) [...] para ajudar os usuários a visualizar e correlacionarem as informações, além de técnicas textuais e de formatação para melhor organizar, esclarecer e conectar as ideias” (Deleanu et al., 2024, p. 72)¹⁶. Por sua vez, as estratégias verbais manipulam a própria linguagem, apoiando-se nas técnicas de simplificação e facilitação¹⁷.

As autoras (p. 72, 2024) utilizam os conceitos de Saggion et al. (2011) para definir a simplificação como um processo que transforma um

15. *Text professionals have to think about their target group and the main aim of their publication, but also organize content clearly and logically, prioritize information, have the draft read by end-users, fine-tune it, and check it again with a reader group before use.*

16. *Relying on visual aids (e.g., images) [...] to help users visualize and co-reference information, and on textual and layout techniques to provide more organized, and therefore linkable and clear information.*

17. *Simplification and easification.*

texto em uma versão mais clara e compreensível dele mesmo, sem alterar o seu significado. Em contrapartida, o método de facilitação ocorre não pela adaptação do conteúdo, mas pelo “desenvolvimento de estratégias específicas de aprendizagem pelo leitor” (Deleanu et al., 2024, p. 72, em Bhatia, 1983)¹⁸. Toma-se como exemplo a introdução de um tópico a partir de um panorama geral do assunto, ou até mesmo a utilização de recursos visuais para reforçar um argumento. Entretanto, as estratégias de simplificação e facilitação possuem certas limitações, uma vez que ambos os métodos se baseiam em suposições que podem ou não manter o significado do texto (Deleanu et al., 2024, p. 72). Como solução, as autoras (2024) propõem que seja feita uma identificação dos padrões encontrados em textos adaptados para a LFC, estratégia a qual evoca a metodologia adotada neste artigo e que será discutida em uma seção posterior: os Estudos Descritivos da Tradução (EDT), método fundamentado, majoritariamente, pela concepção teórica de Gideon Toury (2012).

Nesse contexto, o recurso da adaptação nada mais é do que uma forma de tradução intralinguística, definida como “a interpretação de signos verbais por meio de outros signos da mesma língua” (Jakobson, 1959/2004, p. 139). No caso da LFC, o texto original é adaptado para uma linguagem mais fácil e simples de compreender no mesmo idioma da informação fonte. Essa forma de tradução “necessariamente envolve atividades altamente complexas e desafiadoras, tais quais a redação, edição e sintetização de textos no mesmo idioma” (Perego, 2024, p. 468)¹⁹. Ainda que a tradução intralinguística enquanto ferramenta

18. *By adapting its content but by developing in the reader specific learning strategies.*

19. *Necessarily involves highly complex and challenging activities such as same-language writing, editing, and summarizing.*

da LFC implique obrigatoriamente na reescrita do texto original, a proporção do conteúdo adaptado “depende do nível de simplificação e compreensão que se deseja alcançar, da natureza do texto fonte e do público alvo” (Perego, p. 463, 2024)²⁰.

Perego (2024) ainda reforça que nem sempre é necessário realizar intervenções no texto, visto que essa estratégia “só é eficaz quando combinada com uma perspectiva mais ampla, baseada em reformulações significativas do texto e alinhadas às habilidades de processamento e ao tempo de concentração dos usuários almeçados” (Perego, 2024, p. 467)²¹. A autora (2024, p. 467) recomenda que o primeiro passo ao trabalhar com textos em LFC é analisar quantitativa e qualitativamente o texto fonte, pois o ideal é apresentar menos informações de uma forma coesa e concisa, evitando sobrecarregar o usuário com muitos detalhes e explicações.

Além disso, é necessário explicitar um dos maiores empecilhos quanto ao uso da Linguagem de Fácil Compreensão: o desencadeamento de estigmatização. Isso acontece devido ao fato de que a LFC “destaca as dificuldades de comunicação e acentua a disparidade entre o remetente do texto e os destinatários” (Hansen-Schirra & Maab, 2020, p. 21)²². Infelizmente, a possibilidade de estigmatização é “a contrapartida no

20. *Depending on the level of simplification and comprehensibility we wish to achieve, the nature of the source text, and the target audience.*

21. *Will be worthwhile only if paired with a broader perspective based on major text reformulations that are linked to the processing skills and attention span of disadvantaged listeners.*

22. No original “*it highlights communication impairments and accentuates the disparity between text sender and recipients*”.

processo de promover a inclusão por meio de produtos comunicativos de fácil percepção e entendimento” (Maab, p. 209, 2020)²³.

Linguagem de Fácil Compreensão aplicada à legendagem

A partir dos conceitos apresentados anteriormente, analisou-se as formas de aplicação da Linguagem de Fácil Compreensão na tradução para legendagem. Primeiramente, é fundamental apontar que, ao falarmos da criação de legendas enquanto tradução, existem diferentes categorizações adotadas, a depender de seu objetivo final.

De acordo com as classificações de tradução propostas por Jakobson (1959/2004), duas definições podem ser aplicadas no contexto da legendagem: a primeira categorização é denominada tradução interlinguística, e ela ocorre quando há “a interpretação de signos verbais por meio de outra língua” (Jakobson, 1959/2004, p. 139). Por sua vez, a segunda classificação é a tradução intralinguística, definida como “a interpretação de signos verbais por meio de outros signos da mesma língua” (Jakobson, 1959/2004, p. 139).

Sendo assim, ao aplicarmos tal definição para nosso campo de investigação, podemos considerar que as legendas intralinguísticas tradicionais²⁴ são aquelas que apresentam informações no mesmo idioma do produto audiovisual, tendo como público-alvo, principalmente, pessoas surdas ou ensurdecidas. No entanto, a elaboração de legendas intralinguísticas aplicada à LFC não se destina apenas a usuários com alguma deficiência auditiva, mas também àqueles que não possuem

23. *The downside in the process of granting inclusion through perceptible and comprehensible communication products.*

24. Também conhecidas como Legendas para Surdos e Ensurdidos (LSE).

informações especializadas - em casos de mídias voltadas para áreas do conhecimento específicas - ou que não conseguem processar a informação apresentada devido à falta de elementos coesos (Maab & Garrido, 2020, p. 132).

Após a apresentação dessas categorizações, serão discutidos a seguir os aspectos que diferenciam a legendagem em LFC da legendagem padrão e as recomendações indicadas para a criação dessa modalidade de legenda. Para isso, utilizou-se os conceitos e guias apresentados na seção “Linguagem de Fácil Compreensão” deste capítulo.

Conforme visto anteriormente, a LFC utiliza do método de simplificação, seja ele verbal ou não-verbal, para adaptar um texto. Logo, o tipo de simplificação empregado é um dos critérios de classificação de legendas LFC, assim como a identificação da forma de tradução a ser feita: interlinguística ou intralinguística. A partir da identificação desses fatores, faz-se possível determinar os diferentes tipos de limitações inerentes a essa modalidade. O primeiro vídeo da Unidade 3A - LFC e Legendagem, disponível na plataforma EASIT e intitulado “O que são legendas LFC”, apresenta três dessas restrições:

O primeiro tipo surge da natureza audiovisual do produto, ou seja, do tempo e espaço limitados disponíveis para uma linha de legenda. Os outros tipos de restrições estão relacionados ou derivam do método de simplificação, pois as legendas LFC devem seguir os princípios e recomendações do método de simplificação utilizado. Por fim, outra restrição enfrentada na criação de legendas LFC é a falta de um guia próprio e

fundamentado empiricamente (EASIT, U3A.E1: What are E2U subtitles?, English transcript, p. 2)²⁵

A inexistência de um guia de parâmetros específicos para a criação de legendas LFC levou Barnabé e Garcia (2019) a elaborar uma série de orientações que suprissem essa demanda. Os autores incorporaram recomendações indicadas para a produção de textos em LFC com aquelas já estabelecidas para LSE, resultando em 19 parâmetros de legendagem de aspectos visuais, temporais e editoriais. O guia de legendagem da BBC e as normas propostas para LSE serviram de base para a concepção desses parâmetros, principalmente a recomendação de limitar a 37 o número de caracteres por linha de legenda e considerar a velocidade de leitura do telespectador de 15 caracteres por segundo. Para compreender melhor essa questão, sintetizou-se os parâmetros elaborados pelos autores (p. 15-16, 2019).

Dentre os elementos destacados, a localização das legendas é um fator essencial, devendo ser posicionadas na parte inferior da tela, de modo a evitar interferências com informações visuais relevantes da cena, com exceção de casos em que a legenda cubra informações relevantes. Recomenda-se a limitação do número de linhas, garantindo que cada nova sentença inicie em uma nova linha, promovendo maior legibilidade.

25. *The first type emerges from the audiovisual nature of the product, meaning the limited time and space that we have for a subtitle line. The other types of constraints are or emerge from the simplification method. E2U subtitles have been compliant with the principles and recommendations of whatever simplification method is being used. Lastly, another constraint that we face in the creation of E2U subtitles is the lack of empirically-based guidelines.*

No que se refere à tipografia, as diretrizes enfatizam a necessidade de manter um tamanho de fonte mínimo que assegure a legibilidade do conteúdo, sendo recomendado o tamanho 14, no mínimo, da fonte Arial. Sugere-se não utilizar fontes com designs especiais ou que aproxime demais as letras umas das outras. O contraste entre o texto e o fundo é outro aspecto relevante, sendo aconselhado o uso de caixas de texto semitransparentes para garantir a distinção entre os elementos gráficos.

Em relação aos critérios de edição, deve-se alinhar o texto das legendas à esquerda, evitando a justificação. Adicionalmente, a possibilidade de personalização das legendas é considerada essencial, permitindo que o telespectador ative ou desative esse recurso conforme sua necessidade. O tempo de exibição do texto deve ser suficiente para que os telespectadores consigam ler as legendas confortavelmente.

A identificação do falante é outro elemento relevante, especialmente quando há múltiplos interlocutores. Em situações onde a voz em segundo plano fornece informações adicionais, recomenda-se apresentar o nome ou indicar o emissor da fala antes do início da legenda correspondente. Uma outra orientação é distinguir os falantes a partir da atribuição de cores específicas a cada um.

No que tange aos critérios de edição, destaca-se a necessidade de manter uma pontuação simples e evitar o uso de reticências. A segmentação das legendas deve seguir regras específicas: quando uma frase precisar ser dividida em duas linhas, a quebra deve ocorrer em momentos naturais da fala, simulando uma pausa que favoreça a fluidez da leitura. Recomenda-se, ainda, evitar a separação silábica de palavras entre linhas, substituindo-a pelo uso do hífen quando necessário.

Por fim, sugere-se evitar o uso de reticências e abreviações, priorizando uma pontuação simples e a conformidade com as normas gramaticais. Da mesma forma, deve-se minimizar o uso de abreviações e caracteres especiais, priorizando a clareza textual e a acessibilidade.

Procedimentos metodológicos

A natureza multissemiótica das diferentes modalidades de TAV impõe desafios significativos à definição de uma metodologia para sua análise. As interações entre linguagem verbal, imagem, som e ritmo exigem abordagens que considerem a complexidade e a especificidade de cada produto audiovisual. Diante disso, este capítulo apresenta um panorama das metodologias utilizadas para conduzir a pesquisa, com destaque para os Estudos Descritivos da Tradução e a Teoria dos Polissistemas. Além de discutir os fundamentos dessas abordagens, serão exploradas suas contribuições práticas para a análise tradutória, propondo-se uma aplicação metodológica que considera essas bases teóricas na formulação dos objetivos, na escolha do corpus e nas estratégias analíticas adotadas.

Teoria dos Polissistemas

Desenvolvida na década de 1970 por Itamar Even-Zohar, a Teoria dos Polissistemas²⁶ baseia-se nas ideias dos Formalistas russos e Estruturalistas tchecos (Munday et al., 2022, p. 146) para desenvolver sua própria abordagem quanto ao estudo da literatura e da cultura.

26. Ainda que a Teoria dos Polissistemas tenha sido desenvolvida essencialmente para a análise de textos literários, nesta pesquisa a sua aplicação será no campo do audiovisual.

O autor (1979, p. 288) explica que os fenômenos semióticos, ou seja, os padrões de comunicação humanos, como cultura, linguagem, literatura e sociedade devem ser considerados como sistemas ao invés de um conglomerado de elementos distintos. Formado por diversos subsistemas que interagem entre si, um sistema semiótico é necessariamente heterogêneo e deve ser classificado como um polissistema. De forma mais precisa, Even-Zohar define um polissistema como:

Um sistema múltiplo, um sistema de vários sistemas que se cruzam e se sobrepõem parcialmente, utilizando simultaneamente diferentes opções, mas funcionando como um todo estruturado, cujos membros são interdependentes. (Even-Zohar, 1979, p. 290)²⁷

As interações entre sistemas ocorrem por meio de uma hierarquia dinâmica, que varia ao longo do tempo, e geram produtos sistêmicos como traduções, textos e, no nosso caso, em conteúdos audiovisuais. Esses resultados são influenciados pelas normas do período de tempo o qual eles se inserem e pela sua posição no sistema, podendo esta ser central ou periférica. Um produto classificado como central ocupa uma posição primária e estável (Even-Zohar, 1979, p. 298), exercendo uma influência ativa sobre as normas que o sistema adota, e geralmente são considerados inovadores ou experimentais. Por sua vez, um produto denominado periférico ocupa uma posição secundária e instável, preservando as normas tradicionais, seguindo convenções já estabelecidas e dificilmente provocando mudanças significativas.

27. No original “a multiple system, a system of various systems which intersect with each other and partly overlap, using concurrently different options, yet functioning as one structured whole, whose members are interdependent.”

Conforme estabelecido anteriormente, essas classificações não são fixas, pois os sistemas estão em constante transformação. Essa tensão é essencial para manter a vitalidade e o equilíbrio, visto que “os sistemas canônicos de qualquer polissistema muito provavelmente estagnaram após certo tempo se não fossem desafiados por um sistema não-canônico, que ameaça substituí-los” (Even-Zohar, 1979, pp. 295-296)²⁸. Ou seja, o sistema dominante só se renova pois é constantemente pressionado por elementos periféricos que aspiram ocupar o centro.

Outra classificação apresentada por Even-Zohar (1979, p. 300) é a noção de intra e inter-relação. As intra-relações são aquelas que ocorrem dentro do sistema, e trata-se de como diferentes subsistemas interagem em uma mesma língua e cultura. Já as inter-relações acontecem entre sistemas distintos, e dizem respeito a como um sistema influencia o outro por meio da exportação ou circulação de textos, estilos e normas.

Além disso, o autor (1979, p. 303) explicita que um sistema pode ser caracterizado tanto por classificação rígida, quanto por ambivalência em relação aos elementos que o compõem. Em um sistema baseado na classificação, há uma distinção clara entre o que é dominante e periférico, limitando o espaço para questionamentos ou experimentações. Por outro lado, em sistemas marcados pela ambivalência não há uma definição clara de quais textos, gêneros ou práticas culturais são definidos como centrais ou periféricos, permitindo que transformações e renegociações de valores ocorram dentro do sistema.

28. No original “The canonized systems of any polysystem would very likely stagnate after a certain time if not rivaled by a non-canonized system, which threatens to replace it.”

Por fim, é importante destacar que tanto a Teoria dos Polissistemas quanto os Estudos Descritivos da Tradução foram originalmente concebidos para a análise da tradução literária. No entanto, para os propósitos desta pesquisa, tais abordagens serão adaptadas ao campo da tradução audiovisual, com foco específico na legendagem em Linguagem de Fácil Compreensão (LFC). Essa adaptação permite considerar as particularidades desse tipo de tradução, que envolve não apenas questões linguísticas e culturais, mas também requisitos de acessibilidade, ampliando, assim, o escopo de aplicação das teorias e fortalecendo a análise proposta neste estudo.

Estudos Descritivos da Tradução

A Teoria dos Polissistemas de Even-Zohar influenciou diretamente na criação dos Estudos Descritivos da Tradução (EDT), fundamentados, majoritariamente, pela concepção teórica de Gideon Toury (2012). O autor introduz a EDT a partir do conceito inicial de Holmes (1988, pp. 71-78 em Toury, 2012, p. 3), segundo o qual a metodologia se divide em três categorias distintas: uma relativa à função (*function oriented*), outra ao processo (*process oriented*) e uma terceira, ao produto (*product oriented*). Essa categorização é exemplificada no “‘Mapa’ básico dos Estudos da Tradução de Holmes”²⁹ e questionada posteriormente por Toury (2012, p. 5), uma vez que o autor afirma que considerar cada categoria como um campo de estudo distinto ocasionará na redução da metodologia a uma descrição superficial.

29. No original “Holmes’ basic ‘map’ of Translation Studies”.

Como alternativa, Toury (2012) propõe que as três abordagens sejam analisadas teoricamente de forma interdependente, conforme sintetiza Carolina Alfaro (2005, p. 41) em sua dissertação de mestrado: “*A função* que um texto traduzido desempenhará na cultura-alvo orienta o *processo* através do qual o *produto* traduzido é elaborado”. De maneira complementar, o autor (2012, p. 9) enfatiza que esse princípio de interdependência é apenas teórico, mas que o seu uso concreto afeta diretamente o curso dos Estudos da Tradução enquanto disciplina.

A partir das concepções apresentadas, Toury (2012, p. 33) divide a metodologia em três fases:

- a) Situar o texto no sistema da cultura da língua de chegada, observando sua recepção, aceitabilidade e importância;
- b) Executar uma análise tanto do texto na língua de saída quanto na língua de chegada, identificando relações de correspondência nos dois textos;
- c) Generalizar os padrões encontrados em ambos os textos, de forma a facilitar a reconstrução do processo de tradução.

Por meio da concretização da terceira fase, os resultados encontrados permitiriam “que o corpus se expandisse e que um perfil descritivo de traduções fosse criado de acordo com o gênero, época, autor, etc.” (Munday et al., 2022, p. 150)³⁰. Sendo assim, quanto mais pesquisas forem desenvolvidas sob a ótica dos Estudos Descritivos da Tradução, maior a possibilidade da criação de leis inter-relacionadas de natureza probabilística que estabeleçam “padrões de comportamento, assim

30. No original “The corpus to be extended and a descriptive profile of translations to be built up according to the genre, period, author, etc.”.

como uma maior controlabilidade dos parâmetros de função, processo e produto” (Toury, 2012, p. 10).³¹ Além disso, esse processo também atribuiria uma posição fundamental à EDT, uma vez que só é possível testar hipóteses, ao invés de apenas levantá-las, por meio dos estudos sobre comportamentos e seus resultados (Toury, 2012, p. 10).

De maneira geral, a EDT tem como objetivo encontrar normas ou padrões recorrentes em traduções e, muitas vezes, ainda busca entender as razões que resultaram em tais padrões. Para que isso seja possível, Chaume (2004, p. 45) afirma:

Recomenda-se o uso de dados quantitativos e qualitativos para um estudo descritivo (ou seja, amostras microtextuais contextualizadas além de questionários e entrevistas que investiguem o processo tradutório; em outras palavras, a observação do comportamento em complemento à coleta de declarações verbais dos agentes envolvidos no processo)³²

Em vista disso, aplicou-se um treinamento focado nos conceitos e diretrizes da LFC aplicada à legendagem com um grupo de estudantes de tradução. Durante a atividade, os alunos produziram suas próprias legendas e, posteriormente, responderam um questionário detalhado sobre o processo tradutório vivenciado. A partir dos dados coletados, identificou-se padrões de comportamento tradutório, tanto na prática textual quanto nas percepções relatadas pelos participantes.

31. No original “Establishment of *regularities of behavior, along with maximal controllability of the parameters of function, process and product*”.

32. No original “Quantitative and qualitative data are recommended for a descriptive study (i.e. microtextual contextualized samples over and above questionnaires and interviews inquiring about the translation process; in other words, the observation of behaviour in addition to the collection of verbal statements by the actors of the process).”

Resultados

Com o objetivo de testar a eficácia do treinamento oferecido pela plataforma EASIT, selecionou-se um vídeo com linguagem técnica. Para isso, escolheu-se um boletim médico divulgado no final de 2024 pela equipe do Hospital Sírio-Libanês, que apresenta informações sobre a segunda cirurgia cerebral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A fala do médico Roberto Kalil Filho tem duração de 1 minuto e 11 segundos e, apesar de conter terminologia médica, é marcada por construções orais, repetições e interjeições, o que confere ao trecho um caráter híbrido, conforme pode ser observado no Quadro 1. Os alunos realizaram a atividade individualmente e foram instruídos a seguir as mesmas normas e orientações apresentadas na seção “Fundamentação Teórica” deste artigo.

Quadro 1

Transcrição do trecho selecionado para a produção de legendas em LFC

Veja bem, como vocês sabem, foi amplamente divulgado, a cirurgia do presidente transcorreu sem nenhuma intercorrência. Foi feita a drenagem, a trepanação e retirada daquele hematoma. Isso, ótimo. A evolução do presidente foi ótima, o presidente se encontra bem, sentado, conversando, comendo, se alimentando. Ok. Já estava sendo discutido, como complemento ao procedimento cirúrgico, esse tipo de embolização, que é um tipo de cateterismo, que ele vai embolizar a chamada artéria meníngea. Por quê? Porque, quando você drena o hematoma — eu estou falando bem calmo —, quando você drena o hematoma, existe uma pequena possibilidade de, no futuro, as pequenas artérias da meninge ainda causarem um pequeno sangramento. Entendeu? Então, isso não é impossível de acontecer. Este procedimento complementar ao procedimento cirúrgico é para minimizar o risco de, no futuro, isso acontecer. Isso faz parte dos protocolos atuais.
--

Nota. Declaração do médico Roberto Kalil Filho de 11 de dezembro de 2024. (Canal Rural, 2024)

Previamente à análise das legendas produzidas pelos alunos, o trecho selecionado foi submetido ao software Análise de Legibilidade Textual (ALT), “uma ferramenta desenvolvida para a análise de legibilidade em Língua Portuguesa, disponível de forma livre na internet” (Moreno et al., 2022, p. 16). Os índices gerados avaliam o uso de palavras complexas e sentenças longas, indicando o grau de dificuldade da mensagem e o grupo específico de leitores ao qual o texto é mais adequado. Segundo a ferramenta, o texto apresenta alta legibilidade, sendo considerado apropriado para adolescentes entre 16 e 17 anos. Além disso, o software indicou a presença de 32 palavras complexas, ou seja, termos que não estão entre as 5 mil palavras mais frequentes da língua portuguesa, conforme o banco de dados da ferramenta, as quais correspondem a 23% do total do texto e estão destacadas em negrito no quadro acima.

O treinamento³³ foi aplicado a uma turma de 17 alunos do terceiro ano do curso de Letras - Tradutor, da instituição de ensino superior privada UNISAGRADO, e dividiu-se em duas etapas: a primeira delas foi uma aula de 2 horas de caráter expositivo, durante a qual explicou-se o embasamento teórico da LFC e sua aplicação à legendagem. Além disso, os alunos assistiram, de maneira individual em sala de aula, duas vídeo aulas disponíveis na plataforma. Os dois vídeos mostram na prática a aplicação de legendas em LFC em trechos de documentários e notícias. A segunda etapa deu-se duas semanas depois, também em sala de aula, objetivando a produção das legendas referentes ao vídeo selecionado para esta pesquisa. Os alunos tiveram 2 horas para produzir as legendas

33. Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) à Plataforma Brasil: 87053525.9.0000.5466

e responder um formulário contendo 5 perguntas de múltipla escolha e 4 perguntas dissertativas. O software de legendagem utilizado foi o Subtitle Edit, e a mestrandia se colocou disponível para auxiliá-los durante o processo.

É importante destacar que devido à limitação de espaço próprio do gênero textual artigo, foi necessário sintetizar os resultados encontrados. Entre os participantes, 12 eram mulheres e 5 homens, com faixa etária variando entre 20 e 38 anos. Todos os estudantes haviam cursado, ao longo da graduação, pelo menos uma disciplina relacionada à tradução audiovisual e/ou à tradução audiovisual acessível. No questionário aplicado, há uma questão sobre o conhecimento prévio a respeito da Linguagem de Fácil Compreensão (LFC). Do total de respostas coletadas, 11,1% afirmaram nunca ter ouvido falar sobre o tema; 50% relataram possuir apenas um conhecimento superficial; e 38,9% disseram conhecer razoavelmente bem o conceito.

Outra questão avalia o conhecimento sobre a temática após o treinamento, os dados indicam um avanço na compreensão do tema: 38,9% afirmaram ter compreendido os conceitos básicos da LFC; 50% declararam sentir-se confortáveis para aplicá-la na prática; e 11,1% relataram sentir-se totalmente aptos a utilizá-la na legendagem.

Quanto à avaliação do material didático, as respostas do questionário aplicado indicam que 50% dos estudantes consideraram o conjunto de treinamentos fornecido pela plataforma EASIT totalmente adequado para a produção de legendas acessíveis, enquanto os outros 50% também o consideraram adequado, mas sugeriram a inclusão de mais exemplos práticos.

Ao serem questionados sobre os principais desafios enfrentados durante a produção de legendas utilizando a LFC, os participantes relataram, de maneira recorrente, dificuldades relacionadas à adaptação de termos técnicos e jargões específicos, especialmente de áreas como medicina. Muitos estudantes destacaram a complexidade em decidir se o termo deveria ser mantido ou adaptado, considerando a compreensão do público-alvo e os limites de espaço da legenda. Além disso, foram mencionadas dificuldades em estruturar frases claras e objetivas sem omitir informações importantes, bem como o desafio de equilibrar clareza, fidelidade ao conteúdo original e tempo de exibição da legenda. Outros relatos citaram questões como diferenças culturais e o esforço necessário para se colocar no lugar do público, garantindo uma comunicação acessível e eficaz.

Na questão “Para quais públicos você indicaria o uso de Linguagem de Fácil Compreensão em legendagem?”, os participantes indicaram uma ampla variedade de públicos para os quais a LFC seria recomendada, demonstrando sensibilidade à diversidade de perfis comunicacionais. As respostas mais recorrentes mencionaram pessoas com deficiência intelectual ou cognitiva, idosos, crianças, imigrantes, pessoas com baixa escolaridade, analfabetos funcionais e falantes não nativos do idioma. Cinco estudantes ainda defenderam que a LFC deveria ser aplicada a todos os públicos, destacando o potencial da acessibilidade como recurso universal e a importância de romper barreiras linguísticas e cognitivas na disseminação da informação.

Questionados sobre a inclusão da LFC em suas produções futuras como tradutores, os participantes manifestaram forte adesão à proposta. A totalidade dos estudantes afirmou considerar a LFC uma ferramenta

válida e importante para sua atuação profissional, especialmente no contexto da tradução audiovisual. As justificativas enfatizaram a missão comunicativa da tradução, a valorização da acessibilidade como direito, e o compromisso ético com a inclusão. Alguns relatos destacaram, ainda, a percepção de que a LFC representa um avanço frente à elitização do conhecimento, especialmente nas áreas médica, jurídica e acadêmica.

Os dados mostram que, no geral, a experiência com o treinamento em LFC foi positiva para os participantes. Os estudantes consideraram o conteúdo enriquecedor, relevante para sua formação acadêmica e profissional, e destacaram a importância da abordagem prática combinada à teoria. Muitos apontaram que o curso ampliou suas perspectivas sobre acessibilidade e permitiu o desenvolvimento de novas habilidades, tanto no plano técnico quanto no ético. Houve, também, reconhecimento da necessidade de uma formação continuada nesse campo, visando a consolidação da acessibilidade como prática transversal na atuação do tradutor.

Amostra das legendas produzidas pelos alunos

Nesta seção, apresenta-se uma amostra selecionada a partir das legendas produzidas pelos alunos. O objetivo da análise é observar de que forma os participantes aplicaram os princípios da LFC na prática tradutória, especialmente no que se refere à simplificação lexical, à reestruturação sintática e à manutenção da clareza e da fidelidade informacional. A amostra permite identificar diferentes estratégias adotadas pelos alunos, bem como eventuais dificuldades enfrentadas no processo de adaptação textual.

Quadro 2

Amostra de legendas em LFC

Transcrição	
1 00:00:00,586 --> 00:00:01,946 Veja bem, como vocês sabem, 2 00:00:01,983 --> 00:00:03,643 foi amplamente divulgado, 3 00:00:04,174 --> 00:00:07,509 a cirurgia do presidente transcorreu sem nenhuma intercorrência.	
Legendas em LFC	
A1	1 00:00:00,546 --> 00:00:01,943 Veja bem, como vocês sabem, 2 00:00:01,968 --> 00:00:07,825 foi divulgado que a cirurgia do presidente foi tranquila
A2	1 00:00:00,580 --> 00:00:07,513 Como muito divulgado, a cirurgia do presidente ocorreu sem imprevistos.
A3	1 00:00:00,446 --> 00:00:03,706 Veja bem, como vocês sabem, foi muito divulgado, 2 00:00:03,730 --> 00:00:07,513 a cirurgia do presidente ocorreu sem nenhum problema.
A4	1 00:00:00,539 --> 00:00:01,968 Como vocês sabem, 2 00:00:02,007 --> 00:00:03,301 Foi muito falado 3 00:00:04,000 --> 00:00:06,600 A cirurgia do presidente foi tranquila
A5	1 00:00:00,573 --> 00:00:03,610 Veja bem, como vocês sabem, foi falado várias vezes. 2 00:00:03,635 --> 00:00:07,180 A cirurgia do presidente aconteceu sem nenhum problema.

A6	1 00:00:00,468 --> 00:00:03,555 Como foi falado. 2 00:00:04,031 --> 00:00:07,533 A cirurgia do presidente deu certo.
A7	1 00:00:03,878 --> 00:00:05,775 A cirurgia do Presidente ocorreu 2 00:00:05,813 --> 00:00:07,504 sem nenhum impedimento
A8	00:00:01,132 --> 00:00:03,172 Como todos sabem, já foi divulgado 2 00:00:04,120 --> 00:00:07,160 Que a cirurgia do presidente ocorreu sem problemas.
A9	1 00:00:00,606 --> 00:00:02,606 A cirurgia do presidente correu bem.
A10	1 00:00:04,082 --> 00:00:07,509 A cirurgia do presidente foi bem.
A11	1 00:00:00,090 --> 00:00:02,470 A cirurgia foi um sucesso.
A12	00:00:01,900 --> 00:00:04,666 Veja bem, como vocês sabem, foi amplamente divulgado. 2 00:00:04,433 --> 00:00:10,200 A cirurgia do presidente transcorreu sem nenhuma intercorrência.
A13	1 00:00:00,446 --> 00:00:03,706 Como vocês sabem, foi muito divulgado, 2 00:00:03,730 --> 00:00:07,513 a cirurgia do presidente ocorreu sem nenhum problema.
A14	1 00:00:00,446 --> 00:00:03,706 Veja bem, como vocês sabem, foi muito divulgado, 2 00:00:03,730 --> 00:00:07,513 a cirurgia do presidente ocorreu sem nenhum problema.

A15	1 00:00:00,446 --> 00:00:03,706 Veja bem, como vocês sabem, foi muito divulgado, 2 00:00:03,730 --> 00:00:07,513 a cirurgia do presidente ocorreu sem nenhum problema.
A16	1 00:00:00,446 --> 00:00:03,706 Veja bem, como vocês sabem, foi muito divulgado, 2 00:00:03,730 --> 00:00:07,513 a cirurgia do presidente ocorreu
A17	1 00:00:00,000 --> 00:00:04,000 A cirurgia do presidente foi feita com sucesso. 2 00:00:04,000 --> 00:00:07,000 Correu tudo bem.

O trecho selecionado contém quatro palavras consideradas complexas, além de recursos linguísticos típicos da oralidade, como “veja bem” e “como vocês sabem”. As legendas apresentam diferentes estratégias de simplificação em relação ao texto original. A1 mantém a marca de oralidade (“Veja bem, como vocês sabem”) e utiliza “foi tranquila” para transmitir a ideia de ausência de problemas, mas não simplifica completamente e mantém termos vagos. Já A2 elimina a oralidade e opta por “ocorreu sem imprevistos”, substituindo termos complexos com precisão e clareza, em consonância com os princípios da LFC. A3, por sua vez, preserva a oralidade e a redundância, mas reformula “intercorrência” como “sem nenhum problema”, o que facilita a compreensão, ainda que o excesso de elementos comprometa a legibilidade. Em A4, as expressões de oralidade se mantêm, o que torna a legenda mais longa, enquanto “tranquila” não apresenta a mesma objetividade de “sem problemas”. A5 segue a mesma linha de

A3, mantendo oralidade inicial e simplificando ao final, mas ainda com redundância que poderia ser evitada.

Entre as versões mais sintéticas, A6 destaca-se por eliminar a oralidade e reformular para “deu certo”, oferecendo clareza e concisão, embora perca nuances de formalidade. A7 também é direta, mas recorre a “sem nenhum impedimento”, expressão que, embora simplificada, pode soar mais técnica. A8 mantém parte da oralidade inicial, mas consegue simplificar o núcleo da mensagem em “ocorreu sem problemas”, ainda que a redundância prejudique a economia textual. Já A9 e A10 apresentam simplificações máximas: “correu bem” e “foi bem”. Ambas soam vagas e podem comprometer a clareza, pois não expressam de forma explícita a ausência de complicações.

Em contrapartida, A11 mostra-se bastante eficaz ao optar por “foi um sucesso”, expressão clara, objetiva e de impacto positivo, adequada à LFC. Já A12 é a versão menos simplificada, pois mantém tanto a oralidade quanto termos complexos como “amplamente divulgado” e “transcorreu sem nenhuma intercorrência”, distanciando-se das diretrizes da linguagem acessível. As legendas A13 a A16 repetem o mesmo padrão de A3 e A5, combinando oralidade com simplificação parcial, o que gera um equilíbrio razoável entre fidelidade e acessibilidade, mas ainda com redundâncias que poderiam ser evitadas. Por fim, A17 apresenta uma formulação bem equilibrada: elimina oralidade, divide a mensagem em duas frases simples (“foi feita com sucesso” e “correu tudo bem”) e transmite clareza e objetividade, com alta adequação aos princípios da LFC.

De modo geral, percebe-se que as legendas mais próximas da LFC são A2, A6, A11 e A17, por aliarem simplicidade e clareza sem

comprometer o conteúdo essencial. As intermediárias, A3, A4, A5, A8 e A13-A16, conseguem transmitir a mensagem, mas com redundâncias e marcas de oralidade que sobrecarregam a leitura. Já A1, A7, A9, A10 e A12 apresentam limitações mais significativas, seja por manterem termos vagos ou técnicos, seja por não simplificarem de maneira satisfatória. Essas diferenças revelam como as escolhas tradutórias podem variar entre simplificação excessiva, redundância e adequação ideal, permitindo refletir sobre o impacto da LFC no processo de legendagem.

Conclusão

Com base na análise apresentada ao longo deste artigo, é possível concluir que a Linguagem de Fácil Compreensão (LFC) se configura como uma estratégia eficaz para promover acessibilidade na tradução audiovisual, especialmente na modalidade de legendagem. A aplicação da LFC não apenas amplia o público-alvo das produções audiovisuais, incluindo pessoas com deficiências cognitivas, sensoriais ou baixa proficiência linguística, como também contribui para a formação ética e técnica de tradutores, ao incentivá-los a considerar o público receptor como elemento central do processo tradutório.

Os resultados obtidos com a aplicação do treinamento EASIT em estudantes de Tradução evidenciam que a prática da LFC permite o desenvolvimento de legendas claras, concisas e compreensíveis, sem comprometer a fidelidade ao conteúdo original. Observou-se que, ao manipular estratégias de simplificação lexical, sintática e não-verbal, os participantes conseguiram equilibrar clareza, objetividade e adaptação ao espaço e tempo limitados do gênero legendagem. Além disso, a experiência prática destacou a importância de uma abordagem pedagógica

estruturada, que combina teoria e prática, permitindo que os tradutores em formação compreendam não apenas as normas técnicas da LFC, mas também seu valor social e inclusivo.

Dessa forma, a LFC se revela um recurso essencial tanto para democratizar o acesso à informação quanto para consolidar a acessibilidade como uma prática profissional no campo da tradução audiovisual. Ao conectar diretamente a compreensão do público à produção de conteúdos legendados, a LFC cumpre seu papel de ferramenta de inclusão, reforçando a relevância de sua aplicação na formação de tradutores e, conseqüentemente, contribuindo para uma comunicação mais justa, acessível e universal.

Referências

- Bernabé, R. C. (2020). *Easy audiovisual content for all: Easy-to-Read as an enabler of easy, multimode access services* [Tese de doutorado, Universitat Autònoma de Barcelona].
- Bernabé, R., & Cavallo, P. (2021). Easy-to-understand access services: Easy subtitles. In *International Conference on Human-Computer Interaction* (pp. 241-254). Springer International Publishing.
- Bernabé, R. C., & García, Ó. (2019). Identifying parameters for creating Easy to Read subtitles. *CoMe*, 4(1), 49-70.
- Bernabé, R. C., & Orero, P. (2019). Easy to Read as multimode accessibility service. *Hermēneus. Revista de Traducción e Interpretación*, 21, 53-74.
- Bogucki, L. (2009). Amateur subtitling on the Internet. In J. Díaz-Cintas & G. Anderman (Eds.), *Audiovisual Translation. Language Transfer on Screen* (pp. 49-57). Palgrave Macmillan.

Canal Rural. (2024, dezembro 11). Nova cirurgia | Presidente Lula fará novo procedimento amanhã em SP [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=wC4mNW8uXso>

Chaume, F. (2004). Film studies and translation studies: Two disciplines at stake in audiovisual translation. *Meta*, 49(1), 12-24.

Deleanu, M. A., Orasan, C., & Braun, S. (2024). Accessible communication: A systematic review and comparative analysis of official English Easy-to-Understand (E2U) language guidelines. In *Proceedings of the 3rd Workshop on Tools and Resources for People with REading DIfficulties (READI)* (pp. 70-92). ELRA and ICCL.

Díaz-Cintas, J. (2003). Audiovisual translation in the third millennium. In G. Anderman & M. Rogers (Eds.), *Translation today: Trends and perspectives* (pp. 192-204). Multilingual Matters.

Díaz-Cintas, J., & Remael, A. (2007). *Audiovisual Translation: Subtitling*. St. Jerome.

Even-Zohar, I. (1979). Polysystem theory. *Poetics Today*, 1(1/2), 287-310.

Feitosa, M. P. (2009). *Legendagem comercial e legendagem pirata: Um estudo comparado* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais].

Freyhoff, G., et al. (1998). *Make it simple: European Easy-to-Read Guidelines*.

Gambier, Y. (2003). Screen translation. *The Translator: Studies in Intercultural Communication*, Special Issue. St. Jerome Publishing.

- Hansen-Schirra, S., & Maab, C. (Eds.). (2020). *Easy language research: Text and user perspectives* (Vol. 2). Frank & Timme.
- Jakobson, R. (2004). On linguistic aspects of translation. In L. Venuti (Ed.), *The Translation Studies Reader* (pp. 138-143). Routledge.
- Maab, C. (2020). Easy language-plain language-easy language plus: Balancing comprehensibility and acceptability. Frank & Timme.
- Maab, C. (2024). Intralingual translation in Easy Language and in Plain Language. In *The Routledge Handbook of Intralingual Translation* (pp. 234-251). Routledge.
- Maab, C., & Garrido, S. H. (2020). Easy and plain language in audiovisual translation. In S. Hansen-Schirra & C. Maab (Eds.), *Easy language research: Text and user perspectives* (Vol. 2, pp. 131-161). Frank & Timme.
- Marques, S. (2021). Easy Language in Portugal. In *Handbook of Easy Languages in Europe* (p. 413).
- Martins, C., & Ferreira, C. (2024). Intralingual translation and media accessibility at a crossroads: A museum project. In *The Routledge Handbook of Intralingual Translation* (pp. 434-452). Routledge.
- Matamala, A. (2022). Easy-to-understand language in audiovisual translation and accessibility: State of the art and future challenges. *X Linguae*, 130-144.
- Matamala, A., & Orero, P. (2018). EASIT: Easy access for social inclusion training. In *Proceedings of the 2nd Swiss Conference on*

Barrier-free Communication: Accessibility in educational settings (pp. 68-70). UNIGE.

Matamala, A., et al. (2021). EASIT: Training new professionals in easy-to-understand audiovisual media services. *Revista del Congrés Internacional de Docència Universitària i Innovació*, 5, 1-7. <https://raco.cat/index.php/RevistaCIDUI/article/view/377503>

Moreno, G. C. L., et al. (2022). *ALT: Um software para análise de legibilidade de textos em Língua Portuguesa*.

Munday, J., Pinto, S. R., & Blakesley, J. (2022). *Introducing translation studies: Theories and applications*. Routledge.

Perego, E. (2019). *EASIT IOI report*.

Perego, E. (2020). Accessible communication: A cross-country journey. Frank & Timme.

Perego, E. (2024). Translation into easy language: The unexplored case of podcasts. In *The Routledge Handbook of Intralingual Translation* (pp. 453-471). Routledge.

Sobota, A. (2016). The plain language movement and modern legal drafting. *Comparative Legilinguistics*, 20(1), 19-30.

Souza, D. C. C. (2024). *Projeto EASIT: Aplicação do programa de treinamento em audiodescrição em linguagem de fácil compreensão*

no Brasil [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista (UNESP)].

Toury, G. (2012). *Descriptive translation studies: And beyond* (2nd ed.). John Benjamins.

DIFICULDADES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL PARA A INSERÇÃO URBANA

Lucas Henrique de Almeida¹

Este artigo tem como objetivo analisar as principais dificuldades enfrentadas por essas populações na inserção urbana, compreendida como o acesso efetivo à infraestrutura urbana, mobilidade, moradia digna, saúde, educação e participação cidadã. A abordagem parte de um olhar interseccional, reconhecendo que a deficiência, quando associada à pobreza, raça e desigualdade territorial, produz formas profundas de exclusão social.

Apesar da existência de um arcabouço legal robusto no Brasil — como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (*Lei nº 13.146/2015*), o Estatuto da Cidade (*Lei nº 10.257/2001*) e os

1. Estudante de Direito - UNIC

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU — as políticas públicas muitas vezes falham em sua efetivação prática, especialmente nas periferias urbanas. A ausência de acessibilidade nas calçadas, a precariedade do transporte público adaptado, a insuficiência de moradias acessíveis e a falta de equipamentos públicos adequados refletem uma negligência histórica com essas populações.

Segundo dados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 8,9% da população brasileira declara possuir algum tipo de deficiência. Entre elas, a maioria vive em áreas urbanas e em condições de vulnerabilidade. A pobreza impõe limites concretos à autonomia das PcDs, como a impossibilidade de arcar com adaptações residenciais, tratamentos especializados, transporte particular e acesso à tecnologia assistiva. Assim, as barreiras não são apenas físicas, mas também econômicas, institucionais e simbólicas. Além disso, as políticas habitacionais, como o Programa Minha Casa Minha Vida, Casa Verde e Amarela e hoje novamente minha casa minha vida, embora contemplem cotas para PcDs, ainda falham na efetiva entrega de unidades com acessibilidade plena e na localização em áreas com infraestrutura urbana adequada.

A promoção do bem viver para pessoas com deficiência exige mais do que rampas e calçadas acessíveis — exige o enfrentamento das desigualdades estruturais. A cidade inclusiva precisa ser pensada a partir das vozes daqueles que a habitam em suas margens. O planejamento urbano deve incorporar metodologias participativas, considerando os saberes locais, os movimentos sociais e as especificidades territoriais. Políticas públicas eficazes para esse público devem ser intersetoriais, articulando as áreas de mobilidade, habitação, saúde, educação e

assistência social. É imprescindível também investir na capacitação de gestores e servidores públicos, garantir financiamento adequado e fortalecer os conselhos municipais de direitos da pessoa com deficiência.

Constata-se que a realidade urbana brasileira ainda impõe obstáculos significativos à plena inserção das pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social. A invisibilização desses sujeitos nas políticas públicas urbanas reforça ciclos de exclusão e negação de direitos. Para avançar na construção de cidades mais justas e acessíveis, é preciso promover a escuta ativa, a equidade e o protagonismo social das PcDs nos processos decisórios. O direito à cidade deve ser, sobretudo, o direito à dignidade, à mobilidade, à moradia e à participação — princípios fundamentais para o bem viver em contextos urbanos.

Inclusão urbana e os limites das políticas públicas

A cidade é, por excelência, o espaço da cidadania. No entanto, para pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social, o direito à cidade ainda é amplamente negado. Este artigo tem como objetivo analisar as principais dificuldades enfrentadas por essas populações na inserção urbana, compreendida como o acesso efetivo à infraestrutura urbana, mobilidade, moradia digna, saúde, educação e participação cidadã. A abordagem parte de um olhar interseccional, reconhecendo que a deficiência, quando associada à pobreza, raça e desigualdade territorial, produz formas profundas de exclusão social. Atualmente vemos a necessidade de melhoria nas políticas públicas para a inclusão de pessoas com deficiências no acesso a benefícios sociais de adquirir a casa própria com as devidas infraestrutura para uso da pessoa que necessita do imóvel e para melhorar socialmente e economicamente,

pois além da pessoa tem outros membros da família e também outros gastos necessários, desse modo, dificultando o orçamento da pessoa com deficiência e também a falta de um auxílio do poder público também corrobora para tais condições de vulnerabilidade.

Constata-se que a realidade urbana brasileira ainda impõe obstáculos significativos à plena inserção das pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social. A invisibilização desses sujeitos nas políticas públicas urbanas reforça ciclos de exclusão e negação de direitos. Para avançar na construção de cidades mais justas e acessíveis, é preciso promover a escuta ativa, a equidade e o protagonismo social das PcDs nos processos decisórios. O direito à cidade deve ser, sobretudo, o direito à dignidade, à mobilidade, à moradia e à participação — princípios fundamentais para o bem viver em contextos urbanos.

Apesar da existência de um arcabouço legal robusto no Brasil — como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), a Lei número 12.587/2012 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU — as políticas públicas muitas vezes falham em sua efetivação prática, especialmente nas periferias urbanas. A ausência de acessibilidade nas calçadas, a precariedade do transporte público adaptado, a insuficiência de moradias acessíveis e a falta de equipamentos públicos adequados refletem uma negligência histórica com essas populações. A Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) sobre inclusão e acessibilidade:

Art. 2º - Diretrizes gerais da política urbana

A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, garantindo

o bem-estar de seus habitantes, e deve ser realizada mediante, entre outras diretrizes:

I - garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

VI - ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

[...]

c) a imposição de barreiras urbanísticas à acessibilidade.

Ou seja, o Estatuto reconhece a acessibilidade urbana como um princípio da política urbana e aponta que barreiras físicas e urbanísticas devem ser combatidas por meio do planejamento.

Art. 4º - Instrumentos da política urbana

Inclui os planos diretores, o direito de preempção, o estudo de impacto de vizinhança, entre outros. O plano diretor, obrigatório em cidades com mais de 20 mil habitantes, deve conter diretrizes de acessibilidade universal, conforme a legislação posterior (inclusive a LBI/2015).

Sendo assim, um marco da política urbana brasileira, estabelece entre suas diretrizes o combate às barreiras urbanísticas à acessibilidade (art. 2º, inciso VI, alínea c), reforçando o direito à cidade como um espaço inclusivo para todos. Embora não cite expressamente as pessoas com deficiência, o Estatuto fundamenta a obrigatoriedade de políticas públicas que promovam a eliminação de obstáculos físicos e a democratização do espaço urbano.

O direito à moradia digna para pessoas com deficiência está assegurado no art. 31 da Lei nº 13.146/2015, que determina a reserva

mínima de 3% das unidades habitacionais em programas públicos, bem como a adoção de critérios de acessibilidade na elaboração de projetos, execução de obras e acesso ao financiamento. No entanto, na prática, há falhas na efetivação dessa prioridade, especialmente nos territórios periféricos onde essas garantias não são respeitadas de forma integral.

No Brasil, em janeiro de 2012, começou a vigorar a Lei 12.587 que instituiu a Política Nacional de Mobilidade e criou o Sistema Nacional de Mobilidade Urbana, que visa organizar os modos de transporte, a infraestrutura e os serviços que garantam o deslocamento de pessoas e cargas nos territórios dos municípios, demandando que estes elaborem seu Plano Municipal de Mobilidade Urbana (*Lei nº 12.587/2012*).

Um spect importante desta política é sua fundamentação na acessibilidade e na equidade entre as pessoas, conforme especificam seus princípios, expressos no artigo 5º da referida lei: Art. 5º- A Política Nacional de Mobilidade Urbana está fundamentada nos seguintes princípios:

- I - acessibilidade universal;
- II - desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais;
- III - equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo;
- IV - eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano;
- V - gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana;
- VI - segurança nos deslocamentos das pessoas;
- VII - justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços;
- VIII - equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros;

IX - eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana
(*Lei nº 12.587/2012*, grifo nosso).

Estes princípios da Lei 12.587/2012 visam promover a mobilidade urbana sustentável nos municípios brasileiros e contemplar as necessidades de todas as pessoas, inclusive daquelas que possuem algum tipo de deficiência, conforme especifica o inciso IV de seu artigo 24 (*Lei nº 12.587, 2012*); todavia muitas pessoas com deficiência, em várias partes do Brasil sendo quase 8% da população de acordo com (IBGE), encontram obstáculos que dificultam ou impossibilitam sua mobilidade, restringindo-as ao seu ambiente doméstico e cerceando sua independência, sua capacidade de ter uma vida produtiva e seu direito de ir e vir.

A Constituição Federal de 1988 assegura o direito à moradia, à saúde, ao transporte, à educação e à assistência como direitos sociais fundamentais (art. 6º), especialmente, quando direcionados a grupos historicamente excluídos, por exemplo, as pessoas com deficiência. O art. 1º, inciso III, estabelece a dignidade da pessoa humana como um dos pilares da República, o que impõe ao Estado o dever de garantir políticas urbanas inclusivas. Desse modo, o art. 23, inciso II, determina que a proteção das PcDs é responsabilidade de todos os entes federativos, reforçando o dever compartilhado na promoção do bem viver e da acessibilidade universal nas cidades brasileiras.

A Agenda 2030 da ONU, por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforça o compromisso internacional com a inclusão das pessoas com deficiência nas políticas públicas. Dentre os 17 ODS, destacam-se o ODS 1 (Erradicação da Pobreza), o ODS 10 (Redução das Desigualdades) e o ODS 11 (Cidades e Comunidades

Sustentáveis), que estabelecem metas para promover a acessibilidade, a mobilidade urbana e o acesso à moradia digna para populações em situação de vulnerabilidade. A meta 11.2, por exemplo, recomenda que os sistemas de transporte urbano sejam projetados com atenção especial às pessoas com deficiência, reconhecendo o direito à cidade como essencial para o bem viver.

Vulnerabilidade Social e Exclusão na Cidade: Cidadania e Participação Social das Pessoas com Deficiência

A efetivação da cidadania das pessoas com deficiência depende da consolidação de espaços participativos nas instâncias públicas. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) assegura, em seu art. 76, a participação das PcDs em conselhos, conferências e fóruns de políticas públicas, reconhecendo a importância do protagonismo social. No entanto, conforme observa Diniz (2017), a participação das pessoas com deficiência ainda é limitada, sobretudo em municípios de médio e pequeno porte, devido à falta de acessibilidade física, comunicacional e informacional nos espaços de deliberação pública.

A presença ativa de pessoas com deficiência em conselhos municipais e estaduais é um mecanismo fundamental de controle social, pois possibilita a fiscalização das políticas públicas e a proposição de novas estratégias de inclusão. Segundo Gohn (2019), a cidadania participativa só se concretiza quando os sujeitos têm meios efetivos de interferir nas decisões que afetam seu cotidiano. No caso das PcDs em situação de vulnerabilidade, essa participação é duplamente desafiada: pela exclusão territorial e pelas barreiras de mobilidade e comunicação.

Em Cuiabá, por exemplo, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD) tem buscado ampliar sua atuação junto a secretarias e universidades, promovendo audiências públicas e escutas territoriais sobre o Programa BUSCAR. Todavia, o número reduzido de conselheiros e a carência de recursos para deslocamento limitam a abrangência das ações. Como pontua Santos (2021), a cidadania não é apenas o direito de ser ouvido, mas o direito de ter condições concretas para participar — o que implica políticas públicas que garantam transporte acessível, intérpretes de Libras, tecnologia assistiva e acessibilidade digital nas audiências públicas.

Assim, fortalecer o protagonismo social das PcDs requer mais do que representação formal. Exige um processo contínuo de formação cidadã, incentivo à participação comunitária e integração com as universidades e movimentos sociais. É necessário transformar a “escuta” institucional em prática permanente de diálogo e corresponsabilidade, capaz de converter as demandas locais em políticas estruturantes.

Acessibilidade Digital e Exclusão Tecnológica

A inclusão urbana no século XXI não pode ser pensada sem a dimensão digital. A acessibilidade tecnológica constitui um novo eixo de cidadania, pois o acesso à informação, a serviços públicos online e a oportunidades de trabalho depende, cada vez mais, da internet e das plataformas digitais. Entretanto, conforme o Instituto Locomotiva (2023), cerca de 61% das pessoas com deficiência no Brasil enfrentam algum tipo de barreira digital — seja pela ausência de equipamentos adequados, falta de conectividade, ou pela inacessibilidade das interfaces virtuais.

A ausência de acessibilidade digital acentua a exclusão social e urbana, especialmente nas populações em vulnerabilidade. Segundo Lima e Pereira (2022), a deficiência tecnológica “reproduz as desigualdades sociais no ambiente virtual”, criando novas formas de marginalização e impedindo o acesso a políticas públicas digitais, como cadastros sociais, programas habitacionais e agendamentos de serviços. Assim, a falta de audiodescrição, leitores de tela ineficientes, ausência de tradução em Libras e plataformas com design inacessível são obstáculos tão relevantes quanto a ausência de rampas e calçadas adaptadas.

A pandemia de COVID-19 acentuou essa desigualdade. Dados do IBGE (2022) apontam que, durante o período pandêmico, apenas 38% das pessoas com deficiência visual ou motora conseguiram realizar atividades de ensino remoto ou acessar serviços públicos online. Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à inclusão digital acessível, integrando educação, tecnologia assistiva e conectividade social.

De acordo com a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2024), o Brasil ainda não possui uma política nacional consolidada de acessibilidade digital, embora existam iniciativas isoladas, como o programa “Internet para Todos” e as recomendações do Decreto nº 9.761/2019, que trata da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital. É fundamental que essas políticas avancem no sentido de promover a democratização do acesso à internet e a criação de plataformas públicas acessíveis, com base nas diretrizes do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG).

Portanto, a inclusão digital é também uma dimensão da inclusão urbana, pois garante autonomia, informação e capacidade de

interlocução das PcDs com o poder público. Sem ela, a cidadania permanece incompleta.

Propostas e Caminhos para o Urbanismo Inclusivo no Brasil

A construção de cidades verdadeiramente inclusivas passa pela adoção de princípios de urbanismo social e acessível, conforme apontam Gehl (2013) e Lefebvre (2008). O conceito de “direito à cidade”, formulado por Lefebvre, sustenta que o espaço urbano deve ser produzido coletivamente, de modo a atender às necessidades de todos os cidadãos, incluindo os grupos historicamente marginalizados. No contexto brasileiro, esse ideal se traduz na necessidade de políticas públicas inter-setoriais, financiamento sustentável e participação comunitária efetiva. Entre as propostas que se destacam estão:

- a) Adoção do Desenho Universal em todas as obras e políticas habitacionais, garantindo que as construções sejam pensadas para todos desde o projeto inicial;
- b) Criação de um Fundo Municipal de Acessibilidade, com recursos vinculados ao orçamento da habitação e mobilidade, para financiar adaptações residenciais e transporte inclusivo;
- c) Integração entre universidades e prefeituras para realização de diagnósticos participativos sobre as barreiras urbanas e o monitoramento da efetividade das políticas;
- d) Capacitação contínua de servidores públicos sobre direitos humanos e inclusão urbana, promovendo uma gestão sensível à diversidade;
- e) Ampliação da frota e digitalização do Programa BUSCAR, permitindo agendamento simplificado via aplicativo acessível e atendimento emergencial para casos de urgência.

Como destacam Souza e Silva (2020), “a inclusão urbana não se restringe ao campo técnico, mas é um processo político e pedagógico de transformação social”. Essa visão propõe que as cidades sejam repensadas sob o paradigma da justiça espacial, no qual a acessibilidade se torna um valor estruturante das políticas públicas. Nessa perspectiva, a meta não é apenas eliminar barreiras, mas criar um ambiente que acolha e valorize a diferença.

A construção de cidades inclusivas exige, portanto, vontade política, investimentos e diálogo permanente entre Estado, sociedade civil e universidades. O futuro das políticas públicas urbanas dependerá da capacidade de o poder público reconhecer que a acessibilidade é um direito humano e um requisito de justiça social.

O Programa Buscar: transporte como fonte de inclusão em Cuiabá

No âmbito da cidade de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, destaca-se o Programa BUSCAR, instituído pelo Decreto nº 10.146/2024, como uma política pública específica voltada à mobilidade de pessoas com deficiência física severa. O serviço de transporte coletivo especial, integrado ao Sistema Municipal de Transporte, é destinado exclusivamente às pessoas com deficiência física, temporária ou permanente, com alto grau de dependência, desde que estejam inscritas no Cadastro Único e previamente cadastradas na Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência (SADHPD).

O programa prevê veículos adaptados do tipo van, climatizados e com equipamentos especiais conforme normas técnicas. As prioridades de atendimento são hierarquizadas por finalidade: tratamento de saúde, reabilitação, educação especial, trabalho e lazer. Cada viagem exige

agendamento com antecedência mínima de 72 horas, o que, apesar da intenção organizacional, pode representar uma barreira ao acesso espontâneo e emergencial. Além disso, a exigência de laudo médico e de comprovada dependência funcional revela uma política com caráter seletivo, restringindo o acesso a um grupo bastante específico da população com deficiência. Embora represente um avanço institucional ao reconhecer o direito à mobilidade adaptada, o BUSCAR ainda enfrenta limitações quanto à escala e efetividade, uma vez que o número mínimo de veículos exigido (12 no total) é insuficiente diante da demanda latente na capital mato-grossense.

A restrição do serviço aos cadastrados no CadÚnico e a exigência de renovação por laudos técnicos reforçam o perfil assistencialista e burocrático do programa, podendo gerar exclusão justamente aos sujeitos mais vulneráveis, que não conseguem cumprir tais exigências formais. Assim, é necessário que programas como o BUSCAR sejam continuamente avaliados, ampliados e aprimorados, considerando a diversidade de deficiências, realidades territoriais e necessidades de mobilidade cotidiana. A inclusão urbana de PcDs exige políticas públicas que vão além da assistência, garantindo acesso pleno, contínuo e desburocratizado à cidade como direito fundamental.

Ainda assim, alguns serviços deixam a desejar e são percebidos pelas instituições ou pelo coletivo como forma de melhoria. Neste artigo, identifica-se Sol², aluno de graduação da universidade federal de Mato Grosso, vive há 8 anos em uma casa de amparo, pois não consegue ser incluído em programas sociais de habitação. Sol é cadeirante e vive em

2. Para garantir e preservar a identidade do entrevistado, opta-se por nomear com elementos da natureza.

situação de vulnerabilidade social, pois sofre com a falta de estrutura para situações básicas, sendo usuário da casa inclusiva, que tem como regra geral, acolher as pessoas temporariamente, período para a pessoa se organizar e se inserir em outras instâncias da política social. Entretanto, tem se tornado um fato recorrente de apoio contínuo, além disso, Sol é assistido pelo programa Buscar que atende e transporta pessoas com deficiência, em especial os cadeirantes na cidade de Cuiabá, mas enfrenta diversos problemas, ausência de veículos para atender todos os deficientes que necessitam de amparo.

Os dados do Ipea revelam que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) alcança cerca de 4,3 milhões de pessoas, muitos dos quais PcDs em situação de extrema vulnerabilidade social e dependência funcional, evidenciando a conexão entre pobreza e deficiência. Essa estatística reforça a urgência de políticas públicas integradas que ultrapassem a assistência financeira e promovam a inclusão urbana efetiva.

No mesmo caminho, o Atlas da Violência 2025 aponta riscos desproporcionais de violência contra crianças com deficiência — de 3,7 vezes mais para qualquer tipo de violência, 3,6 vezes mais para violência física e 2,9 vezes para violência sexual — sublinhando a fragilidade da proteção institucional e comunitária em áreas urbanas vulneráveis.

Com isso, as políticas públicas de inclusão para conquista de uma residência para o público deficiente é ainda insuficiente, já que há leis que asseguram cotas para ter um percentual de acesso aos programas de habitação social. Contudo, os PcDs em situação de vulnerabilidade não tem um acesso eficaz nas informações e também contam com a burocracia para ter obter a documentação necessária para fazer inscrição,

acesso à internet, formulários online com fontes de letras inacessíveis, autenticação em cartório de documentação, sendo que alguns casos há solicitações de autenticação em cartório, requerendo deslocamento, e, especialmente, para as pessoas com locomoção limitada, pode ser uma situação de dificuldade, e, incorrendo em alguns casos até de desistência no processo de inscrição das ações sociais.

Além disso, a falta de planejamento de infraestrutura nas casas, nas calçadas, nas escolas, na Universidade e nas instituições privadas, para atender as pessoas com deficiência, ainda carece de mais cuidado e investimento, pois, um cadeirante, como é o caso de Sol, necessita de um elevador para subir em um prédio e nos últimos lançamentos de residências dos programas sociais não oferece essa estrutura, desse modo um cadeirante ou com qualquer outra deficiência física caso seja beneficiado, tem dificuldade para acessar o imóvel.

A cidade inclusiva precisa ser pensada a partir das vozes daqueles que a habitam em suas margens. O planejamento urbano deve incorporar metodologias participativas, considerando os saberes locais, os movimentos sociais e as especificidades territoriais. Políticas públicas eficazes para esse público devem ser intersetoriais, articulando as áreas de mobilidade, habitação, saúde, educação e assistência social. Atualmente, tem o amparo da legislação, mas não há uma aplicação eficiente, pois tem diversas dificuldades de mapear as pessoas que são PcDs e está em situação de vulnerabilidade, número de veículos na frota a exemplo do Buscar, assim, não sendo possível atender todos em especial os que vive em vulnerabilidade que estão mais distante dos centros urbanos, dessa forma não acontece a inserção urbana das pessoas com deficiências nas políticas públicas de inclusão.

É imprescindível também investir na capacitação de gestores e servidores públicos, garantir financiamento adequado e fortalecer os conselhos municipais de direitos da pessoa com deficiência, pois no art. 23, inciso II da Constituição Federal do Brasil demonstra as competência comum para cuidar da saúde e da assistência com intuito de melhorar e facilitar para esse público o acesso às políticas públicas de inclusão, pois ,mais pessoas com deficiências têm acesso a essas políticas o desigualdade social tende a diminuir e esse público pode ter uma melhora na condição de vida.

Podendo também acessar com mais dignidade o mercado de trabalho, pois uma pessoa deficiente com oportunidade de um trabalho tem mais chance de conseguir uma casa através dos programas sociais de habitação social de acordo com a lei nº 8.213/1991, em seu art. 93, estabelece a obrigatoriedade de empresas com mais de cem funcionários destinem de 2% a 5% de seus cargos a pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados.

Maciel (2000) destaca que a deficiência foi historicamente tratada como um ‘peso’ ou ‘problema’, gerando estigma e marginalização das pessoas no espaço urbano. A autora ressalta que ‘a deficiência é considerada uma doença crônica, um peso ou um problema’ e que o estigma transforma as pessoas em ‘seres incapazes, indefesos, sem direitos’. Esse diagnóstico ainda é perceptível nas periferias urbanas, onde a ausência de conscientização e o preconceito institucional dificultam o acesso à moradia, transporte e comunidade e ainda Maciel (2000) argumenta que a inclusão social exige uma ‘alteração da visão social’, por meio de sensibilização, capacitação de profissionais, financiamento adequado e políticas informadas pelos próprios sujeitos com deficiência.

Isso reforça a necessidade de processos participativos e de qualificação técnica municipal, apontados nas políticas públicas de inclusão urbana.

Conforme aponta Spinieli & Souza (2019), o direito à acessibilidade urbana não se resume à eliminação de barreiras físicas, mas é condição estruturante para a efetivação de direitos fundamentais como moradia, transporte, educação e participação social. Esse enfoque interdisciplinar ressalta que a acessibilidade é mecanismo de justiça social e cidadania, sendo imprescindível no planejamento urbano inclusivo.

Esse dispositivo, além de ser uma medida de ação afirmativa no mercado de trabalho, é também um instrumento de inclusão urbana e das políticas públicas para esse público, pois o emprego formal possibilita autonomia financeira, acesso à moradia digna e maior mobilidade urbana. No entanto, ainda é grande a evasão das PcDs do mercado formal, sobretudo quando se encontram em situação de vulnerabilidade social e sem apoio institucional para sua qualificação e deslocamento até os centros de trabalho.

Conclusão

A realidade urbana brasileira ainda impõe obstáculos significativos à plena inserção das pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social. A invisibilização desses sujeitos nas políticas públicas urbanas reforça ciclos de exclusão e negação de direitos, pois as medidas de sanção ainda são bem insuficientes e não favorecem esse grupo que padece com a ausência de apoio concreto — especialmente no que se refere à conquista da inserção urbana com dignidade, autonomia e respeito, pilares essenciais para uma vida cidadã.

Apesar de avanços legais, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), e a própria Constituição Federal de 1988, persiste uma desconexão entre a letra da lei e as práticas locais, muitas vezes marcadas por burocracias e atendimentos precários, frequentemente resumidos ao conhecido “não tem vaga”, como alerta Maciel (2000). Esse distanciamento evidencia a urgência de estratégias que articulem legislação, financiamento público, capacitação técnica e participação ativa para efetivar o direito à moradia, à mobilidade e à cidade para PcDs.

Além disso, a Constituição, em seu art. 6º, consagra a moradia, o transporte, a saúde e a assistência como direitos sociais, sendo dever do Estado e da sociedade garantir a todos o usufruto desses direitos em igualdade de condições. A Lei nº 8.213/1991, em seu art. 93, reforça essa inclusão ao prever cotas de emprego para PcDs, o que impacta diretamente sua autonomia econômica e inserção urbana.

A Agenda 2030 da ONU, por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 10 (Redução das Desigualdades) e ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), estabelece diretrizes globais que reforçam o compromisso de construir cidades mais inclusivas, seguras e acessíveis. Essas metas precisam ser incorporadas de forma intersetorial nas políticas habitacionais, de mobilidade e de assistência social no Brasil.

Segundo dados do IPEA, mais de 4 milhões de pessoas com deficiência recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o que revela a profunda interseção entre deficiência e pobreza. Ainda, o Atlas da Violência 2025 destaca que PcDs, especialmente crianças, estão entre os grupos mais vulneráveis à violência urbana, com risco

até 3,7 vezes maior de sofrerem agressões, o que reforça a urgência de políticas protetivas e integradas.

Superar as desigualdades que atingem as pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade requer uma mudança de paradigma: é preciso compreender a acessibilidade como investimento social e não como gasto. A ampliação da participação social, a inclusão digital e o fortalecimento dos conselhos municipais são estratégias fundamentais para democratizar o acesso à cidade.

A consolidação de um urbanismo inclusivo deve caminhar em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, em especial o ODS 10 (Redução das Desigualdades) e o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), reforçando que nenhuma cidade será sustentável se não for acessível. Assim, a inclusão urbana das pessoas com deficiência não é apenas uma questão de infraestrutura, mas um compromisso ético e civilizatório com o bem viver, a dignidade humana e a justiça social.

Para avançar na construção de cidades mais justas e acessíveis, é imprescindível promover a escuta ativa, a equidade e o protagonismo social das PcDs nos processos decisórios. Como ressalta Spinieli & Souza (2019), a acessibilidade urbana não deve ser tratada apenas como uma adequação física, mas como um princípio estruturante da justiça social, capaz de garantir o pleno exercício da cidadania.

Diante disso, vê-se a necessidade de ampliação e efetivação das políticas públicas com ênfase nesse público, com mais atenção, prioridade e diálogo com as realidades locais. O direito à cidade deve ser, sobretudo, o direito à dignidade, à mobilidade, à moradia e à

participação — princípios fundamentais para o bem viver em contextos urbanos democráticos, inclusivos e sustentáveis.

Referências

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 de outubro de 1988. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

Decreto nº 10.146, de 19 de abril de 2024: Dispõe sobre a regulamentação do Serviço de Transporte Coletivo Especial - BUSCAR, previsto no Sistema de Transporte Coletivo do Município de Cuiabá. Gazeta Oficial de Cuiabá. <https://leismunicipais.com.br/a/mt/c/cuiaba/decreto/2024/1015/10146/decreto-n-10146-2024-dispoe-sobre-a-regulamentacao-do-servico-de-transporte-coletivo-especial-buscar-previsto-no-sistema-de-transporte-coletivo-do-municipio-de-cuiaba-e-da-outras-providencias>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). Censo demográfico: Características da população com deficiência. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2021). Pessoas com deficiência e políticas públicas: Avanços e desafios no Brasil. Recuperado de <https://ipea.gov.br/portal/component/tags/tag/pessoas-com-deficiencia>

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991: Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm

Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001: Estatuto da Cidade. Diário Oficial da União, Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm

Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012: Política Nacional de Mobilidade Urbana. Diário Oficial da União, Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

Maciel, M. R. C. (2000). Portadores de deficiência: A questão da inclusão social. *São Paulo em Perspectiva*, 14(2), 51-56.

Organização das Nações Unidas (ONU). (2015). Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Recuperado de <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>

Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. (2024). Relatório anual de políticas de acessibilidade digital. Recuperado de <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/>

Spinieli, A. L. P., & Souza, L. de P. (2019). Pessoas com deficiência e o direito à cidade: Pensando na acessibilidade urbana. *Anuário de Direito Constitucional Latino-Americano*, 25, 501-515. <https://orcid.org/0000-0001-7975-2384>

FILMES DE ANIMAÇÃO DO SÉCULO XXI: REFLEXÕES SOBRE IMAGEM CORPORAL E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Carla Borges de Andrade¹
Dorotea Souza Bastos²

Com o advento da animação que conhecemos hoje, ainda no cinema mudo e sem cores do ano de 1910, novas perspectivas comunicacionais se desvirginavam. A princípio, com foco no público adulto e com roteiros e enredos que exigiam uma habilidade interpretativa condizente com faixas etárias mais elevadas, aquelas curtas-metragens conferiam ao cinema uma atmosfera muito distinta da que temos atualmente, quando os lançamentos dos desenhos animados lotam salas com

-
1. Doutora em Educação (UFBA).
Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).
cbandrade@uefs.br
 2. Doutora em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA).
Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).
dorotea@ufrb.edu.br

crianças e adolescentes para assistirem filmes de mais de 90 (noventa) minutos de duração.

Com um forte apelo midiático e audiovisual, de cores vibrantes e sonorização minuciosamente pensada para provocar nos espectadores as emoções mais distintas, os desenhos animados exibidos em salas de cinema no Século XXI são sucessos de crítica e de bilheteria. Muito mais que diversão e entretenimento, esses produtos disparam debates, formam opiniões e comunicam mensagens complexas de forma bem mais acessível ao universo infantil, ou seja, educam.

Temáticas sociais se impõem ao espetáculo mágico do faz-de-conta, e já vemos com naturalidade personagens que representam a diversidade humana protagonizando as histórias, criando empatia com o público que se reconhece e se identifica, e fortalecendo o discurso e o ideal de inclusão a partir de seus corpos com deficiência ou não, e de suas imagens corporais.

Em estudo anterior, sobre os desenhos animados da atualidade, cujo objeto era o empoderamento feminino, já nos inquietava a discreta menção à inclusão de pessoas com deficiência entre os filmes analisados. Portanto, este estudo que ora estamos realizando tem relevância acadêmica por se propor a preencher essa lacuna temática, e também por contribuir com as áreas do conhecimento do Desenho, da Comunicação e da Educação, por meio das discussões e interações que serão implementadas e publicizadas interdisciplinarmente.

Como parte integrante da pesquisa que vem sendo realizada no estágio pós-doutoral, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), o presente texto constitui a etapa inicial de um corpus investigativo que

tem relevância social, no sentido de fomentar a valorização da inclusão, o respeito à diversidade e a visibilização das pessoas com deficiência nesse tipo de produto midiático de tamanho alcance, tendo como cerne as sensibilidades e as formas de sentir e de perceber que constituem o conceito da imagem corporal e de corpo, principalmente das pessoas com deficiência.

Assim, o problema que originou este estudo foi: quais são os filmes de animação do Século XXI que apresentam personagens com algum tipo de deficiência? Com isso, objetivamos identificar e descrever as personagens que possuem alguma deficiência nessas produções. Para tanto, realizamos um levantamento/mapeamento seguido da tabulação dessas produções em *sites* e *blogs* de amplo acesso popular sobre cinema disponíveis no *Google*, como o “AdoroCinema”, objetivando identificar as personagens com deficiência. Segundo Antônio Carlos Gil (2002, p. 53), o levantamento é uma técnica quantitativa de coleta de dados, cujas principais vantagens são: conhecimento da realidade, rapidez, economia e quantificação, sendo “muito mais adequados para estudos descritivos que explicativos”.

Por isso mesmo, optamos por tratar os dados através da análise descritiva que, dentre outras possibilidades, permite a “identificação, organização, explicação, descrição detalhada, reflexão crítica, compreensão e interpretação de resultados de pesquisa científica” (Soares, 2022, p. 53) - etapas essas que podem acontecer separada ou simultaneamente, a fim de atribuir sentido aos dados levantados, relacionando-os com os objetivos da pesquisa e com a fundamentação teórica adotada.

Para uma melhor compreensão deste estudo, o texto está organizado em seções: a primeira, esta Introdução, em que são apresentados

o objeto, a justificativa, o problema, o objetivo e a metodologia da pesquisa. A segunda e a terceira seções fundamentam teoricamente o estudo a partir de uma revisão de literatura sobre os desenhos animados e a imagem corporal de pessoas com deficiência, respectivamente. Na quarta seção, temos os resultados e a discussão e, por fim, na quinta seção, as considerações finais.

Desenhos Animados

Segundo Andrade et al. (2023, p. 40), “Embora os desenhos animados tenham surgido antes mesmo do cinema, foi a partir desse veículo que eles se popularizaram”.

Os primeiros desenhos animados como conhecemos hoje surgiram apenas na década de 1910, no então cinema mudo e sem cores. Naquela época, a maioria das animações era de curta-metragem, geralmente visando a um público mais adulto, com piadas e roteiros para uma faixa etária mais elevada do que a dos dias atuais (Desenhos Animados, 2018, par. 3).

Em se tratando da origem e conceituação dos desenhos animados, Miranda (1971, p. 37) os define como sendo “formas visuais que adquirem vida através do movimento”, “originalmente derivadas do *cartoon*, de que evoluem originando a “*comic strip*, desta derivando o *animated cartoon* (desenho animado, entre nós)” (1971, pp. 109-110), em decorrência da adição de movimento à imagem fotográfica, que permitiu ao público deliciar-se “com os animais comicamente humanizados dos desenhos animados criados com o mínimo de esforço gráfico e exigindo um mínimo de esforço mental para a sua digestão” (Miranda, 1971, p. 110). Entretanto, o mesmo autor afirma que esse esforço gráfico

envolvido no ato da criação dos desenhos animados não se manteve tal qual em seus primórdios, quando enfatiza a posição de vanguarda assumida pelos desenhos animados.

Já Maria Felisminda Fusari (1985, p. 33) descreve os desenhos animados como sendo expressões dos “movimentos das coisas, seres, ações, de uma forma exagerada, caricaturada, sobretudo quando se trata de desenhos humorísticos ou os chamados ‘cartoons’”. Continuando a caracterizar os desenhos animados, a mesma autora elenca outros dos seus elementos de sedução, a saber: dinamismo visual (tanto do tempo quanto do movimento); grafismo; simplificação, deformação e caricatura; criatividade na superação e alteração das leis físicas; interpretação criativa dos movimentos naturais dos seres e das formas da natureza, em vez de tão somente copiá-los (Fusari, 1985, p. 34). Esses e outros elementos contribuem significativamente para a formação das crianças que os assistem, seja em casa ou em outros espaços como o cinema.

No entanto, se antes se objetivava com os desenhos animados satirizar ou comicizar a realidade a partir de personagens atrapalhadas e beirando ao ridículo para fazer o povo sorrir, no afã original do entretenimento, ou divulgar a manutenção de estereótipos, agora, no Século XXI, parece-nos, o foco volta-se à ruptura de padrões, à quebra dos estereótipos tão fortemente veiculados no Século XX. Principalmente no que se refere à participação e protagonismo de personagens que trazem à cena a representatividade da diversidade humana, dentre os quais encontram-se as pessoas com deficiência. Nesse sentido, os desenhos animados do cinema estão cada vez mais sugerindo “a formação de novos modos de compreender o mundo” (Boynard, 2002, p. 283).

Nesse sentido, os desenhos animados de cinema podem nos chamar a atenção para “a mídia e as imagens que ela coloca em circulação como uma forma de aprendizagem” (Schmidt, 2001, p. 62) que, inclusive, pode ser estereotipada, pejorativa, depreciativa ou, como defendemos, inclusiva. Não é difícil supor que a compreensão que as crianças apreenderam/desenvolveram acerca do próprio corpo também seja estereotipada, “uma vez que os estereótipos se formam frequentemente a partir de uma mistura distorcida de impressões inadequadas sobre os outros, percepções incompletas ou defeituosas, grandes generalizações que ignoram diferenças internas” (Baptista, 1996, p. 5).

Concordamos com Baptista (1996, p. 9), quando afirma que os desenhos animados “permitem processar rapidamente a informação social e, tal como qualquer outra representação social, transformar as avaliações em descrições e as descrições em explicações” através da linguagem, a qual “transporta os estereótipos, influenciando decisivamente os processos de comunicação entre indivíduos e entre grupos”.

A Imagem Corporal da Pessoa com Deficiência

Considerando a mutabilidade e a multiplicidade da(s) identidade(s) e, conseqüentemente, da Imagem Corporal que cada um constrói em meio à diversidade humana, entronizo a discussão da Deficiência, já que é sobre a imagem corporal de pessoas com deficiência que este estudo versa.

Vygotsky (2001) destaca a existência das deficiências primária e secundária. A primária refere-se às limitações de ordem biológica, como as lesões no cérebro, má formação orgânica e alterações cromossômicas. Já a deficiência secundária consiste nas conseqüências

psicossociais da deficiência, pois resulta da forma como os indivíduos reagem sobre a deficiência primária, sejam essas reações próprias das pessoas que possuem a deficiência, sejam das demais que convivem com ela. Foi justamente o interesse pelo entendimento dessa concepção da deficiência e da pessoa com deficiência que me fez voltar no tempo, para verificar como se deu o seu processo de inclusão social, o qual certamente repercutiu sobre o desenvolvimento de sua imagem corporal.

Convém esclarecer que concebo neste estudo a inclusão social como um movimento surgido na década de 1980, que ganhou fôlego na década seguinte, mas, somente se tornou mundial no início do Século XXI, com objetivos que visam a uma sociedade igualitária permeada por princípios inclusivistas, ou seja, uma sociedade para todos, que acolhe a diversidade, luta pelos direitos de todos e respeita as diferenças, conforme aponta Sasaki (1997, p. 16): “celebração das diferenças, direito de pertencer, valorização da diversidade humana, solidariedade humanitária, igual importância das minorias, cidadania com qualidade de vida”.

Para tanto, torna-se imprescindível que se conheçam bem os conceitos inclusivistas de autonomia, independência e empoderamento, segundo os quais a pessoa com deficiência é capaz de tomar as próprias decisões, sendo senhora da própria vida e fazendo as próprias escolhas. Da mesma forma, é mister que se participe ativamente da “construção de uma sociedade que seja realmente para todas as pessoas, independentemente de sua cor, idade, gênero, tipo de necessidade especial e qualquer outro atributo pessoal” (Sasaki, 1997, p. 26). Uma sociedade que equipare as oportunidades para todos, de modo que realmente todos “possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e

ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos” (Sasaki, 1997, p. 39).

Contudo, cabe ressaltar que “na sociedade inclusiva ninguém é bonzinho. Ao contrário. Somos apenas cidadãos responsáveis pela qualidade de vida do nosso semelhante, por mais diferente que ele seja ou nos pareça ser. Inclusão é, primordialmente, uma questão de ética” (Werneck, 1997, p. 21).

Poderia parecer, hodiernamente, que esta é uma luta pelo óbvio, lutar por uma sociedade para todos, pelo que somos. Mas não é, principalmente quando se analisa historicamente a inserção social da pessoa com deficiência, a qual é demarcada fortemente pelo seu oposto direto: a exclusão.

Silva (2015) corrobora, destacando que desde as civilizações antigas as pessoas com deficiência eram discriminadas e estigmatizadas, sendo reconhecidas como pessoas degeneradas e repulsivas, causadoras de grandes transtornos sociais e, por isso mesmo, deveriam ser abolidas das comunidades a que pertenciam. Foi a partir da Renascença (Séculos XVII e XVIII), com toda a sua influência e inovação artística, tecnológica e científica, que essa representação social de natureza religiosa europeia cedeu lugar à ciência.

No entanto, segundo Silva (2015, p. 23), somente após o término da “Segunda Guerra Mundial começaram a surgir pesquisas no contexto da reabilitação de pessoas com deficiência”, as quais objetivavam descobrir meios “de prevenção de distúrbios secundários” e a “reabilitação social, física e psíquica” da pessoa com deficiência, por conta da grande quantidade de mutilados de guerra. Os meios de reinserção social, dentre os quais destacam-se os esportes, motivaram

o surgimento das primeiras escolas especiais, as quais eram voltadas para as necessidades de cada tipo de deficiência.

Devido a esse modelo médico da deficiência, a sociedade não sentia a necessidade de se ajustar para incluir as pessoas com deficiência, até porque não compreendia que elas mesmas poderiam buscar seu desenvolvimento, ou não as concebia como autônomas e independentes. Ao contrário, eram as pessoas com deficiência que deveriam “melhorar” para que se tornassem compatíveis aos padrões que a sociedade considerava aceitáveis.

Sassaki (1997, p. 152) afirma que as pessoas com deficiência sempre eram tratadas indevidamente pelas instituições e pela mídia, pois as representavam socialmente com “uma imagem de coitadinho, triste, inútil, assexuado, abandonado por Deus, trágico, doente etc.” Portanto, não é recente a redução da deficiência ao contexto da “doença, peso ou problema, transformando as pessoas em incapazes” (Diniz, 2015, p. 29), tendo essa representação social de estigma.

Assim, a própria “diferença é transformada em estigma” (Le Breton, 2017, p. 72), independentemente de essa diferença ser decorrente da presença de alguma deficiência ou não. Andrade (2022, p. 49) esclarece que “a diferença comumente tem sido concebida de forma negativa pela sociedade, através da exclusão ou marginalização das pessoas que são definidas como outras, justamente por serem diferentes e não se enquadrarem em nenhum tipo ou forma de padrão”.

E, mais especificamente, quando a sociedade reconhece a deficiência como estigma, compreende conseqüentemente que as pessoas estigmatizadas são “corpos que estão fora dos ‘padrões da normalidade’ (física, fisiológica, comportamental e social), e que necessitam

de superação e compreensão dos ditos ‘normais’ para serem aceitas” (Duarte & Lima, 2003, p. 95). É como se “ em sua essência o homem fosse um ser ‘deficiente’ ao invés de ‘ter’ uma deficiência” (Le Breton, 2017, pp. 73-74). A própria representação social de normalidade já é uma forma velada de discriminação, porque o que é “normal” existe para ser diferente do “anormal”.

Não raras vezes, essa representação social acaba sendo incorporada, internalizada pelas próprias pessoas com deficiência de tanto a ouvirem, sentirem e experienciarem, e, conseqüentemente, muitas “têm-se identificado mais enquanto ‘deficientes’ do que enquanto homens” (Carmo, 1991, p. 101). Assim, é comum no Brasil representar socialmente a deficiência como falta de eficiência, ou seja, a pessoa com deficiência seria aquela que apresentasse alguma “incapacidade para realizar gestos, atividades ou comportamentos considerados ‘normais’ para a maioria dos indivíduos” (Carmo, 1991, p. 89).

Foi justamente pela superação dessa representação social que, no Brasil, em 2008, publicou-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), documento resultante dos movimentos mundiais pró-inclusão, e que culminou com a publicação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (*Lei Nº 13.146/2015*), em 2015.

A “Inclusão é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais” (Ribeiro, 2001, p. 34) e vice-versa. Essa perspectiva se pauta no modelo social da deficiência, e preconiza que as pessoas com deficiência, “ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos” (Sassaki, 1997, p. 39). Portanto, para que

todas as pessoas sejam incluídas, tenham elas alguma deficiência ou não, é mister que a sociedade se modifique e compreenda “que é ela que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros” (Sasaki, 1997, p. 39).

Resultados e Discussão

Conforme mencionamos na Introdução, procedemos a um levantamento, por meio do qual identificamos e mapeamos os filmes de animação exibidos em salas de cinema brasileiras entre os anos 2000 e 2024, a fim de localizarmos personagens que tivessem algum tipo de deficiência. Esse levantamento foi realizado num intervalo de vinte e cinco dias, durante o mês de julho de 2025.

Inicialmente, decidimos que o levantamento deveria ser feito em *sites* e *blogs* de amplo acesso popular sobre cinema disponíveis no *Google*, e entre as opções disponíveis, elegemos o “AdoroCinema” (<https://www.adorocinema.com/>), por oferecer dados sobre os filmes exibidos ano a ano, tais como: *trailer*, ficha técnica (duração, direção, elenco e classificação), sinopse e avaliações (de diferentes grupos) de cada filme.

Como resultados, encontramos, de 2000 a 2024, um total de 228 (duzentos e vinte e oito) filmes de animação (exibidos em salas de cinema, *internet*, TV e *streaming*), dos quais, 133 (cento e trinta e três) já assistimos. Após aplicar critérios de inclusão e exclusão, tais como: apenas filmes exibidos em cinema a que já tivéssemos assistido; que não tenham se originado de desenhos animados de TV, de HQ, de livros ou de outros filmes já exibidos em cinema (reedições, *remakes*); animação de massinha de modelar e/ou que não tenham falas, chegamos

a 124 (cento e vinte e quatro) filmes, entre os quais identificamos 24 (vinte e quatro) obras que incluem pelo menos uma personagem com algum tipo de deficiência, os quais se encontram na Figura 1, abaixo.

Figura 1

Obras com Personagens com Deficiência

ANO	TÍTULO E PRODUTORA	PERSONAGENS E TIPOS DE DEFICIÊNCIA
2001	SHREK - DREAMWORKS	Três Ratos - deficiência visual Lord Farquaad - nanismo
2003	PROCURANDO NEMO - DISNEY / PIXAR	Dory - amnésia anterógrada Gill - membro mutilado Nemo - membro raquítico Deb - delírios
2004	SHREK 2 - DREAMWORKS	Três Ratos - deficiência visual
2007	RATATOUILLE - DISNEY / PIXAR	Cheff Skinner - nanismo
2007	SHREK TERCEIRO - DREAMWORKS	Três Ratos - deficiência visual
2007	ALVIN E OS ESQUILOS - 20th CENTURY STUDIOS	Simon - baixa visão
2009	A ERA DO GELO 3 - 20th CENTURY STUDIOS	Buck - visão monocular
2009	ALVIN E OS ESQUILOS 2 - 20th CENTURY STUDIOS	Simon e Jeanette - baixa visão
2010	COMO TREINAR SEU DRAGÃO - DREAMWORKS	Fúria da noite/Banguela e Bocão - deficiência física por amputação
2010	ENROLADOS - DISNEY	Hook Hand - deficiência física por amputação
2010	SHREK PARA SEMPRE - DREAMWORKS	Três Ratos - deficiência visual
2011	ALVIN E OS ESQUILOS 3 - 20th CENTURY STUDIOS	Simon e Jeanette - baixa visão
2012	DETONA RALPH - DISNEY	Vanellope - “Falha de sistema”
2014	COMO TREINAR SEU DRAGÃO 2 - DREAMWORKS	Fúria da noite/Banguela, Bocão e Solução - deficiência física por amputação

2015	ALVIN E OS ESQUILOS NA ESTRADA - 20th CENTURY STUDIOS	Simon e Jeanette - baixa visão
2016	PETS - A VIDA SECRETA DOS BICHOS - UNIVERSAL PICTURES	Pops - deficiência física (cadeirante)
2016	PROCURANDO DORY - DISNEY / PIXAR	Dory - amnésia anterógrada Nemo - membro raquítico
2016	A ERA DO GELO: O BIG BANG - 20th CENTURY STUDIOS	Buck - visão monocular
2017	VIVA - A VIDA É UMA FESTA - DISNEY / PIXAR	Mamá Coco - cadeirante, Alzheimer
2017	CARROS 3 - DISNEY / PIXAR	Mc Queen - deficiência física por acidente automobilístico
2017	EMOJI - FILME - SONY PICTURES ANIMATION	Gene Meh - “Falha de sistema”
2019	KLAUS - SERGIO PABLOS ANIMATION STUDIOS	Olaf Krum - mudez
2019	COMO TREINAR SEU DRAGÃO 3 - DREAMWORKS	Fúria da noite/Banguela, Bocão e Solução - deficiência física por amputação
2019	PETS - A VIDA SECRETA DOS BICHOS 2 - UNIVERSAL PICTURES	Pops - deficiência física (cadeirante)

A partir dos dados da Figura, podemos afirmar que, de um total de 25 (vinte e cinco) anos, em 18 (dezoito) tivemos filmes de animação exibidos em salas de cinema brasileiras com alguma personagem com deficiência, ou seja, 72%, o que parece um percentual considerável, apesar disso não significar que essas personagens tenham destaque nas tramas. No entanto, se considerarmos que nosso universo se constituiu de 124 (cento e vinte e quatro) produções e, dessas, apenas 24 (vinte e quatro) configuram nossa amostra, ou seja, 19,36%, notamos que os números apontam para um percentual baixo de abordagem da deficiência nos filmes de animação.

Em relação à frequência anual, os anos de 2007, 2010, 2016, 2017 e 2019 tiveram 3 (três) produções cada; o ano de 2009 exibiu 2 (dois) filmes de animação contendo personagens com deficiência e os demais anos tiveram uma produção cada. No que se refere às Produtoras, a 20th Century Studios possui 6 (seis) filmes de animação que incluem personagens com deficiência; a DreamWorks e a Disney, em parceria com a Pixar ou não, possuem 7 (sete) películas cada; a Universal Pictures possui 2 (duas) obras; a Sony Pictures Animation e a Sergio Pablos Animation Studios, um filme cada.

Algumas produções tiveram sequência e, portanto, o “Shrek” e “Alvin e os Esquilos” (com quatro filmes cada); “Como Treinar seu Dragão” (com três filmes); “Pets: a Vida Secreta dos Bichos”, “A Era do Gelo” e “Procurando Nemo/Dory” (com dois filmes cada), mantiveram personagens com deficiência em todas as películas, ainda que com graus de destaque diferentes entre si. Assim sendo, por exemplo, os Três Ratos Cegos que aparecem várias vezes no primeiro filme do Shrek, inclusive com falas, vão diminuindo sua participação na sequência, ficando quase esquecidos na última produção.

Já em “Como Treinar seu Dragão”, a deficiência do “Fúria da Noite/Banguela” é o mote da aproximação e da relação de confiança que se estabelece entre o dragão e o “Solução”, no primeiro filme. E seu destaque se evidencia com mais força ainda quando, ao final, o próprio “Solução” tem parte de seu membro inferior amputado, passando a ter também uma deficiência física, o que na comunidade parece não ser tão incomum de acontecer, já que “Bocão” também já tinha vivenciado a mesma experiência. Inclusive, merece ressalva a forma como “Solução” percebe que adquiriu a deficiência: com uma leveza e quase naturalidade,

compreendendo que aquela era sua nova forma de ser e estar no mundo, mas que não o impedia de continuar sua rotina de aventuras ao lado do seu dragão, com o qual passara a ter mais um elo, o da semelhança - em vez da diferença que a deficiência do animal demarcava.

No que se refere à imagem corporal das personagens com deficiência, aquelas que geralmente causam mais impactos são as deficiências adquiridas, como foi o caso de “Solução” e “Bocão”, pois passam a se enxergar de outra forma, literalmente incorporando a si e em si outros elementos, como próteses e bengalas, pressupondo uma vida pregressa da qual nada disso fazia parte. Nesse mesmo sentido, temos as seguintes personagens: “Simon” e “Jeanete”, de “Alvin e os Esquilos”, com seus óculos de grau; “Pops”, de “Pets” e “Mamá Coco”, de “Viva: a Vida é uma Festa”, com suas cadeiras de rodas, sem cujos elementos essas personagens têm sua qualidade de vida prejudicada. O que não ocorre com “Buck”, de “A era do gelo”, pois seu tapa olho ou tampão não é condição para sua mobilidade ou acuidade visual. Trata-se de um benefício de outra natureza, mas também muito relevante: a estética.

E já que estamos falando sobre o “Buck”, cumpre-nos destacar que sua visão monocular se trata de uma deficiência adquirida e que, como tal, impacta seu processo de construção da imagem corporal. Diferentemente do “Mike Wazowski”, do filme “Monstros S. A.”, que não foi incluído na seleção filmica que fizemos porque, no seu caso, não se trata nem mesmo de uma deficiência congênita. A visão monocular do monstquinho verde decorre de sua forma natural corpórea.

Outro tipo de deficiência que impacta a construção da imagem corporal das personagens listadas é o nanismo, condição do “Lord Farquaad”, do filme “Shrek” e do “Cheff Skinner”, de “Ratatouille”.

Nas duas películas, o nanismo é representado de maneira pejorativa e preconceituosa. Apesar do “Lord Farquaad” ser o vilão da primeira história do ogro mais famoso do planeta, sua condição física é motivo de chacotas e sorrisos de “Shrek” e “Burro”, demonstrando não se intimidarem diante de seus poderes políticos. Também a “Fiona” demonstra ridicularizar a deficiência do então noivo, ao empurrar para baixo o boneco do bolo de casamento, revelando a diferença de estatura entre os dois. Já em “Ratatouille”, o nanismo do “Cheff Skinner” parece ser uma contraposição a sua inteligência, dificultando suas ações e lhe dando um ar atrapalhado, mesmo quando também está praticando suas vilanias.

Também o “Nemo”, possui uma nadadeira desproporcional, que ele diz ser a justificativa para sua dificuldade de locomoção eficiente, denotando insatisfação com sua imagem corporal. No entanto, é “Gill”, seu colega de aquário, no mesmo filme, que lhe repreende e mostra que a deficiência não o incapacita de fazer o que precisa ou quer fazer, mostrando sua nadadeira mutilada, fazendo o pequeno peixe-palhaço se aceitar como é e buscar suas potencialidades.

No que tange a se aceitar como é, apesar das diferenças que marcam sua existência, precisamos falar de “Vanellope”, do filme “Detona Ralph” e de “Gene Meh”, de “Emoji - o Filme”. Essas personagens possuem falhas em seus sistemas - que poderiam ser paráfrases de deficiências - que lhes incomodam fortemente, por se sentirem diferentes e não pertencentes a sua comunidade. No entanto, percebem, com o tempo, que são justamente essas diferenças que as tornam especiais, e capazes de grandes feitos, alavancando um processo de reconstrução da imagem corporal, permeado pela autoaceitação.

Considerações Finais

O cinema de animação no Século XXI ganhou grande projeção, exibindo filmes que são sucessos de crítica e de público de todas as idades. Entre suas muitas, queridas e divertidas personagens, reconhecemos a existência daquelas que possuem algum tipo de deficiência, que impacta diretamente sua imagem corporal em processo contínuo de construção - desconstrução - reconstrução. A deficiência, marcador da diferença, muitas vezes é tratada nessas obras midiáticas de maneira pejorativa ou caricata, sendo mobilizadora de piadas e discriminações que em nada ajudam a construir uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. Outras vezes, aparece nos filmes de animação de forma menos expressiva, quase despercebida. Mas também há produções que tematizam a deficiência como condição de ser e estar no mundo, evidenciando as potencialidades de suas personagens, sem discursos capacitistas, estigmatizantes ou atrelados à vitimização e ao sofrimento.

Mesmo assim, o que temos é pouco. Os números mostram que a temática da imagem corporal de pessoas com deficiência precisa ser mais explorada por essas obras tão importantes e de tamanho alcance, pois a identificação com essas personagens pode ajudar a muitas pessoas a se aceitarem e a romperem barreiras que tentam impedi-las de serem quem realmente são, com o corpo que têm.

Referências

- Andrade, C. B. (2022). *O meu corpo sou eu? Narrativas de cadeirantes sobre a construção da imagem corporal*. UEFS Editora.
- Andrade, C. B., Mattos, I. G., Souza, S. A. N., & Novaes, A. L. (2023). O empoderamento feminino nos desenhos animados de cinema

do Século XXI. *Revista inCORPOrAÇÃO*, 1(2), 39-68. <https://periodicos.uefs.br/index.php/incorporacao/article/view/10127/8572>.

Baptista, M. M. (1996). *Estereotipia e Representação Social - uma abordagem psico-sociológica*. https://mariamanuelbaptista.com/pdf/06_EstereotipiaeRepresentacaoSocial.pdf

Boynard, A. L. S. (2002). *Desenho animado e formação moral: influências sobre crianças dos 4 aos 8 anos de idade* [Trabalho apresentado]. Atas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO, (IV).

Carmo, A. A. (1991). *Deficiência Física: a sociedade cria, “recupera” e discrimina*. Secretaria dos Desportos/ PR.

Desenhos Animados. (2018). *A história dos desenhos animados*. <https://desenhosanimado5.wordpress.com/a-historia-do-desenho-animado>

Diniz, A. A. R. (2015). *A influência da atividade física adaptada na imagem corporal da pessoa amputada: um estudo de caso* [TCC, Universidade Federal da Paraíba].

Duarte, E. & Lima, S. M. T. (2003). *Atividade física para pessoas com necessidades especiais: experiências e inovações pedagógicas*. Guanabara Koogan.

Fusari, M. F. R. (1985). *O Educador e o Desenho Animando que a Criança vê na Televisão*. Loyola.

Gil, A. Carlos. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.

Le Breton, D. (2017). *A sociologia do corpo*. Vozes.

Lei nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Presidência da República do Brasil.

Miranda, C. A. (1971). *Cinema de Animação: arte nova/arte livre.* Vozes.

Ribeiro, S. M. (2001). Inclusão e esporte: um caminho a percorrer. Em Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada (Org.), *Temas em Educação Física Adaptada.* SOBAMA.

Sassaki, R. K. (1997). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos.* Nova.

Schmidt, S. (2001). De olho na mídia. Em A. Veiga-Neto, & S. Schmidt (Orgs.), *A educação em tempos de globalização.* DP&A.

Silva, O. O. N. (2015). *Inclusão nas aulas de Educação Física.* Novas Edições Acadêmicas.

Vygotsky, L. S. (2001). *Psicologia pedagógica.* Martins Fontes.

Werneck, C. (1997). *Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.* Editora W. V. A.

INTERSECCIONALIDADE E INCLUSÃO: POR UMA LEITURA COMUNICACIONAL DA LUTA DE PESSOAS NEGRAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Kahena Quintaneiro Bizzotto¹

Pensar a comunicação a partir dos atravessamentos de raça, deficiência e classe é uma possibilidade para a compreensão das formas contemporâneas de visibilidade e resistência em sociedades marcadas por desigualdades estruturais. No contexto brasileiro, historicamente atravessado pelo colonialismo, pelo racismo e pelo epistemicídio, corpos negros com deficiência ocupam uma zona de abjeção social segundo Mello (2016), sendo muitas vezes excluídos das narrativas midiáticas e dos campos de reconhecimento público. Este artigo propõe um exercício teórico de articulação entre os estudos críticos da comunicação

-
1. Assistente Social. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Universidade Estadual Paulista (UNESP). Bolsista Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. k.bizzotto@unesp.br

latino-americana, os estudos sobre deficiência e a interseccionalidade como chave analítica para repensar a presença e a invisibilidade de pessoas negras com deficiência no espaço público e midiaticado.

A interseccionalidade, conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989), parte da compreensão de que as experiências sociais não podem ser reduzidas a uma única dimensão de opressão, mas resultam da sobreposição de marcadores sociais como gênero, raça, deficiência, classe e sexualidade. Em sociedades como a brasileira, essa sobreposição ganha contornos ainda mais complexos diante do legado escravocrata e das políticas de embranquecimento que negaram sistematicamente a humanidade de pessoas negras e indígenas. A deficiência, nesse contexto, não é apenas uma condição biomédica, mas um marcador de exclusão que se articula com os dispositivos de racialização.

Ao deslocar a compreensão da deficiência do campo médico para o campo social (Diniz, 2007), ganha força a noção de que a experiência da deficiência não se restringe a limitações corporais individuais, mas é resultado da interação entre impedimentos e barreiras sociais e simbólicas. Assim como o racismo produz corpos excluídos do ideal de humanidade, o capacitismo estrutura a sociedade a partir de um padrão normativo de funcionalidade. A convergência entre esses sistemas de opressão incide com força sobre pessoas negras com deficiência, cuja existência é frequentemente invisibilizada.

Nesse sentido, é fundamental o aporte das teorias da comunicação latino-americanas, especialmente a obra de Jesús Martín-Barbero (1997), que propõe o conceito de mediações como ferramenta para compreender os processos culturais e simbólicos envolvidos na construção das identidades sociais. A comunicação, mais do que a simples

transmissão de mensagens, é compreendida como campo de disputa de sentidos, onde se negociam pertencimentos, narrativas e visibilidades. A proposta barberiana de deslocar o foco dos meios para os processos culturais permite entender como pessoas negras com deficiência ressignificam suas experiências nas margens do sistema midiático dominante.

Esse enfoque é especialmente potente quando articulado com a noção de *comunicação popular* de Villamayor C. (2016), que compreende a comunicação como prática política de grupos subalternizados, e não apenas como ferramenta técnica. Através dessa lente, é possível enxergar os modos como sujeitos historicamente excluídos, como as pessoas negras com deficiência, produzem saberes, narrativas e estratégias contra-hegemônicas em espaços de resistência - sejam eles territoriais, culturais ou digitais.

A midiatização, enquanto processo de reorganização da vida social em função da lógica dos meios, intensifica as contradições desses processos. Por um lado, plataformas digitais têm possibilitado maior visibilidade para grupos antes silenciados; por outro, a lógica algorítmica e mercadológica das redes sociais tende a invisibilizar experiências que não se adequam ao ideal de consumo e normatividade. Nesse contexto, os movimentos sociais, como “Vidas Negras com Deficiência Importam²”, tornam-se espaços fundamentais de produção de sentido, disputa política e afirmação das identidades.

2. O movimento *Vidas Negras com Deficiência Importam* foi criado em 2020, no Brasil, com o objetivo de visibilizar as experiências e reivindicações de pessoas negras com deficiência. Atua por meio de campanhas, incidência política e produção de conteúdo digital voltados à promoção dos direitos humanos e à interseccionalidade entre raça, gênero e deficiência. O coletivo mantém atuação nacional, com base em ações articuladas em redes sociais e parcerias com instituições públicas e organizações da sociedade civil (<https://vidasnegrascomdeficiencia.org/>)

Ao articular interseccionalidade, estudos de deficiência e mediações culturais, este artigo propõe pensar a comunicação como um lugar de disputa simbólica onde corpos historicamente excluídos constroem novos sentidos para a experiência social. A deficiência, quando compreendida como construção social e política, deixa de ser um problema individual para se tornar uma questão coletiva (Diniz, 2007), a partir da comunicação e atravessada por dinâmicas de classe, raça e gênero. A proposta desse artigo é o aprofundamento desses campos teóricos como forma de construção de um pensamento no campo da comunicação acerca de um movimento social tão pouco registrado nas academias brasileiras.

Raça e a construção racial no Brasil - o que tem sido comunicado?

Chimamanda Ngozi, em seu livro e discurso intitulado: “O Perigo de uma História Única” inicia se questionando sobre o fato de ter sido uma criança negra africana que escrevia histórias sobre a neve, sem mesmo nunca a tendo visto. A autora utiliza dessa história para discorrer sobre a história que tem sido reproduzida por muitos anos sobre o continente africano, uma história que muitas vezes não é contada por aqueles que a vivem, mas sim por quem tentou e tenta dominar essa população por muitos anos. Falamos aqui sobre o processo de colonização e construção das racial no Brasil, à luz das informações trazidas por Ngozi ao também se questionar e afirmar sobre o perigo da uma história única sobre o processo de colonização europeia. A autora, ilustra de maneira eloquente como a narrativa dominante sobre certos povos e culturas muitas vezes é contada por aqueles que têm o poder de moldar e controlar a percepção pública, ao invés de pelos próprios protagonistas da história.

A divisão racial em nossa sociedade é um problema que por muitos anos foi naturalizado, a desinformação e criação de teorias evolucionistas e pautadas no Darwinismo Social e teorias supremacistas, alegavam que a cor da pele poderia se relacionar com a capacidade de desenvolvimento social, classificando e hierarquizando pessoas, justificando processos de exploração e violência. Se formos partir da Teoria da Informação, essa mensagem foi muito bem comunicada, os meios pelos quais a ideia de que pessoas com a pele negra eram inferiores se perpetua até os dias atuais, sendo reproduzidas em falas, imagens e jornais a ponto de impactar e fazer parte dos processos culturais da sociedade brasileira. Alguns autores que se ocuparam em desvendar sobre o processo de construção racial brasileira e compreender quais foram os ruídos ou intenções relacionadas a esse processo de epistemicídio que ocorreu com a população negra, descendente de África, podendo explicar e compreender sobre o racismo brasileiro.

Há, em uma sociedade multirracial como a brasileira, um processo de rejeição étnica e social convenientemente criado pelo processo de colonização, como aponta Clóvis Moura (1994). Atendo-nos ao passado colonial brasileiro, podemos observar que diversas etnias compõem essa estrutura e que houve uma hierarquização das etnias a partir do sistema de poder colonial que estrategicamente instaurou elementos de controle social e repressão justificados em uma ideologia de superioridade que refletem na forma com que nos relacionamos nos dias de hoje e na formação das raças.

No Brasil possuímos uma particularidade que opera a partir da cor dentro de uma ideologia racial. O racismo institucional, chamado também de sistêmico, atua na sociedade brasileira como um mecanismo

da estrutura racista, enquanto desdobramento do racismo estrutural, que vai garantir a exclusão, a dificuldade ao acesso, e até mesmo contribuir para o apagamento de uma população. Apresenta-se de forma anônima devido a sua institucionalização e perpassa fatores das relações sociais, não é condicionado apenas ao indivíduo, mas sim a forma pela qual a instituição se estrutura (Eurico, 2011).

A reprodução do racismo por muitas vezes se desenvolve nas pequenas ações, que nem sempre são percebidas no momento, mas estão ali. O racismo é: “uma ideologia de dominação do imperialismo em escala planetária e de dominação de classes em cada país particular” (Moura, 1994, p. 30).

Ao pensarmos quanto à formação racial e social brasileira, alguns autores como Quijano (2005) e Baldwin (1984) defendem que podemos perceber que há uma estratégia de dominação e de conquista de um povo sobre outros. A modernidade/colonialidade ao criar a ideia das raças, e se incluir despretensiosamente nela, se pautou em uma identidade colonial que reforça uma perspectiva eurocêntrica de entendimento do mundo, a **raça** enquanto central no processo das relações coloniais de dominação entre colonizadores e colonizados, europeus e não europeus.

O conceito raça pode ser definido como:

um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. (...) tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe

reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite. (Guimarães, 1999, p. 11)

Em concordância com Almeida (2019), consideramos aqui a raça enquanto um elemento que é em sua essência político já que é utilizado como legitimador da segregação e do genocídio de grupos étnicos específicos - a população negra.

Vale-se dizer que o sistema capitalista se pautou e se fortaleceu através desse sistema de dominação, impondo uma divisão racial do trabalho e da vida social (Quijano, 2005). Há, ainda hoje bem delimitados, os locais de acesso a determinados âmbitos da sociedade que foram demarcados social e racialmente, e, assim, Carneiro (2005) vai nos dizer que em uma sociedade multirracial como a que vivemos é importante partir do pressuposto que a raça é determinante para a compreensão de sua estrutura.

A análise de Ngozi sobre o perigo de uma história única é pertinente ao considerar como a mídia e outros canais de comunicação contribuem para a formação e perpetuação dessas narrativas dominantes. A mídia, como um canal central de comunicação, tem a capacidade de amplificar certas histórias e silenciar outras. No Brasil, a forma como a história e a cultura dos povos negros e das pessoas com deficiência são retratadas na mídia pode reforçar ou desafiar a narrativa dominante. Quando a mídia é controlada por elites ou por perspectivas limitadas, as histórias desses grupos podem ser omitidas ou distorcidas, perpetuando uma visão incompleta e muitas vezes prejudicial da realidade.

Uma proposta de solução para evitar os perigos de uma história única, como sugerido por Ngozi, é promover a inclusão e a diversidade

de narrativas. Isso implica em garantir que as vozes dos grupos marginalizados sejam ouvidas e que suas histórias sejam contadas a partir de suas próprias perspectivas. No Brasil, isso significa reconhecer e valorizar a história e a experiência das pessoas negras com deficiência, e assegurar que suas contribuições e realidades sejam representadas de forma justa e abrangente.

A partir destas referências teóricas e sociais sobre a construção racial brasileira, nos deparamos com a teoria da mediação, que explica que vivemos em uma mudança na sociedade na forma de se comunicar, o que reflete em nossas relações e possibilita uma mudança social. A teoria da mediação permite-nos relacionar essas diversas esferas sociais com o processo de comunicação, pois apesar de desejar que a informação seja passada, o sentido e os significados sobre essas informações precisam ser analisados, pois comunicam e representam algo.

Raça, deficiência à luz da teoria de mediação - uma articulação possível

E as pessoas com deficiência? Como se conecta com a história da construção racial brasileira? Diniz et al. (2010) afirmam que nem todo corpo com impedimentos corporais vivenciam discriminação, sofrem opressões ou desigualdades devido à deficiência, mas sim ao fato de dependência entre o corpo com impedimentos e o grau de acessibilidade.

Entende-se que raça e deficiência são demarcadores sociais de desigualdade, ao passo que a construção de ambos os conceitos são processos sociológicos que podem ser aproximados. O corpo com impedimentos e a raça como expressões da diversidade humana, que em nosso mundo colonizado/capitalista são impelidos de realização

humana, pela construção histórica da branquitude, do corpo apto ao trabalho onde a diversidade humana é posta à inferiorização estética, biológica e cultural perpassa todos os corpos que fogem da norma.

A partir do momento em que se sai da lógica reducionista de entendimento da deficiência, e se passa a pensá-la como uma das formas de estar no mundo e de se vivenciar o corpo, há uma possibilidade de deslocar a deficiência para a vida pública, retirando-a do espaço privado e familiar (Diniz et al., 2010). Politicamente falando, há a necessidade de reafirmar e dar um **significado positivo** às características que marginalizam socialmente os corpos, para conquistar direitos e a equidade.

O modelo social

buscou descrever o corpo com impedimentos como uma expressão da diversidade humana a ser protegida e valorizada. Assim como raça, sexo, orientação sexual e idade, deficiência passou a ser também um demarcador corporal de desigualdade, opressão e discriminação, resultando em situações que devem ser combatidas e eliminadas em contextos de promoção da justiça social. (Santos, 2010, p.117)

Góes (2015) ao discorrer sobre o movimento eugenista enquanto uma reação conservadora e explicar o conceito de raça como qualificadora das pessoas, assim como era feito com animais, explicita que a raça era a conservação de toda uma linhagem. Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista esse conceito foi ampliado para identificações de características públicas, visíveis.

No Iluminismo a divisão das pessoas se aprofundou e a classificação biológica acabou criando ainda mais hierarquias, filosoficamente a razão era o centro, logo, o homem era o centro, porém quem era considerado enquanto homem era apenas um grupo dominante - branco, que

era e é até os dias de hoje reconhecido enquanto um grupo civilizado e civilizador. Este, por sua vez, considerado como detentor do saber, da ciência, da saúde. Difunde-se o conceito de centralidade desse falso homem branco sem deficiência justificado inicialmente em ideologias darwinistas, malthusianas que levavam ao culto ao arianismo, explica Góes (2015).

O autor explica ainda que a palavra eugenia foi criada para definir os “bem nascidos” pautados na crença de que as características e os comportamentos são puramente genéticos, assim como as qualidades mentais, emocionais, criativas Góes (2015). Essa ideologia servia fortemente para impedir a multiplicação da população negra, de pessoas com deficiência, pessoas pobres, consideradas com desvios morais ou sociais, como uma falsa e racista tentativa de limpeza social.

Grosfoguel ao escrever sobre a estrutura epistêmica do mundo moderno explica sobre as definições dos privilégios que são possíveis nesse mundo hierárquico apenas a partir da construção de sujeitos coloniais que praticam o genocídio e o epistemicídio. Tem como tese: “que a condição de possibilidade para o cartesianismo idolátrico dos anos 1640 que assume o olho de Deus e arroga-se o direito de dizer ‘penso, logo existo’ é o ‘extermino, logo existo’” (Grosfoguel, 2016, p. 25).

É também a partir do referencial eugenista e colonial que se aprofundam o capacitismo e o racismo na América Latina. Fanon, 2008 argumenta nesse sentido que, em um mundo branco e definido a partir do ser branco colonizador, o negro encontra dificuldades em seu reconhecimento e reafirmação enquanto negro. Afinal, o mundo foi redefinido a partir de outro referencial desconhecido ao negro. O autor

argumenta também que o conhecimento do corpo negro passa a ser uma atividade unicamente de negação.

Faustino, enquanto especialista nos escritos de Fanon, ao discutir quanto à relação entre Sartre e Fanon afirma que:

a sacralização do branco só é possível mediante a transferência simbólica - e muitas vezes econômicas - de suas contradições, limites e violências para outrem, o lado negro, que nunca serão reconhecidos como humanos: o negro, árabe, favelado, traficante..., o outro. A noção ocidental de humano depende da negação sistemática de humanidade dentro e fora da Europa. (Faustino, 2015, p. 88)

Clóvis Moura (1983) explica essa ideia quando diz que o branco é o “modelo superior a ser alcançado” e afirma ainda que há uma tentativa de esvaziamento do Ser negro a partir de uma inferiorização biológica, estética e cultural. “Esta política fenotípica procurou e procura fazer com que os componentes de grupos específicos negros fujam das suas origens, procurando assimilar a escala de valores e padrões brancos” (Moura, 1983, p. 126).

Ao retomarmos o movimento de eugenia no Brasil, que está ligado à saúde e foi uma tentativa de higienização populacional, podemos refletir sobre o fator de classificação de hierarquização dos corpos e chegar à conclusão de que o ser ideal corporal a ser alcançado sempre foi o branco sem deficiência. A população negra brasileira e pessoas com deficiência enquanto movimentos sociais e de identidade estão e estiveram desde o nascimento do Brasil enquanto nação lutando para sobreviver e ter direitos a uma vida digna.

A teoria da midiaticização amplia nossa compreensão ao demonstrar como as mudanças nas formas de comunicação influenciam a

maneira como as identidades raciais são construídas e representadas. A midiaticização revela que a forma como as informações sobre raça são comunicadas e representadas na mídia não é neutra; ela é moldada por processos socioculturais e políticos que refletem e perpetuam relações de poder.

Em seu trabalho “Comunicação sem anestesia”, Barros (2017) explora como a comunicação é muitas vezes utilizada para construir e manter narrativas dominantes. No contexto da construção racial no Brasil, isso se manifesta na forma como a mídia apresenta questões relacionadas à identidade negra e à história afro-brasileira. As representações midiáticas tendem a refletir e reforçar estereótipos existentes, ao invés de promover uma compreensão mais complexa e inclusiva da diversidade racial. Assim, a midiaticização demonstra como os canais de comunicação não são apenas meios de transmissão de informação, mas arenas de disputa e construção de significados culturais e sociais.

O mesmo princípio pode ser aplicado ao campo dos estudos sobre deficiência. De acordo com Barros e Rothberg (2021) em “Processos midiáticos, práticas socioculturais, produção de sentido e políticas da informação e comunicação”, a maneira como a deficiência é comunicada e representada na mídia está diretamente relacionada ao modo como a sociedade percebe e trata as pessoas com deficiência. A teoria da midiaticização ajuda a entender como as representações midiáticas influenciam a construção social da deficiência, moldando a percepção pública e as políticas de inclusão. As narrativas dominantes, muitas vezes oriundas de perspectivas externas e não representativas, podem contribuir para a marginalização das pessoas com deficiência, reforçando estereótipos e limitações sociais.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ratificada no Brasil no ano de 2009 afirmou que:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (Decreto nº 6.949/2009, art. 1)

Entende-se que o corpo não tem responsabilidade por sofrer opressões sociais e que a diversidade corporal³ não deve ser um fator determinante de acesso aos espaços físicos em que circulam, as barreiras sociais devem ser eliminadas.

Ao refletir que corpos negros circulam por todos os espaços sócio ocupacionais e que o corpo é uma forma de ocupar o mundo, ao realizar um estudo acerca dos direitos das pessoas com deficiência, necessita-se de um entendimento quanto a deficiência, que não pode ser classificada a partir apenas de um laudo médico como é defendido por médicos legistas.

É pelo viés da centralidade do trabalho no capitalismo que Bona Júnior (2013), ao propor realizar uma abordagem ontológica e materialista do corpo, afirmou que esse sistema de produção se apropriou da ideia de valorização do corpo e o submeteu à produtividade e à utilidade, defende ainda que nas formas capitalistas o trabalho: —acaba por se tornar - assim como o corpo que o realiza - um bem de troca, uma mercadoria (Bona Júnior, 2013, p. 107).

3. Conceito utilizado pelos autores: Diniz et al. (2009), “Diversidade corporal e perícia médica: novos contornos da deficiência para o Benefício de Prestação Continuada”.

O corpo como uma categoria social, pode ser entendido de várias maneiras, assim como ter significações diferentes. Sendo assim, pode ser possível uma articulação entre os caminhos emancipatórios das pessoas com deficiência e de outras propostas de transformação da sociedade, como a decolonialidade. Esse debate vai ao encontro com o da corpo normatividade, que entende que existe um corpo normal, ao passo que os que não se encontram nesse patamar necessitam se adequar.

A partir da diferenciação corporal (cor da pele e impedimentos) o sistema colonial conseguiu delimitar os espaços pelos quais as pessoas circulam. Delimitando postos de trabalho, celas em cadeias, manicômios ou lugares em cemitérios, assim como ocorre com as pessoas com deficiência que são delimitadas aos espaços privados.

As formas de entender a deficiência são diversas e estão em disputa. Por muito tempo e influenciado pela perspectiva neoliberal, a deficiência era entendida como uma área a ser estudada pela perspectiva de saúde, a partir de uma definição do corpo, da área exclusivamente médica que entende a deficiência como algo que deve ser ajustado.

O modelo social vai para além da definição corporal, ou da observação de um impedimento, observa também a estrutura em que os sujeitos estão inseridos socialmente. Assim como o dispositivo de racialidade coloca a subjugação de um indivíduo pela cor da sua pele, o modelo social parte de uma opressão que também perpassa pelo corpo, a deficiência.

São processos sociológicos, teóricos, que podem ser aproximados e, para além disso, estamos falando de corpos que transitam e interagem socialmente. A partir do momento em que se sai da lógica reducionista de entendimento da deficiência, e se passa a pensá-la como uma das formas

de estar no mundo e de se vivenciar o corpo, há uma possibilidade de deslocar a deficiência para a vida pública, retirando-a do espaço privado e familiar como afirmam os autores Diniz et al. (2010). Politicamente falando, há a necessidade de reafirmar e dar um significado positivo às características que marginalizam socialmente os corpos, para conquistar direitos e a equidade.

O modelo social

buscou descrever o corpo com impedimentos como uma expressão da diversidade humana a ser protegida e valorizada. Assim como raça, sexo, orientação sexual e idade, deficiência passou a ser também um demarcador corporal de desigualdade, opressão e discriminação, resultando em situações que devem ser combatidas e eliminadas em contextos de promoção da justiça social. (Santos 2010, p.117)

Fanon coloca que, em um mundo branco e definido a partir do ser branco colonizador, o negro encontra dificuldades em seu reconhecimento e reafirmação enquanto negro. Afinal, o mundo foi redefinido a partir de um outro referencial desconhecido ao negro. Fanon argumenta também que o conhecimento do corpo negro passa a ser uma atividade unicamente de negação.

Clóvis Moura (1983) reforça essa ideia quando diz que o branco é o “modelo superior a ser alcançado” e afirma ainda que há uma tentativa de esvaziamento do Ser negro a partir de uma inferiorização biológica, estética e cultural. “Esta política fenotípica procurou e procura fazer com que os componentes de grupos específicos negros fujam das suas origens, procurando assimilar a escala de valores e padrões brancos” (Moura 1983, p. 126).

Processo próximo acontece quando falamos de pessoas com impedimentos corporais, na medida em que não as reconhecemos como sujeitos e produzimos a deficiência. De forma alguma podemos igualar os processos históricos e epistêmicos que ocorreram com a população negra trazida ao Brasil para ser escravizada. Mas o intuito é apontar o processo de não reconhecimento enquanto Ser de ambas opressões pelo corpo que, por muitas vezes, se inter cruzaram. Tais apontamentos devem ser feitos de forma a não deixarmos serem apagados os episódios de violência com que escravizados eram tratados em lavouras no Brasil que levavam, muitas vezes, à perda de mobilidade e de membros do corpo. O que era aceito, afinal, não eram humanos, portanto seres inferiores.

Segundo Anahi de Guedes Mello (2016), aleijado revela a zona de abjeção em que as pessoas com deficiência estão no Brasil. A autora desenvolve uma análise sobre a normatização corporal, e uma crítica a corponormatividade compulsória. A corponormatividade é entendida como a consideração de determinados corpos como inferiores, incompletos (Mello, 2013). E argumenta que a capacidade, assim como a deficiência, é histórica e socialmente construída.

Mello e Nuernberg (2012), ao debaterem a articulação dos dois âmbitos de sua pesquisa, os estudos feministas sobre gênero e os que tratam sobre deficiência, apontam três eixos centrais. O primeiro deles encontra-se nos trabalhos: que se baseiam no pressuposto da desnaturalização do corpo. O segundo surge nos estudos feministas e sobre a deficiência que têm contribuído para a radicalização do modelo social da deficiência; da dimensão do corpo como identidade “da centralidade do corpo deficiente como idioma simbólico e político” (Mello & Nuernberg 2012, p. 640). E, como último pressuposto, a ética feminista

da deficiência e o cuidado como categoria de responsabilidade ética e moral feminina. Para esse estudo a contribuição que esses autores trazem é a tentativa de desnaturalizar a ideia do corpo dito normal e passar a entender os corpos como formas de estar no mundo.

À luz da teoria de Martín-Barbero, podemos analisar como a construção racial no Brasil é mediada culturalmente. A forma como a mídia representa a identidade negra e branca, por exemplo, não é uma simples reprodução da realidade, mas uma construção mediada que reflete e reforça relações de poder existentes. A mídia, ao representar corpos negros e brancos de maneira diferenciada, contribui para a manutenção de hierarquias sociais e raciais. Barbero argumenta que essas representações não são apenas reproduzidas passivamente, mas são ativamente construídas e negociadas em diferentes contextos culturais.

Maria Immacollata Lopes, por sua vez, amplia a discussão sobre a mediação cultural ao explorar como as práticas culturais e as representações midiáticas estão entrelaçadas com questões de poder, identidade e ideologia. Em seu trabalho, ela examina como a cultura midiática influencia e é influenciada por contextos sociais e históricos específicos. Immacollata enfatiza a importância de compreender a mediação cultural como um processo dinâmico, onde a produção e a recepção de conteúdos culturais estão imersas em contextos de desigualdade e conflito social. A autora explica:

A mediação é um espaço que coloca em relação dialética as lógicas da produção e do consumo, os formatos industriais e as matrizes culturais. O esquema também se move em dois eixos: o diacrônico, ou histórico de longa duração - entre as matrizes culturais e os formatos industriais; e o sincrônico, entre as lógicas de produção e as competências de recepção. A novidade é que

estas constituem quatro mediações básicas que estão articuladas através de submediações ou múltiplas mediações. (Lopes, 2018, p. 18)

A corporalidade como processo sociocultural, partem do pressuposto da construção social do corpo e seus estigmas. Quando se exclui a ideia de centralidade corporal, segundo a qual o impedimento corporal é o problema a ser ajustado e colocado na norma, começa-se a questionar quanto à construção do corpo como um processo social onde se visa um ideal corporal. O corpo se enquadra em um sistema de classificação dos sujeitos, e o padrão de normalidade é inventado, corpos “não normais” ou abjetos como os autores colocam, ferem a lógica social.

A abjeção ou repulsa que o corpo deficiente provoca nos ‘normais’ afeta a relação com o outro e com o próprio corpo naquele que se sente diferente, adquirindo um protagonismo superlativo que se soma à exigência de encaixar o outro dentro de padrões hegemônicos antropométricos, fisiométricos e psicométricos, sendo ele exterminado ou segregado, apartado do convívio com os ‘perfeitos, belos e saudáveis. (Mello & Nuernberg 2012, p. 644)

Não coincidentemente, um movimento similar é feito por intelectuais negros como Neusa Souza e Jurandir Freire Costa, que irão discutir o ideal de Ser que é colocado às pessoas negras, onde o humano é representado e corporificado na figura do branco. Ao nos apresentar o livro: Tornar-se negro, de Neusa Souza, Costa aponta no prefácio:

Da cor ao corpo - A violência do racismo, que o massacre da identidade através da colonização, a busca por assemelhação ao branco, onde quanto maior a brancura, mais aceito se é, forçam a uma renúncia da identidade negra. Portanto, “afastado de seus valores originais, representados fundamentalmente por

sua herança religiosa, o negro tomou o branco como modelo de identificação, como única forma de “tornar-se gente”. (Costa 1983, p. 18)

Mas não só o negro tomou o branco como modelo de identificação, como o branco se colocou e se reafirma nesse lugar e se assegura todos os dias em se manter na posição de poder e dominação. Podemos, assim, fazer um paralelo com o que é trazido sobre a desnaturalização do corpo e da normalidade do modelo social da deficiência, apresentada até o momento, observando que, na forma pela qual a sociedade capitalista foi e está sendo estruturada, com diversas barreiras de participação, hierarquias sociais e de dominação, corpos normativos ou dentro da ideia de normalidade se sobrepõem socialmente aos corpos que ultrapassam essa linha. Ou, nas palavras de Diniz e Santos, “Não há corpos naturalmente em desvantagem, mas simplesmente uma ideologia da normalidade que os classifica como inferiores a um ideal de produtividade, independência e vida boa” (2010, 10).

A construção da identidade racial e a forma como a deficiência é percebida na sociedade podem ser compreendidas através de um complexo entrelaçamento de processos midiáticos e sociais. Essa dinâmica pode ser analisada à luz das teorias de midiaticização e do modelo social da deficiência, permitindo uma compreensão mais profunda de como as identidades e as normas sociais são construídas e sustentadas.

O trabalho de Barros (2017) e colaboradores enfatiza a importância da produção de sentido na cultura midiaticizada. A teoria da midiaticização nos permite compreender que, enquanto a informação pode ser transmitida de forma eficiente, o significado e o sentido dessa informação são profundamente moldados pelos processos midiáticos.

Isso é particularmente relevante quando consideramos as histórias e as representações culturais sobre raça e deficiência. A informação que chega ao público não é neutra; ela é mediada por práticas culturais e sociais que influenciam como as narrativas são construídas e recebidas.

O conceito de “produção de sentido” explorado em “Produção de sentido na cultura midiaticizada” por Barros (2020) é crucial para entender como a mídia não apenas comunica informações, mas também cria e reforça significados culturais. No contexto brasileiro, isso significa que as histórias sobre a construção racial e a deficiência são moldadas por práticas midiáticas que podem perpetuar ou desafiar as narrativas existentes. A maneira como essas informações são veiculadas influencia a percepção pública e as políticas sociais, refletindo e, às vezes, ampliando as desigualdades e as injustiças.

A teoria da mediação cultural de Maria Immacollata Lopes é particularmente útil para entender a representação da deficiência. A mídia e outros canais culturais não apenas informam, mas também moldam a percepção pública sobre o que é considerado normal e o que é desviado. A ideologia da normalidade, que classifica certos corpos como inferiores em relação ao ideal de produtividade e independência, é perpetuada através das representações midiáticas. Essas representações, como argumenta a autora, não são neutras, mas refletem e reforçam ideologias dominantes sobre o que é considerado “normal” e “anormal”.

Considerações Finais

O paralelo entre a construção racial e a representação da deficiência é evidente na forma como a sociedade e a mídia estabelecem e mantêm ideais normativos e hierárquicos. A posição dominante do

corpo branco e a marginalização do corpo negro podem ser comparadas à forma como o corpo normativo é valorizado em relação ao corpo que desafia a norma de produtividade e independência. A teoria da mediação oferece uma lente para entender como essas representações são moldadas e disseminadas, e como elas contribuem para a perpetuação de desigualdades e barreiras sociais.

A articulação entre as teorias de mediação e o modelo social da deficiência ilumina como as estruturas de poder e as normas sociais são mantidas através da comunicação e das representações midiáticas. A compreensão desses processos é essencial para desafiar as narrativas dominantes e promover uma sociedade mais inclusiva e equitativa, onde a diversidade de identidades e corpos seja reconhecida e valorizada. Esse esforço teórico está longe de ser concluído, porém considera-se um debate possível de ser realizado tendo como base as Teorias da Comunicação.

Referências

- Adichie, C. N. (2009). *O perigo de uma história única* [Transcrição de palestra TEDGlobal]. TED. https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story
- Almeida, S. L. de. (2019). *Racismo estrutural*. Sueli Carneiro; Pólen.
- Baldwin, J. (1984). On being white... and other lies. *Essence*, 14(12), 90-92.
- Barros, L. M. de. (2017). Comunicação sem anestesia. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação - Intercom*, 40(1), 159-175.

- Barros, L. M. de., Marques, J. C., & Medola, A. S. L. D. (Orgs.). (2020). *Produção de sentido na cultura midiaticizada*. Selo PPGCOM/UFMG.
- Barros, L. M. de., & Rothberg, D. (2021). Processos midiáticos, práticas socioculturais, produção de sentido e políticas da informação e comunicação. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 20(38), 287-299.
- Bona Júnior, A. (2013). *O corpo na educação emancipatória da sexualidade: Uma análise das iniciativas do governo do Paraná (2008-2009)* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. Repositório da Unicamp.
- Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: Protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm
- Carneiro, S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Repositório da USP.
- Costa, J. F. (1983). Da cor ao corpo: A violência do racismo. In N. S. Souza (Org.), *Tornar-se negro: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* (pp. 95-106). Graal.
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), 139-167.
- Diniz, D. (2007). *O que é deficiência*. Brasiliense.

- Diniz, D., Barbosa, L., & Santos, W. (2010). Deficiência, direitos humanos e justiça. In D. Diniz & W. Santos (Orgs.), *Deficiência e discriminação* (pp. 45-60). Letras Livres; Editora UnB.
- Diniz, D., & Santos, W. (2010). Deficiência e direitos humanos: Desafios e respostas à discriminação. In D. Diniz & W. Santos (Orgs.), *Deficiência e discriminação* (pp. 61-78). Letras Livres; Editora UnB.
- Eurico, T. P. (2011). Racismo institucional: Desafios e possibilidades de enfrentamento. *Revista da ABPN*, 3(7), 17-34.
- Faustino, D. M. (2020). *Por que Fanon? Por que agora? Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil* (2ª ed.). UFSCar.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas* (R. da Silveira, Trad.; L. R. Gordon, Pref.). EDUFBA.
- Góes, W. L. (2015). *Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro: A proposta de povo em Renato Kehl* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco]. Repositório UFPE.
- Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas. *Sociedade e Estado*, 31(1), 11-30. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>
- Guimarães, A. S. A. (1999). *Racismo e antirracismo no Brasil* (34ª ed.). São Paulo: Fundação de Apoio à USP.
- Lopes, M. I. V. de. (2018). Jesús Martín-Barbero e os mapas essenciais para compreender a comunicação. *Intexto*, 41, 13-27. <https://doi.org/10.19132/1807-8583201841.13-27>

- Martín-Barbero, J. (1997). *Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia* (3ª ed.). UFRJ.
- Mello, A. G. (2013). *Aleijado: Corpo, deficiência e abjeção no Brasil* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório UFSC.
- Mello, A. G. (2016). Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: Do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(10), 3007-3015. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.15292016>
- Mello, A. G., & Nuernberg, A. (2012). Gênero e deficiência: Interseções e perspectivas. *Revista Estudos Feministas*, 20(3), 639-653. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300014>
- Moura, C. (1983). Escravismo, colonialismo e racismo. *Afro-Ásia*, 14, 5-18.
- Moura, C. (1994). População, miscigenação, identidade étnica e racismo. In C. Moura, *Dialética radical do Brasil negro* (pp. 77-98). Anita.
- Quijano, A. (2005). *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. CLACSO.
- Santos, W. (2010). Deficiência, desigualdade e assistência social: o Brasil e o debate internacional. In D. Diniz, & W. Santos (Orgs.), *Deficiência e discriminação* (pp. 79-95). Letras Livres; Editora UnB.
- Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Graal.

Villamayor, C. (2016). *Reivindicar el cambio: Comunicación popular, comunitaria y ciudadanía en América Latina* (2ª ed.). Huvaiti Ediciones.

O CENÁRIO RELATIVO AO FLUXO MIGRATÓRIO E O REFLEXO NA CULTURA MATO-GROSSENSE

*João Clarindo da Silva¹
Cristóvão Domingos de Almeida²*

O estudo examina a influência do fluxo migratório na cultura de Mato Grosso. A imigração é um fenômeno que surge no contexto da globalização contemporânea, frequentemente associado a conflitos, perseguições étnicas e à busca por escapar da pobreza ou da fome (Beck, 1999). Os imigrantes buscam, nos países de acolhimento, oportunidades de trabalho e melhores condições sociais e econômicas.

Desde a metade do século XIX, o Brasil tem recebido diversos grupos migratórios. Recentemente, temos visto a chegada de pessoas do

-
1. Doutorando do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.
 2. Professor Orientador do Curso de Doutorado do Prog. de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

Haiti, Senegal, Nigéria, Síria e Venezuela (Adam et al., 2017). O estado de Mato Grosso não é alheio a essa realidade, uma vez que oferece amplas oportunidades de emprego, especialmente no agronegócio e no turismo rural, particularmente na região do Pantanal.

A investigação teve por objetivo entender como os imigrantes que vivem em Cuiabá e na região da Baixada Cuiabana percebem o enriquecimento cultural das comunidades onde estão inseridos. Conforme mencionado por Ribeiro et al. (2023), “a Baixada Cuiabana, ou região metropolitana do Vale do Rio Cuiabá [...] abrange um total de 14 municípios, a maioria dos quais foi fundada ou emancipada há mais de um século” (p. 04).

Silva (2010), argumenta que os imigrantes, apesar de suas diferenças sociais, étnicas e culturais, enfrentam desafios semelhantes em seu processo de integração nas cidades (p. 66-67). A população de Mato Grosso, originada da miscigenação entre indígenas e colonizadores, possui um caráter acolhedor. É uma comunidade diversa, composta por brasileiros de todas as regiões do país e, de certa forma, do mundo.

Os imigrantes que residem em Mato Grosso desempenham um papel significativo na história da população local e, diariamente, se esforçam para construir uma nova vida, de onde conseguem seu sustento. Este novo ambiente representa um modelo único de sociedade e relações sociais, onde os imigrantes trabalham para assegurar um futuro melhor para as próximas gerações, preservando sua cultura, identidade e tradições. Eles também lutam pela concretização de direitos que ainda não haviam experimentado, o que se reflete no fluxo migratório e em sua influência na cultura mato-grossense.

Apontamentos sobre a política migratória brasileira

A migração é um fenômeno antigo, que remete à própria história da humanidade (Bauman 2015). O que difere nos dias atuais, conforme o autor, é que os governantes partem do princípio de que suas culturas são superiores às dos imigrantes (Bernardo, 2015).

Importante se faz destacar que a mudança apontada por Bauman não se apresenta como uma particularidade de percepção dos governantes, tal visão alastra-se também entre os cidadãos que visualizam ‘seus espaços’ coabitados por pessoas vindas de diferentes lugares. Soam como ameaças não somente o risco de um hibridismo cultural, como também a concorrência por postos de trabalho.

Na prática, as diferentes demarcações, sejam elas geográficas, sociais, econômicas, étnicas e culturais entre países do norte e sul global produzem significativo número de migrantes, que tendo em vista o fato de terem suas ambições econômicas e/ou direitos básicos negados, deixam os seus países de origem em busca de novas oportunidades, e robustecem o elo entre a geografia dos movimentos e a reconfiguração da economia mundial (Castles, 2004).

É diante deste contexto que se encontram as migrações de crise ou migrações forçadas, marcadas por serem originadas por conflitos, desastres naturais e/ou rigorosas restrições econômicas em dado país ou região (Calegari, 2018), advindas do esfacelamento de Estados sem aparatos legais de proteção a essas pessoas, que constituem territórios sem Estados (Bauman, 2017).

A natureza destes fluxos é o que dá procedência à modalidade migratória denominada refugiado. Mesmo que existam discordâncias jurídicas e acadêmicas em relação ao conceito de refugiado, adota-se

nesse estudo a definição do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), que considera refugiado aquele que sofre “violação maciça dos direitos humanos”.

A Agência Brasil (Almeida, 2024) afirma que o governo brasileiro reconheceu 77.193 pessoas como refugiadas no ano de 2023. Trata-se do maior quantitativo verificado ao longo de toda história do sistema de refúgio nacional e que representou variação positiva de 1.232,1%, se comparado ao ano de 2022. Ao todo, 143.033 pessoas já são reconhecidas pelo Brasil como refugiadas.

Os dados foram disponibilizados na 9ª edição do Anuário Refúgio em Números, organizado pela equipe do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), a partir de dados oficiais do governo federal. O relatório foi divulgado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e pela Agência das Nações Unidas (ONU) para Refugiados (Acnur), na quinta-feira 13 de junho de 2024, em Brasília.

Os venezuelanos somaram 112.644 solicitações, que corresponderam a 81,4% do total de pedidos apreciados pelo comitê. O estudo destaca ainda as solicitações de haitianos (5,6%), cubanos (2,9%), angolanos (1,7%) e bengalis (1,2%) vindos da Ásia, do total de solicitações. Houve aumento do volume de solicitações de refúgio por mulheres e, também, por crianças e adolescentes (Almeida 2024).

De acordo com as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado examinadas pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), dentro do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em 2023 chegaram a 138.359, o que representa um aumento de 235% em relação a 2022. O número efetivo de reconhecimento de refúgio foi maior porque decidiu sobre o processo de anos anteriores.

Ora, se por um lado a percepção de Bauman sobre o caráter conflituoso da migração se direciona pela ideia de superioridade cultural alicerçada por governantes, por outro, é exatamente a partir das políticas elaboradas em nível de governo que a integração dos imigrantes a um novo país pode ser menos dramática. Ações essas previstas e efetivadas mediante políticas migratórias, que poderiam ser definidos como os direitos e deveres dos migrantes, incluindo as garantias e políticas públicas relativas à residência ou permanência de um estrangeiro num país (Hammar, 2005).

Tais políticas encontram-se ligadas a interesses nacionais e internacionais e envolvem questões políticas, econômicas, sociais, históricas e ideológicas (Loescher, 1996). Em se tratando das políticas migratórias para refugiados, há que se levar em consideração o histórico de vulnerabilidade de tal público, por se tratar de um instrumento que facilita a sua integração. É diante deste contexto que se encontram as políticas relacionadas ao trabalho. É indiscutível a relevância do trabalho para o processo de integração do refugiado, por entender que a oportunidade de emprego se apresenta na perspectiva de uma das variáveis mais enfatizadas pelos próprios refugiados, quando indagados sobre a permanência e integração no território de asilo (Ager & Strang, 2008; Fleay et al., 2013; Tomlinson & Egan, 2002).

Tomlinson e Egan (2002) chamam a atenção para o fato de que o emprego tem sido associado tanto à questão econômica, como também aos aspectos sociais e psicológicos desses indivíduos, uma vez que relacionam-se ao desenvolvimento da competência linguística, alargamento da rede de contatos, e desenvolvimento da autoestima e autoconfiança. Da mesma forma, assegura a oportunidade de trabalho

legal afasta os imigrantes de atividades análogas à escravidão, uma possibilidade criada em razão do não conhecimento da língua, dos desafios para comprovação de experiência e do pouco conhecimento da comunidade local (Onraet et al., 2019).

Salienta-se que o crescimento do fluxo de refugiados, confrontados aos da migração econômica, acontece na própria reconfiguração da geografia dos movimentos migratórios. O novo contexto de migrações forçadas têm a rota sul-sul como possibilidade significativa, faz com que sejam relevantes legislações e políticas migratórias mais amplas, em especial, as que assegurem o direito ao acesso e alarguem as oportunidades de trabalho.

Em conformidade com a ACNUR (2019), nove de dez refugiados foram acolhidos por países do Sul Global ou intermediários. Em uma perspectiva histórica, o Brasil é o país na América Latina que tem seu contexto demarcado por um intenso fluxo migratório de refugiados. De forma específica em função da segunda-guerra mundial, legislações e políticas começam a ser incorporadas pelo governo brasileiro para a recepção e integração desse conjunto de migrantes.

Moreira (2012) assevera que o caráter fortemente regulatório dessas políticas, requerem mais instrumentos que promovam a integração, de forma a incluir as questões referentes ao direito ao trabalho. Assim, conhecer o avanço dessas políticas e compreender o contexto histórico e político no qual estão inseridas são fundamentais para apontar avanços, bem como perceber pontos positivos já conquistados e para fortalecer a discussão quanto as políticas migratórias.

Poconé-MT como espaço de acolhida dos imigrantes

Poconé-MT, consiste em uma região conhecida como “pantaneira”; em Mato Grosso/Brasil. Trata-se de um município situado a 100 quilômetros da capital, com 243 anos de existência e uma população estimada em 31.267 habitantes segundo o IBGE (2022).

O Município de Poconé foi fundado por Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, no ano de 1777. Seu primeiro nome foi Beripoconé, nome advindo de uma etnia indígena que habitava a região. Aos 21 dias de janeiro de 1781, sob ordens de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, Antonio José Pinto de Figueiredo criou-se a Ata de fundação do Arraial de São Pedro d’El Rey. Em 25 de outubro de 1831, o Decreto Geral do governo regencial criou o município, junto com seus limites políticos atuais, de Villa de Poconé, o último nome sendo uma modificação do nome original.

Em conformidade com a Fundação Cultural Palmares, há 68 Comunidades Quilombolas certificadas no estado de Mato Grosso. O município de Poconé-MT possui 29 comunidades quilombolas. Grzebieluka (2012, p. 118), chama a atenção para o fato de que “as comunidades tradicionais são culturalmente diferenciadas das demais formas de organização social e, portanto, se reconhecem como tais; possuem formas próprias de organização social”.

Importante se faz destacar que no estado de Mato Grosso existem diversas iniciativas de produção associadas promovidas por comunidades indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

O município de Poconé - MT, localizado na macrorregião pantaneira, possui diversidade humana e ambiental exuberante. Dentre os atrativos para a escolha do município pelos imigrantes, este estudo tem

como hipótese que a exploração aurífera que se apresenta como uma das principais fontes de renda e trabalho, o que influencia a escolha pelo município como local de residência, pois, assim como o turismo, os garimpos absorvem a mão de obra de pessoas que chegam à região na condição de imigrante.

Nessa direção, é importante destacar que os imigrantes não possuem uma visão concernente ao processo de degradação ambiental e humana proporcionados pelo garimpo. Fato é que eles precisam de trabalho e renda. Desta forma, seria utópico esperar transformações possíveis no meio degradado em que convivem. Em um contexto de vida marcada pela sobrevivência, “de minha parte, considero que a “tomada de contexto” existencial depende sempre de uma práxis instaurando-se em ruptura com o “pretexto” sistêmico” (Guatarri 2008, p. 39).

Metodologia

Com base nas reflexões de Bogdan e Biklen (1994), a metodologia empregada neste estudo é descritiva, explicativa e exploratória. Seu objetivo é compreender a percepção dos imigrantes que residem em Cuiabá e na Baixada Cuiabana, além de analisar o enriquecimento cultural das comunidades locais e investigar como esses imigrantes participam das práticas culturais nos municípios da região. Para isso, adotamos um método dedutivo, que envolve a descrição, compreensão e explicação de conceitos, a partir de premissas e conclusões relacionadas às políticas voltadas para os migrantes.

No que se refere aos meios, a pesquisa é de natureza bibliográfica e documental, baseada na análise de artigos e revistas científicas. Foram utilizados materiais que abordam os Direitos Humanos e a

Política Migratória, com foco específico no estado de Mato Grosso, além de entrevistas realizadas com residentes de Poconé e imigrantes que vivem na área.

Em relação à história da ocupação populacional de Mato Grosso, é importante destacar a presença significativa de habitantes indígenas e, a partir do século XVI, a chegada de imigrantes europeus. Desde então, um grande número de (i)migrantes tem contribuído para a formação de uma sociedade culturalmente diversificada, influenciada pelas origens dos grupos e pela estratificação social que resulta da rápida concentração de renda e do relativo isolamento da região em relação ao restante do país. Assim, entende-se que esse espaço geográfico oferece um vasto repertório para pesquisas, especialmente em um tema ainda em desenvolvimento no estado.

Ademais, Mato Grosso possui uma relevância abrangente, englobando aspectos naturais, sociais, culturais, educacionais e econômicos. As pessoas que habitam o estado, incluindo os migrantes, têm histórias de vida marcadas por desafios e lutas que merecem ser compartilhadas e analisadas. À luz das perspectivas de Michel de Certeau (1998) e Michelle Perrot (2007), essas narrativas dão voz aos grupos historicamente marginalizados.

Ramos (2010), ao refletir sobre as ideias de Touraine e Wiewiorka, publicadas em 1997, afirma que “a cultura está no centro do que une e divide as sociedades contemporâneas.” O autor menciona o pensamento de Bastide, de 1956, e de Cuche, de 1999, para destacar que “toda cultura envolve um processo contínuo de construção, desconstrução e reconstrução, que, devido aos rápidos movimentos migratórios e ao contato intercultural, se torna extremamente dinâmico e interativo”

(Ramos, 2010, p. 31). Toda contribuição cultural se baseia na valorização humana. Portanto, é crucial levar em conta os fundamentos culturais, como tradições, hábitos e costumes, na construção de relações.

Para entender a percepção dos imigrantes sobre os impactos culturais gerados pelo fluxo migratório em Poconé-MT, foram realizadas entrevistas com dois casais haitianos, um jovem haitiano e uma jovem italiana que residem na cidade, além de dois moradores locais que nasceram e cresceram no ambiente pantaneiro.

Resultados e Discussão

Nos dias atuais observa-se que em Poconé, há vários imigrantes que trabalham em atividades informais, conforme relatos levantados junto ao Clube dos Diretores Lojistas da cidade. A maioria dos trabalhadores imigrantes que se encontra em Poconé, não trabalham como funcionários legalizados, são trabalhadores diaristas.

Há alguns casos que diferem, há uma professora boliviana, naturalizada brasileira, que após ter conseguido documentos comprobatórios como habitante permanente, e tendo participado de um processo seletivo (Concurso Público Estadual) é professora efetiva concursada, residente na cidade, de modo regulamentada. Vive juntamente com seu esposo e filhos. Estes, por sua vez, são apenas habitantes temporários, ainda não conseguiram os trâmites legais para naturalizarem como brasileiros.

Há várias outras pessoas, de origem bolivianas, que possuem apenas vistos temporários. Trabalham de modo informal, como prestadores de serviços, como diaristas, trabalham nas fazendas, outras trabalham como mensalistas. Residem na cidade de Poconé, trabalham em diversos setores de trabalho, porém, a maioria deles, estão invisíveis

nas conformidades legais, pois se utilizam usam das políticas públicas municipais, deveriam estarem legais perante as leis e as conformidades gerais legais.

Várias famílias, com crianças em idade escolar, são encontradas nos educandários tais como Creches, Escolas de Ensino Fundamental I e II, como também no Ensino Médio, porém, são vistos apenas como alunos temporários em busca de naturalização no país. Há também um imigrante haitiano, com visto permanente no Brasil, porém, há outros familiares que ainda se encontram apenas como moradores temporários.

Dessa forma, as políticas públicas para os brasileiros e poconeanos, são partilhados com os imigrantes de diversas nacionalidades. Nas pousadas pantaneiras, existem vários trabalhadores formais que trabalham como guia turístico no município, agilizando sua vida, seu trabalho, sua luta diária, registrados perante lei, de modo que seu salário, são descontados os encargos ou impostos que regem a sociedade brasileira.

Há muitos trabalhadores diaristas realizando atividades temporárias, recebendo somente pelo dia trabalhado, gerando com isso uma grande massa de pessoas informais no município, além dos próprios poconeanos que aqui nasceram, residem e trabalham na tentativa de melhores condições de vida, porém, diante da realidade atual, são pessoas que recebem pelo trabalho prestado, onde seus pagamentos são fracionados como diaristas.

O clube dos diretores lojistas, por meio do presidente local, que até o presente momento, não possuem registro desses trabalhadores imigrantes que residem no município e que desconhecem registros dessa gente denominadas de imigrantes, isso faz com que grande parte

dessa gente viva de modo informal sem visibilidade social e ao mesmo tempo vivendo com dificuldade no município escolhido para viver. Essa situação se torna algo muito negativo socialmente, sem dizer que poderá ser algo tido como violência social, podendo vir incorrer em situações conflituosas com os demais trabalhadores.

Diante disso, é importante informar, que há vários imigrantes que já possuem documentos comprobatórios e estão com autorização da Polícia Federal em busca das tramitações legais, para que possam ter visto permanente e trabalhista, porém, sabemos que para toda essa autorização ou burocracia do país, existe também um investimento financeiro da qual muitos deles não possuem e isso tornam as coisas mais difíceis ainda gerando com isso uma grande instabilidade no local que se encontra.

Nas lojas de artigos de vestimentas e calçados, há alguns funcionários que trabalham, porém, ainda encontram barreiras comunicacional com os clientes e isso tem causado uma certa dificuldade de atendimento ao público devido à dificuldade de comunicação, isso têm gerado um certo desconforto ao atender o público que procuram como vendedoras ou vendedores, gerando com isso mais dificuldade que possam atrapalhar ainda mais o processo de vida dessa gente. Muitos imigrantes que vivem no município desanimam e retornam para outros municípios devido à grande dificuldade de se comunicarem e conseguir moradia no município de Poconé. Esses imigrantes vivem em situações de tristezas, de não pertencente ao local que se encontram, por falta de conhecimento linguístico e isso é o grande entrave para vários deles que aqui chegam.

Muitos dos bolivianos, haitianos e venezuelanos que vieram para o Brasil, vieram na certeza de se instalar próximo às pessoas imigrantes

que aqui já vivem, porém, muitas delas, não acostumam com o clima, a linguagem, a falta de trabalho e a socialização entre os demais. Essas barreiras são notórias entre elas, diante disso, se agrupam entre si, outros por sua vez, já são mais deliberadas já são mais extrovertidas e possuem facilidades de comunicação da maneira que conseguem expressar seus anseios e sentimentos, com isso também tentam galgar voos mais altos, apesar da dificuldade linguística da comunicação com os municípios, onde muitos deles chegaram ao acaso, aventurando e em busca de conseguir algo que pudessem permitir uma vida melhor para si e também aos familiares.

A percepção do casal 1 é de que “As consequências do fluxo migratório podem ser: a influência na economia local, os desafios sociais, inclusive, a interação entre os residentes e Imigrantes”. Muitas são as razões que perpassam tais movimentações, dentre as quais destacam-se as de ordem econômica, política, ambientais e social, além das maneiras que se dão de forma forçada ou voluntariamente etc. e a duração delas permanente, temporária ou circular (Hermínio 2022).

Jovem 2 compreende que

O fluxo migratório são consequências de diversas causas e podem estar associadas a várias situações; esses deslocamentos, estão relacionados com a busca por trabalhos, melhor colocação profissional e melhores condições de vida, fuga de desastres ambientais e situações climáticas extremas, crises políticas e socioeconômicas, perseguições étnicas e religiosas.

Tais características tornam os deslocamentos dinâmicos em si mesmos, contudo ao serem combinadas com questões éticas, religiosas, de gênero e identitárias, o fenômeno se transforma e se intensifica de forma significativa (Baeninger & Peres, 2017; Leão et al., 2017).

A chegada dos Imigrantes em Poconé-MT, no início, causou estranheza tanto para os moradores da cidade, quanto para os novos moradores. Conforme o Jovem 1:

houve uma certa estranheza com o novo, uma pessoa diferente, com linguagem diferente, no sentido de não possuir os mesmos colóquios dos residentes ao buscar dialogar com os mesmos, a dificuldade de interagir ao pedir qualquer informação num lugar distante da sua realidade, onde as pessoas com suas peculiaridades, seus costumes, suas tradições linguísticas e culturais, diante de algo desconhecido, de pessoas que habitualmente usam idioma diferente, causando dificuldade de compreensão e sobretudo de ter condições de fornecer informações pertinentes para estabelecer um mínimo de condições de esclarecimentos.

A questão relativa a estranheza tem a ver com o fato de o grupo estrangeiro não partilhar de histórias em comum, de sensação de pertencimento e respeito a esse coletivo já estabelecido, o que dificulta a vida social e laboral dos novos (Elias & Scotson, 2000).

Os imigrantes ao chegarem ao município de Poconé-MT, foram em busca de um local para morar, procurar emprego, assistência social que possa auxiliar no encontro de condições elementares, dignas de atendimento, e a um novo recomeço para sua sobrevivência, e na sequência, as famílias com crianças em idade escolar, buscam as escolas para matricularem seus filhos para dar continuidade ao processo educacional.

O impacto entre os residentes e os imigrantes, foi significativo e perpassado por certa resistência, sobretudo, no que se referem a linguagem, as redes de atendimento à saúde e educação, nos momentos em que eles precisavam desse tipo de atendimento. As pessoas entrevistadas enfrentam desafios semelhantes que inclui as barreiras linguísticas e

culturais, além da necessidade de encontrar emprego e se integrar na sociedade brasileira.

Conclusão

Na busca por entender a percepção dos imigrantes que residem em Cuiabá e na Baixada Cuiabana, além do enriquecimento cultural dos municípios onde se encontram, a pesquisa revelou que o cenário de Mato Grosso propicia diversas interações migratórias. Os novos habitantes não chegam sem bagagem; trazem consigo culturas que acrescentam valor ao contexto cultural do estado, promovendo uma ressignificação dos hábitos e costumes locais e regionais.

Mato Grosso é frequentemente visto como um celeiro do Brasil, sendo considerado um estado promissor, repleto de oportunidades para geração de trabalho, emprego e renda, o que tem atraído cada vez mais migrantes. A sustentabilidade cultural só será alcançada se o poder público e a sociedade valorizarem as identidades culturais, respeitarem a diversidade e promoverem a alteridade nas relações intra e interculturais. A diversidade cultural deve ser encarada como um motor de desenvolvimento, fundamentada em princípios como igualdade, equidade e solidariedade, que reforçam a valorização do outro e a construção de uma cultura de paz.

O agronegócio, a hotelaria, a vasta gama de serviços e a força da agropecuária, combinados com a beleza do Pantanal mato-grossense, que possui uma rica diversidade de fauna e flora, também se estendem à diversidade humana. O estado abriga povos indígenas, comunidades quilombolas e grupos tradicionais ribeirinhos e rurais, o que facilita a integração de migrantes de diversas partes do mundo.

Os impactos culturais do fluxo migratório em Poconé-MT são diversos, sendo a resistência ao outro um dos aspectos mais notáveis, devido à dificuldade dos moradores em enxergar os imigrantes como semelhantes. Historicamente, antes de se tornarem protagonistas em setores econômicos, os migrantes já influenciavam a cultura local por meio da culinária, música e costumes. Contudo, na era da globalização, a contribuição dos migrantes na produção econômica tem crescido, e eles vêm ganhando destaque tanto no mercado de trabalho quanto na cultura mato-grossense.

Na prática, os migrantes têm o potencial de transformar a realidade de muitas pessoas em Mato Grosso, através da ressignificação da percepção sobre o outro, essencial para a prática da alteridade. As trocas culturais ocorrem na convivência diária e se entrelaçam com as dimensões já existentes, tornando-se vital investigar esses novos impulsos criativos e formas de convivência que reforcem a autonomia e valorizem o outro.

As cores, sabores, ritmos e expressões artísticas manifestam-se como elementos fundamentais para fomentar a troca cultural. Essas interações culturais representam uma oportunidade de criação e recriação que se traduzem em uma verdadeira extensão do vasto território cultural de Mato Grosso.

Referências

ACNUR. (2024). Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Recuperado em 4 de janeiro de 2024, de <http://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>

- Adam, J. M., Stenico, J. A. G., & Paes, M. S. P. (2017). Immigration au Brésil ces dernières années: analyse des politiques pour l'intégration au travail. In M. El Moubaraki et al. (Orgs.), *La santé mentale des jeunes* (pp. 151-168). L'Harmattan.
- Ager, A., & Strang, A. (2008). Understanding integration: A conceptual framework. *Journal of Refugee Studies*, 21(2), 166-191.
- Almeida, D. (2024, 19 de junho). Brasil reconheceu mais de 77 mil pessoas como refugiadas em 2023: Venezuelanos, haitianos e cubanos lideraram os pedidos. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-06/brasil-reconheceu-mais-de-77-mil-pessoas-como-refugiadas-em-2023>
- Baeninger, R., & Peres, R. (2017). Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 34(1), 119-143. Recuperado de <https://rebeb.emnuvens.com.br/revista/article/view/887>
- Beck, U. (1999). *O que é globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização*. Paz e Terra.
- Bernardo, A. (2015, novembro). Zygmunt Bauman fala sobre migração e relacionamentos. *Galileu*. <https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2015/11/solido-como-uma-pedra-aos-90-anos-zygmunt-bauman-fala-sobre-migracao-e-relacionamentos.html>
- Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1994). *Dados qualitativos. In Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos* (pp. 147-202). Porto Editora.
- Certeau, M. de. (1998). *A invenção do cotidiano: artes de fazer* (3ª ed., Trad. E. F. Alves). Vozes.

- Elias, N., & Scotson, J. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Jorge Zahar.
- Grzebieluka, D. (2012). Por uma tipologia das comunidades tradicionais brasileiras. *Revista Geografar*, 7(1), 116-137.
- Guattari, F. (2008). *As três ecologias* (19ª ed., Trad. M. C. F. Bittencourt). Papirus.
- Hammar, T. (2005). *European immigration policy: A comparative study*. Cambridge University Press.
- Hermínio, A. B. (2020). *Imigrantes haitianos: o encontro com o CIEJA Perus I, a construção identitária e a inserção social e profissional* [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista - UNESP].
- Leão, L. H. C., Muraro, A. P., Palos, C. C., Martins, M. A. C., & Borges, F. T. (2017). Migração internacional, saúde e trabalho: uma análise sobre os haitianos em Mato Grosso, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(7), 1-7. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00181816>
- Onraet, E., Van Hiel, A., Valcke, B., & Van Assche, J. (2019). Reactions towards asylum seekers in the Netherlands: Associations with right-wing ideological attitudes, threat and perceptions of asylum seekers as legitimate and economic. *Journal of Refugee Studies*, 103, 1-18.
- Perrot, M. (2007). *Minha história das mulheres* (Trad. Â. M. da S. Côrrea). Contexto.
- Ramos, N. (2010). *Interculturalidade e alteridade: dinâmicas, contextos e políticas*. In J. F. Serafim, L. M. B. B. Toutain & Y. Geffroy

(Orgs.), *Perspectivas em informação visual: cultura, percepção e representação* (pp. 11-28). EDUFBA.

Ribeiro, A. R., Zavala, A. A. Z., & Ramos, J. S. (2023). *Aspectos socioeconômicos, socioambientais e demográficos na baixada cuiabana: análise a partir dos municípios que possuem sistemas agroflorestais (SAFs)*. Pantanal.

Silva, E. A. (2010). Direitos humanos e cidadania. In P. H. Siqueira Jr. & M. A. Oliveira (Orgs.), *Direitos humanos e cidadania*. Revista dos Tribunais.

Tomlinson, F., & Egan, S. (2002). From marginalization to nt: Organizing training and employment services for refugees. *Human Relations*, 55(8), 1019-1043.

ÍNDICE REMISSIVO

A

acessibilidade 73, 105, 229, 230, 231, 233, 234, 244, 247, 253, 254, 258, 259, 260, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 276, 281, 283, 285, 312

alergia 130, 131, 132, 137, 138, 140, 148

alergia alimentar 130, 131, 132, 137, 138, 148

antigênero 184, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228

Assembleia Legislativa 210, 215, 223

ativismo 187, 226, 228

ativismos 157, 209

audiovisual 63, 70, 138, 229, 230, 231, 240, 241, 242, 244, 247, 252, 254, 259, 260, 261, 262, 263, 287

B

booktube 82, 92

C

candidatas 189, 191, 196, 199, 200, 204, 213

celular 58, 60, 61, 62, 72, 73, 74

ciberpublicitárias 130

cidadania 14, 22, 27, 28, 29, 38, 39, 41, 42, 48, 50, 52, 53, 58, 68, 69, 70, 71, 72, 77, 103, 124, 171, 186, 196, 221, 224, 267, 272, 273, 275, 281, 283, 292, 348

clube de leitura 77, 78, 82, 85, 93

composição 12

comunicação 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 29, 30, 32, 34, 35, 39, 40, 42, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 61, 62, 64, 65, 66, 69, 71, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 93, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 132, 133, 134, 135,

136, 137, 138, 146, 147, 148, 149, 150, 155, 159, 170, 172, 179, 180, 181, 187, 195, 203, 204, 205, 206, 207, 217, 221, 225, 226, 230, 233, 239, 245, 253, 260, 272, 291, 305, 306, 307, 308, 311, 312, 315, 316, 325, 326, 327, 341, 342

Comunicação 14, 30, 31, 40, 55, 57, 69, 76, 93, 100, 104, 107, 112, 117, 125, 126, 127, 130, 132, 137, 150, 151, 152, 153, 155, 158, 159, 185, 186, 187, 189, 286, 287, 305, 316, 325, 328

comunidade 15, 19, 20, 21, 22, 27, 28, 36, 66, 68, 79, 80, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 117, 118, 119, 132, 138, 140, 143, 148, 280, 299, 301, 331, 335, 347

comunitário 15, 19, 21, 22, 23, 24, 29, 40, 57, 59, 61, 62, 66, 67, 68, 70, 71, 73, 117, 119

cultura 29, 30, 32, 39, 40, 49, 50, 52, 53, 65, 70, 77, 79, 151, 207, 211, 225, 229, 236, 244, 245, 246, 248, 311, 321, 323, 324, 326, 328, 330, 331, 338, 344, 345, 348

culturais 19, 24, 26, 27, 44, 48, 49, 53, 65, 81, 120, 131, 194, 215, 219, 220, 221, 223, 225, 229, 246, 247, 253, 306, 307, 308, 309, 316, 321, 324, 331, 332, 337, 338, 339, 343, 344, 345

cultural 17, 21, 23, 28, 34, 38, 48, 54, 61, 66, 69, 70, 71, 72, 122, 147, 222, 226, 313, 315, 319, 321, 324, 331, 332, 334, 337, 339, 344, 345

D

deficiência 234, 240, 253, 265, 266, 267, 268, 269, 271, 272, 273, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 305, 306, 307, 308, 311, 312, 313,

314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321,
323, 324, 325, 326, 328
democracia 23, 26, 28, 224

Design 4

direitos reprodutivos 155, 157, 161, 166,
167, 180, 182, 184

E

ética 11

F

Facebook 218

filme 97, 98, 296, 299, 300, 301

fluxo migratório 330, 331, 335, 339, 342, 345

fotografia 12

G

gênero 85, 89, 90, 94, 95, 97, 160, 186, 189,
190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197,
198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206,
211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218,
219, 220, 222, 223, 225, 226, 227, 248,
252, 259, 292, 306, 307, 308, 320, 342

I

imagem corporal 286, 288, 289, 291, 292,
300, 301, 302, 303

inclusão 48, 51, 58, 61, 62, 66, 77, 103, 211,
229, 240, 252, 253, 254, 260, 267, 268,
271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278,
279, 280, 281, 282, 283, 285, 286,
287, 288, 292, 295, 296, 305, 311, 316

inserção 148, 191, 203, 265, 267, 268, 279,
281, 282, 293, 347

Instagram 75, 130, 138, 139, 140, 141,
145, 150, 211, 212, 218, 219, 220,
224, 225, 227

internet 15, 16, 17, 18, 23, 24, 57, 59, 60,
61, 63, 69, 70, 72, 74, 81, 85, 93, 141,
142, 153, 194, 251, 273, 274, 279, 296

J

Jornalismo 14, 15, 24, 26, 29, 30, 31, 57,
67, 73, 75, 189

L

legendagem 229, 230, 231, 233, 240, 241,
242, 247, 249, 251, 252, 253, 259, 261

legitimidade 15, 32, 35, 36, 39, 40, 41, 43,
45, 50, 108, 109, 110, 114, 116, 120,
124, 125, 132, 147, 155, 157, 191, 200,
206, 219, 225

LGBT 90, 96, 219, 227

LGBTfobia 197

LGBTI+ 211, 212, 213, 215, 219, 221, 223,
224, 226

LGBTQIA+ 216, 217

LGBTQIAPN+ 192, 217

linguagem 62, 63, 64, 65, 73, 78, 105, 113,
139, 144, 203, 205, 207, 221, 229, 232,
235, 237, 238, 244, 245, 250, 258, 263,
291, 342, 343

M

microagressões 189, 192, 194, 197, 198,
199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207

midiática 2, 4, 10, 18, 23, 28, 29, 40, 68,
152, 193, 206, 321

midiáticas 302, 305, 316, 321, 324, 325

midiático 12, 15, 17, 18, 30, 59, 107, 115,
236, 287, 288, 307

midiáticos 46, 218, 316, 323, 326

mobilização 23, 41, 48, 51, 68, 69, 71, 81,
100, 101, 102, 104, 106, 107, 110, 116,
118, 120, 121, 124, 125, 156, 178,
212, 213, 214, 215, 218, 222, 224, 226

N

narrativas 19, 22, 26, 28, 32, 34, 35, 39, 41,
44, 48, 54, 59, 64, 68, 85, 135, 137,
141, 149, 155, 156, 157, 160, 161,

166, 182, 184, 210, 211, 219, 224, 225,
305, 307, 311, 312, 316, 324, 325, 338
negras 68, 195, 305, 306, 307, 312, 322
negros 97, 305, 311, 315, 317, 319, 321, 322

O

ódio 90, 96, 173, 189, 191, 192, 196, 197,
198, 199, 200, 203, 204, 206, 209,
218, 226

P

peças com deficiência 234, 253, 266, 267,
268, 269, 271, 272, 273, 274, 276, 278,
279, 280, 281, 282, 283, 286, 287, 288,
289, 290, 291, 293, 294, 295, 302, 311,
312, 314, 315, 316, 317, 318, 320, 326

R

redes sociais 14, 25, 41, 49, 50, 63, 68, 69,
70, 82, 132, 133, 134, 137, 138, 142,
143, 144, 149, 157, 163, 167, 173,
177, 178, 192, 193, 198, 204, 209, 211,
212, 215, 218, 219, 221, 224, 225, 307

S

Saúde 130, 132, 135, 137, 161, 162, 166,
167, 168, 170, 172, 173, 177, 178, 179,
181, 185, 188, 221, 328, 347
Slow Living 11
Smart B100 100, 101, 103, 104, 105, 109,
112, 121, 124

T

telas 59, 69
Telegram 94, 218
TikTok 218
tradutores 229, 231, 253, 259, 260
Twitter 186, 187, 188, 218, 225

V

vídeo 89, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144,
145, 146, 147, 148, 241, 250, 251

vídeos 62, 69, 70, 82, 83, 84, 115, 138, 140,
196, 217, 231, 251

Vozes do Nicéia 14, 19, 20, 21, 22, 23, 27
vulnerabilidade 141, 181, 265, 266, 267, 268,
272, 274, 278, 279, 281, 283, 328, 334

W

WhatsApp 218

X

X 30, 155, 157, 158, 159, 161, 162, 163,
166, 167, 180, 182, 184, 185, 186,
187, 218, 225, 262

Y

YouTube 76, 77, 82, 83, 84, 85, 86, 91, 92,
142, 152, 192, 196, 199, 218, 225, 261

RIA

Editorial